Estado de Santa Catarina
Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca
Programa de Competitividade da Agricultura Familiar
Santa Catarina Rural

MANUAL OPERATIVO

PROGRAMA DE COMPETITIVIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR DE SANTA CATARINA

SANTA CATARINA RURAL/

Volume II

ANEXOS

Agosto de 2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

GOVERNADOR DO ESTADO
João Raimundo Colombo
ÓRGÃOS PARTICIPANTES

Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca (SAR) - Coordenação
Secretário Airton Spies

Secretaria de Estado da Fazenda (SEF)
Secretário Antonio Gavazzoni

Secretaria de Estado da Infra-estrutura (SIE)
Secretário João Carlos Ecker

Secretaria de Estado do Turismo, Cultura e Esporte (SOL)
Secretário Filipe Freitas Mello

Secretaria do Desenvolvimento Econômico Sustentável (SDS)
Secretária Lúcia Gomes Vieira Dellagnello

Secretaria de Segurança Pública e Defesa do Cidadão (SSP)
Secretário César Augusto Grubba

- **ENTIDADES EXECUTORAS**

- **Epagri**
- Luiz Ademir Hessmann – Presidente
- **Cidasc**
- Enori Barbieri Presidente
- **Fatma**
- Alexandre Waltrick Rates – Presidente
- **BPMA - Batalhão de Polícia Militar Ambiental**
- Comandante Ten. Coronel Laibnitz Martinez Hipólito

- **ASSESSORIA INTERNACIONAL**
- Diego Arias Carballo
- Evelyn Levy
- Chris Parel
- Edward W. Bresnyan
- Guilhermo Wood
- Judith Lisanski
- Katia Medeiros
- Nestor Bragagnolo
- Tereza Roncal
- Marilin Rehnfeldt

ASSESSORIA NACIONAL

Frederico Rabello
João Vicente Campos
Tarsila Velloso

- **SECRETARIA EXECUTIVA DO PROGRAMA SC RURAL/**

- **Secretário Executivo**
- Julio César Bodanese
- **Diretor de Projetos Especiais**
- Ely Moacyr Rebelato
- **Gerente Técnico**
- Roberto Abati
- **Gerente de Investimentos Sustentáveis**
- Osmar Luiz Trombetta
- **Gerente de Projetos Especiais**
- Cátia Eliana Metzger Jacóbus

- **Gerência Administrativo Financeiro**
- Jean Carlos Baldissarelli
- **Responsável Avaliação e Monitoramento**
- Marcelo Alexandre de Sá
- **Responsável Capacitação, Turismo Rural e Indígenas**
- André Poletto
- **Responsável Desembolso**
- Juvino Pértille
- **Responsável Contabilidade**
- Simone Fernandes
- **Responsável Licitações**
- Rosane Schotten
- **Consultores**
- Aníbal Justin Curti Gonzales
- Kelly Cristina da Silva
- **Assessoria de Comunicação**
- Irene Hasse
- Romeu Scirea Filho

EQUIPE DE ELABORAÇÃO DO Programa SC RURAL

Aarão Luiz Schmitz Junior – Cidasc/Sede
Ademir Antônio Ferrari – Epagri/Lages
Adriana Andréa Padilha – Epagri/São Lourenço do Oeste
Adriana Tomazi Alves – Epagri/Joinville
Alan Luiz Rizzoli – Cidasc/Sede
Alberto Luiz Ávila – Epagri/Criciúma
Ana Paula de Carvalho Coelho – SDS/DRH/Fpolis
Ana Paula Dondóssola D. Milanez – SDS/DRH/Fpolis
Angela Medeiros Viana Carvalho – SDS/DRH/Fpolis
Antonio Marcos Feliciano – SAR/Beija-Flor
Ari Geraldo Neumann – SAR
Arno Eyng – Epagri/Videira
Bernardete Panceri - Epagri/Sede
Carlos Alberto Rockenbach - SDS/DRH/Fpolis
Carlos Alberto Toschi Maciel – Cidasc
CátiaEliana Metzger Jacobus - .SAR
Celso Luiz Bach – Epagri/Maravilha
César Lodi – Epagri/Rio do Sul
César Rodolfo Seibt – SDS/DRH/Fpolis
Cipriano Henrique Volpato – SAR/FDR
Cláudio Dehon Girola - Cidasc/Sede
Clódis Odacir R. De Brito – Epagri/Araranguá
Dalcio Pickler Baesso-SIE/Fpolis
Diogo Bernatche – SDS/DRH/Fpolis
Ditmar Zimath – Epagri/sede
Eder da Silva e Sá - SDS/DRH/Fpolis
Edson Silva-Epagri/Sede
Elisa Wypess de Liz – SOL/Fpolis
Ely Moacyr Rebelato – Epagri/Chapecó
Enaldo Ribeiro Santos - SDS/DRH/Fpolis
Ernildo Rowe – Epagri/Ituporanga
Euclides João Barni – Epagri/Cepa
Fábio Luiz Zandonai da Silva - SDS/DRH/Fpolis
Francisco Heiden – Epagri/Cepa
Francisco Teruyuki Yokoyama - SDS/DRH/Fpolis
Frederico de Moraes Rudorff - SDS/DRH/Fpolis
Geraldo Buogo – Epagri/Sede
Germano Fucks – Epagri/ Itajaí
Gisele de Souza Mori - SDS/DRH/Fpolis
Graziela Bohusch – SDS/DRH/Fpolis
Guilherme Xavier de Miranda – SDS/DRH/Fpolis
Ilmar Borchardt -Epagri/Cepa
Ivanda Masson – Epagri/Sede
Jandir Amorin – Epagri/Tubarão
Janice Reiter – Epagri/Cepa
José Cezar Pereira/Epagri/Sede
José Inácio Battistel – Epagri/Palmitos

Karina Diniz – Cidasc/Sede
Laino José Pletsch – Epagri/Concórdia
Lourenço Francisco Xavier Dias – Epagri/Chapecó
Luiz Albertino Nunes - SDS/DRH/Fpolis
Luiz Carlos Mior – Epagri/Cepa
Luiz Marcos Bora – Epagri/Tubarão
Mara Cristina Benez - Epagri/Ciram
Marcelo Luis da Silva Serpa – Cidasc/Sede
Márcia Mondardo – Epagri/Cepa
Marcos Euclides Vieira – Epagri/Canoinhas
Marlon Francisco Couto – Epagri/São Joaquim
Mateus Senganfredo/Epagri São Miguel do Oeste
Mauricio Lucena – SAR/Assuntos Fundiários
Nedir Schorne de Amorim - Policia Militar Ambiental
Nelson Jacomel Júnior – Cidasc/Sede
Nivaldo Nicoladeli – Epagri/Rio do Sul
Osmar Luiz Trombetta – Epagri/Joaçaba
Osmar Volpatto – Cidasc/Sede
Osvaldir Dalbello – Epagri,Concórdia
Paulo Arruda Lisboa – Epagri/Ibirama
Paulo Ceser Zoldan – Epagri/Cepa
Paulo Francisco da Silva – Epagri/GER
Paulo Sérgio Scremin – Epagri/São Lourenço do Oeste
Pedro de Sá - SDS/Fatma/Fpolis
Ramildes Ribas do Nascimento – Cidasc
Roberto Abati- Epagri/Fpolis
Robison Borges – Cidasc/Sede
Robson Marcos da Cunha - SDS/DRH/Fpolis
Romeu Flamia – Epagri/Curitibanos
Rui Batista Antunes - SDS/DRH/Fpolis
Samara Freitas da Silva - SAR/Beija-Flor
Sergio Flohr – Epagri/Blumenau
Shigueko Teresinha Ishiy – SDS/Fatma/Fpolis
Simone Cardoso Mota Machado – Cidasc/Fpolis
Simone Stadnik - SDS/DRH/Fpolis
Tabajara Marcondes-Epagri/Cepa
Tadeo Carniel – Epagri/Xanxerê
Tobhias Leôncio R. Furlanetti - SDS/DRH/Fpolis
Valdir Crestani – Epagri/ Chapecó
Vinicius Tavares Constante – SDS/DRH/Fpolis
Vitor.Costa – Cidasc/Fpolis
Zelita Terezinha Hahn – SIE/Fpolis

Agosto de 2014
Rodovia Admar Gonzaga, 1.486
Bairro Itacorubi - Caixa Postal 486
CEP: 88034-001
PABX: (048) 3239-4170
Fax: (048) 3239-4156
E-mail: microbacias@microbacias.sc.gov.br
http://www.scrural.sc.gov.br

Sumário

ANEXO 1 – Contrato de Prestação de Serviço Epagri – Município 7
ANEXO 2 – Plano Anual de Trabalho Municipal da Epagri 11
ANEXO 3 – Plano de Trabalho Regional da Epagri 14
ANEXO 4 – Diagnóstico de Agroindústrias e Redes (Questionários) 17
ANEXO 5 – Estrutura e Composição do Conselho Gestor dos Corredores Ecológicos..... 37
ANEXO 6 - Termo de coleta de amostra de Produto Orgânico 39
ANEXO 7 – Documentos do Responsável Técnico para CFO e CFOC 40
ANEXO 8 – Certificado Fitossanitário de Origem - CFO 43
ANEXO 9 – Certificado Fitossanitário de Origem Consolidado – CFOC 44
ANEXO 10 – Ficha de Inscrição da Unidade de Produção..... 45
ANEXO 11 – Ficha de Inscrição da Unidade de Consolidação 46
ANEXO 12 – Documentos necessários ao Serviço de Inspeção Estadual (SIE). 47
ANEXO 13 – Termo de Subvenção – Capital Semente 70
ANEXO 14 - Contrato de Subvenção FDR – Associação/Cooperativa. 77
ANEXO 15 - Projeto Estruturante..... 83
ANEXO 16 - Manifestação de Interesse – Organizações..... 88
ANEXO 16-A - Manifestação de Interesse para Jovens Rurais..... 107
ANEXO 16-B – Manifestação de Interesse para Pescadores Artesanais e Maricultores.... 116
ANEXO 16-C – Manifestação de Interesse – Capital Semente 124
ANEXO 17 - Planilha para análise da viabilidade econômica de projetos 125
ANEXO 18 - Montando o Plano de Negócio..... 126
ANEXO 19 – Proposta de Apoio Financeiro do Programa SC Rural 135
ANEXO 20 – Tabela de Priorização de Projetos Estruturantes 137
ANEXO 21 - Lista Negativa de Verificação - Atividades não apoiadas. 139
ANEXO 22 - Lista de Verificação Ambiental – LVA 142
ANEXO 23 – Tabela de Medidas de Controle e Correspondência com Atividades. 151
ANEXO 24 – Relatório de fiscalização 157
ANEXO 25 – Estratégia com Populações Indígenas..... 163
ANEXO 26 - Levantamento Sócio-Econômico da População Afetada - Reassentamento.. 184
ANEXO 27 – Convênio de Cooperação entre a SIE e Prefeitura Municipal 195
ANEXO 28 – Check-list Ambiental para Reabilitação de Estradas Rurais Terciárias 201
ANEXO 29 – Cadastro da Capacidade Técnica, Administrativa e Operativa Municipal para a gestão da malha viária 209
ANEXO 30 - Termo de Conformidade Ambiental 210
ANEXO 31 - Termo de Certificação das Obras 211

ANEXO 32 – Tabela de Priorização de Projetos de Escolas Rurais..... 212
ANEXO 33 - Modelos de Relatórios de Gastos do Programa EEPs (1 a 5)..... 213
ANEXO 34 – Modelo de Folha Resumo SS (não requer revisão prévia)..... 223
ANEXO 35 - Modelo de Folha Resumo SS (requer revisão prévia) 224
ANEXO 36 - Modelo de Declaração de Gastos - SOE (não requer revisão prévia)..... 225
ANEXO 37 - Modelo de Declaração de Gastos - SOE (requer revisão prévia)..... 226
ANEXO 38 - Lista de Contratos Sujeitos a Revisão Prévia 227
ANEXO 39 – Modelo de Relatório Financeiro Intermediário não auditado – IFR..... 228
ANEXO 40 – Formulário de Solicitação de Orçamento 231
ANEXO 41 – Formulário Padrão de Três Orçamentos..... 233
ANEXO 42 - Modelo de Contrato de Prestação de Serviços Técnicos..... 234
ANEXO 43 - Avaliação do Programa Santa Catarina Rural – 238
ANEXO 44 - Quadro Resumo de Metas por componentes e subcomponentes..... 266
ANEXO 45 – Marco de Reassentamento Involuntário..... 268
ANEXO 46 – Acordo de Subvenção com Organizações da Agricultura Familiar..... 281
ANEXO 47 – Laudo de Vistoria de Propriedade – PSA..... 285

ANEXO 1 – Contrato de Prestação de Serviço Epagri – Município

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ATER Nº

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE ..... E A EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA - EPAGRI, OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL, DE CONFORMIDADE COM A LEI 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES SUPERVENIENTES ÁS LICITAÇÕES PÚBLICAS.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de ....., com sede à Rua.....(preencher endereço completo). CEP: .....,inscrita no CNPJ sob o nº ....., neste ato representado por seu(sua) prefeito(a) municipal .....(preencher nome do prefeito) inscrito(a) no CPF sob o nº ....., e portador(a) da Carteira de Identidade nº ....., doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado

CONTRATADA: Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina -Epagri, empresa pública, com personalidade jurídica de direito privado, sob forma de sociedade por ações, constituída nos termos do inciso II do Art. 152 da Lei Complementar nº 284/2005, neste ato representada em consonância ao Art. 38, inc. III e parágrafo Único, do Estatuto Social da Epagri, por ..... (nome do Gerente Regional) CPF nº ....., RG nº ....., Gerente Regional da Epagri de ..... CNPJ nº ....., com endereço à ....., CEP ....., Cidade – SC, doravante denominada simplesmente CONTRATADA,

Resolvem de comum acordo, celebrar o presente Contrato de Prestação de Serviços, de conformidade com a Lei Federal 8.666/93 e suas alterações supervenientes às Licitações e Contratos da Administração Pública, cumprindo as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL, ORIGEM E DOTAÇÃO

O presente instrumento está fundamentado na Lei 8.666/93, arts. 1º, 25, "*caput*"; 54 e 55; apresentando origem na negociação entre a CONTRATANTE, e encaminhamento deste instrumento pela Gerência Regional da Epagri de ....., unidade da CONTRATADA . E tem como dotação orçamentária os seguintes códigos: Fonte .....Ação ..... e Item .....

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O presente instrumento de contrato tem como objetivo a prestação de serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural pela CONTRATADA para a CONTRATANTE, contendo as ações descritas no Plano anual de trabalho - PAT.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

I - São obrigações da CONTRATADA:

1. Disponibilizar pessoal técnico especializado em assessoramento para elaboração, acompanhamento, execução e avaliação do Plano anual de trabalho – PAT;

2. Viabilizar as instalações físicas necessárias para a execução dos trabalhos descritos no Plano Anual de trabalho - PAT, nos Centros de Treinamento e Estações Experimentais;
3. Disponibilizar material técnico e de apoio necessários à prestação dos serviços previstos no Plano anual de trabalho – PAT;
4. Fornecer cursos de capacitação técnica aos profissionais que atuam no Município CONTRATANTE;
5. Acompanhar, orientar e assessorar na prestação dos trabalhos referentes ao Plano anual de trabalho – PAT no Município CONTRATANTE;
6. Implementar os trabalhos de interesse do CONTRATANTE e os que lhe couberem no Plano anual de trabalho – PAT;
7. Participar de reuniões quando solicitadas pelo CONTRATANTE;
8. Responsabilizar-se pela execução dos Programas da Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural e demais programas institucionais do governo federal em que tenha tal atribuição, no nível Municipal.

II - São obrigações do CONTRATANTE:

1. Repassar para CONTRATADA o valor ajustado na conformidade da Cláusula Quarta, referente a prestação dos serviços objeto do presente instrumento de contrato,
2. Permitir o acesso dos técnicos da CONTRATADA às áreas e locais onde serão prestados os serviços;
3. Promover a participação dos seus técnicos nos cursos ministrados pela CONTRATADA;
4. Supervisionar e acompanhar a prestação dos serviços, e
5. Proceder à avaliação dos serviços prestados e emitir relatório com os resultados obtidos.

CLÁUSULA QUARTA – PRAZO DOS SERVIÇOS

Para execução dos serviços, o prazo estipulado terá início em data-início até data-fim facultando a continuidade da prestação dos serviços por acordo e interesse das partes, prorrogando-se o contrato mediante termo aditivo com previsão na Lei Municipal e aplicação do disposto do artigo 57 e inciso da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações supervenientes às licitações e Contratos da Administração Pública.

CLÁUSULA QUINTA - DO VALOR

O CONTRATANTE pagará para a CONTRATADA pelos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural prestados, o valor global de R$ valor-total (valor-total-extenso), divididos em .... parcelas , repassado no período de vigência desse contrato

Parágrafo Único: Dos valores acima especificados serão descontados o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), conforme item 17.1 da Lei Municipal que regulamente este tributo, bem como o Imposto de Renda – Pessoa Jurídica, conforme legislação federal competente.

CLÁUSULA SEXTA - DA FORMA DE PAGAMENTO

O valor mensal acima mencionado será repassado pelo CONTRATANTE/Município para a Epagri, mediante débito em na conta corrente nº ..... Agência bancária nº

..... do Banco ..... (.....) para a conta corrente da CONTRATADA/Epagri nº 949.001-9, Agência Bancária nº 3582-3 do Banco do Brasil S.A.. A quitação do pagamento, será dada pela CONTRATADA imediatamente após o recebimento de cada parcela.

Parágrafo Primeiro: A Contratante, a partir da data de assinatura deste termo, concorda e autoriza o débito em conta dos valores estipulados na tabela da CLÁUSULA QUINTA, sendo estes, descontados no dia de vencimento conforme estipulado nesse contrato.

Parágrafo Segundo: A nota fiscal deverá ser emitida até o ULTIMO dia útil de cada mês da prestação do serviço.

CLÁUSULA SETIMA – DAS DESPESAS CONTRATUAIS

As despesas decorrentes das obrigações trabalhistas relativas à prestação dos serviços Assistência Técnica e Extensão Rural, objeto do instrumento ora ajustado correrá por conta da CONTRATADA.

CLÁUSULA OITAVA – DA ISENÇÃO DE RESPONSABILIDADE

A Epagri prestará os serviços como forma de consultoria e orientação e, neste sentido, não poderá ser responsabilizada por prejuízos econômicos ou patrimoniais que os agricultores consulentes possam ser vítimas, dada a impossibilidade de previsão dos riscos da atividade agropecuária e pesqueira.

Parágrafo Único: A Epagri se isenta de responsabilidade também nos casos de negativa de financiamento agropecuário sejam quais forem os motivos que deram causa a esta.

CLÁUSULA NONA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Nenhuma alteração contratual será efetuada sem a autorização das partes, cabendo modificar, adicionar, retificar ou excluir termos deste instrumento, desde que em consonância com os objetivos estabelecidos, mediante termo aditivo competente e de conformidade com a legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO

Este instrumento poderá ser rescindido a qualquer tempo, mediante comunicação por escrito com prazo mínimo de 30 (trinta) dias de antecedência, ou por qualquer das partes caso ocorra descumprimento de cláusula ou condição na execução do presente contrato cabendo multa pela parte que der motivo o equivalente a 1 (uma) parcela do valor contratado.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES

Pela inadimplência de quaisquer das parcelas, o CONTRATADO estará sujeito as penalidades previstas no Estatuto das Licitações Públicas, Lei 8.666/93.

Parágrafo Único: Pelo descumprimento do pagamento de quaisquer das parcelas discriminadas na Cláusula Quinta ajustada neste instrumento, a CONTRATADA inviabilizará a emissão da CND - Certidão Negativa de Débito, até que a situação de inadimplência seja restabelecida.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DO FORO E PUBLICAÇÃO

Fica eleito o foro da Comarca de Florianópolis, independente de qualquer outro por mais privilegiado que seja para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Contrato.

Parágrafo Único: A publicação resumida do presente instrumento na imprensa oficial, condição indispensável para sua eficácia, caberá à Prefeitura Municipal de ....., sendo realizado de conformidade com o que disciplina o art.61, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.666/93.

E, por estarem de acordo, assinam este instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo qualificadas.

Florianópolis, data-corrente.

_____

(Nome)

Prefeito(a) Municipal

_____

(Nome)

Gerente Regional da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - Epagri

Testemunhas:

Nome: **Nome:**

CPF: **CPF:**

ANEXO 2 – Plano Anual de Trabalho Municipal da Epagri

Plano anual de trabalho Escritório municipal da Epagri – PAT Municipal: Mês e ano

1. Introdução

Descrição sucinta da atuação da Epagri no município e de aspectos relativos ao Plano, especialmente quanto a origem das ações a serem desenvolvidas e metodologia para elaboração do plano.

2. Prioridades da UPR

Descrição do processo de definição das prioridades da UPR, elaborado pelo colegiado da UPR.

2.1 Prioridade 01 (justificativa elaborada pelo colegiado da UPR)

2.2 Prioridade 02 (justificativa elaborada pelo colegiado da UPR)

2.3 Prioridade 03 (justificativa elaborada pelo colegiado da UPR)

2.4 Prioridade 04 (justificativa elaborada pelo colegiado da UPR)

2.5 Prioridade 05 (justificativa elaborada pelo colegiado da UPR)

3. Situação Atual do Escritório Municipal

3.1 Infra-estrutura

Aspectos quantitativos e qualitativos das instalações físicas do escritório, dos veículos, dos equipamentos.

3.2 Pessoal

Nome, formação e função das pessoas da Epagri e de outros órgãos que trabalham no escritório, envolvidos com a elaboração e execução do plano.

3.3 Outros aspectos

Participação em conselhos - CMDR, CCM, Saúde, Educação e outros, parcerias, e outras considerações julgadas relevantes para a elaboração e execução do plano.

4. Plano de Trabalho

Programa da Epagri: Produção Animal
Prioridade da UPR: *Cadeia produtiva do leite*

4.1 Ação 1: Produção de leite a base de pasto.

4.1.1 Justificativa

O município tem “n” famílias que trabalham com a atividade leiteira. A produtividade e a qualidade do leite deixam a desejar.

4.1.2 Objetivos

Geral

Contribuir para a melhoria da produção de leite, utilizando sistema a base de pasto.

Específicos

Capacitar, através dos métodos de ATER, "x" produtores de leite.

4.2 Condicionantes

4.3 Resultados esperados

4.4 Atividades

Atividade (O que fazer)	Quanto fazer	Onde fazer	Responsável	Parceiros
1 Realizar excursões de agricultores para ver melhoria de pastagem	3 excursões			

4.5 Cronograma

Atividade (nº)	Recursos	Quando fazer											
		Mês											
		J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D

Observações:
1. A descrição deverá ser feita para todas as Ações programadas, inserindo-as em um dos 9 programas da Epagri, que são: Produção vegetal, produção animal,
2. Para efeitos deste Plano, "Atividade" é o que precisa ser feito para que cada "Ação" aconteça.

5 Compromissos

(Relacionar e priorizar os compromissos já assumidos, tais como: Prapem/Microbacias 2, Programas da SAR, e/ou outros, sejam eles institucionais e/ou identificados no território do município)

Compromissos		O que precisa ser feito – "Ação" (*) Priorizada	
1.	*Reunião de Produtores*	1.1	*"n" cursos sobre Autogestão Comunitária*
	Re	1.2.	
		1.n	
2.	*Banco terra*	2.1	
		2.n	
3.	*Programas SDR*	3.1	
		3.n	
n.			

(*) "Ação" = ver definição do novo sistema de planejamento

6 Plano de capacitação da Equipe Municipal

7 Demandas para pesquisas e estudos

8. Observações:

Cada ação planejada no Município corresponde a um projeto de extensão rural e deverá ser inserida no SEPLAN, que é o sistema informatizado de planejamento da Epagri na Intranet (www.epagri.sc.gov.br).

- ☞ Toda ação planejada pelo Escritório Municipal deve estar ligada a um Programa Institucional da Epagri, e podem ter abrangência estadual, regional ou local.
- ☞ Toda ação planejada no Município terá o Escritório Municipal como responsável por sua execução e terá um empregado líder, que assume a gestão da sua execução.
- ☞ Cada ação é composta de uma serie de atividades. Para cada atividade deve ser especificado:
  - quanto fazer (método, quantidade, numero de beneficiados/participantes),
  - onde fazer (local),
  - quem faz (responsável e outros participantes),
  - quando fazer (período de realização), e
  - quanto custa (valor orçado por item e fonte)

Um Escritório Municipal terá tantos projetos quantas ações sejam estabelecidas no município. O somatório das informações inseridas no SEPLAN desses projetos será a base para o Plano de Trabalho Municipal (PAT Municipal). Adicionalmente, os planos de projeto municipais serão utilizados como referencia no **acompanhamento mensal** de sua execução e na **avaliação dos resultados** obtidos ao final do ano.

ANEXO 3 – Plano de Trabalho Regional da Epagri

Plano de Trabalho da região – PAT Regional

Programa da Epagri: Produção Animal

Prioridade da UPR: *Cadeia produtiva do leite*

Justificativa

A região tem "x" municípios e "n" famílias que trabalham com a atividade leiteira. A produtividade e a qualidade do leite deixam a desejar (ver o que dizem os municípios mais a impressão da equipe regional sobre a questão).

Objetivos: Ex. Contribuir para melhorar a margem bruta dos agricultores e a melhoria da produção de leite, utilizando sistema de produção a base de pasto.

Ações: *Compilar as principais ações programadas pelos municípios relativas a prioridade*

a. Produção de leite a base de pasto
b. Melhoria da qualidade do leite
c. Organização dos produtores de leite

Atividades dos municípios, de acordo com prioridade regional – UPR (base nos *PAT municipais)*

Atividade	**Município**	**Época data**	**Responsável**
Realizar Excursão, dia de campo, dm, treinamento....			

Condicionantes

Resultados esperados

Atividades Programadas pela gerência regional nesta atividade

Atividade	***Muni cípio***	***Época data***	***Responsável***	***Valor previsto Fonte financiadora***	***valores Parceria***
Realizar seminário, reunião, Excursão, dia de campo, D.M, treinamento..				R$ 500,00/ mb2	500,00/SEN AR

Programa da Epagri: Atividades não agrícolas e auto abastecimento

Prioridade da UPR: *apoiar a geração de renda através do artesanato*

Justificativa

A região tem "x" municípios e "n" famílias que trabalham com artesanato A atividade esta desorganizada devido as características individuais do artesão e a qualidade das peças deixa a desejar (ver o que dizem os municípios mais a impressão da equipe regional sobre a questão).

Objetivos

Geral: Ex:Contribuir para melhoria da renda dos agricultores artesãos e a melhoria das condições de trabalho, utilizando

Ações: Compilar as principais ações programadas pelos municípios relativas a prioridade

a. Produzir matéria prima local de qualidade
b. Melhoria a qualidade da produção de determinado tipo de artesanato
c. Resgatar práticas típicas regionais

Atividades dos municípios previstas nas prioridade regional - UPR(base nos *PAT municipais)*

Atividade	***Município***	***Época data***	***responsável***
Realizar Excursão, dia de campo, dm, treinamento....			

Condicionantes

Resultados esperados

Atividades da gerência regional relativas a prioridade regional - UPR

Atividade	***Município***	***Época data***	***Responsável***	***Valor previsto Fonte financiadora***	***Valores Parceria***
Realizar seminário, reunião, Excursão, dia de campo, D.M, treinamento.				*R$ 500,00/ mb2*	*500,00/SENAR*

Observações:

A descrição deverá ser feita para todas as Ações programadas, inserindo-as em um dos 9 programas da Epagri, que são: Produção vegetal, produção animal,
Para efeitos deste Plano, “Atividade” é o que precisa ser feito para que cada “Ação” aconteça.

Compromissos

Relacionar e priorizar os compromissos já assumidos, tais como: Prapem/Microbacias 2, Programas da SAR, e/ou outros, sejam eles institucionais e/ou identificados no território do município.

Atividade	***Município***	***Época data***	***responsável***
Apoio Credito rural			
Banco terra			
Programas SDR			

(*) “Ação” = ver definição do novo sistema de planejamento

Prever:

Plano de capacitação das Equipes Municipais e Regional

Demandas para pesquisas e estudos

Necessidade de publicações

ANEXO 4 – Diagnóstico de Agroindústrias e Redes (Questionários)

Governo do Estado de Santa Catarina
Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural
Epagri Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina

Diagnóstico dos empreendimentos de agregação de valor da agricultura familiar, pescadores artesanais e maricultores de Santa Catarina

AGROINDÚSTRIA

Pesquisa

	Nome	email	Fone	Data
Pesquisador				
Revisor				
Digitador				

1. GERAL

1.1 Identificação do empreendimento de agregação de valor

1.1.1 Responsável

Nome						
Função		Sexo		Idade	CPF	

1.1.2 Empreendimento

Nome							
CNPJ		ou		Não tem	Ano da constituição		
Endereço							
Perímetro		Rural	Coord. Geográfica	Latitude			
		Urbano		Longitude			
Município			Código				
Microbacia (*)				Comunidade			
E-mail				Telefone			
Site				ou		Não tem	

(*) caso tenha sido trabalhada no MB2, preencher nome de microbacia e comunidade.

1.2 Tipo de empreendimento

1.2.1

	Formal		Informal

1.2.2

	Individual/familiar		Grupal

1.2.3

	Associação		Cooperativa por produto/cadeia - singular (leite, mel, ...)
	Condomínio		Empresa
	Filial de cooperativa descentralizada		Empreendimento informal
	Unidade de cooperativa descentralizada		Outro Qual ?

1.3 Componentes do empreendimento

1.3.1 A maioria dos associados ou cooperados (ou familiares para empreendimentos individuais) é?

	Agricultor familiar		Pescador artesanal/maricultor

1.3.2 Número de associados ou cooperados (ou familiares para empreendimentos individuais).

1.3.3 Dados de todos os sócios (ou familiares para empreendimentos individuais)

	Nome	Sexo (M/F)	Idade (anos)	CPF	Grau Parentesco com o proprietário (para empreendimento individual/familiar)
1					
2					
3					
4					
5					
6					
7					
8					
9					
10					
11					
12					
13					
14					
15					
16					
17					
18					
19					
20					

1.4 O empreendimento faz parte de alguma cooperativa ou associação de comercialização?

	Não						
	Sim - Nome da cooperativa ou associação						
	CNPJ				Não tem		Não sabe

1.5 Caracterização da Agroindústria

Assinale com x o tipo de produto processado no empreendimento:

	Leite e derivados		Grãos e derivados (1)		Mel e derivados
	Suínos e derivados		Hortaliças e derivados (2)		Ovos
	Bovinos e derivados		Cana e derivados (3)		Massas
	Aves e derivados		Mandioca e derivados		Panificação
	Pescados e derivados		Frutas e derivados (4)		Madeira e derivados
	Ovinos e derivados		Palmáceas (5)		Outro Qual ?

(1) Feijão, arroz, milho ,etc.
(2) Embaladas, processadas, conservas.
(3) Açúcar mascavo, cachaça, melado, etc.
(4) Frutas embaladas , compotas, doces, sucos, vinhos e licores.
(5) Juçara, palmeira real, pupunha, etc

1.6 Quem assessorou a criação e organização do empreendimento?

Indique até três por ordem de importância (número 1 como sendo o mais importante , 2 para o 2º mais importante e 3 para o 3º mais importante)

	Não recebeu ajuda			
	Epagri		Sindicato	Qual ?
	Sebrae		ONG's	Qual ?
	Cooperativa		Movimento social	Qual ?
	Cidasc		Outro	Qual ?
	Rede Ecovida		Outro	Qual ?
	Secretaria Municipal de Agricultura- Prefeitura			
	Microbacias 2 (ADM)			

1.7 De quem o empreendimento recebe assistência técnica e/ou assessoria ?

Indique até três por ordem de importância (número 1 como sendo o mais importante , 2 para o 2º mais importante e 3 para o 3º mais importante)

	Não Recebe				
	Epagri		ONG's	Qual ?	
	Cooperativa		Universidade	Qual ?	
	Empresa privada		Movimento social	Qual ?	
	Secr. Municipal/Prefeitura		Outro	Qual ?	

2 **PRODUÇÃO**

2.1 Produção Anual em 2009

Produto (descrição)	Unidade de medida	Quantidade produzida	Quantidade vendida	Preço médio venda (R$/ unidade de medida)

2.2 Principais matérias primas utilizadas na produção no ano de 2009

Produto (descrição)	Unidade de medida	Quantidade produzida	Quantidade adquirida de

2.2.1 Quanto à matéria prima, encontra alguma dificuldade em:

	Não encontra dificuldade		
	Produzi-las	especifique a(s) dificuldade (s)	
	Adquiri-las	especifique a(s) dificuldade (s)	
	Armazená-las	especifique a(s) dificuldade (s)	
	Outra	especifique a(s) dificuldade (s)	

2.2.2 Na sua avaliação, o sistema de produção das matérias-primas utilizadas é? (somente 1 alternativa)

	Convencional		Orgânico/ecológico com certificação		Orgânico/ecológico sem certificação
	Em transição agroecológica		Não se aplica		Não sabe

2.3 Na sua percepção, qual é o termo que melhor caracteriza os produtos da sua agroindústria: (somente 1 alternativa)

	Não sabe		Orgânico /agroecológico	
	Colonial		Natural	
	Artesanal		Outro	Qual ?

3 COMERCIALIZAÇÃO

3.1 Serviço de inspeção/registro de empresa/produto (responda a seguinte questão, segundo o tipo de produto que processa)

3.1.1. PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL		3.1.2. PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	
Tipo de serviço de inspeção:		Registro de empresa/produto:	
	Não tem		Não tem
	SIF (Federal / Mapa) (salte para 3.3.)		Vigilância sanitária (salte para 3.5)
	SIE (estadual) (salte para 3.3)		Ministério da Agricultura (salte para 3.5)
	SIM (municipal) (salte para 3.3)		Outro - Qual?

3.2 Por que não tem serviço de inspeção de sanidade animal ou registro de empresa/produto de origem vegetal ? (até 3 motivos)

	Não quer		Custo elevado
	Instalações inadequadas		Processo de produção não atende normas
	Dificuldades burocráticas		Falta de recursos
	Falta de conhecimento		Inexistência de serviço de inspeção no município
	Problemas com a qualidade do produto		Outro - Qual?

(responder as 2 próximas questões somente quem processa produtos de origem animal)

3.3 Tem interesse em mudar o tipo de serviço de inspeção ? (exemplo: de SIM para SIE ou SIE para SIF)

	Sim		Não (salte p/ 3.5)		Em trâmite

3.4 Quais dificuldades encontra para mudar o serviço de inspeção?

Indique até três por ordem de importância (número 1 como sendo o mais importante , 2 para o 2º mais importante e 3 para o 3º mais importante)

	Não encontra dificuldade		
	Instalações inadequadas		Falta de conhecimento
	Dificuldades burocráticas		Processo de produção não atende normas
	Outro Qual?		

3.5 Qual a situação do empreendimento em relação à marca de seus produtos?

	Marca com registro no INPI	Especifique a marca	
	Marca sem registro no INPI	Especifique a marca	
	Não possui marca		

3.6 Utiliza rótulo em seus produtos? | | Sim | | Não

3.7 Utiliza código de barras em seus produtos?

	Sim, com registro		Sim, sem registro		Não utiliza

3.8 Utiliza marca/identificação coletiva? | | Sim Qual ? | | | | Não

3.9 Número de pontos de venda

3.10 Percentual da quantidade comercializada em 2009, segundo o tipo de cliente

	Direto ao consumidor (Neste caso responder a questão 3.10.1)
	Ceasa/ mercado do produtor
	Supermercados
	Pequenos mercados, padarias, mercearias e lojas especializadas
	Intermediário (atacadista, caminhoneiro, etc.)
	Compra institucional - municipal, estadual e federal, inclusive alimentação escolar e PAA
	Entrega para a cooperativa
	Outro Qual?
0	Soma (O total deve fechar em 100%)

3.10.1 Assinalar (x) nos locais de venda dos produtos diretamente ao consumidor (Responder se em 3.11 vende direto ao consumidor)

	Na propriedade
	À domicílio
	Ponto de estrada
	Feiras
	Outro Qual?

3.11 Percentual do valor dos produtos comercializados, segundo a distribuição territorial (destino)

	Município
	Municípios da região
	Estado
	Outros estados
	Outros países
-	Soma (O total deve fechar em 100%)

3.12 O volume de vendas em 2009?

	Aumentou	Quanto?	%
	Diminuiu	Quanto?	%
	Permaneceu o mesmo		
	Não se aplica		

3.13 O que necessita para incrementar e/ou melhorar a comercialização?

Indique até cinco por ordem de importância (número 1 como sendo o mais importante , 2 para o 2º mais importante e assim por diante)

	Sem dificuldade
	Ampliação do número de pontos de venda
	Diversificação de produtos
	Melhoria na forma de apresentação do produto (embalagens, rótulos)
	Assessoria e capacitação para comercialização
	Formação e /ou fortalecimento de cooperativas/associações para comercialização
	Marketing, divulgação e promoção de produtos
	Melhoria da qualidade de produto
	Melhor infra-estrutura de transporte/comercialização/logística
	Outro Qual?
	Outro Qual?
	Outro Qual?

3.14 Quem realiza as vendas dos produtos?

	Proprietário(a)		Vendedor(es) contratado(s)
	Cônjuge do proprietário(a)		Cooperativa /associação
	Filho ou genro do proprietário(a)		Outro Qual?
	Filha ou nora do proprietário(a)		
	Um sócio responsável pela venda		
	Os próprios associados (qualquer um)		

4 MÃO-DE-OBRA

4.1 Número de pessoas que trabalharam no empreendimento no ano de 2009

Tipo	Familiar	Contratada (não familiar)
Permanente		
Temporária		

4.2 Preencha com os dias trabalhados nos meses de operação do empreendimento em 2009 (número de dias)

	Janeiro		Abril		Julho		Outubro
	Fevereiro		Maio		Agosto		Novembro
	Março		Junho		Setembro		Dezembro

4.3 Houve retorno de pessoas que moravam na cidade para trabalhar no empreendimento?

	Não				
	Sim quantos adultos?		Homens		Mulheres
	quantos jovens? (entre 15 e 24 anos)		Rapazes		Moças

4.4 O empreendimento influenciou na permanência de pessoas no meio rural?

	Não				
	Sim quantos adultos?		Homens		Mulheres
	quantos jovens? (entre 15 e 24 anos)		Rapazes		Moças

4.5 Quais capacitações a mão de obra do empreendimento participou? (assinale com x):

	Não participou	
	Fabricação de produtos	
	Manipulação de alimentos /Boas práticas	
	Higiene industrial	
	Controle de qualidade	
	Gestão de empreendimentos	
	Cooperativismo/associativismo	
	Tecnologia da informação	
	Outro Qual?	
	Outro Qual?	
	Outro Qual?	

4.6 Em quais áreas abaixo existe necessidade de capacitação?

Indique até três por ordem de importância (número 1 como sendo o mais importante , 2 para o 2º mais importante e 3 para o 3º mais importante)

	Não necessita		
	Gestão de empreendimentos		Controle de finanças
	Cooperativismo e redes de cooperação		Técnicas de produção de matéria-prima
	Custos de produção e formação de preços		Técnicas de processamento agroindustrial
	Controle de qualidade		Outro Qual?
	Higiene industrial/manipulação de alimentos		Outro Qual?
	Venda/ marketing/divulgação de produtos		

5 **INFRAESTRUTURA**

5.1 O empreendimento possui:

	Computador		Moto
	Acesso internet		Automóvel
	Telefone		Furgão/caminhonete sem refrigeração
	Logotipo		Furgão/caminhonete refrigerado
	Laboratório		Caminhão sem refrigeração
	Estrutura de armazenagem		Caminhão refrigerado

5.2 Qual a área do imóvel (construção física) do empreendimento? ____ m^2

5.3 Situação do imóvel onde funciona o empreendimento: *(somente 1 alternativa)*

	Próprio		Comodato público
	Alugado		Cedido (sócio, associação,etc.)
	Comodato com a Cooperativa		Outro Qual?

5.4 As condições das vias públicas de acesso ao empreendimento são:

	Transitáveis (boas) em qualquer tempo
	Transitáveis (boas) somente com tempo bom
	Ruins

5.5 Distância entre o empreendimento e a sede do município ____ km

5.6 A qualidade da energia elétrica do empreendimento é: (considerando aspectos como interrupções, oscilações, interferências, etc.)

	Satisfatória
	Insatisfatória

6 **GESTÃO**

6.1 Quem administra o empreendimento?

	Proprietário(a)		Sócio responsável pela gestão do empreendimento
	Cônjuge do proprietário(a)		Pessoa contratada
	Filho ou genro do proprietário(a)		Outro Qual?
	Filha ou nora do proprietário(a)		

6.2 De que maneira são realizados os controles administrativos (custos, vendas e outros) (somente 1 alternativa)

	Não existe controle
	Existe, mas apenas dos principais itens
	O controle é detalhado, através de livro caixa, arquivos, planilhas, etc.
	Outro Qual?

6.3 Como determina os preços de venda dos produtos?

	Através do valor contábil		Pelo custo de produção
	Pelo preço praticado no mercado		Outro Qual? Lei da Oferta e Procura

7 **OUTRAS**

7.1 Participa de organização (formal ou informal) com o objetivo de troca de informações e busca de soluções coletivas relacionadas ao empreendimento?

	Não
	Sim Qual ?

7.2 Na sua percepção, qual o grau de satisfação dos sócios (ou família, no caso de empreendimento familiar) com o empreendimento?

	Insatisfeito		Pouco satisfeito		Satisfeito		Muito satisfeito

(Responder somente se a resposta para a questão 7.2 tiver sido insatisfeito ou pouco satisfeito)

7.3 Qual a principal razão da insatisfação ou da pouca satisfação com o empreendimento? *(somente uma alternativa)*

	A renda gerada é muito baixa		Exige muita dedicação/excesso de trabalho
	Excesso de burocracia		Mercado restrito/dificuldade de vender
			Outro Qual?

7.4 Pretende continuar investindo no empreendimento?

	Sim		Não (salte para questão 7.6)

7.5 Em que área pretende investir?

Indique até três por ordem de importância (número 1 como sendo o mais importante , 2 para o 2º mais importante e 3 para o 3º mais importante)

	Instalações		Produção de matéria-prima
	Máquinas e equipamentos de produção		Informatização
	Melhorar qualidade do produto		Ampliar pontos de venda
	Armazenagem		Veículos/meios de transporte
	Marketing/divulgação do produto		Outro Qual?

7.6 Por que não pretende continuar investindo no empreendimento? *(até 2 alternativas)*

Indique até duas por ordem de importância (número 1 como sendo o mais importante , 2 para o 2º mais importante)

	Não precisa/não tem interesse/está satisfeito		Limitações do mercado/consumidores
	Falta dinheiro ou condições de financiamento		Dificuldade de mão de obra
	Os filhos não querem continuar		Outro Qual?

7.7 Valor total investido no empreendimento até o momento, segundo as fontes de recursos:

	Próprio	R$				
	Financiamento(*)	R$		Financiamento está quitado?	Sim	Não
	Outro	R$		Especifique:		

(*) caso tenha financiamento, assinalar com x se este está quitado ou não

7.8 O empreendimento foi beneficiado por algum Programa de Governo ou de entidades privadas?

	Não foi beneficiado
	Governo federal (especifique se souber)
	Pronaf investimento
	Pronaf infraestrutura/ Pronafão/ Pronaf municípios
	Programa de desenvolvimento da Faixa de Fronteira (Ministério da Integração Nacional)
	Programa dos Territórios
	Outro Qual?
	Governo estadual (especifique se souber)
	Microbacias 2
	FDR - Fundo estadual de desenvolvimento rural (da SAR)
	Outro Qual?
	Governo municipal
	Qual?
	Entidades privadas
	Qual?

8 **Aspectos ambientais**

8.1 Possui licença ou autorização ambiental? De que tipo?

	Nenhuma
	Licença Ambiental Previa (LAP)
	Licença Ambiental de Instalação (LAI)
	Licença Ambiental de Operação (LAO)
	Autorização Ambiental
	Declaração de Conformidade Ambiental/ Certidão ambiental

8.2 A propriedade/área onde está localizado o empreendimento tem reserva legal?

	Não				
	Sim	Se sim, está averbada?		Sim		Não

8.3 Quais são as fontes de energia do empreendimento?

	Energia elétrica	monofásica		bifásica		trifásica	
	Lenha						
	Carvão						
	Gas						
	Diesel						
	Energia solar						
	Outra Qual?						

8.4 Quais são os tipos de fontes de captação de água do empreendimento?

	Rede privada
	Rede pública
	Rio ou curso d'água
	Nascente
	Barragem
	Açude
	Lago natural ou lagoa
	Poço raso
	Poço profundo

8.5 O empreendimento possui cadastro de usuário de água?

	Sim		Não

8.6 O empreendimento possui?

	Reciclagem de lixo
	Captação de água da chuva
	Tratamento de efluentes

9 **Observações Gerais**

Diagnóstico dos empreendimentos de agregação de valor da agricultura familiar, pescadores artesanais e maricultores de Santa Catarina

OUTRAS ATIVIDADES DE AGREGAÇÃO DE VALOR (agrícolas e não agrícolas)

.

Pesquisa

	Nome	email	Fone	Data
Pesquisador				
Revisor				
Digitador				

1. **GERAL**

1.1 Identificação do empreendimento de agregação de valor

1.1.1 Responsável

Nome						
Função		Sexo		Idade	CPF	

1.1.2 Empreendimento

Nome							
CNPJ		ou		Não tem	Ano da constituição		
Endereço							
Perímetro		Rural	Coord. Geográfica	Latitude			
		Urbano		Longitude			
Município		Código					
Microbacia (*)		Comunidade					
E-mail		Telefone					
Site		ou		Não tem			

(*) caso tenha sido trabalhada no MB2, preencher nome de microbacia e comunidade.

1.2 Tipo de empreendimento

1.2.1

	Formal		Informal

1.2.2

	Individual/familiar		Grupal

1.2.3

	Associação		Cooperativa por produto/cadeia - singular
	Condomínio		Empresa
	Filial de cooperativa descentralizada		Empreendimento Informal
	Unidade de cooperativa descentralizada		Outro Qual ?

1.3 Componentes do empreendimento

1.3.1 A maioria dos associados ou cooperados (ou familiares para empreendimentos individuais) é?

	Agricultor familiar		Pescador artesanal/maricultor

1.3.2 Número de associados ou cooperados (ou familiares para empreendimentos individuais)

1.3.3 Dados de todos os sócios (ou familiares para empreendimentos individuais)

	Nome	Sexo (M/F)	Idade (anos)	CPF	Grau Parentesco com o proprietário (para empreendimento individual/familiar)
1					
2					
3					
4					
5					
6					
7					
8					
9					
10					
11					
12					
13					
14					
15					
16					
17					
18					
19					
20					

1.4 O empreendimento faz parte de alguma cooperativa ou associação de comercialização?

	Não					
	Sim - Nome da cooperativa ou associação					
CNPJ				Não tem		Não sabe

1.5 Caracterização da atividade não-agrícola: assinale com x o tipo de atividade não agrícola do empreendimento

	Turismo rural (assinale com x o(s) tipo(s) de serviço(s) prestado(s))		
	Hospedagem		Pesque pague
	Lazer em geral (trilhas, ecoturismo, esportes, ...)		Outro Qual ?
	Alimentação		Outro Qual ?
	Prestação de serviço vinculado a atividade agropecuária (assinale com x o(s) tipo(s) de serviço(s) prestado(s))		
	Mecanização		Fabricação de máquinas e equipamentos agrícolas
	Conserto de máquinas e equipamentos agrícolas		Outro Qual ?
	Artesanato (assinale com x o(s) tipo(s) de artesanato)		
	Fibra de bananeira		Vime
	Palha de milho		Cipó
	Palha de trigo		Bambu
	Lã de ovelha		Outro Qual ?
	Outras atividades não agrícolas ligadas a agropecuária		
	Especificar		

1.6 Para o turismo rural (pousadas, pesque-pague, etc.) indique a capacidade de atendimento (número de pessoas/dia), segundo a atividade

Atividade	Pessoas/dia
Hospedagem	
Lazer em geral (trilhas esportes,etc.)	
Alimentação	
Pesque-pague	
Outra -Qual?	
Outra -Qual?	

1.7 Quem assessorou a criação e organização do empreendimento?

Indique até três por ordem de importância (número 1 como sendo o mais importante , 2 para o 2º mais importante e 3 para o 3º mais importante)

	Não recebeu ajuda				
	Epagri		Sindicato	Qual ?	
	Sebrae		ONG's	Qual ?	
	Cooperativa		Movimento social	Qual ?	
	Cidasc		Outro	Qual ?	
	Rede Ecovida		Outro	Qual ?	
	Secretaria Municipal de Agricultura- Prefeitura				
	Microbacias 2 (ADM)				

1.8 De quem o empreendimento recebe assistência técnica e ou assessoria ?

Indique até três por ordem de importância (número 1 como sendo o mais importante , 2 para o 2º mais importante e 3 para o 3º mais importante)

	Não Recebe				
	Epagri		ONG's	Qual ?	
	Cooperativa		Universidade	Qual ?	
	Empresa privada		Movimento social	Qual ?	
	Secr Municipal/Prefeitura		Outro	Qual ?	

2 **GESTÃO/MÃO DE OBRA**

2.1 Quem administra o empreendimento?

	Proprietário(a)		Sócio responsável pela gestão do empreendimento
	Cônjuge do proprietário (a)		Pessoa contratada
	Filho ou genro do proprietário(a)		Outro
	Filha ou nora do proprietário(a)		

2.2 De que maneira são realizados os controles administrativos? (custos, vendas e outros)

	Não existe controle
	Existe, mas apenas dos principais itens
	O controle é detalhado, através de livro caixa, arquivos, planilhas, etc.
	Outro Qual?

2.3 Número de pessoas que trabalharam no empreendimento no ano de 2009

Tipo	Familiar	Contratada (não familiar)
Permanente		
Temporária		

2.4 Preencha com os dias trabalhados nos meses de operação do empreendimento em 2009 (número de dias)

	Janeiro		Abril		Julho		Outubro
	Fevereiro		Maio		Agosto		Novembro
	Março		Junho		Setembro		Dezembro

2.5 Houve retorno de pessoas que moravam na cidade para trabalhar no empreendimento?

	Não				
	Sim quantos adultos?		Homens		Mulheres
	quantos jovens? (entre 15 e 24 anos)		Rapazes		Moças

2.6 O empreendimento influenciou na permanência de pessoas no meio rural?

	Não				
	Sim quantos adultos?		Homens		Mulheres
	quantos jovens? (entre 15 e 24 anos)		Rapazes		Moças

2.7 Quais capacitações a mão de obra do empreendimento participou? (assinale com x):

	Não participou	
	Técnicas administrativas	
	Controle de qualidade	
	Gestão de empreendimentos	
	Cooperativismo/associativismo	
	Técnica de produção	
	Outro Qual?	
	Outro Qual?	
	Outro Qual?	

2.8 Em quais áreas abaixo existe necessidade de capacitação?

Indique até três por ordem de importância (número 1 como sendo o mais importante , 2 para o 2º mais importante e 3 para o 3º mais importante)

	Não necessita			
	Gestão de empreendimentos		Controle de finanças	
	Cooperativismo e redes de cooperação		Técnicas de produção	
	Custos de produção e formação de preços		Outro	
	Controle de qualidade		Outro	
	Venda/ marketing/divulgação de produtos		Outro	

3 **INFRAESTRUTURA**

3.1 O empreendimento possui?

	Computador	
	Acesso internet	
	Telefone	
	Logotipo	
	Veículo Qual?	

3.2 Situação do imóvel onde funciona o empreendimento: *(somente 1 alternativa)*

	Próprio		Comodato público	
	Alugado		Cedido (sócio, associação,etc.)	
	Comodato com a Cooperativa		Outro Qual?	

3.3 As condições das vias públicas de acesso ao empreendimento são?

	Transitáveis (boas) em qualquer tempo
	Transitáveis (boas) somente com tempo bom
	Ruins

3.4 Distância entre o empreendimento e a sede do município? ____ km

3.5 A qualidade da energia elétrica do empreendimento é? (considerando aspectos como interrupções, oscilações, interferências, etc.)

- ____ Satisfatória
- ____ Insatisfatória

4 **OUTRAS**

4.1 Participa de organização (formal ou informal) com o objetivo de troca de informações e busca de soluções coletivas relacionadas ao empreendimento?

- ____ Não
- ____ Sim Qual ?

4.2 Quais foram as receitas e custos do empreendimento em 2009?

Receita bruta (valor total dos produtos ou serviço)	R$	
Custo variável (mão-de-obra paga, matéria-prima, aluguel, transporte,etc)	R$	

4.3 Na sua percepção, qual o grau de satisfação dos sócios (ou família, no caso de empreendimento familiar) com o empreendimento?

____ Insatisfeito ____ Pouco satisfeito ____ Satisfeito ____ Muito satisfeito

4.4 Qual a principal razão da insatisfação ou da pouca satisfação com o empreendimento? *(somente uma alternativa)*
(Responder somente se a resposta para a questão 3.3 tiver sido insatisfeito ou pouco satisfeito)

- ____ A renda gerada é muito baixa
- ____ Excesso de burocracia
- ____ Exige muita dedicação
- ____ Mercado restrito
- ____ Outro Qual?

4.5 Pretende continuar investindo no empreendimento?

____ Não (Salte para a Questão 4.7) ____ Sim

4.6 Em que área pretende investir?

Indique até três por ordem de importância (número 1 como sendo o mais importante , 2 para o 2º mais importante e 3 para o 3º mais importante)

- ____ Instalações
- ____ Máquinas e equipamentos de produção
- ____ Melhorar qualidade do produto
- ____ Marketing/divulgação do produto/serviço
- ____ Informatização
- ____ Ampliar pontos de venda
- ____ Veículos/meios de transporte
- ____ Outro Qual?

4.7 Por que não pretende continuar investindo no empreendimento? *(até 2 alternativas)*
Indique até duas por ordem de importância (número 1 como sendo o mais importante , 2 para o 2º mais importante)

- ____ Não precisa/não tem interesse/está satisfeito
- ____ Falta dinheiro ou condições de financiamento
- ____ Os filhos não querem continuar
- ____ Limitações do mercado/consumidores
- ____ Dificuldade de mão de obra
- ____ Outro

4.8 Valor total investido no empreendimento até o momento segundo a fonte de recursos:

____	Próprio	____	R$			
____	Financiamento	____	R$	financiamento está quitado?	____ Sim	____ Não
____	Outro	____	R$	especifique:		

(*) caso tenha financiamento, assinalar com x se este está quitado ou não

4.9 O empreendimento foi beneficiado por algum Programa de Governo ou de entidades privadas?

	Não foi beneficiado
	Governo federal (especifique se souber)
	Pronaf investimento
	Pronaf infraestrutura/ Pronafão/ Pronaf municípios
	Programa de desenvolvimento da Faixa de Fronteira (Ministério da Integração Nacional)
	Programa dos Territórios
	Outro Qual?
	Governo estadual (especifique se souber)
	Microbacias 2
	FDR
	Outro Qual?
	Governo municipal
	Qual?
	Entidades privadas
	Qual?

5 **ASPECTOS AMBIENTAIS**

5.1 Possui licença ou autorização ambiental? De que tipo?

	Nenhuma
	Licença Ambiental Previa (LAP)
	Licença Ambiental de Instalação (LAI)
	Licença Ambiental de Operação (LAO)
	Autorização Ambiental
	Declaração de Conformidade Ambiental/ Certidão ambiental

5.2 A propriedade/área onde está localizado o empreendimento tem reserva legal?

	Não				
	Sim	Se sim, está averbada?		Sim		Não

5.3 Quais são as fontes de energia do empreendimento?

	Energia elétrica	monofásica		bifásica		trifásica
	Lenha					
	Carvão					
	Gás					
	Diesel					
	Energia solar					
	Outra Qual?					

5.4 Quais são os tipos de fontes de captação de água do empreendimento?

	Rede privada
	Rede pública
	Rio ou curso d'água
	Nascente
	Barragem
	Açude
	Lago natural ou lagoa
	Poço raso
	Poço profundo

5.5 O empreendimento possui cadastro de usuário de água?

	Sim		Não

5.6 O empreendimento possui?

	Reciclagem de lixo
	Captação de água da chuva
	Tratamento de efluentes

6 Observações Gerais

Diagnóstico dos empreendimentos de agregação de valor da agricultura familiar, pescadores artesanais e maricultores de Santa Catarina

REDES DE COOPERAÇÃO (associações, condomínios e cooperativas)

.

Pesquisa

	Nome	email	Fone	Data
Pesquisador				
Revisor				
Digitador				

1 **TIPO DE ORGANIZAÇÃO ASSOCIATIVA**

	Associação de organização para a comercialização
	Condomínios de organização da produção e/ou comercialização
	Cooperativa por produto/cadeia produtiva (singular)
	Cooperativa descentralizada
	Cooperativa central

2 **IDENTIFICAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO**

2.1.1. responsável

Nome							
Função		Sexo		Idade		CPF	

2.1.2 Organização

Nome								
CNPJ		ou		Não tem		Ano da constituição		
Endereço								
perímetro		Rural	Coord. Geográfica	Latitude				
		Urbano		Longitude				
Município		código						
Microbacia (*)				Comunidade				
E-mail				Telefone				
Site				ou		Não tem		

(*) caso tenha sido trabalhada no MB2, preencher nome de microbacia e comunidade.

3 **COMPOSIÇÃO DA ORGANIZAÇÃO**

3.1 Número de empreendimentos associados

3.2 Relacionar os EMPREENDIMENTOS associados da organização

	Nome	CNPJ
1		
2		
3		
4		
5		
6		
7		
8		
9		
10		
11		
12		
13		
14		
15		
16		
17		
18		
19		
20		

3.3 A maioria dos associados ou cooperados é?

	Agricultor familiar		Pescador artesanal/maricultor

3.4 Número de pessoas físicas associadas à organização:

3.5 Relacionar os associados (pessoa física) da organização:

	Nome	Sexo (M/F)	Idade (anos)	CPF
1				
2				
3				
4				
5				
7				
8				
9				
10				
11				
12				
13				
14				
15				
16				
17				
18				
19				
20				

4 **INFRAESTRUTURA E GESTÃO**

4.1 A estrutura física onde funciona a organização (sala/prédio ou casa) é?

	Próprio		Comodato público
	Alugado		Cedido (sócio, associação,etc.)
	Comodato com a cooperativa		Outro Qual ?

4.2 A organização possui?

	Computador		Moto
	Acesso internet		Automóvel
	Logotipo		Furgão/caminhonete sem refrigeração
	Telefone fixo		Furgão/caminhonete refrigerado
	Assistência técnica		Caminhão sem refrigeração
			Caminhão refrigerado

4.3 De que maneira são realizados os controles administrativos (custos, vendas e outros)?

	Não existe controle
	Existe, mas apenas dos principais itens
	O controle é detalhado, através de livro caixa, arquivos, planilhas, etc.
	Outro Qual?

5 **CARACTERIZAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO**

5.1 Que produtos os empreendimentos e agricultores associados a esta organização produzem? (não responder no caso de cooperativas centrais)

	Leite e derivados		Grãos e derivados (1)		Mel e derivados
	Suínos e derivados		Hortaliças e derivados (2)		Ovos
	Bovinos e derivados		Cana e derivados (3)		Massas
	Aves e derivados		Mandioca e derivados		Panificação
	Pescados e derivados		Frutas e derivados (4)		Madeira e derivados
	Ovinos e derivados		Palmáceas (5)		Outro Qual ?

(1) Feijão, arroz, milho ,etc.
(2) Embaladas, processadas, conservas.
(3) Açúcar mascavo, cachaça, melado, etc.
(4) Frutas embaladas , compotas, doces, sucos, vinhos e licores.
(5) Juçara, palmeira real, pupunha, etc

5.2 Assinale as atividades dos empreendimentos e dos agricultores associados a organização.

	Turismo rural
	Prestação de serviço vinculado a atividade agropecuária
	Artesanato
	Outra atividade não agrícola Especificar

5.3 Qual(quais) o(s) objetivo(s) da organização?

	Organizar a compra de matéria-prima em conjunto
	Organizar a compra de insumos em conjunto
	Organizar a venda de produtos agrícolas em conjunto
	Organizar a venda de produtos processados em conjunto
	Organizar a produção conjunta de produtos agrícolas ou matérias primas
	Armazenar e processar matéria prima em conjunto
	Prestar outros serviços aos associados Qual?
	Outro Qual?
	Outro Qual?

6 **ASSESSORIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA**

6.1 Quem assessorou na criação da organização?

Indique até três por ordem de importância (número 1 como sendo o mais importante , 2 para o 2º mais importante e 3 para o 3º mais importante)

	Não recebeu ajuda				
	Epagri		Sindicatos	Qual ?	
	Sebrae		ONGs	Qual ?	
	Cooperativa		Movimento social	Qual ?	
	Cidasc		Outro	Qual ?	
	Rede Ecovida		Outro	Qual ?	
	Secretaria Municipal de agricultura- Prefeitura				
	Microbacias 2				

6.2 De quem a organização recebe assistência técnica e ou assessoria ?

Indique até três por ordem de importância (número 1 como sendo o mais importante , 2 para o 2º mais importante e 3 para o 3º mais importante)

	Não Recebe				
	Epagri		ONGs	Qual ?	
	Cooperativa		Universidade	Qual ?	
	Empresa privada		Movimento social	Qual ?	
	Secr. Municipal/Prefeitura		Outro	Qual ?	

6.3 A organização foi beneficiada por algum programa de governo ou de entidades privadas?

	Não foi beneficiado		
	Governo federal (especifique se souber)		
		Pronaf investimento	
		Pronaf infraestrutura/ Pronafão/ Pronaf municípios	
		Programa de desenvolvimento da Faixa de Fronteira (Ministério da Integração Nacional)	
		Programa dos Territórios	
		Outro Qual?	
	Governo estadual (especifique se souber)		
		Microbacias 2	
		FDR -	
		Outro Qual?	
	Governo municipal		
	Qual?		
	Entidades privadas		
	Qual?		

7 Observações Gerais

.

ANEXO 5 – Estrutura e Composição do Conselho Gestor dos Corredores Ecológicos

Implementação do Conselho Gestor

A Lei Federal nº 9.895 de 2000 e seu Decreto de regulamentação (Decreto nº 4.340 de 2002) definem que as Unidades de Conservação devem dispor de Conselhos Gestores, deliberativos ou consultivos, para sua gestão. Do mesmo modo, a Política Nacional de Áreas Protegidas, a partir do Decreto Federal nº 5.758 de 2006, reconhece os Conselhos Gestores como componentes fundamentais na tomada de decisão sobre as Unidades de Conservação.

A despeito do SNUC não definir uma estrutura de gestão para Corredores Ecológicos, entendendo o Corredor Ecológico Chapecó como uma área-piloto voltada ao desenvolvimento de mecanismos econômicos específicos, que propiciem a conservação da biodiversidade existente nas Unidades de Conservação presentes na área e em fragmentos de ambientes naturais estratégicos à conectividade da paisagem, a presença de um Conselho Gestor e de uma estrutura de gestão executiva são instrumentos fundamentais para a implementação e gestão deste Corredor.

Partindo-se deste princípio, o Conselho Gestor do Corredor Ecológico Chapecó atuará como uma estrutura de gestão política, intimamente ligado à estrutura de gestão executiva (criada a partir do processo de incubação da gestão – ver *item 7.5*).

Enquanto a estrutura executiva tem como atribuição a articulação para implementação e monitoramento das ações do Corredor Ecológico, o Conselho Gestor deverá atuar na esfera política, a partir da aproximação entre setores de interesse, acompanhamento das ações da estrutura executiva e apoio à tomada de decisão e no delineamento das diretrizes para a implementação do Corredor.

A criação do Conselho Gestor deverá se pautar nas diretrizes estabelecidas pelo SNUC (Lei 9.895/2000) e pelo Decreto nº 4.340/2002, que define:

- a composição do Conselho deve buscar representatividade das esferas do poder público (esfera municipal, estadual e federal);
- no caso da sociedade civil, a composição do Conselho deve considerar a presença de representantes dos seguintes setores: comunidade científica, organizações não governamentais com atuação comprovada na região, representantes dos setores sociais e econômicos (associações de produtores, trabalhadores e proprietários), representantes da iniciativa privada, dentre outros;
- a representação da sociedade civil e órgãos públicos deve ser paritária; e
- o mandato dos conselheiros deve ser de dois anos, renovável por igual período, e não remunerado.

Além destes e outros critérios, o SNUC também define algumas atribuições para os Conselhos Gestores, dentre as quais se destacam:

- propor diretrizes e ações para compatibilizar, integrar e otimizar a relação com a população local, conforme o caso;
- acompanhar a gestão por OSCIP (organização da sociedade civil de interesse público) e recomendar a rescisão do termo de parceria, quando constatada irregularidade;

- avaliar orçamento anual elaborado pelo órgão executor;
- procurar compatibilizar os interesses dos diversos segmentos sociais locais, dentre outros.

Para os Corredores Ecológicos Chapecó e Timbó, as etapas para a criação do Conselho Gestor estão apresentadas abaixo:

Identificação de atores sociais locais
Composição do grupo focal para formação do Conselho
Capacitação dos membros participantes
Estruturação legal do Conselho
Definição do Regimento Interno

Fluxograma indicando as etapas para a criação do Conselho Gestor dos Corredores Ecológicos Chapecó e Timbó

a) *Identificação de atores sociais locais* – nesta etapa faz-se um levantamento das lideranças locais, representantes de associações, sindicatos e organizações não governamentais e governamentais nas diversas esferas do setor público. Este levantamento se dá a partir de um amplo processo de inserção socioambiental, já iniciado na etapa de planejamento do Corredor Ecológico.

b) *Composição do grupo focal para formação do Conselho* – a composição deste grupo deve ter como premissa os critérios elencados acima (SNUC). A partir da identificação dos membros potenciais e de uma composição paritária e representativa dos setores socioeconômicos e políticos, dá-se seguimento à formação do Conselho Gestor.

c) *Nivelamento dos membros participantes* – a partir da formação do grupo focal, dá-continuidade à formação do Conselho com atividades de nivelamento voltadas a temas relacionados ao Corredor Ecológico e à gestão participativa de Áreas Protegidas.

d) *Estruturação do Conselho Gestor* – instituição formal do Conselho através de Portaria do órgão gestor (FATMA).

e) *Definição do Regimento Interno* – posse dos conselheiros definidos e estruturação de um regimento interno detalhando suas atribuições, objetivos, procedimentos e princípios.

Após estas etapas, o Conselho Gestor terá todos os instrumentos legais efetivados para o seu funcionamento e estará capacitado para atuar como uma estrutura de gestão política dos Corredores Ecológicos.

ANEXO 6 - Termo de coleta de amostra de Produto Orgânico

CIDASC - Gerência de Defesa Sanitária Vegetal - GEDEV
TERMO DE COLETA DE AMOSTRA DE PRODUTOS ORGÂNICOS Nº_____

☐ **PRODUÇÃO** ☐ **COMÉRCIO** ☐ **TRÂNSITO**

Aos _____ dias do mês de _____ do ano de _____, o fiscal agropecuário, abaixo identificado, lavrou o presente TERMO DE COLETA DE AMOSTRA DE PRODUTOS ORGANICOS para o produto _____, pertencente a _____, CNPJ/CPF nº _____, estabelecido(a)_____ na localidade_____, no município de_____ , UF ____.

OBSERVAÇÕES:

LOCAL E DATA	CARIMBO E ASSINATURA DO FISCAL AGROPECUÁRIO
DATA DE RECEBIMENTO	NOME E ASSINATURA DO PRODUTOR/COMERCIANTE/CONTATO
NOME ASSINATURA E CPF DA TESTEMUNHA	NOME, ASSINATURA E CPF DA TESTEMUNHA

Nome do produtor ou empresa:		**CNPF(J):**
Nome da cultivar:		**Híbrida: ( ) sim ( ) não**
Identificação da área:		
Posição geográfica:		
Detalhes:		

1ª VIA – CIDASC CENTRAL 2ª VIA – PRODUTOR/COMERCIANTE/CONTATO 3ª VIA – FISCAL AGROPECUÁRIO

ANEXO 7 – Documentos do Responsável Técnico para CFO e CFOC

GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL
Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina
CIDASC Gerência de Defesa Sanitária Vegetal - GEDEV

TERMO DE HABILITAÇÃO DO RESPONSÁVEL TÉCNICO HABILITADO PARA EMISSÃO DE CFO E CFOC

FOTO 3X4

HABILITAÇÃO Nº:
NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO:
FORMAÇÃO PROFISSIONAL:
Nº CREA : CPF :
RG :
ENDEREÇO RESIDENCIAL:
MUNICÍPIO: UF: CEP:
FONE RESID.: FONE COMERCIAL:
CELULAR : E-MAIL:
REGISTRO NO CREA/UF OU VISTO:
EXTENSÃO DE HABILITAÇÃO : SIM ( ) NÃO ( )
Nº HABILITAÇÃO DE ORIGEM :

ASSINATURA DO RESPONSÁVEL TÉCNICO HABILITADO:

_____

_____

_____

Reconheço a assinatura do Responsável Técnico acima identificado, estando o mesmo credenciado a emitir a Certificado Fitossanitário de Origem - CFO, ou Certificado Fitossanitpario de Origem Consolidado - CFOC , para a(s) praga(s) listada(s) conforme anexo a este Termo de Habilitação.

FLORIANÓPOLIS ,

_____
PRESIDENTE DA CIDASC

7.1 Termo de Habilitação do Responsável Técnico

7.2 Lista de Pragas Autorizadas do Responsável Técnico

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL
COMPANHIA INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA-CIDASC

CIDASC

ANEXO AO TERMO DE HABILITAÇÃO N°

LISTA DE PRAGAS AUTORIZADAS PARA AS QUAIS O RESPONSAVEL TÉCNICO POSSUI HABILITAÇÃO

VINCULADA A HABILITAÇÃO Nº:

NOME CIENTÍFICO	NOME COMUM	PRODUTO HOSPEDEIRO SUJEITO A CFO	DATA HABILITAÇÃO

OBSERVAÇÃO:

ASSINATURA DO RESPONSÁVEL TÉCNICO HABILITADO:

_____

FLORIANÓPOLIS ,

_____
PRESIDENTE DA CIDASC

7.3 Carteira do Responsável Técnico

ANEXO VI
MODELO DA CARTEIRA DO RESPONSÁVEL TÉCNICO HABILITADO

SÍMBOLO DO OEDSV	Nome do OEDSV Foto 3x4
Habilitação nº: Nome: RG: CPF: CREA: Data de expedição: ____/____/_____ _____ ASSINATURA DO RT HABILITADO	

O portador deste documento está habilitado a emitir o Certificado Fitossanitário de Origem – CFO ou Certificado Fitossanitário de Origem Consolidado – CFOC, para as pragas constantes do Anexo do seu Termo de Habilitação, de acordo com a legislação vigente.

Local e data:

Observações adicionais:

_____
TITULAR DO OEDSV

GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL
Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina
CIDASC Gerência de Defesa Sanitária Vegetal - GEDEV

CERTIFICADO FITOSSANITÁRIO DE ORIGEM Nº

Nome do produtor/empresa:					
Endereço:					
Município:				CEP :	
CNPJ/CPF					UF :
Produto			Código da Propriedade nº.		
Código UP	Cultivar	Área (ha)	Plantio (Mês e Ano)	Colheita (Mês e Ano)	Quantidade (Kg ou Nº)

LAUDO LABORATORIAL	Nome Laboratório:	
	Nº Laudo :	
	Município :	UF:

1) ( ) livre(s) de praga(s) quarentenária(s) A2, ou
2) ( ) dentro do(s) limite(s) de tolerância para a(s) praga(s) Não Quarentenária(s) Regulamentada(s), ou
3) ( ) livre da(s) praga(s) específica(s), por exigência interna, ou
4) ( ) livre da(s) praga(s) específica(s), por exigência do país importador, conforme regulamentação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA

Declaração Adicional

Tratamento Fitossanitário

Nome Produto Comercial utilizado	Ingrediente ativo	Dose	Praga	Modo de aplicação

Partida lacrada: sim( ) não( ) Lacre Nº: Porão Nº:
na origem Container Nº

Este certificado é válido por [redacted] dias, e será nulo se rasurado. A responsabilidade do emitente é limitada a este período.

Dados do Responsável Técnico

Nome Responsável Técnico CREA :
Habilitação nº :
Local e Data :

Assinatura e carimbo

ANEXO 8 – Certificado Fitossanitário de Origem - CFO

ANEXO 9 – Certificado Fitossanitário de Origem Consolidado – CFOC

GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL
Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina
CIDASC Gerência de Defesa Sanitária Vegetal - GEDEV

CERTIFICADO FITOSSANITÁRIO DE ORIGEM CONSOLIDADO Nº

Nome da empresa:
Endereço:
Município: CEP :
CNPJ/CFF UF :
Código UC nº:

Nº Lote	Nº(s) do(s) CFO(s) que compõem o lote	Produto	Quantidade (Kg / Nº)	Data da Consolidação

LAUDO LABORATORIAL	Nome Laboratório:
	Nº Laudo :
	Município : UF:

Certifico que mediante acompanhamento do recebimento das cargas que compuseram o (s) lote(s) acima especificado(s), este(s) se apresenta(m):
1) ( ) livre(s) de praga(s) quarentenária(s) A2, ou
2) ( ) dentro do(s) limite(s) de tolerância para a(s) praga(s) Não Quarentenária(s) Regulamentada(s), ou
3) ( ) livre da(s) praga(s) específica(s), por exigência interna, ou
4) ( ) livre da(s) praga(s) específica(s), por exigência do país importador, conforme regulamentação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA

Declaração Adicional

Tratamento Fitossanitário

Nome Produto Comercial utilizado	Ingrediente ativo	Dose	Praga	Modo de aplicação

Partida lacrada: sim( ) não( ) Lacre Nº: Porão Nº:
na origem Container Nº

Este certificado é válido por dias, e será nulo se rasurado. A responsabilidade do emitente é limitada a este período.

Dados do Responsável Técnico

Nome Responsável Técnico CREA :
Habilitação nº :
Local e Data :

Assinatura e carimbo

ANEXO 10 – Ficha de Inscrição da Unidade de Produção

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL
COMPANHIA INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA-CIDASC

CIDASC

FICHA DE INSCRIÇÃO DA UNIDADE DE PRODUÇÃO Nº

Nome do proprietário:
Identificação da Propriedade: Nº Inscrição estadual:
Rua/Estrada: Nº:
Bairro/Gleba:
Vias de acesso :
Município: UF : CEP:
CNPJ/CPF: Email:
Fone: FAX:
Local onde o livro deverá estar disponível:
Nº Renasem

Código da UP	Latitude	Longitude	Altitude

Espécie	Cultivar	Área (Hectare)	Data Plantio	Estimativa de Produção (t)	Estimativa de Produção (outros)

Nº CPF e Assinatura do RT

Assinatura do Produtor

Local e Data:

Assinatura e Carimbo do OEDSV

ANEXO 11 – Ficha de Inscrição da Unidade de Consolidação

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL
COMPANHIA INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA-CIDASC

CIDASC

FICHA DE INSCRIÇÃO DA UNIDADE DE CONSOLIDAÇÃO

N° Inscrição da UC:	Nº Inscrição estadual	
Nome da Empresa:		CNPJ:
Endereço:		N°
Município:	UF :	CEP :
Fone:	FAX:	
Endereço eletrônico		
Nome do Representante legal da empresa:		
CPF:		
End. Local de Armazenamento, Beneficiamento ou processamento da empresa:		
Rua :		
Numero :		
Bairro :		
Longitude	Latitude	Altitude :
Local em que o livro deverá estar disponível:		
Capacidade de Processamento/Armazenamento:		
Tipo de apresentação do produto e forma de identificação:		

Nº CPF e Assinatura do RT

Assinatura do representante legal da empresa

Local e Data:

Assinatura e carimbo do dirigente do OEDSV

ANEXO 12 – Documentos necessários ao Serviço de Inspeção Estadual (SIE).
Serviço de inspeção para estabelecimentos de produtos de origem animal.

***CHECK-LIST*:**

Nº PROTOCOLO ADR	
Nº PROTOCOLO GEINP	

RAZÃO SOCIAL			
NOME COMERCIAL OU FANTASIA:			
C.N.P.J. :	INSC. PROD. RURAL:	INSCRIÇÃO ESTADUAL:	CLASSIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO:
ENDEREÇO			
BAIRRO:	CEP :	MUNICÍPIO:	ADR
FONE: (0XX)	FAX: (0XX)	E-MAIL	
Nome do Proprietário ou Representante Legal:			

Doc		
		Secretaria de Desenvolvimento Regional
01		Requerimento de Solicitação de Vistoria – uma via original
		Cidasc Regional
02		Laudo de Inspeção Prévia do Terreno qdo for processo para construção- uma via original
03		Laudo Técnico do Estabelecimento Construído ou em Construção p/ Med.Vet./CIDASC- uma via original
04		Memorial Econômico Sanitário do Estabelecimento p/ Med.Vet. Cidasc - uma via original
05		Vistoria Final – 01 (uma) via original
		Prefeitura Municipal
06		Alvará de Construção ou Declaração de Isenção ou Viabilidade de Construção - uma via xerox
		Outros Órgãos (Regionais)
07		Cópias do Contrato Social ou Declaração de Firma Individual– uma via xerox
08		Comprovante do Nº CNPJ – Ficha de Atualização Cadastral – FAC uma via xerox
09		Comprovante do Nº Inscrição Produtor Rural – uma via xerox
10		Licença Ambiental Expedida ou Declaração de isenção pela FATMA - uma via xerox
11		Carteira de Saúde dos Empregados e do Proprietário (Atualizada) Saúde- uma via xerox
12		Boletim de Exame da Água de Abastecimento Art. 48 Decreto 3.748 de 12/07/93- uma via xerox
		Engenheiro Civil
13		Plantas do Estabelecimento (Baixa, Cortes, Localização) c/ memorial descritivo- 03 vias de cada original
		Proprietário e Responsável Técnico
14		Relação de Materiais Equipamentos Existentes no Estabelecimento - uma via original
15		Memoriais Descritivos de Processo Fabricação e Rotulagem c/ *Lay-Out*– uma via original

Observações: Toda a montagem do processo deverá ser realizada através da Secretaria de Desenvolvimento Regional e após encaminhar para a Cidasc/Geinp Central para análise, liberação do nº do SIE e aprovação e registro dos produtos com o nº seqüencial.

DATA: / / Carimbo e Assinatura do Responsável/ADR

DATA: / / Carimbo e Assinatura do Responsável/GEINP

Doc. 1 - Requerimento de Solicitação de Vistoria:

Requerer ao Senhor Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional e este remeter cópia para ADR da CIDASC com protocolo para acompanhamento, ao Serviço de Inspeção Estadual, informando: endereço, telefone, CFP ou CNPJ e o objetivo da solicitação, com assinatura do proprietário ou seu representante legal.

Modelo de Requerimento

Local / Data:

Ao Sr.

.....

Secretario do Desenvolvimento Regional de .....

Senhor Secretário

"....", inscrita no CNPJ/MF Nº..... , CPF nº ..... ou Inscrição de Produtor Rural sob nº ....., na cidade de ....., à rua .....,nº ....., bairro ....., CEP: ....., fone nº (.....)..... representada neste ato por seu proprietário ou representante legal, desejando estabelecer-se no ramo de ....., requer a V.S. determinação da Vistoria do estabelecimento ou Vistoria do Terreno, situado em ....., para que seja implantado o Serviço de Inspeção Estadual – SIE , de acordo com a Legislação vigente.

Nestes termos
P/deferimento

_____
Assinatura e identificação do proprietário

Obs.: Este requerimento deverá ser feito em folha oficio sem timbre, já que é uma expressão de solicitação do proprietário e não de órgãos oficiais.

Doc. 2 - LAUDO DE INSPEÇÃO PRÉVIA DO TERRENO (realizado pelo Médico Veterinário pelo Serviço de Inspeção na ADR)

Modelos:

2.1 LAUDO DE INSPEÇÃO PRÉVIA DO TERRENO

01 – Nome do estabelecimento:

02 – Classificação do estabelecimento:

03 – Nome do proprietário:

04 – Endereço:

05 – CEP e Município:

06 – Fone: Fax: Email:

07 – Área total disponível:

08 – Área do terreno a ser utilizada na construção:
Prédio industrial de apoio compreendendo ventilação interna, circulação de veículos, almoxarifado caldeira, etc.

09 – Perfil do terreno:

10 – Exposto a inundação:
☐ Sim ☐ Não

11 – Detalhes sobre facilidade de escoamento de águas pluviais:

12 – Distância de prédios limítrofes especificando sua natureza:

13 – Localização:
☐ Urbana ☐ Rural

14 – Existência nas proximidades de estabelecimentos industriais ou fontes que por sua natureza produzem odores indesejáveis, fumaça, poeira e outros contaminantes poluidores:
☐ Sim ☐ Não
Tipo:

15 – Distância aproximada entre o futuro estabelecimento e rios perenes ou lagoas:

16 – Água de abastecimento:
☐ Rede Pública ☐ Poço Artesiano ☐ Poço Raso ☐ Água De Superfície (Fonte)

17 – Existência de estabelecimento de produtos de origem animal do município em funcionamento:
☐ S.I.E. ☐ S.I.F. ☐ S.I.M.
tipo:

18 – Conclusões finais:

Local/Data:

Carimbo e assinatura do Médico Veterinário Responsável pelo SIE

Doc. 3 - LAUDO DE INSPEÇÃO PARA ESTABELECIMENTOS DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL JÁ CONSTRUÍDO OU EM CONSTRUÇÃO

(Matadouros-Frigoríficosde Bovinos/Suínos/Caprinos/Ovinos/Aves/Coelho/Peixes/Avestruz/Rã)

[X] *INICIAL* [ ] *FINAL*

01.Nome da Estabelecimento:	02. Nome do Proprietário:

03. Endereço

Av./Rua:		Bairro:
Caixa Postal:	Telefone:	Código e Município:

04. Localização:

Zona Urbana ( )	Suburbana ( )	Rural ( )

05.Afastamento do Edifício das Vias Públicas	06. Número (reservado) do S. I. E.
Circulação de Veículos:	Nº:

07. Espécie de animais que pretende abater:	08. Classificação do Estabelecimento:	09. Municípios que pretende abastecer:

10. Currais e dependências relacionadas:

a) Número:	b) Cobertura:	c) Bebedouros:
d) Currais para isolamento de animais doentes:	e) Pavimentação dos currais:	f) Escoamento das águas residuais:
g) Locais para lavação e desinfecção de vagões e outros veículos (precisar a distância em relação ao estabelecimento):		h)Dependências para necropsia:

i) Forno crematório:	j) Distância e situação dos currais em relação ao estabelecimento:	l)Idem, idem de estrumeiras (se houver).:

m) Rampa para bovinos: ( ) Sim ( ) Não	n) Rampa para Suínos: ( ) Sim ( ) Não	o) Existência de pedilúvio: ( ) Sim ( ) Não	p) Existência de chuveiro: ( ) Sim ( ) Não

11. Instalação Sanitárias:

a) Número: ( ) Sim ( ) Não	b) Lavatórios: ( ) Sim ( ) Não	c) Chuveiros: ( ) Sim ( ) Não	d) Privadas: ( ) Sim ( ) Não

e) Mictórios: ( ) Sim ( ) Não	f) Separação por Sexo: ( ) Sim ( ) Não	g) Localização:

12. Vestiários:

13. Aberturas (janelas, vitrôs, etc.):

Tipo:	Tela:

14. Iluminação:

a)Natural:	b)Artificial:

15. Ventilação:

a)Natural:	b)Artificial:

16. Dependências:

a) Matança: Informar Sobre: box, trilhos, nória, pisos, abertura de cabeças, serra elétrica, enfim toda aparelhagem ali existente. Informar Sobre a capacidade de matança por espécie e por hora:	b) Triparia: Informar Sobre: máquinas e aparelhos existentes, tanques etc.:

c) Graxaria Comestível: Informar Sobre toda a aparelhagem existente:	d) Graxaria Não Comestível: Informar Sobre toda a aparelhagem existente: Tachos p/cozimento de vísceras p/alimentação de suínos.
e) Conservas ou Processamento Embutidos Informar Sobre toda a aparelhagem existente:	f) Depósito de Couros:
g) Salgas de Couros: Informar Sobre a existência de tanque para desinfecção de couros:	h) Salga de Carne para Fabricação de Charque e outros Produtos: Informar Sobre a existência também de tanque para salga e depósitos de sal:
l) Depósito de subprodutos Não Comestíveis:	j) Depósito de Produtos Comestíveis:
l) Outras dependências existentes: almoxarifado ( ) oficinas ( ) garagem ( ) outros ( ).	m) Natureza e Revestimento dos Pisos:

17. Revestimento dos Forros: 18. Impermeabilização das Paredes:

19. Pessoal operários: nº por sexo:

Fem. ( )	Masc. ( )	Carteira de Saúde: ( ) Sim ( ) Não	Uniforme: ( ) Sim ( ) Não

20. Refrigeração:

a) Número Total de Câmaras:	g) Capacidade:	h) Outros Sistemas:
c) Capacidade (carcaças dependuradas):	e) Capacidade (carcaças estivadas):	
b) Câmaras de Resfriamento nº: temperatura:	d) Câmaras de congelação nº: temperatura:	f) Túneis de Congelação nº: temperatura:

21. Abastecimento de Água:

a) Origem da Água:	b) Tratamento:	c) Detalhes Sobre o sistema, operação e aparelhagem:
d) Exame Químico:		e) Exame Bacteriológico:

22. Rede de Esgoto:

a) Ralos:	b) Caixa de Retenção de Gordura:
c) Tratamento antes do Lançamento:	d) Lançamento:

23. Pavimentação:

a) Ruas:	b) Áreas para Secagem dos Produtos:

24. Sede do S.I.E.:

a) Escritório:	b) Arquivos:
c) Mesa e Cadeiras	d) Instalações Sanitárias:

25. Matérias Primas:

a) Natureza:	b) Origem:	c) Armazenamento:

26. Produtos Comestíveis Elaborados:

a) Variedades:	b) Armazenamento:

27. Subprodutos não Comestíveis Elaborados:

a) Variedades:	b) Armazenamento:

28. Dependência para Inspeção Final (D.I.F):

a) Localização da Sala de Matança:	b) Iluminação:
c) Água Quente:	d) Água Fria:

29. Caldeiras:

a) Número:	b) Capacidade:	c) Combustível Usado:	d) Localização:

30. Existência de Sala-Estufa para Controle de Enlatado:

31. Transportes Utilizados:

a) Ferroviário ( )	b) Rodoviário ( )	c) Desvios ( )	d) Veículos Comuns ( )
e) Frigoríficos e Isotérmicos ( )	f) Para Animais Vivos:		g) Para Produtos Elaborados ( ).

32. Condições Gerais do Estabelecimento:

33. Existência de Refeitórios:

34. Conclusão:

a) Pelo Registro:	b) Contrariamente ao Registro:	c) Justificar Devidamente:

d) Comentários :		
Data	Assinatura e Carimbo do Méd. Vet. Resp. SIE na ADR	Assinatura e Carimbo Gerente Regional Cidasc

Doc. 4 - MEMORIAL ECONÔMICO-SANITÁRIO DO ESTABELECIMENTO

4.1 - ESTABELECIMENTOS DE ORIGEM ANIMAL - *CARNES (MODELO)*

01. Nome da firma, ou do proprietário, ou do arrendatário.
(Completo com CGC ou CPF)

02. Denominação do estabelecimento.
(Nome Comercial)

03. Localização do estabelecimento.
(Endereço completo)

04. Categoria do estabelecimento.
(Citar se é Abatedouro -Frigorífico -Charqueada -Fábrica de Conserva, Fabrica de Produtos Suínos- etc.)

05.Dia/horário de chegada da matéria prima no estabelecimento;
(Citar 1º s e último de recebimento o dia). Distância máxima da produção da matéria prima e o estabelecimento. (Duração da viagem da matéria prima, da origem até o estabelecimento).

06. Horário de funcionamento;
(Citar 1º e último de recebimento o dia). Distância máxima da produção da matéria prima e o estabelecimento. Duração

07. Capacidade máxima diária de produção do estabelecimento;
(Citar a capacidade atual e a desejada. e em que espaço de tempo);

08. Produto que está sendo fabricado e o que se pretende fabricar, diariamente;
(Relacionar por ordem decrescente de importância).

09. Mercado de consumo;
Relacionar os principais municípios, por ordem decrescente de importância, com distância, aproximada e qual o meio de transporte utilizado;

10. Número aproximado de empregados;
Relacionar por sexo;

11. Relacionar maquinário e aparelhos

12. Água de abastecimento;
(Citar se é de rede pública, fonte natural, poço raso, artesiano e sua capacidade de vazão, que tipo de tratamento é feito);

13. Destino das águas servidas na limpeza dos vasilhames, do estabelecimento e do esgoto das instalações sanitárias;

14. Ventilação e iluminação (elétricas);
(Citar se é permanente, suficiente);

15.Tela milimétrica à prova de moscas nas janelas e molas de vai-e-vem nas portas;
(Citar que tipo de materiais são fabricados).

16. Natureza do piso, tipo de material de impermeabilização nas paredes;
(Relacionar por dependências);
17. Teto das dependências;
(Informar o tipo de material empregado);

18. Natureza dos revestimentos das mesas;
(Informar);

19.Vestiários, sanitários e refeitórios para os operários;
(Informar quantos tem, e a distância do estabelecimento);

20. Existência de indústrias nas proximidades do estabelecimento que por sua natureza produzam mau cheiro; (Existindo, informar o tipo de indústria, distância aproximada do estabelecimento).

Nota: Os itens acima deverão ser respondidos em 03 vias, originais, detalhadamente pelo requerente.

Local e data:.....

.....
Assinatura e carimbo do resp. reg. pelo SIE – Med. Vet. Cidasc

Em três vias, originais, em papel timbrado do próprio estabelecimento.

4.2 - ESTABELECIMENTOS DE ORIGEM ANIMAL - *LATICÍNIOS (MODELO)*

01. Nome da Firma, ou do Proprietário, ou do Arrendatário.
(Completo com CNPJ, Inscrição Estadual, Inscrição do Produtor Rural)

02. Denominação do Estabelecimento.
(Nome Comercial ou de Fantasia)

03. Localização do Estabelecimento.
(Endereço Completo)

04. Categoria do Estabelecimento
(Citar se é usina de Beneficiamento de Leite, Fábrica de Laticínios de Laticínios e Posto de Refrigeração)

05. Dia/Horário de Chegada da Matéria Prima no Estabelecimento; Distância máxima da produção da matéria prima e o estabelecimento. (Duração aproximada da viagem da matéria prima, da origem até o estabelecimento).

06. Dia/Horário de Funcionamento;

07. Capacidade Máxima Diária de Produção do Estabelecimento.

08. Produto que está sendo fabricado e o que se pretende fabricar, diariamente;
(Relacionar por ordem decrescente de importância).

09. Quantidade de soro produzido diariamente (local de armazenamento) destino:
Alimento Animal ☐
Ricota ☐
Bebida Láctea ☐

10. Mercado de Consumo;
(Relacionar os principais municípios por ordem decrescente de importância, com distância, aproximada e qual o meio de transporte utilizado)

11. Número aproximado de empregados (pessoas que trabalham)
(Relacionar por sexo);

1. Relacionar, Maquinismo e Aparelhos, Existentes. (no Caso de Pasteurizador de Leite). Tanques, Cubas, Capacidades, Informar o Tipo e N.º Registro ou Autorização de Uso do Ministério da Agricultura, ou do S.I.E.) Tanques, Cubas, Informar Tipo de Material que são Fabricados, com Certificação do Inmetro.

13. Laboratório (aparelhagens existentes)
físico- químico:
Microbiológico:

14. Água de Abastecimento;
(Citar se é de rede pública, fonte natural, poço raso, artesiano e sua capacidade de vazão, que tipo de tratamento é feito);

15. Destino das águas servidas na limpeza dos vasilhames, do estabelecimento e do esgoto das instalações sanitárias;

16. Ventilação e iluminação (elétrica);

17. Tela milimétrica à prova de moscas nas janelas e molas de vai-e-vem nas portas?

18. Natureza do piso e tipo de material de impermeabilização nas paredes;

19. Teto das dependências;
(Informar o tipo de material empregado);

20. Natureza dos revestimentos das mesas;
(Informar)

21. Vestiários, sanitários e refeitórios para os operários;
(Informar quantos tem, e a distância do estabelecimento);

22. O estabelecimento está delimitado com cercas teladas , circulação interna de veículos, chão pavimentado, chão batido.

23. Distância de outras edificações, estábulo residência, etc.
Nota: Os itens acima, deverão ser respondido, detalhadamente pelo requerente.

Local:.....

Data :.....

.....
Carimbo e Assinatura do Méd. Vet. Resp. Sie na Adr

4.3 - ESTABELECIMENTOS DE ORIGEM ANIMAL - *MEL E DERIVADOS (MODELO)*

01. Nome da Firma, ou do Proprietário, ou do Arrendatário.
(Completo com CNPJ, Inscrição Estadual, Inscrição do Produtor Rural)

02. Denominação do Estabelecimento.
(Nome Comercial ou de Fantasia)

03. Localização do Estabelecimento.
(Endereço Completo)
4. Categoria do estabelecimento;

☐ Apiário ☐ Entreposto de mel e cera da abelhas

5. Capacidade máxima diária do estabelecimento:

(Citar inicial e a desejada em que espaço de tempo)

6. Produtos que pretende fabricar;
(Relacionar por ordem decrescente de importância)
7. Mercado de consumo;
(Relacionar por ordem decrescente de importância)
8. Números aproximados de empregados;

☐ Masculino ☐ Feminino

9. Maquinismo e aparelhos a serem instalados e meios de transporte a serem empregados;
10. Laboratório – relacionar aparelhagens, vidrarias;
11. Água de abastecimento (citar sua capacidade aproximada de vazão, tipo de tratamento);

☐ rede pública
☐ poço artesiano
☐ poço raso
☐ água de superfície (fonte)

12. Destino das águas servidas na limpeza dos vasilhames, do estabelecimento e das instalações sanitárias;
13. Ventilação e iluminação (natural ou artificial) nas diversas dependências;
14. Telas à prova de moscas nas janelas e molas de vaivém nas portas;
15. Natureza de piso, material de impermeabilização nas paredes;
(Relacionar por dependência)
16. Teto das dependências;
(Informar o tipo de material empregado)
17. Natureza dos revestimentos das mesas;
(Informar)
18. Vestiários, sanitários e refeitórios para os operários;
(Quantos tem, distância do estabelecimento)
Informar se tem sede de inspeção estadual;

☐ sim ☐ não

19. Existência nas proximidades de outros de estabelecimentos industriais ou fontes que por sua natureza produzam odores indesejáveis, fumaça, poeira e outros contaminantes poluidores ;

☐ sim ☐ não

20. O estabelecimento esta delimitado com cercas teladas, muradas;

Telada : ☐ Sim ☐ Não

Murada: ☐ Sim ☐ Não

21. Distância de outras edificações (residências etc) – rua/ estrada principal;
22. Circulação interna de veículos - pavimentados

☐ sim ☐ não

Local e Data:_____

__
_____
Carimbo e Assinatura do Médico Veterinário Resp. pelo SIE na ADR

Doc. **5 - VISTORIA FINAL:**

Realizada pelo responsável pela Inspeção na ADR para posterior Reserva do Número do SIE que será expedida através de certificado correspondente pela CIDASC / GEINP / SIE.

LAUDO DE INSPEÇÃO PARA ESTABELECIMENTOS DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL
(Matadouros - Frigoríficos de ovinos/Suínos/Caprinos/Ovinos/Aves/Coelho/Peixes/Avestruz/Rã)

[ ] *INICIAL* [X] *FINAL*

01. Nome da Estabelecimento:	02. Nome do Proprietário:

03. Endereço

Av./Rua:		Bairro:
Caixa Postal:	Telefone:	Código e Município:

04. Localização:

Zona Urbana ( )	Suburbana ( )	Rural ( )

05.Afastamento do Edifício das Vias Públicas	06. Número (reservado) do S. I. E.
Circulação de Veículos:	Nº:

07. Espécie de animais que pretende abater: 08. Classificação do Estabelecimento: 09. Municípios que pretende abastecer:

10. Currais e dependências relacionadas:

a) Número:	b) Cobertura:	c) Bebedouros:
d) Currais para isolamento de animais doentes:	e) Pavimentação dos currais:	f) Escoamento das águas residuais:
g) Locais para lavação e desinfecção de vagões e outros veículos (caminhões, etc.) (precisar a distância em relação ao estabelecimento):		h) Dependências para necropsia:
i) Forno crematório:	j) Distância e situação dos currais em relação ao estabelecimento:	l) Idem, idem de estrumeiras (se houver).:

m) Rampa para bovinos: ( ) Sim ( ) Não	n) Rampa para Suínos: ( ) Sim ( ) Não	o)Existência de pedilúvio: ( ) Sim ( ) Não	p) Existência de chuveiro: ( ) Sim ( ) Não

11. Instalação Sanitárias:

a) Número: ( ) Sim ( ) Não	b) Lavatórios: ( ) Sim ( ) Não	c) Chuveiros: ( ) Sim ( ) Não	d) Privadas: ( ) Sim ( ) Não

e) Mictórios: ( ) Sim ( ) Não	f) Separação por Sexo: ( ) Sim ( ) Não	g) Localização:

12. Vestiários:

13. Aberturas (janelas, vitrôs, etc.):

Tipo:	Tela:

14. Iluminação:

a)Natural:	b)Artificial:

15. Ventilação:

a)Natural:	b)Artificial:

16. Dependências:

a) Matança: Informar Sobre: box, trilhos, nória, pisos, abertura de cabeças, serra elétrica, enfim toda aparelhagem ali existente. Informar Sobre a capacidade de matança por espécie e por hora:	b) Triparia: Informar Sobre: máquinas e aparelhos existentes, tanques etc.:
c) Graxaria Comestível: Informar Sobre toda a aparelhagem existente:	d) Graxaria Não Comestível: Informar Sobre toda a aparelhagem existente: Tachos p/cozimento de vísceras p/alimentação de suínos.
e) Conservas ou Processamento Embutidos Informar Sobre toda a aparelhagem existente:	f) Depósito de Couros:
g) Salgas de Couros: Informar Sobre a existência de tanque para desinfecção de couros:	h) Salga de Carne para Fabricação de Charque e outros Produtos: Informar Sobre a existência também de tanque para salga e depósitos de sal:
l) Depósito de subprodutos Não Comestíveis:	j) Depósito de Produtos Comestíveis:
l) Outras dependências existentes: almoxarifado ( ) oficinas ( ) garagem ( ) outros ( ).	m) Natureza e Revestimento dos Pisos:

17. Revestimento dos Forros: 18. Impermeabilização das Paredes:

19. Pessoal operários: nº por sexo:

Fem ( )	Mas ( )	Carteira de Saúde: ( ) Sim ( ) Não	Uniforme:( ) Sim ( ) Não

20. Refrigeração:

a) Número Total de Câmaras:	g) Capacidade:	h) Outros Sistemas:
c) Capacidade (carcaças dependuradas):	e) Capacidade (carcaças estivadas)	
b) Câmaras de Resfriamento nº: temperatura:	d) Câmaras de congelação nº: temperatura:	f) Túneis de Congelação nº: temperatura:

21. Abastecimento de Água:

a) Origem da Água:	b) Tratamento:	c) Detalhes Sobre o sistema, operação e aparelhagem:
d) Exame Químico:		e) Exame Bacteriológico:

22. Rede de Esgoto:

a) Ralos:	b) Caixa de Retenção de Gordura:
c) Tratamento antes do Lançamento:	d) Lançamento:

23. Pavimentação:

a) Ruas:	b) Áreas para Secagem dos Produtos:

24. Sede do S.I.E.:

b) Escritório:	b) Arquivos:
c) Mesa e Cadeiras	d) Instalações Sanitárias:

25. Matérias Primas:

a) Natureza:	b) Origem:	c) Armazenamento:

26. Produtos Comestíveis Elaborados:

a) Variedades:	b) Armazenamento:

27. Subprodutos não Comestíveis Elaborados:

a) Variedades:	b) Armazenamento:

28. Dependência para Inspeção Final (D.I.F.):

a) Localização da Sala de Matança:	b) Iluminação:
c) Água Quente:	d) Água Fria:

29. Caldeiras:

a) Número:	b) Capacidade:	c) Combustível Usado:	d) Localização:

30. Existência de Sala-Estufa para Controle de Enlatado:

31. Transportes Utilizados:

a) Ferroviário ( )	b) Rodoviário ( )	c) Desvios ( )	d) Veículos Comuns ( )
e) Frigoríficos e Isotérmicos ( )	f) Para Animais Vivos:		g) Para Produtos Elaborados ( ).

32. Condições Gerais do Estabelecimento:

33. Existência de Refeitórios:

34. Conclusão:

a) Pelo Registro:	b) Contrariamente ao Registro:	c) Justificar Devidamente:
d) Comentários:		
Data	Assinatura e Carimbo do Méd.Vet. Resp. SIE na ADR	Assinatura e Carimbo Gerente Regional Cidasc

Doc. 12 – **BOLETIM DE EXAME DA ÁGUA DE ABASTECIMENTO:**

É condição básica para efeito de registro do estabelecimento, conforme Art. 48 Decreto 3.748 de 12/07/93, realizado por Laboratório Oficial ou Credenciado.

Necessidade de Água por Estabelecimento

FRANGO	25 L P/UNIDADE ABATIDA
SUÍNO	300 a 500L P/UNIDADE ABATIDA
BOVINO	800 a 1000l P/UNIDADE ABATIDA
LEITE	6 a 8L P/LITRO RECEBIDO

Relação dos parâmetros exigidos nas análises:

a –Análise Físico-Químico da Água

01 – Características Organolépticas * (aspecto; coloração; odor; sabor)
02 – Sólidos totais*
03 – Determinação pH*
04 – Dureza Total *
05 – Matéria Orgânica (em O_2)
06 – N_2 Amoniacal (amônia)
07 – N_2 Albuminóide
08 – N_2 Nitroso (nitritos)
09 - N_2 Nítrico (nitratos)
10 – Cl_2 Residual Total *
11 – Cl_2 Livre *
12 – Cl_2 Residual Combinado
13 – Cloretos *

b – Análises Microbiológicas da Água

01 – Contagem total de microorganismos aeróbicos estritos e facultativos viáveis
02 – NMP de coliformes *
03 – NMP de coliformes fecais *
04 – Pesquisa de *Salmonella* (somente para água de resfriamento de frango e do local de captura de moluscos).

- Análise realizada na rotina normal do laboratório no setor microbiológico.

Observações:

a) Quando as águas revelarem mais de 500(quinhentos) germes por mililitro, impõe-se novo exame de confirmação antes de condená-la ou tratá-la.
b) Mesmo que o resultado da análise seja favorável, o S.I.E. poderá exigir, de acordo com as circunstâncias locais, o tratamento de água.

Doc. 13 - PLANTAS DO ESTABELECIMENTO:

Apresentar plantas do estabelecimento em 03 (três) vias (ADR, Estabelecimento e Geinp) compreendendo, nas escalas indicadas:

A) Planta Baixa de cada pavimento na escala 1:50; com memorial descritivo de construção ou reforma.
B) Planta Baixa de Situação contendo detalhes Sobre: Rede de Abastecimento, Rede de Esgoto, Tratamento de Efluentes e Rede Elétrica
Acidentes limítrofes na escala de 1:500 planta de localização.
C) Planta de Fachada e Cortes longitudinal e transversal na escala de 1: 50
D) Planta com *Lay Out* da distribuição dos equipamentos na escala de 1:50

Todas as plantas devem estar assinadas pelo Eng.º responsável e pelo proprietário e registradas no município de origem. Observação: em caso de duvida enviar o croqui pelo correio eletrônico geinp@cidasc.sc.gov.br, para analise do fluxograma antes da elaboração da planta definitiva, pois será enviada de volta para evitar atrasos e aumento de custos, e a aprovação mais rápida na GEINP.

Memorial Descritivo da Construção ou Reforma: Descrição sobre materiais a serem utilizados na construção, devendo constar a assinatura do engenheiro responsável pela obra e do proprietário, em 03 (três) vias.

Modelo:

Memorial Descritivo da Construção ou Reforma

01 – Nome da empresa interessada no projeto
02 – Localização do futuro estabelecimento
03 – Natureza do estabelecimento
04 – Responsável pelo projeto
05 – Área do terreno
06 – Área a ser construída
07 – Área útil
08 – Recuo do alinhamento da rua ou da estrada principal via de acesso ao estabelecimento
09 – Cronograma da obra
10 – Argamassa
11 – Fundações
12 – Pé direito
13 – Madeiramento, Cobertura e Forros
15 – Portas (dimensões e material especial das câmaras frias)
16 – Revestimento geral
17 – Pavimentação
18 – Esquadrias
19 – Impermeabilização (discriminar o material a ser empregado no piso e nas paredes das diferentes dependências)
20 – Instalações de águas (detalhes)
21 – Sistema de esgoto
22 – Pintura geral

Local e Data:_____

_____
Carimbo Assinatura Eng.º Responsável

Doc. 15 - MEMORIAL DESCRITIVO DOS PRODUTOS COM *LAY-OUT* DOS RÓTULOS e EMBALAGENS:

Enviar Solicitação de Registro de Rótulos e Produtos com o Lay Out das Embalagens em 03 (três) vias, Etiquetas, assinadas pelo proprietário, Responsável Técnico e pelo Méd. Veterinário responsável pelo SIE do estabelecimento e do Responsável pelo S.I.E. Regional, conforme modelo anexo, conforme determina nos Artigos 791, 793 e 794, do Decreto nº 3.748, de 12 de julho de 1993.

REGISTRO DE MEMORIAIS DESCRITIVOS DE PROCESSOS DE FABRICAÇÃO, DE COMPOSIÇÃO E DE ROTULAGEM DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL

SR. DIRETOR A FIRMA ABAIXO QUALIFICADA, ATRAVÉS DO SEU REPRESENTANTE LEGAL E DO SEU RESPONSÁVEL TÉCNICO, REQUER SEJA PROVIDENCIADO NA SAR/CIDASC/GEINP-SC, O ATENDIMENTO DA SOLICITAÇÃO ESPECIFICADA NESTE DOCUMENTO, COMPROMETENDO-SE A CUMPRIR A LEGISLAÇÃO EM VIGOR QUE TRATA DO ASSUNTO, ATESTANDO A VERACIDADE DE TODAS AS INFORMAÇÕES PRESTADAS E A COMPATIBILIDADE ENTRE AS INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS DO SEU ESTABELECIMENTO INDUSTRIAL ABAIXO DISCRIMINADO E A PROPOSTA AQUI APRESENTADA.

IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO

S.I.E DO ESTABELECIMENTO	N.º SEQUENCIAL DO RÓTULO	DATA DE ENTRADA NA ADR .. ../...../.....	DATA DE ENTRADA NA GEINP / CENTRAL ...../...../.....

RAZÃO SOCIAL			
C.N.P.J. :	INSCRIÇÃO PROD.RURAL:	INSCRIÇÃO ESTADUAL:	CLASSIFICAÇÃO DO ESTABELEICMENTO:
ENDEREÇO			
BAIRRO:	CEP :	MUNICÍPIO:	UF
FONE: (0XX)	FAX: (0XX)	E-MAIL	

NATUREZA DA SOLICITAÇÃO

( ) ALTERAÇÃO DE PROCESSO DE FABRICAÇÃO E/OU COMPOSIÇÃO DO PRODUTO ( ) ALTERAÇÃO DE CROQUIS DO RÓTULO ( ) REGISTRO

IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO

NOME:	MARCA:

CARACTERÍSTICA DO RÓTULO* / DA EMBALAGEM**

( ) IMPRESSO*	( ) GRAVADO EM RELEVO*	( ) LITOGRAFADO*	
( ) ETIQUETA*		( ) NATURAL**	
( ) LATA**	( ) GRAVADO A QUENTE*	( ) PLÁSTICO**	( ) PVIDRO**
	( ) PAPEL**		

QUANTIDADE

QUANTIDADE DE PRODUTO ACONDICIONADO:	UNIDADE DE MEDIDA:
DATA DE FABRICAÇÃO OU EMBALAGEM:	LOCAL E FORMA DE INDICAÇÃO:

COMPOSIÇÃO

INGREDIENTES / ADITIVOS	KG OU L	%
S U B - T O T A L		

COMPOSIÇÃO

MATÉRIA PRIMA	KG OU L	%
S U B - T O T A L		
T O T A L		

PROCESSO DE FABRICAÇÃO/SISTEMA DE ABATE / DE CORTES ESPECIAIS / BENEFICIAMENTO

DESCRIÇÃO:

MÉTODO DE CONTROLE DE QUALIDADE E CONSERVAÇÃO, REALIZADO PELO ESTABELECIMENTO

DESCRIÇÃO:

SISTEMA DE EMBALAGEM / ENVASAMENTO

DESCRIÇÃO:

(03 VIAS, ORIGINAIS)

ARMAZENAMENTO / ESTOCAGEM

MEIO DE TRANSPORTE DO PRODUTO PARA O MERCADO CONSUMIDOR

AUTENTICAÇÃO

DATA	CARIMBO/ASS. DO REPRES. LEGAL DO ESTAB.	CARIMBO/ASS. DO RESPONSÁVEL TÉCNICO

DATA:	ASSINATURA E CARIMBO DO RESP. REG. PELO S.I.E.	ASSINATURA E CARIMBO DO RESPONSÁVEL PELO S.I.E.

PARECER TÉCNICO GEINP

(03 VIAS, ORIGINAIS)

ANEXO 13 – Termo de Subvenção – Capital Semente

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DA PESCA
FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL
PROGRAMASANTA CATARINA RURAL

(Minuta)

TERMO DE SUBVENÇÃO - CAPITAL SEMENTE - Nº ...../ 2013

Termo de subvenção que entre si fazem, O ESTADO DE SANTA CATARINA, representado pela SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DA PESCA, POR INTERMÉDIO DO FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL, CNPJ 82.951.336/0013-38, criado pela Lei nº 8.676 de 17.06.1992, regulamentada pelos Decretos nº 4.162 de 30.12.1993, 155 de 24.05.1995 e 3.305 de 30.10.2001, e diante do disposto nas Resoluções nº 005/2011-SAR-Cederural e 010/2013 SAR-Cederural E NA QUALIDADE DE BENEFICIÁRIO da Proposta de Apoio nº.....e Laudo Técnico de Vistoria Inicial nº ....., APROVADO PELO PROGRAMA SC RURAL, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Identificação do Beneficiário		**CPF:**
Beneficiário: **Endereço:**		
Telefone: **Município:**		**CEP:**
Banco:	**Agência:**	**Conta Corrente:**

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo de Subvenção tem por finalidade estabelecer as condições para o repasse de subvenção com recursos do Fundo de Desenvolvimento Rural – FDR que serão utilizados para os investimentos previstos na Proposta de Apoio nº..... tudo sob a Gerência do Fundo de Investimentos Sustentáveis – FIS do Programa SC Rural para viabilizar os pagamentos por serviços ambientais, sob a forma de **Capital Semente**.
Além das condições estabelecidas neste instrumento, deverão ser observados os regramentos estabelecidos no Manual Operativo do Programa Santa Catarina Rural, bem como o Manual do Fundo de Investimentos Sustentáveis, vigente na data de assinatura deste instrumento.

PARÁGRAFO PRIMEIRO
Constitui parte integrante e complementar deste instrumento a Proposta de Apoio nº.....e Laudo de Vistoria Inicial nº.....

PARÁGRAFO SEGUNDO
O estabelecimento dos compromissos ambientais e demais condições a serem cumpridas pelo contratado, bem como os direitos e obrigações da contratante visando a remuneração prevista pelos serviços de conservação dos fragmentos florestais, conforme Cláusula 5ª do presente Termo.

CLÁUSULASEGUNDA – DAS ÁREAS ABRANGIDAS:

A premiação por conservação dos fragmentos florestais, prevista no Plano de Ação e Monitoramento incide sobre os remanescentes considerados "estoque incremental florestal", no imóvel.....*[nome do imóvel]*, localizado na Microbacia ....*[nome da microbacia]*, município de ....., Corredor Ecológico[Chapecó ou Timbó]área elegível do Projeto, tendo o total de .....*[nº hectares da propriedade]* hectares, conforme indicado no Laudo de Vistoria Inicial, cujas coordenadas geográficas são*[coordenadas em UTM SAD 69]*.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA PROPRIEDADE BENEFICIADA:

O BENEFICIÁRIO declara que:

a) É legítimo possuidor e/ou proprietário(a) do imóvel *[nome do imóvel]*, localizado no município de *[nome do município]*, no Estado de *[UF]*, com uma área total de: *[área total]*.
b) O imóvel encontra-se livre de todo e qualquer gravame e em dia com o pagamento das contribuições federais, estaduais e municipais existentes.
c) As coordenadas UTM de localização do imóvel são *[coordenadas em UTM SAD 69]*.
d) Conta com todos os poderes necessários para firmar o presente Contrato, pois é legítimo proprietário/possuidor do imóvel mencionado acima, segundo consta da Escritura de Compra e Venda firmada em *[data]* no *[nome/número]* Cartório de Notas e da Matrícula nº. *[número]* registrada no *[nome/número]* Cartório de Imóveis, cujas cópias seguem anexo ao presente Termo ...ou da Certidão/declaração que comprovem a posse (inclusive usufruto).
e) Elege como seu domicílio para receber notificações a Rua (*endereço completo*).

PARÁGRAFO ÚNICO: No caso de venda, falecimento ou qualquer situação modificativa de propriedade, inclusive usufruto no decorrer da vigência do contrato, o fato deverá ser comunicado ao contratante, podendo ser concedido o prazo de 90 dias para que o novo proprietário ou representante legal manifeste seu aceite ou não ao presente Termo.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES E DOS DIREITOS DA CONTRATANTE:

OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE :

a) Monitorar e fiscalizar a conservação dos fragmentos florestais;
b) Realizar os pagamentos das Propostas de Apoio lançadas no SIMEP e aprovadas pela Gerência de Investimentos Sustentáveis do Programa SC Rural;
c) Disponibilizar, através das Gerências de Investimentos Sustentáveis e Gerência de Projetos Especiais do Programa SC Rural, os Manuais e demais documentos reguladores do Programa SC Rural.

PARÁGRAFO ÚNICO - A fiscalização e monitoramento serão executados por técnicos da Fatma, composto por representantes das Coordenadorias Regionais, com o apoio do consultor individual local e em colaboração com as equipes técnicas da Epagri e Secretários Executivos Municipais e constarão de visitas a campo, coleta de dados e imagens e elaboração de relatórios de vistoria.

DIREITOS DA CONTRATANTE :

a) Solicitar documentos e fazer vistorias/visitas com objetivos de fiscalizar a conservação dos fragmentos florestais,seja diretamente ou por técnicos das executoras do Programa SC Rural, ou consultores contratados;
b) Solicitar a correção parcial ou total das ações de conservação previstas no laudo de vistoria e em caso de desconformidade, concedendo novo prazo;
c) Interromper o Contrato em caso de descumprimento de quaisquer cláusulas deste contrato por parte do contratado ou recusa injustificada na correção das ações.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES E DOS DIREITOS DO BENEFICIÁRIO

OBRIGAÇÕES DO BENEFICIÁRIO:

a) Conservar o fragmento florestal objeto do presente contrato, íntegro;
b) Eliminar os fatores de degradação, tais como: presença de animais, fogo, focos de erosão, entre outros;
c) Sempre que solicitado pela Secretaria Executiva Estadual – SEE, do programa SC Rural, permitir o acesso da equipe local ou estadual, por ela indicadas;
d) Autorizar a Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca, através do Fundo Estadual de Desenvolvimento Rural a realizar o pagamento dos recursos apoiados pelo SC Rural, diretamente na sua conta corrente.

DIREITOS DO BENEFICIÁRIO:

a) Receber o valor aferido pela de conservação dos fragmentos florestais que compõe o estoque incremental florestal da sua propriedade.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO E DA PRESTAÇÃO DE CONTAS :

Pela prestação dos serviços ambientais decorrentes da conservação do fragmento florestal que compõe o estoque incremental florestal, a contratante pagará ao contratado o valor de R$ _____ definido em laudo de vistoria inicial, onde serão aferidos os serviços ambientais prestados pela conservação e aplicada à fórmula de cálculo dos valores a serem pagos, de acordo com o Manual Operativo do Programa SC Rural;

O pagamento se dará em parcela única sendo renovável anualmente por até 3 (três) anos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA DURAÇÃO DO TERMO DE SUBVENÇÃO

O presente Termo entrará em vigor na data de sua assinatura, e terá vigência de até 36 meses a contar da referida data, tendo sua eficácia condicionada à publicação do extrato deste instrumento no Diário Oficial do Estado.

Qualquer prorrogação deste prazo deverá ser efetuada por , mediante Termo Aditivo e devidamente justificada.

CLÁUSULA OITAVA - DAS EXIGÊNCIAS LEGAIS

Todas as orientações e normas contidas no Manual Operativo do SC Rural, Manual do Fundo de Investimentos Sustentáveis, e suas alterações, são parte integrante deste instrumento contratual, cabendo ao beneficiário cumprí-las na sua totalidade, sob pena de tornar-se inadimplente com este termo.

PARÁGRAFO ÚNICO: O beneficiário declara como verdadeiras todas informações constantes na “Proposta de Apoio Financeiro” encaminhadas, comprometendo a utilizar todos os benefícios recebidos, exclusivamente no objeto da “Proposta de Apoio Financeiro” e em perfeita concordância com as recomendações técnicas concordando e seguindo as normas emanadas do SC Rural.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO

A qualquer tempo o presente Termo poderá ser anulado ou revogado, no todo ou em parte, seja por motivo de interesse público ou exigência legal, sem que isso implique direito a indenização ou reclamação de qualquer natureza.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

O descumprimento de qualquer cláusula contratual, sujeitará o infrator às penalidades previstas em lei, além da suspensão do repasse.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PRÁTICAS DE FRAUDE E CORRUPÇÃO

1- O Banco Mundial exige que os Mutuários (inclusive os beneficiários desses empréstimos), bem como proponentes, fornecedores e empreiteiras em contratos por ela financiados, observem o mais alto padrão de ética durante todo o processo de contratação e de execução desses Contratos. Em conseqüência desta política, o Banco Mundial:

a) Define, para os propósitos desta cláusula, os termos estabelecidos abaixo:

(i) "**prática corrupta**" significa oferecer, dar, receber, ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer coisa de valor com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

(ii) "**prática fraudulenta**" significa a falsificação ou omissão dos fatos a fim de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

(iii) "**prática colusiva**" significa esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais **Concorrentes**, com ou sem o conhecimento do Estado de Santa Catarina através do SAR/FDR, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

(iv) "**prática coercitiva**" significa causar dano ou ameaçar causar dano, direta, ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

(v) "**prática obstrutiva**" significa

(aa) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em investigações ou fazer declarações falsas a investigadores, com o objetivo de impedir materialmente uma investigação do Banco Mundial de alegações de prática corrupta, fraudulenta, coercitiva ou colusiva; e/ou ameaçar, perseguir ou intimidar qualquer parte interessada, para impedi-la de mostrar seu conhecimento sobre assuntos relevantes à investigação ou ao seu prosseguimento, ou

(bb) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício dos direitos do Banco Mundial de promover inspeção ou auditoria.

(b) rejeitará proposta de adjudicação se concluir que o licitante indicado para adjudicação envolveu-se, diretamente ou por meio de um representante, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas ou coercitivas ao competir pelo contrato em questão;

(c) cancelará a parcela do empréstimo relativa ao contrato se, a qualquer momento, comprovar a prática corrupta, fraudulenta, colusiva ou coercitiva por parte dos representantes do Mutuário ou dos beneficiários do empréstimo no decorrer da licitação ou da

execução do contrato, sem que o Mutuário tenha tomado as medidas necessárias e apropriadas, satisfatórias ao Banco Mundial, para remediar a situação;

(d) aplicará sanções à empresa ou a uma pessoa física, inclusive declarando-a inelegível para a adjudicação de contratos financiados pelo Banco Mundial, indefinidamente ou por prazo determinado, se em qualquer momento comprovar o envolvimento da empresa ou da pessoa física, diretamente ou por meio de agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas ou coercitivas, no decorrer da competição ou na execução do contrato financiado pelo Banco Mundial; e

(e) terá o direito de requerer, nos contratos por ele financiados, a inclusão nos documentos de licitação e nos contratos financiados por um empréstimo do Banco Mundial de dispositivo autorizando a inspeção das contas, registros e outros documentos dos licitantes, referentes à submissão das propostas e ao desempenho do contrato, bem como, sua submissão à auditoria designada pelo Banco Mundial.

(f) o Contratante, garantida a prévia defesa, aplicará as sanções administrativas pertinentes e previstas na legislação brasileira, se comprovar o envolvimento de representante da empresa ou da pessoa física contratada em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas ou coercitivas, no decorrer da licitação ou na execução do contrato financiado pelo Banco Mundial, sem prejuízo das demais medidas administrativas, criminais e cíveis.

2. De acordo com a Subcláusula 1 (e) acima, os concorrentes deverão permitir que o Banco Mundial e/ou pessoas indicadas pelo Banco Mundial possam inspecionar suas contas e arquivos relacionados com a apresentação da proposta e permitir que estas contas e arquivos sejam auditados por auditores indicados pelo Banco Mundial se esse assim exigir.

3.Os beneficiários declaram-se cientes e compromissados com os padrões de éticas durante todo o período do presente acordo, dando especial atendimento as cláusulas de combate a fraude e corrupção previstas em termo de compromisso integrante da proposta de apoio.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Florianópolis-SC, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir todas e quaisquer dúvidas que se originarem da execução do presente instrumento.

E, por estarem de acordo, as partes assinam o presente TERMO de Subvenção em 3 (três) vias, de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo nominadas.

Florianópolis, SC.....de 2013.

Pelo FDR:

_____
Executor:
Cargo: Gerente FDR
CPF:
Pelo Beneficiário:

_____
Nome:.....
CPF:.....

T E S T E M U N H A S:

_____ _____
Nome: Nome:
CPF: CPF:

Anexos:

1- Proposta de Apoio nº.....

2 – Laudo de Vistoria Inicial nº .....

ANEXO 14 - Contrato de Subvenção FDR – Associação/Cooperativa.

	ESTADO DE SANTA CATARINA
	SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL
	FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL
	Programa Santa Catarina Rural /

CONTRATO de SUBVENÇÃO Nº

QUADRO 1 - IDENTIFICAÇÃO DO CONTRATO	
TIPO BENEFICIÁRIO:	**ASSOCIAÇÃO:**
PROGRAMA	**SC RURAL/MICROBACIAS - 3**

Contrato que entre si fazem, o Estado de Santa Catarina, representado pela Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural, por intermédio do Fundo Estadual de Desenvolvimento Rural, CNPJ 82.951.336/0013-38, criado pela Lei número 8.676 de 17 de junho de 1992, regulamentada pelos Decretos números 4.162 de 30 de dezembro de 1993, 155 de 24 de maio de 1995 e 3.305 de 30 de outubro de 2001 e a Associação de Desenvolvimento da Microbacia de ..... localizada no município de ..... visando o repasse de subvenção destinado ao gerenciamento de ações específicas do Programa Santa Catarina Rural/.

QUADRO 2 - IDENTIFICAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO/COOPERATIVA				
RAZÃO SOCIAL:	ASSOCIAÇÃO			
CNPJ:				
END.:				
CIDADE:		ESTADO: SC	CEP:	
PRESIDENTE:				
CPF PRES.:				
CONTA CORRENTE:		AGÊNCIA:		
BANCO:	01 B. do Brasil			

QUADRO 3 - DETALHES DA SUBVENÇÃO	
VALOR TOTAL DA SUBVENÇÃO =	R$
NÚMERO DE LIBERAÇÕES =	07 (sete)

O Estado de Santa Catarina, representado pela Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural, por intermédio do Fundo Estadual de Desenvolvimento Rural, CNPJ 82.951.336/0013-38, neste ato representado por seu Gerente, senhor Gerson Roberto Savoldi, matrícula nº 351.196-0, Carteira de Identidade nº 1.141.652-1 e CPF nº 430.289.699-04, doravante denominado simplesmente FDR e a Associação de Desenvolvimento da Microbacia de ....., qualificada no Quadro 2, representada por seu Presidente, senhor ....., Carteira de Identidade nº ..... e CPF nº ..... doravante denominada simplesmente de ADM, tem justo e contratado o presente Contrato de Subvenção, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente Contrato de Subvenção é viabilizar a parceria, através de repasse de subvenção, do FDR à ADM, visando a execução do Plano de Desenvolvimento da Microbacia de ....., conforme as normas emanadas do SC Rural/, referente ao Acordo de Empréstimo nº .....-BR, celebrado em ....., entre o Estado de Santa Catarina e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DO FDR

Compete ao FDR:

1 - Repassar à ADM os recursos financeiros, previstos no QUADRO 3 do presente instrumento, necessários à elaboração do Plano de Desenvolvimento da Microbacia Hidrográfica - PDMH, bem como para posterior execução desse Plano em consonância ao estabelecido em Cronograma Financeiro de Desembolso, parte integrante deste instrumento, independente de transcrição, elaborado durante a vigência do Acordo de Empréstimo nº .....-BR.

2 - Disponibilizar o Manual do Componente Investimentos Sustentáveis, aprovado pelo Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural em ....., pela Resolução nº ....., do SC Rural/, visando a observância das orientações e normas contidas.

3 - Fazer menção ao presente Contrato de Subvenção sempre que forem divulgados o andamento e resultados dos trabalhos provenientes deste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA ADM

Compete à Associação:

1 - Contratar uma entidade prestadora de serviços, com personalidade jurídica, devidamente habilitada junto aos órgãos competentes, os serviços técnicos profissionais visando a elaboração e execução e gestão do Plano de Desenvolvimento.

3 - Responsabilizar-se pelos pagamentos mensais à empresa contratada pelos serviços prestados mediante apresentação de fatura.

4 - Responsabilizar-se pelo fornecimento de materiais de consumo e outros serviços necessários a consecução das metas previstas no Plano de Desenvolvimeto.

5 - Responsabilizar-se pela captação dos recursos da contrapartida destinada ao pagamento complementar dos serviços prestados pela entidade, de acordo com o item 1, objetivando a execução do objeto deste contrato, de acordo com os valores e percentuais estabelecidos no Manual do Componente Investimentos Sustentáveis do SC Rural/ .

6 - Facilitar a participação do profissional técnico em eventos de caráter administrativo e técnico, de interesse do projeto e com repercussão nas atividades desenvolvidas pelo mesmo.

7 - Encaminhar ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural - CMDR, o Plano Operativo Anual - POA para compatibilização.

8 - Aprovar, para encaminhamento ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural - CMDR, as propostas de apoio financeiro constantes no Plano de Desenvolvimento da Associação, definindo prioridades na aplicação dos recursos, conforme diretrizes do SC Rural/ .

9 - Responsabilizar-se pela elaboração e execução do Plano de Desenvolvimento da Associação, obedecendo as normas estabelecidas no SC Rural/ .

10 - Indicar 3 (três) membros associados para comporem a equipe de fiscalização que irá verificar a aplicação dos recursos destinados a produtores, individualmente ou em grupo, ou a organização existente na Microbacia.

11 - Divulgar o Projeto, permitindo a participação de todos os residentes nas comunidades.

12 - Coordenar a execução do Plano de Desenvolvimento da Associação e os respectivos projetos comunitários, grupais ou individuais, com apoio dos técnicos municipais, assumindo a co-responsabilidade na elaboração, gestão, execução, monitoramento, avaliação e fiscalização das ações implementadas.

13 - Efetuar os controles e a contabilidade dos atos e fatos administrativos e financeiros, de acordo com a legislação em vigência, encaminhando-os a Secretaria Executiva Estadual do SC Rural/ , Gerência Administrativa e Financeira, quando solicitados.

14 - Elaborar e encaminhar à Secretaria Executiva Municipal - SEM, o Plano Operativo Anual - POA, negociando junto a outras fontes, os recursos complementares para execução das propostas apoiadas pelo SC Rural/ , obtendo os comprometimentos formais dessas entidades quanto a alocação destes recursos.

15 - Providenciar um maior aporte de subsídios à população classificada como de menor renda e aos empreendimentos que tenham maior impacto social e ambiental, considerando as normas do SC Rural/ .

16 - Priorizar os empreendimentos destinados à geração de renda e oportunidade de trabalho, que estejam preferencialmente vinculados a uma rede de processamento, comercialização e de prestação de serviços.

17 - Incentivar as atividades para que possam ser executadas através do associativismo e que tenham prioridades em relação à individual.

18 - Prestar contas dos recursos recebidos do FDR, nas formas exigidas pelo Tribunal de Contas do Estado, observando também as exigências da Cláusula Sétima deste instrumento.

19 -Manter abertos seus registros e livros de contas para eventual realização de fiscalizações e auditorias feitas por órgãos governamentais, Banco Mundial, auditorias externas ou por outras entidades participantes do SC Rural/ .

20 - Encaminhar a Secretaria Executiva Estadual do SC Rural/ - Gerência Administrativa e Financeira, cópia da declaração anual do imposto de Renda, até trinta dias após a entrega na Receita Federal

CLÁUSULA QUARTA - DOS RECURSOS E LIBERAÇÃO

Para execução do objeto do presente Termo de Contrato, o FDR transferirá a ADM ..... a importância de R$ ..... (.....), em apoio ao SC Rural/ , código ..... do Orçamento do Estado para o ano de 20...

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Os recursos de que trata esta Cláusula serão liberados à Associação em ... (...) parcelas mensais, a partir da publicação deste instrumento no Diário Oficial do Estado, sendo creditados na conta corrente nº ....., denominada ADM/SAR-FDR-MB3, agência nº .....do Banco do Brasil;

PARÁGRAFO SEGUNDO

O valor estipulado no caput desta cláusula, poderá ser alterado, mediante comprovação de necessidade, constante de novo Cronograma Financeiro de Desembolso, que será parte integrante deste instrumento, independente de transcrição.

CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTE

O valor constante na Cláusula Quarta poderá ser reajustado, pela emissão de um Termo Aditivo, desde que o Plano Operativo Anual comprove a necessidade do mesmo.

CLÁUSULA SEXTA - DA APLICAÇÃO E DA MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA

Os depósitos e as movimentações financeiras dos recursos repassados pelo FDR serão efetuados exclusivamente na conta corrente eleita da Cláusula Quarta, devendo ser obrigatoriamente observados os seguintes critérios:

1 - A conta corrente não seja utilizada para finalidades estranhas ao objeto do presente instrumento;

2 - A movimentação financeira será efetuada exclusivamente por meio de cheque cruzado e nominal ao credor, assinado pelos representantes legais da Associação, conforme previsto no seu estatuto.

3 - É expressamente vedada a utilização dos recursos em finalidade estranha ao estabelecido no Cronograma de Desembolso Financeiro, constante do Plano Operativo Anual.

4 - O saldo financeiro da conta corrente mencionada no Parágrafo Primeiro, da Cláusula Quarta deste instrumento, será restituído ao FDR por ocasião da conclusão do objeto ou extinção deste instrumento contratual e depositados em conta corrente eleita pelo FDR.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas dos recursos repassados pelo FDR deverá obedecer criteriosamente aos prazos e anexos abaixo descritos:

1 - As liberações de recursos terão que ser comprovadas através de Prestação de Contas no período de 36 (trinta e seis) dias, a contar da data de depósito na conta corrente

2 - Somente serão aceitos como documentos comprobatórios de despesas as notas fiscais (originais ou cópias autenticadas, ou outro documento previsto no Manual Operativo), emitidas em nome da ADM, isentas de quaisquer rasuras ou borrões e com data da emissão dentro do prazo estabelecido para a prestação de contas.

3 - Extrato bancário;

PARÁGRAFO ÚNICO

A continuidade da liberação de recursos, fica condicionada à perfeita prestação de contas, descrita no *caput* desta Cláusula.

CLÁUSULA OITAVA - DAS EXIGÊNCIAS LEGAIS

Todas as orientações e normas contidas no Manual do Componente Investimentos Sustentáveis do SC Rural/ , são parte integrante deste instrumento contratual, cabendo à ADM cumpri-las na sua totalidade, sob pena de tornar-se inadimplente perante o FDR.

CLÁUSULA NONA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O presente instrumento contratual terá validade a partir da data de sua assinatura, coincidindo sua vigência com a do Acordo de Empréstimo citado na Cláusula Primeira, que se dará em ....., podendo ser alterado, por interesse das partes, mediante Termo Aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

Constatado pelo FDR o não cumprimento de quaisquer uma das cláusulas e condições do presente instrumento contratual, fica a Associação obrigada a ressarcir imediatamente ao Estado os recursos recebidos, acrescido de multa de 2% (dois por cento) e correção pelo INPC (IBGE), ou outro índice eleito pelo FDR, se este vir a ser extinto, calculado a partir de cada data em que houver liberação de recursos.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - DA RESCISÃO

O presente instrumento contratual poderá ser rescindido por descumprimento de alguma de suas cláusulas ou por acordo mútuo das partes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PRÁTICAS DE FRAUDE E CORRUPÇÃO

1 - Caso o contrato resultante deste processo licitatório seja financiado em parte ou integralmente pelo Banco Mundial, as seguintes cláusulas serão aplicáveis:

O Banco Mundial exige que os Mutuários (inclusive os beneficiários desses empréstimos), bem como proponentes, fornecedores e empreiteiras em contratos por ela financiados, observem o mais alto padrão de ética durante todo o processo de contratação e de execução desses Contratos. Em conseqüência desta política, o Banco Mundial:

a) Define, para os propósitos desta cláusula, os termos estabelecidos abaixo:

(i) "prática corrupta" significa oferecer, dar, receber, ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer coisa de valor com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

(ii) "prática fraudulenta" significa a falsificação ou omissão dos fatos a fim de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

(iii) "prática colusiva" significa esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais concorrentes, com ou sem o conhecimento do Estado de Santa Catarina através da Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca, por intermédio do Fundo Estadual de Desenvolvimento Rural - FDR, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

(iv) "prática coercitiva" significa causar dano ou ameaçar causar dano, direta, ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

(v) "prática obstrutiva" significa

(aa) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em investigações ou fazer declarações falsas a investigadores, com o objetivo de impedir materialmente uma investigação do Banco Mundial de alegações de prática corrupta, fraudulenta, coercitiva ou colusiva; e/ou ameaçar, perseguir ou intimidar qualquer parte interessada, para impedi-la de mostrar seu conhecimento sobre assuntos relevantes à investigação ou ao seu prosseguimento, ou

(bb) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício dos direitos do Banco Mundial de promover inspeção ou auditoria.

(b) rejeitará proposta de adjudicação se concluir que o licitante indicado para adjudicação envolveu-se, diretamente ou por meio de um representante, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas ou coercitivas ao competir pelo contrato em questão;

(c) cancelará a parcela do empréstimo relativa ao contrato se, a qualquer momento, comprovar a prática corrupta, fraudulenta, colusiva ou coercitiva por parte dos representantes do Mutuário ou dos beneficiários do empréstimo no decorrer da licitação ou da execução do contrato, sem que o Mutuário tenha tomado as medidas necessárias e apropriadas, satisfatórias ao Banco Mundial, para remediar a situação;

(d) aplicará sanções à empresa ou a uma pessoa física, inclusive declarando-a inelegível para a adjudicação de contratos financiados pelo Banco Mundial, indefinidamente ou por prazo determinado, se em qualquer momento comprovar o envolvimento da empresa ou da pessoa física, diretamente ou por meio de agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas ou coercitivas, no decorrer da competição ou na execução do contrato financiado pelo Banco Mundial; e

(e) terá o direito de requerer, nos contratos por ele financiados, a inclusão nos documentos de licitação e

nos contratos financiados por um empréstimo do Banco Mundial de dispositivo autorizando a inspeção das contas, registros e outros documentos dos licitantes, referentes à submissão das propostas e ao desempenho do contrato, bem como, sua submissão à auditoria designada pelo Banco Mundial.

2. De acordo com a Subcláusula 1 (e) acima, os concorrentes deverão permitir que o Banco Mundial e/ou pessoas indicadas pelo Banco Mundial possam inspecionar suas contas e arquivos relacionados com a apresentação da proposta e permitir que estas contas e arquivos sejam auditados por auditores indicados pelo Banco Mundial se esse assim exigir.

3. A Secretaria de Estado da Agricultura e Pesca, por intermédio do Fundo Estadual de Desenvolvimento Rural – FDR, garantida a prévia defesa, aplicará as sanções administrativas pertinentes e previstas na legislação brasileira, se comprovar o envolvimento de representante da empresa ou da pessoa física contratada em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas ou coercitivas, no decorrer da licitação ou na execução do contrato financiado pelo Banco Mundial, sem prejuízo das demais medidas administrativas, criminais e cíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Florianópolis-SC, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir todas e quaisquer dúvidas que se originarem da execução do presente instrumento.

E, por estarem de acordo, as partes assinam o presente Contrato de Subvenção, em 3 (três) vias, de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo nominadas.

Florianópolis, ...

_____		_____	
Nome:		**Nome:**	
Cargo:	**Gerente FDR**	**Cargo:**	**Presidente**
CPF:	**430.289.699-04**	**CPF:**	
T E S T E M U N H A S:			
Nome:		**Nome:**	
CPF:		**CPF:**	
END.:		**END.:**	
CIDADE		**CIDADE**	

ANEXO 15 - Projeto Estruturante

(CAPA)

ORGANIZAÇÃO PROPONENTE:

NOME DO PROJETO:

EQUIPE TECNICA DO PROJETO:

Local:
Data:

PRIMEIRA PÁGINA (após a capa)

SUMÁRIO	
TÍTULO DO PROJETO	
PROPONENTES	
PROBLEMA BÁSICO	
OBJETIVO GERAL	
BENEFICIÁRIOS	
PRINCIPAIS METAS ESPERADAS	
ORÇAMENTO E FONTES FINANCIADORAS	
PRINCIPAIS PARCERIAS	
GESTÃO SOCIAL	

1) APRESENTAÇÃO

a) **Historiar e contextualizar** o assunto do projeto, em relação:

- clima, solo, vocação da região, do produtor (quando envolve produção);
- experiências anteriores, dados, fatos, resultado;
- organização dos produtores e da produção;
- mercados e comercialização (quando envolve produção);
- existencia de possíveis alianças produtivas com cooperativas, empresas privadas,...

Enfim, mostrar o potencial e que não há riscos significativos de insucesso.

b) **Localização, caracterização e abrangência do projeto**

2) JUSTIFICATIVAS

- situação atual, evidenciar os PROBLEMAS suas CAUSAS e CONSEQUÊNCIAS (com dados, informações e fatos reais)

- se não houver intervenção, quais as consequências...
- que diferença fará ao território, aos municípios, aos agricultores o investimento
- beneficiários – quem, quantos, onde, como.

Este item tem que convencer o financiador da importância do subprojeto.

3) OBJETIVOS

3.1) OBJETIVO GERAL:

- geralmente o objetivo geral é único;
- define o que se espera como resultado final a médio e longo prazo;
- define para que (este projeto) e para quem.

3.2) OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- define os MEIOS e as AÇOES práticas para atingir o **Objetivo Geral**;
- são ações PRÁTICAS E MENSURÁVEIS;

4) METAS E RESULTADOS ESPERADOS

- é a quantificação/mensuração dos **Objetivos Específicos** ou das AÇÕES descritas no item 3.2, acima;

- pode, também, quantificar o **Objetivo Geral**.

5) ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO

- é a **Relação de Atividades** a serem executadas para atingir cada um dos **Objetivos Específicos**, suas metas e resultados;
- define as atividades a executar, o tempo ou prazo e o(s) responsável(is) pela execução;
- este item define:

a) o que fazer, quando fazer e quem vai fazer (**Cronograma de Execução**)
b) as necessidades de recursos Humanos, Materiais e Financeiros;
c) parte da **Gestão Operacional e Social** do projeto.

6) <u>CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO</u>

- este item é um resumo, em forma de quadro, do item 5 (do que esta contemplado)

ITEM	META/ATIVIDADE	UN	QUANT.	PRAZO						RESPONSÁVEL
				JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	
01										

7) <u>ORÇAMENTO</u>

- deriva, em geral, das atividades da **Estratégia de Intervenção** e dos **Objetivos Específicos**;
- classifica-se em Despesas de **custeio, investimentos, consultoria,..**
- define as fontes de recursos, inclusive as contrapartidas legais;
- sempre que necessário manter memória de cálculo.

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UN	QUANT	VALOR – R$		FONTES DE RECURSOS			
				UN	TOTAL	INCLUSÃO	P.MUNIC	MDA	AGRIC.

8) <u>VIABILIDADE ECONÔMICA</u>

- viabilidade econômica;
- contabilização;
- matéria prima (qualidade, sazonalidade, disponibilidade);
- produção da atividade;
- tecnologia, mercado;
- taxa de retorno do investimento;
- receitas e despesas;
- fluxo de caixa;
- coeficientes técnicos.

9) <u>GESTÃO DO PROJETO</u>

9.1) GESTÃO OPERACIONAL:

- quem fará o acompanhamento e monitoramento da implementação do projeto, com previsão de prazos (documentos, liberação de recursos, aplicação dos recursos, problemas, prestação de contas, relatórios, reuniões, etc).

9.2) GESTÃO SOCIAL:

- quem (entidades, pessoas) serão os gestores/gerenciadores do projeto após sua implementação, para cumprir o **Cronograma de Execução/ Estratégias Intervenção**, o cumprimento dos **Objetivos Específicos** e enfim, o atingimento das **Metas** e **Resultados Esperados.**

- como, com que frequência, com quem... será feito avaliações , análises e monitoramentos;

- que instrumentos disciplinarão e orientarão a conduta e uso do empreendimento (estatutos social, regimento interno, regulamentos ....).

10) <u>CITAÇÕES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</u>

11) <u>EQUIPE TÉCNICA</u>

(Assinaturas)

ANEXO 16 - Manifestação de Interesse – Organizações

Estado de Santa Catarina
Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca
Programa Santa Catarina Rural

MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE – MI-01
ORGANIZAÇÕES/REDES

1.DADOS DA ORGANIZAÇÃO PROPONENTE

Nome da organização:		Sigla:
Endereço:		
Município:	CEP	Data da constituição da organização:
Quantidade de sócios:	CNPJ:	IE:
Comunidade beneficiada(s):		
Telefone:	E-mail:	
Nome do representante da organização:		CPF:
Há remuneração aos dirigentes? ( )-não ( )-sim, se sim citar a modalidade:_____		

2.DADOS GERAIS

Título da proposta:		
Responsável técnico pela Manifestação de Interesse:		Formação profissional:
E-mail:	Telefone:	Celular:

3. DADOS DOS PARTICIPANTES

3.1 Relacionar o representante da família

Nome	Sexo (M /F)	CPF	Saneamento ambiental trat. dejetos*		Número da DAP	Data nascimento	Municí-pio	Comuni-dade	N° de pessoas na família
			humanos	animais					
					Pode ser indicado				
					em relação anexada				
					a MI				

***Se possui tratamento de dejetos responder Sim ou Não em caso contrário. Caso não tenha animais colocar "0" (zero).**

3.2. Quantos empreendimentos de agregação de valor fazem parte da rede? _____
Quantos estão envolvidos nesta Manifestação de Interesse ? _____

3.3. Quantas pessoas ocupadas gerarão os investimentos?_____ Haverá criação de empregos diretos, quantos? _____

4. GRAU DE ORGANIZAÇÃO (CONSISTÊNCIA) DA REDE

(*Comentário do técnico sobre a consistência e nível de organização da Rede*).

Aspectos a analisar	SIM	NÃO
A organização está funcionando a contento?		
Os componentes do grupo se sentem parte da organização		
A organização possui pontos de comercialização?		
Foram feitas compras coletivas de insumos ou produtos?		
Possuem experiências na utilização de bens coletivos?		

Já utilizou recursos públicos?		
Se já utilizou recursos públicos. Foi cumprido o plano proposto?		
Possuem algum tipo de regulamento ou regra para funcionamento coletivo (tendo mais de um ano)?		
A organização está associada a uma organização Central. Qual ?_____		
Descreva a sua percepção da consistência dos grupos todos (beneficiados e não beneficiados):		

5. DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA E CAPACIDADE DE GESTÃO DA ORGANIZAÇÃO DOS PRODUTORES

Comentar as experiências da organização (contábil/administrativa/integração da organização de produtores com outras ações/projetos/programas de apoio ao desenvolvimento rural do município/CMDR/patrulha agrícola e outras):

6. RESUMO DO PROJETO

(Necessidades de investimentos por empreendimento coletivo e individual)

Nome da unidade	Descrição do empreendimento/investimento	Valor total a ser investido R$	Valor de apoio pretendido no SC Rural

7.PROPOSTA

Organização proponente:_____

(Este formulário deve ser preenchido para investimentos na rede. Para os empreendimentos associados, preencher o formulário MI-02 e para melhoria de sistemas utilizar o MI-03.

DADOS GERAIS

7.1.Descrição Sumária da Proposta:
7.2.Objetivo e Metas:
7.3.Atividade Proposta: ( )-Produção ( )-Beneficiamento ( )-Comercialização ( )-Infraestrutura ( )-Outra - Qual?_____
7.4.Tipo de Investimento: ( )-Obras ( )-Serviços ( )-Aquisição de Bens ( )-Consultoria ( )-OutrosQual:_____
7.5. É empreendimento ( )-Novo ( )-Existente
7.6.Mercado Potencial: ( )-Municipal ( )-Regional ( )-Estadual ( )-Nacional ( )-Internacional Existe algum tipo de estudo de mercado? _____

Abrangência do estudo ( )-Local ( )-Regional ( )-Estadual

7.7.Possui Aliança produtiva:
( )-Sim ( )-Não
( )-(Contrato) Convênio Assinado ( )-(Contrato) Convênio em Tramitação

7.8.Comercializa em rede? ( )-Sim ( )-Não

7.9. Número de famílias beneficiárias na comercialização :_____

8-SITUAÇÃO RECURSOS HÍDRICOS

8.1 - Quantidade de água disponível? **( )-não se aplica**

( )-Pouca ( )-Razoável ( )-Suficiente

8.2 – Qualidade da água disponível?

( )-Ruim ( )-Razoável ( )-Boa ( )-Excelente

9-ENERGIA ELÉTRICA

( )-Monofásica ( )-Bifásica ( )-Trifásica

Atende a necessidade do empreendimento ? ( )-Sim ( )-Não

10-QUALIDADE DAS ESTRADAS TERCIÁRIAS

( )-Boa* ( )-Média ( )-Ruim

Há necessidade de melhoria de estradas? ( )-Sim ( )-Não

*Se considerada boa, não necessita de melhorias

Se sim, citar os trechos: _____

11-NECESSIDADE DE INVESTIMENTO NA ORGANIZAÇÃO

Descrição (máquinas, equipamentos, serviços, materiais*)	Unidade	Quantidade	Valor unitário R$	Valor R$

*Para construção civil utilizar a estimativa do orçamento total globalizado.

12-INVESTIMENTOS JÁ EXISTENTES

Descrição (máquinas, equipamentos, materiais)	Unidade	Quantidade	Valor de Novo R$

13.RECURSOS

13.1.RECURSOS NECESSÁRIOS

SC Rural-R$	Contrapartida-R$	Valor Total-R$

13.2.INFORMAÇÕES SOBRE A CONTRAPARTIDA

Origem / Agente	Valor-R$	Comentar a situação em que se encontra /previsão liberação

14. MATÉRIA PRIMA UTILIZADA NA ORGANIZAÇÃO

Produto	u	Quantidade atual (própria)	Quantidade futura (própria)	Total necessária (própria + adquirida)

Comente sobre a qualidade da matéria prima: _____

15. ESTIMATIVA DA RECEITA ANUAL

Produto	Quantidade	Unidade	Alíquota ICMS-(%)	Preço de venda (R$/unid)	TOTAL ANUAL (R$)

T o t a l					

16. ESTIMATIVA DA LUCRATIVIDADE (anual)

PRODUTO	RECEITA	CUSTOS VARIÁVEIS	MARGEM BRUTA
T o t a l			

17. ASPECTOS AMBIENTAIS DO EMPREENDIMENTO

17.1 Preencher a Lista Negativa de Verificação anexa à documentação desta proposta a qual fornece a indicação preliminar de Viabilidade Ambiental da mesma

17.2 Será implantada alguma tecnologia ambiental?

Energia alternativa ( ) sim ( ) não Especificar_____
Produção orgânica ( ) sim ( ) não Especificar_____
Aproveitamento de água da chuva ( ) sim ( ) não Especificar_____
Outros. Especificar_____

18. ASPECTOS RELACIONADO A EVENTOS CLIMÁTICOS

18.1- Quais os fenômenos climáticos locais/regionais representam riscos/ameaças ao empreendimento:

( )-granizo ( )-inundação ( )-ventos fortes

19. INTERNET

Tem acesso à internet na comunidade : ( )-sim ( )-não

20. OUTRAS NECESSIDADE : _____

Obs.: O grupo proponente se compromete em indicar representante(s) para realizar os cursos obrigatórios e outros vinculados ao Projeto Estruturante.

Data:_____/_____/_____

_____

Representante da Organização

_____

MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE – MI-03
MELHORIA DE SISTEMA PRODUTIVO
(Deve ser preenchido para cada família com melhoria de sistema previsto no Projeto Estruturante)

1 – INFORMAÇÕES DO BENEFICIÁRIO

Nome:	
CPF:	
Comunidade:	Município:
Tipo de aliança produtiva/com quem:	
Nome do Projeto Estruturante:	
Organização proponente do PE:	

2 – DESCREVER AS MELHORIAS/INVESTIMENTOS A SEREM REALIZADOS

3 – DESCREVER OS OBJETIVOS/METAS DESTA MI:

4 – DESCREVER A NECESSIDADE DE INVESTIMENTO NA PROPRIEDADE-INDIVIDUAL

Descrição	Unidade	Quantidade	Valor unitário R$	Valor Total R$
T O T A L				

5 - DESCREVER AS ATIVIDADES RELACIONADAS À MI EXISTENTES NA PROPRIEDADE E PROJEÇÃO APÓS AS MELHORIAS PLANEJADAS

Atividade	Unidade	Quantidade	Produção atual	Produção c/melhorias

6 – RECURSOS NECESSÁRIOS

SC Rural-R$	Contrapartida-R$	Valor Total-R$

7-INFORMAÇÕES SOBRE A CONTRAPARTIDA

Origem / Agente	Valor-R$	Comentar a situação em que se encontra /previsão liberação

8. ASPECTOS AMBIENTAIS DA PROPRIEDADE

8.1 Preencher a Lista Negativa de Verificação anexa à documentação desta proposta a qual fornece a indicação preliminar de Viabilidade Ambiental da mesma

8.2 Será implantada alguma tecnologia ambiental?

Energia alternativa ( ) sim ( ) não Especificar_____

Produção orgânica ( ) sim ( ) não Especificar_____

Aproveitamento de água da chuva ( ) sim ( ) não Especificar_____

Outros. Especificar_____

9. ASPECTOS RELACIONADO A EVENTOS CLIMÁTICOS

Quais os fenômenos climáticos locais/regionais representam riscos/ameaças aos sistemas produtivos:
( )-geadas ( )-estiagem ( )-granizo ( )-ventos fortes

10. INTERNET

Tem acesso à internet na comunidade : ( )-sim ( )-não

11. OUTRAS NECESSIDADES : _____

Data: _____**/**_____**/**_____

_____
Beneficiário

_____
Técnico Municipal

Estado de Santa Catarina
Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca
Programa Santa Catarina Rural

MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE – MI-02
EMPREENDIMENTO INDIVIDUAL
(utilizar um formulário para cada unidade)

1. ORGANIZAÇÃO PROPONENTE-INDIVIVIDUAL

Nome da unidade:			
Nome do responsável pela unidade:			
CPF	Data da constituição do empreendimento		
Endereço:		Município:	
Comunidade:	CNPJ:	IE:	
Telefone:	E-mail:		

2. EMPREENDIMENTO

Quantas pessoas estarão ocupadas no empreendimento ?_____
Haverá geração de empregos ? ( )-sim/quantos_____ ( )-não

3.TITULO DA PROPOSTA

4. DESCRIÇÃO DA PROPOSTA

4.1. Descrição sumária da proposta:
4.2. Objetivo e metas:

4.3.Atividade Proposta:

( )-Produção ( )-Beneficiamento ( )-Comercialização ( )-Infraestrutura

( )-Outra-Qual?_____

4.4.Tipo de Investimento:

( )-Obras ( )-Serviços ( )-Aquisição de Bens ( )-Consultoria

( )-Outros-Qual:_____

4.5. É empreendimento
( )-Novo ( )-Existente

4.6. Mercado Potencial:

( )-Municipal ( )-Regional ( )-Estadual ( )-Nacional ( )-Internacional

Existe algum tipo de estudo de mercado? _____

Abrangência do estudo ( )-Local ( )-Regional ( )-Estadual

4.6.1. Comercializa em grupo ?
( )-Sim ( )-Não

Formas de comercialização:_____

4.7. Número de famílias beneficiárias:_____

5 - ÁGUA

5.1 - Quantidade de água disponível? **( )-não se aplica**

( )-Pouca ( )-Razoável ( )-Suficiente

5.2 – Qualidade da água disponível?

( )-Ruim ( )-Razoável ( )-Boa ( )-Excelente

6 - ENERGIA ELÉTRICA

( )-Monofásica ( )-Bifásica ( )-Trifásica

Atende a necessidade do empreendimento ? ( )-Sim ( )-Não

7 – NECESSIDADE DE INVESTIMENTO NO EMPREENDIMENTO

Descrição (máquinas, equipamentos, serviços, materiais*)	Unidade	Quantidade	Valor Unitário R$	Valor R$

*Para construção civil utilizar a estimativa do orçamento total globalizado.

8 - INVESTIMENTOS JÁ EXISTENTES

Descrição (máquinas, equipamentos, materiais)	Unidade	Quantidade	Valor de novo R$

9.RECURSOS

9.1.Recursos Necessários

SC Rural-R$	Contrapartida-R$	Valor Total-R$

9.2.Informações sobre a Contrapartida

Origem / Agente	Valor-R$	Comentar a situação em que se encontra /previsão liberação

10. MATÉRIA PRIMA UTILIZADA NO EMPREENDIMENTO

Produto	**u**	**Quantidade atual (própria)**	**Quantidade futura (própria)**	**Total necessária (própria + adquirida)**

Comente sobre a qualidade do produto primário (matéria prima) :_____

_____

_____

11. ESTIMATIVA DA RECEITA ANUAL

Produto	**Quantidade**	**Unidade**	**Alíquota ICMS (%)**	**Preço de Venda (R$/unid)**	**Total Anual (R$)**

Total					

12. ESTIMATIVA DA LUCRATIVIDADE (ANUAL)

Produto	Receita	Custos variáveis	Margem bruta
Total			

13. ASPECTOS AMBIENTAIS DO EMPREENDIMENTO

13.1 Preencher a Lista Negativa de Verificação anexa à documentação desta proposta a qual fornece a indicação preliminar de Viabilidade Ambiental da mesma.

13.2 Será implantada alguma tecnologia ambiental?

Energia alternativa ( ) sim ( ) não Especificar_____
Produção orgânica ( ) sim ( ) não Especificar_____
Aproveitamento de água da chuva ( ) sim ( ) não Especificar_____
Outro: especificar: _____

14. ASPECTOS RELACIONADO A EVENTOS CLIMÁTICOS

Quais os fenômenos climáticos locais/regionais representam riscos/ameaças ao empreendimento:

( )-granizo ( )-inundação ( )-ventos fortes

15. INTERNET

Tem acesso à internet na comunidade : ( )-sim ( )-não

16. OUTRAS NECESSIDADE : _____

Obs.: O grupo proponente se compromete em indicar representante(s) para realizar os cursos obrigatórios e outros vinculados ao Projeto Estruturante.

DATA _____/_____/_____

_____

Representante do Empreendimento

_____

Técnico Municipal

ANEXO 16-A - Manifestação de Interesse para Jovens Rurais

Estado de Santa Catarina
Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca
Programa Santa Catarina Rural

MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE
JOVEM RURAL

1.DADOS DO PROPONENTE

Nome:			
Endereço:		Telefone:	
Comunidade:	Município:		Cep:
E-mail:	CPF:		
Período de realização do curso:	Local de realização:	Posição no ranqueamento:	
Proposta: Individual – ( )	Grupal – ( )		
Titulo do negócio:			

2.DADOS GERAIS

Responsável técnico pela Manifestação de Interesse:		Instituição:
Formação Profissional:	Telefone:	Celular:
E-mail:		

3.DADOS DOS BENEFICIÁRIOS DA M.I.

Nome	Sexo (M/F)	CPF	Número da DAP	Data de nascimento	Comunidade	Município	N° de pessoas na família

4. EXPERIÊNCIA NA ATIVIDADE

(*Comentar a experiência na atividade proposta, envolvimento com outras ações/projetos/programas de apoio ao desenvolvimento rural da comunidade / município*):

5.EXPERIÊNCIA COM ORGANIZAÇÕES

(*Comentar a experiência em participação de organizações*)

6.RESUMO DO PROJETO

(Necessidade de investimentos por empreendimento individual e coletivo)

Nome da Unidade	Descrição	Valor Total a Ser Investido	Valor de Apoio Pretendido junto ao SC

6.1. Quantas pessoas serão ocupadas com os investimentos propostos ?_____

6.2. Haverá geração de empregos diretos?_____ Se sim quantos:_____

NOME DO PROPONENTE:_____

7. DADOS DA PROPOSTA

(Elaborar um formulário para o grupo e um para cada participante)

7.1.Descrição Sumária da Proposta
7.2.Objetivo e Metas
7.3.Atividade Proposta ( )-Produção ( )-Beneficiamento ( )-Comercialização ( )-Infraestrutura ( )-Outra qual?_____
7.4.Tipo de Investimento ( )-Obras ( )-Serviços ( )-Aquisição de Bens ( )-Outro Qual:_____
7.5. Empreendimento Novo-( ) Existente-( ) Se novo, onde será implantado :_____ Se existente onde está localizado o investimento:_____ **Obs:** 1)-Em investimentos para construções, deverá ser anexado a proposta de apoio, cópia de termo

de comodato com duração mínima de 20 anos.

2)-Em investimentos para melhoria de sistemas de produção, deverá ser anexada a proposta de apoio , cópia de carta de anuência com duração de no mínimo 5 anos.

3)- Em investimentos para equipamentos, deverá ser anexada a proposta de apoio , termo de compromisso de que o proponente/grupo permanecerá com o s mesmos por um período de no mínimo 5 anos.

7.6 - Mercado Potencial

( )-Municipal ( )-Regional ( )-Estadual ( )-Nacional ( )-Internacional

Existe algum tipo de estudo de mercado ?_____

O produto já é comercializado pelo proponente? Sim-( ) Não-( )

Se sim, em que locais?_____

7.7 - Água de abastecimento: não se aplica-( )

-Origem da água

( )-Fonte ( )-Poço artesiano ( )-Rede pública ( )-Outros Qual:_____

Distância do local de captação: _____m

-Quantidade de Água disponível?

( )-Nenhuma ( )-Pouca ( )-Razoável ( )-Suficiente

-Qualidade da água disponível?

( )-Ruim ( )-Razoável ( )-Boa ( )-Excelente

-Possui análise físico-química e microbiológica da água?

( )-Sim ( )-Não

-Data da realização da última análise: _____

7.8-Energia elétrica

( )-Possui ( )-Não possui

( )-Monofásica ( )-Bifásica ( )-Trifásica

Se não tiver, qual a distância da rede até a utilização: ___/____/____

7.9-Qualidade das estradas terciárias

( )-Boa* ( )-Média ( )-Ruim

Há necessidade de melhoria de estradas? ( )-Sim ( )-Não

Se sim, citar os trechos _____

_____

_____

_____

_____

*Se considerada boa, não necessita de melhorias

**Para construção civil utilizar a estimativa do orçamento total globalizado-especificar no Projeto.*

8.2-Investimentos já existentes no empreendimento

(Relacionar todos os investimentos já realizados vinculados com a atividade)

Descrição (máquinas, equipamentos, materiais)	Unidade	Quantidade	Valor Novo R$

9.RECURSOS

9.1-Recursos necessários

SC Rural-R$	Contrapartida-R$	Valor Total-R$

9.2-Informações sobre a Contrapartida

Origem - Agente	Valor-R$	Comentar a situação em que se encontra /previsão liberação

10. EXPERIÊNCIA E CAPACIDADE DE GESTÃO DO EMPREENDIMENTO

(*Comentar)*

10.1-Experiência contábil e administrativa.

10.2-Compra conjunta (volume adquirido, nº produtores beneficiados, produto).

10.3-Comercialização (grupo de venda, volume).

11. PRODUÇÃO DOS ÚLTIMOS ANOS

(Se empreendimento já existente)

Produto	**un**	**Quantidade ano anterior**	**Quantidade atual**	**Quantidade prevista (futuro)**

12. ESTIMATIVA DA RECEITA ANUAL

Produto	un	Quantidade	Alíquota ICMS (%)	Preço de Venda (R$/kg)	TOTAL ANUAL (R$)
RECEITA TOTAL ANUAL					

13. ESTIMATIVA DA LUCRATIVIDADE ANUAL

PRODUTO	RECEITA-R$	CUSTOS VARIÁVEIS-R$	MARGEM BRUTA-R$
TOTAL			

14. COMENTE SOBRE A MATÉRIA PRIMA A SER UTILIZADA NO PROJETO

_____

_____

_____

_____

15. ASPECTOS AMBIENTAIS DO EMPREENDIMENTO

15.1- Impactos ambientais potenciais com a execução da proposta: Geração de efluentes ( )-sim ( )-não ( )-não se aplica Supressão de vegetação ( )-sim ( )-não ( )-não se aplica Movimentação de terra ( )-sim ( )-não ( )-não se aplica
15.2 - O local proposto para a localização das atividades previstas atende à Legislação Ambiental vigente? ( )-Sim ( )-Não Incluindo a distância mínima necessária para manter a APP? ( )-Sim ( )-Não
15.3 - Preencher a *Lista Negativa de Verificação* anexa à documentação desta proposta a qual fornece a indicação preliminar de Viabilidade Ambiental da mesma.
15.4 - Essa proposta já prevê atividades e custos que contribuem para a legalização da propriedade onde será implantada a unidade industrial (quando necessário)? Reserva Legal ( )-Sim ( )-Não ( )-não se aplica Área de Preservação Permanente ( )-Sim ( )-Não ( )-não se aplica Estrutura fundiária ( )-Sim ( )-Não ( )-não se aplica
15.5 - Será implantada alguma tecnologia ambiental? Energia alternativa: ( )-sim ( )-não Especificar _____ Produção orgânica : ( )-sim ( )-não Especificar _____ Aproveitamento de água da chuva : ( )-sim ( )-não Especificar _____ Outros - Especificar_____

16. OUTRAS NECESSIDADES

_____

_____
_____

Obs.: O proponente se compromete em realizar os cursos obrigatórios da área (regras de como utilizar os recursos do Programa, manejo de pragas e uso de agrotóxicos, gestão de empreendimentos, etc).

_____
Local e data

_____
Assinatura do proponente

_____
Assinatura do Técnico responsável

ANEXO 16-B – Manifestação de Interesse para Pescadores Artesanais e Maricultores

Estado de Santa Catarina
Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca
Programa Santa Catarina Rural

MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE
PESCADORES ARTESANAIS e MARICULTORES

1.DADOS DA ORGANIZAÇÃO PROPONENTE

Nome da Instituição/Grupo:		
Endereço:		Cep:
Quantidade de Sócios:	Município(s) de abrangência:	
CNPJ:	IE:	
Comunidade(s):		
Telefone:	E-mail:	
Nome do presidente ou responsável pelo grupo:		CPF:
Remunera os dirigentes? ( ) não ( ) sim		

2. DADOS GERAIS

Título da Proposta:		
Responsável pela Manifestação de Interesse:		Formação Profissional:
E-mail:	Telefone:	Celular:

3. DADOS DOS PARTICIPANTES

(*representante da família*)

Nome	Sexo (M/F)	CPF	Participa da diretoria	Número da DAP	Data de nascimento	Comunidade	Município	N° de pessoas na família

4. GRAU DE ORGANIZAÇÃO/GRUPO E CONSISTÊNCIA DA PROPONENTE

(Descreva sobre a consistência e o nível de organização do grupo)

O grupo está funcionando a contento?	sim ( )	não ( )	não se aplica ( )
O grupo possui pontos de comercialização?	sim ( )	não ( )	não se aplica ( )
Já fizeram compras coletivas?	sim ( )	não ( )	não se aplica ( )
A maioria dos componentes do grupo concorda com a proposta apresentada?	sim ( )	não ( )	não se aplica ( )
Descreva a sua percepção da consistência do grupo como um todo			

5. EXPERIÊNCIA E CAPACIDADE DE GESTÃO DA ORGANIZAÇÃO DOS PRODUTORES

(Experiência contábil e administrativa, integração da organização com outras ações/projetos/programas de apoio ao desenvolvimento rural do município)

6. RESUMO DO PROJETO

(Relação de investimentos coletivos ou por empreendimento individual)

Nome da Unidade	Descrição	Valor total a ser investido R$	Valor do apoio junto ao SC Rural R$

6.1. Quantos empreendimentos de agregação de valor fazem parte do grupo?_____

6.2. Quantos empreendimentos estão envolvidos nesta Manifestação de Interesse?_____

6.3. Quantas pessoas ocupadas gerarão os investimentos?_____

6.4.Quantos empregos diretos?_____

Identificação da unidade beneficiada
(*nome do empreendimento e do proprietário****)***

_____
_____

7. DADOS DA PROPOSTA
(Elaborar um formulário para o grupo e um para cada participante)

7.1-Descrição sumária da proposta

7.2-Objetivo e metas

7.3-Atividade proposta

( )-Produção ( )-Beneficiamento ( )-Comercialização ( )-Infraestrutura

( )-Outra - Qual?_____

7.4-Tipo de investimento

( )-Obras ( )-Serviços ( )-Capacitação ( )-Aquisição de Bens ( )-Consultoria

( )-Outros Qual:_____

7.5-Empreendimento Novo ou Existente?

( )-Novo ( )-Existente

7.6- Mercado Potencial

( )-Municipal ( )-Regional ( )-Estadual ( )-Nacional ( )-Internacional

Existe algum tipo de estudo de mercado? Qual ? _____

7.7- Possui aliança produtiva

( )-Sim ( )-Não
( )-Contrato/Convênio Assinado ( )-Contrato/Convênio em Tramitação

7.8- Comercializa em grupo?
( )-Sim ( )-Não

7.9- Número de famílias beneficiárias neste empreendimento _____

7.10- Abastecimento de água **não se aplica** ( )

- Origem da água

( )-Fonte ( )-Poço artesiano ( )-Rede pública ( )-Outros Qual:_____

Distância da captação: _____metros

-Quantidade de água disponível?

( )-Nada ( )-Pouca ( )-Razoável ( )-Suficiente

-Qualidade da água disponível?

( )-Ruim ( )-Razoável ( )-Boa ( )-Excelente

-Possui análise físico-química e microbiológica da água?

( )-Sim ( )-Não Data da realização da última análise: _____

7.11- Energia elétrica

Possui ( )-sim ( )-não

Se sim: ( )-Monofásica ( )-Bifásica ( )-Trifásica

Se não: distância da rede até a utilização: _____

7.12- Qualidade das estradas terciárias

( )-Boa* ( )-Média ( )-Ruim

Há necessidade de melhoria de estradas? ( )-Sim ( )-Não

*Se considerada boa, não necessita de melhorias

Se sim, citar os trechos:

_____

_____

_____

_____

8.INVESTIMENTOS

8.1. Necessidade de Investimentos no Empreendimento

(Relacionar todos os investimentos necessários para o empreendimento)

Descrição (máquinas, equipamentos, serviços, materiais*)	Unidade	Quantidade	Valor Unitário R$	Valor R$

**Para construção civil utilizar a estimativa do orçamento total globalizado e especificar no Projeto.*

8.2. Investimentos já Existentes

(Relacionar todos os investimentos já existentes no empreendimento)

Descrição (máquinas, equipamentos, materiais)	Unidade	Quantidade	Valor de Novo R$

9.RECURSOS

9.1.Recursos Necessários

SC Rural-R$	Contrapartida-R$	Valor Total-R$

9.2.Informações sobre a Contrapartida

Origem - Agente	Valor-R$	Comentar a situação em que se encontra /previsão liberação

10.EXPERIÊNCIA E CAPACIDADE DE GESTÃO DO EMPREENDIMENTO

(Comentar)

Experiência contábil e administrativa:

Integração da organização de produtores com outras ações/projetos/programas de apoio ao desenvolvimento rural do município (CMDR, Patrulha Agrícola e outras):

Compra conjunta (volume adquirido, nº produtores beneficiados, produto):

Comercialização (grupo de venda, volume):

Capacitação existente em gestão, produção e associativismo:

11.GRAU DE ORGANIZAÇÃO, CONSISTÊNCIA DO GRUPO-UNIDADE

(Descreva sobre a consistência e nível de organização do grupo)

Os componentes do grupo se sentem parte do todo ?	Sim ( )	Não ( )
Possuem experiências na utilização de bens coletivos?	Sim ( )	Não ( )
Possuem algum tipo de regulamento ou regra para funcionamento coletivo	Sim ( )	Não ( )
Já utilizou recursos públicos?	Sim ( )	Não ( )

Se já utilizou recursos públicos. Foi cumprido o Plano proposto?	Sim ( )	Não ( )

12.PRODUÇÃO DOS ÚLTIMOS ANOS E ESTIMATIVA DE MATÉRIA PRIMA PRÓPRIA

Produto	un	Quantidade ano anterior	Quantidade atual	Quantidade Prevista (futuro)

13.COMENTE SOBRE A QUALIDADE DA MATÉRIA PRIMA A SER UTILIZADA

_____

_____

_____

_____

14.ESTIMATIVA DA RECEITA ANUAL

Produto	Quantidade	Alíquota ICMS (%)	Preço de Venda (R$/kg)	TOTAL anual (R$)

15. ESTIMATIVA DA LUCRATIVIDADE ANUAL

PRODUTO	RECEITA	CUSTOS VARIÁVEIS	MARGEM BRUTA
TOTAL			

16. ASPECTOS AMBIENTAIS DO EMPREENDIMENTO

16.1- Impactos ambientais potenciais com a execução da proposta:
Geração de efluentes ( )-sim ( )-não ( )-não se aplica
Supressão de vegetação ( )-sim ( )-não ( )-não se aplica
Movimentação de terra ( )-sim ( )-não ( )-não se aplica

16.2 - O local proposto para a localização das atividades previstas atende à Legislação Ambiental vigente? ( )-Sim ( )-Não
Incluindo a distância mínima necessária para manter a APP? ( )-Sim ( )-Não

16.3 - Preencher a *Lista Negativa de Verificação* anexa à documentação desta proposta a qual
fornece a indicação preliminar de Viabilidade Ambiental da mesma.

16.4 - Essa proposta já prevê atividades e custos que contribuem para a legalização da propriedade onde será implantada a unidade industrial (quando necessário)?
Reserva Legal ( )-Sim ( )-Não ( )-não se aplica
Área de Preservação Permanente ( )-Sim ( )-Não ( )-não se aplica
Estrutura fundiária ( )-Sim ( )-Não ( )-não se aplica

16.5 - Será implantada alguma tecnologia ambiental?
Energia alternativa: ( )-sim ( )-não Especificar _____
Produção orgânica: ( )-sim ( )-não Especificar _____
Aproveitamento de água da chuva: ( )-sim ( )-não
Especificar _____
Outro, especificar_____

17. EXISTEM CONDIÇÕES E INTERESSE DE INSTALAR UM TELECENTRO (INFORMÁTICA)?
(*sala/ manutenção etc.)*

_____
_____

18. OUTRAS NECESSIDADES

_____
_____
_____

Obs.: O grupo proponente se compromete em indicar representante(s) para realizar os cursos obrigatórios de cada área (regras de como utilizar os recursos do Programa, manejo de pragas e uso de agrotóxicos, gestão de empreendimentos, etc).

_____
Local e data

_____
Representante da Organização dos Produtores

_____
Técnico Municipal

ANEXO 16-C – Manifestação de Interesse – Capital Semente

MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE
PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS

NOME:	
CPF:	
MUNICÍPIO:	COMUNIDADE:
Tipo de Remuneração: ( ) Estoque Incremental Florestal ( ) Recuperação	
Possui Reserva Legal Averbada: ( ) Sim ( ) Não	
Coordenada Geográfica (1 ponto):	

1 – Áreas de vegetação natural da propriedade
1a – Tamanho Reserva Legal: ha
1b – Tamanho das Áreas de Preservação Permanente (APPs): ha
1c – Tamanho da Área de Estoque Incremetal Florestal /ou a ser recuperado (vegetação natural fora da área de Reserva Legal e APPs a ser remunerada com pagamento por serviços ambientais): ha

2 – Breve descrição da Área (se possível descrever previamente estagio sucessional da vegetação e fauna local):

3 – Informações gerais			
Participante do Sistema de Integração Econômico Ecológico- SIEE;	SIM	NÃO	OBS:
Fragmentos florestais estratégicos para conectividade entre outros fragmentos e/ou APPs e Reservas Legais			
Participante de grupos de projeto estruturante			
Residente em área de amortecimento de Unidade de Conservação			
Participante de proposta grupal do SC Rural			

4 – Valor a ser premiado com recursos do capital semente:	R$

Assinatura do Produtor: _____

ANEXO 17 - Planilha para análise da viabilidade econômica de projetos

DISCRIMINAÇÃO		ANOS							
		I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII
ENTRADAS									
Receita Operacional									
Resíduo do Investimento									
SAÍDAS									
Investimentos									
Custos Variáveis									
Custos Fixos-Depreciação									
Imposto de Renda									
SALDO									
T.I.R. =									
PAY-BACK =									
V. A. =									

A planilha acima faz parte de um conjunto de 12 planilhas necessário para a análise econômica. Nas planilhas são calculados os custos de investimentos em máquinas, equipamentos e instalações, Insumos, Receita Operacional, Mão de obra, Impostos, Custos, Contas a pagar, Cronograma de reembolso, Capital de Giro, Depreciação.

ANEXO 18 - Montando o Plano de Negócio

Fonte: Parte do material deste documento foi obtido de publicação do ICEPA, *Planejamento e Visão de Futuro para Pequenos Empreendimentos Agroindustriais*, DONIAK F. A. e Outros, 2003.

1- Identificação

Nome do Grupo	

Razão Social		
Nome Fantasia		
CGC/CNPJ	Insc. Estadual:	Insc. Municipal:

Definição do Negócio

Qual é o negócio do grupo?

Aspectos Históricos do Grupo – Descrever sucintamente os motivos que levaram as pessoas a montarem o negócio; quais eram as suas atividades profissionais anteriormente; como tomaram a decisão de entrarem na cadeia produtiva. O negócio envolve as famílias, mulheres, filhos ou chefes de famílias; outras informações.

Nome dos sócios e respectivas participações na empresa.

Nome	Participação (% ou n° de cotas)

Responsáveis pela gestão do empreendimento (por área).

ÁREA	Responsável
Administração	
Financeira	
Produção	
Tecnológica	
Comercial	
Outras (especificar)	

2- Plano Estratégico

Situação Atual – Defina em um parágrafo os aspectos positivos e negativos que levarão você a montar o negócio.

Visão de Futuro – Defina em um parágrafo como você deseja que seu empreendimento esteja daqui a cinco anos.

Missão – A missão deve ser entendida como o propósito da empresa, ou seja, a razão dela existir. Ela define a filosofia da empresa, assim, através dela fica estabelecido a forma como o negócio será conduzido, servindo como um guia para qua as pessoas trabalhem na direção do alcance dos objetivos organizacionais. Normalmente ela deve responder três questionamentos: O que? Como? e Para Que a empresa existe.

Análise da Concorrência

Quem são os meus concorrentes?

Como eles atuam? Como vendem seus produtos?

Lista de fatores que ajudam ou prejudicam o alcance da situação futura desejada – descreva os fatores e depois classifique no quadro ao lado de este fator AJUDA (A) ou PREJUDICA (P); posteriormente relacione se é um fator INTERNO (I) OU EXTERNO (E).

OBS.: FATORES INTERNOS são aqueles que a organização consegue agir e ter controle sobre eles; os FATORES EXTERNOS são aqueles qua a organização convive com ele, mas não consegue modificá-los. Devemos sempre levar em consideração os nossos concorrentes.

	DESCRIÇÃO	A/P	I/E
1			
2			
3			
4			
5			
6			
7			
8			
9			
10			
11			

Transporte os fatores para o quadro seguinte, classificando da seguinte maneira:

- Fatores Internos e que Ajudam = Pontos Fortes
- Fatores Internos e que Prejudicam = Pontos Fracos
- Fatores Externos que Ajudam = Oportunidades
- Fatores Externos que Prejudicam = Ameaças

Pontos Fortes – Ajudam	Pontos Fracos – Prejudicam

Oportunidades – Ajudam	Ameaças – Prejudicam

Valores da Organização – Liste os valores que a organização respeitará mesmo que isso possa em algum momento dificultar alguma ação.

Classifique os valores do mais importante para o menos importante

Objetivo Estratégico, Metas e Estratégia.
As decisões de natureza estratégica referem-se aos problemas cujas soluções influenciaram os negócios da empresa por um período de médio e longo prazo, ou seja, decisões que tomadas hoje, não produzirão apenas efeitos imediatos, mas que se estenderão pelos próximos anos. Por exemplo, a decisão de lançar um novo produto, de procurar um nicho de mercado, de focar novas alternativas de vendas, entre outras.

Objetivo	
Meta	
Estratégia	
Objetivo	
Meta	
Estratégia	
Objetivo	
Meta	
Estratégia	

3- Plano de Marketing

O Marketing significa, acima de qualquer coisa, um compromisso em “assumir” e desencadear processos administrativos que assegurem a imagem e o posicionamento da empresa e de seus produtos e/ou serviços, em meio a concorrência, pela efetiva e crescente satisfação do consumidor, para atingir os resultados almejados.
É importante não confundir propaganda e publicidade com marketing, na realidade ambas são ferramentas utilizadas dentro do contexto estratégico de divulgação de um produto. Assim, é importante entender a necessidade de elaborar um Plano de Marketing para conseguir utilizar as ferramentas corretas de forma adequada à capacidade de produção e operação da empresa.

Quais são os produtos da minha agroindústria?

Determine assinalando com um X onde o(s) seu(s) produtos diferem positivamente e negativamente dos seus concorrentes

Fatores	**Positivo**	**Negativo**
Forma de produção (orgânica ou tradicional)		
Tempo do produto no mercado		
Possui um amplo grupo de consumidores regulares		
O mercado consumidor alvo conhece o produto		
A marca é conhecida pelo mercado alvo		
O produto possui padrão de qualidade definida		
O consumidor possui opção de escolha entre seus produtos (ex.: diet, light, normal).		
Os concorrentes são mais conhecidos		
Existe uma marca que domina o mercado		
Existem grandes empresas produzindo os mesmos produtos		
O produto pode ser vendido fora do Estado (SIF)		
O produto tem qualidade para ser exportado		
A capacidade de produção é maior do que a demanda		
A embalagem é atrativa para os consumidores		
O produto consegue ser exposto adequadamente nos pontos de comercialização		
A maioria dos consumidores possui o hábito de consumi-lo regularmente (ex.: queijo - 3 vezes por semana)		
O mercado local absorve toda ou a maior parte da produção		
Outros (especificar)		

Como é o processo de fabricação dos meus produtos? (fazer todo detalhamento do processo produtivo, processamento, rendimentos etc.).

Qual o volume de produção de cada produto e por período?

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Produto 1													
Produto 2													
Produto 3													
Total													

Definição dos preços

Como eu defino os preços? Existirão diferenças entre os mercados (local ou distante)? Entre produtos? Como vou considerar o preço praticado pela concorrência?

Estratégia de divulgação

Como a minha empresa e meus produtos são divulgados? (publicidade, propaganda, promoções, relações públicas)

Mudanças previstas na unidade de produção.

Ocorrerão mudanças na agroindústria em relação ao seu início? Explique (na divulgação, de administrar, de produzir.....). Projete 5 anos.

Comercialização

Como será a comercialização e distribuição dos produtos?

4. Análise Econômica e Financeira

4.1 – Plano de Investimentos

Custos pré-operacionais

Descrição	R$
1) Pesquisa de Mercado	
2) Registro de Marcas	
3) Honorários (Advogado, desenvolvimento de marcas, consultores)	
4) Registro da Empresa	
5) Outras despesas (descrever)	

Investimentos Fixos

Discriminação	Preço	Realizado		A Realizar		Total	
	Preço	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor
Máquinas e equipamentos							
Móveis e utensilios							
Veículos							
Imóveis							
Outros (especificar)							
Total							**0,00**

Insumos necessários para a produção

DISCRIMINAÇÃO	UN.	QUANT.	REÇO UNI	ATUAL	ANO I	ANO II	ANO III	ANO IV	ANO V
Embalagem									
Embalagem II									
Aditivos									
TOTAL									

Produtos que serão comercializados (quantidades e preços médios).

DISCRIMINAÇÃO	UN.	VALOR	PRODUÇÃO							
		MÉDIO	SITUAÇÃO ATUAL		ANO I		ANO II		ANO III	
PRODUTO			QUANT.	VALOR	QUANT.	VALOR	QUANT.	VALOR	QUANT.	VALOR
TOTAL										
RECEITA MENSAL										

Descrever a necessidade de mão de obra para o empreendimento e remuneração por função (anual).

DISCRIMINAÇÃO	SAL. MÉDIO	SITUAÇÃO ATUAL		ANO I		ANO II		ANO III	
	MENSAL	QUANT.	VALOR	QUANT.	VALOR	QUANT	VALOR	QUANT.	VALOR
MÃO-DE-OBRA FIXA									
Assistente administrativo									
ENCARGOS SOCIAIS									
MÃO-DE-OBRA VARIÁVEL									
Trabalhador rural									
ENCARGOS SOCIAIS									
TOTAL / ANO		**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0**	**0,00**

Valor dos Investimentos e cálculo da Depreciação e Manutenção

SITUAÇÃO ATUAL								
ESPECIFICAÇÃO	INVESTIMENTO TOTAL	DEPRECIAÇÃO		MANUTENÇÃO		SEGURO		VALOR RESIDUAL
		VALOR	TAXA	VALOR	TAXA	VALOR	TAXA	
Obras Civis			0,04		0,05		0,01	
Máq. e equipamentos			0,10		0,02		0,01	
Móveis e utensílios			0,10		0,02		0,01	
Instalações			0,10		0,02		0,01	
Veículos			0,20		0,05		0,02	
TOTAL								**0,00**

SITUAÇÃO FUTURA	Situação futura							
ESPECIFICAÇÃO	INVESTIMENTO TOTAL	DEPRECIAÇÃO		MANUTENÇÃO		SEGURO		VALOR RESIDUAL
		VALOR	TAXA	VALOR	TAXA	VALOR	TAXA	
Obras Civis			0,04		0,01		0,01	
Máq. e equipamentos			0,10		0,03		0,01	
Móveis e utensílios			0,10		0,00		0,01	
Instalações			0,10		0,02		0,01	
Veículos			0,20		0,05		0,02	
TOTAL								**0,00**

Taxas e Impostos

DISCRIMINAÇÃO	ALÍQUOTA	SITUAÇÃO ATUAL		ANO I		ANO II		ANO III	
		BASE	VALOR	BASE	VALOR	BASE	VALOR	BASE	VALOR
I.S.S.	%								
I.C.M.S.									
(+) VENDAS									
(+) VENDAS									
(+) VENDAS									
(+) VENDAS									
(-) COMPRAS									
SUBTOTAL									
PIS									
IPI									
FINSOCIAL									
SUBTOTAL									
TOTAL									

Resumo dos Custos Fixos e Variáveis do Empreendimento

DISCRIMINAÇÃO	ATUAL	ANO I	ANO II	ANO III	ANO IV	ANO V
1. FIXOS						
Mão-de-obra						
Encargos sociais						
Retirada dos sócios/encargos						
Água/luz/telefone						
Aluguel						
Honorários contábeis						
Material de escritório						
Manutenção/conservação						
Depreciação						
Seguro						
Central						
2. VARIÁVEIS						
Aquisição matéria-prima						
Mão-de-obra						
Encargos sociais						
Energia						
Embalagens II						
Marketing/divulgação						
Embalagens						
Impostos e Contribuições						
Mat. limpeza e consumo						
Aditivos						
Custos de distribuição						
CUSTOS TOTAIS						

Balanço Econômico e Financeiro

DISCRIMINAÇÃO	ATUAL	ANO I	ANO II	ANO III	ANO IV	ANO V
1. RECEITAS PROJETADAS						
1.1 Vendas						
1.2 Serviços						
2. CUSTOS TOTAIS						
2.1 Depreciação						
2.2 Outros (exceto juros)						
3. LUCRO (1 - 2)						
4. JUROS						
4.1 Sobre o financiamento proposto						
4.2 Sobre outros financiamentos						
5. LUCRO TRIBUTÁVEL (3-4)						
6. CONTRIB. SOCIAL (8% S/ ITEN 5)						
7. LUCRO ANTES DO IR (5-6)						
8. IMPOSTO DE RENDA (% S/ ITEM 7)						
9. LUCRO LÍQUIDO (7-8)						
10. CAP. DE PAGAMENTO (9+2.1)						
11. REEMBOLSO						
11.1 Do Financiamento proposto						
11.2 De outros Financiamentos						
12. DISPONIBILIDADE (10-11)						
13. PONTO DE EQUILÍBRIO (%)						

ANEXO 19 – Proposta de Apoio Financeiro do Programa SC Rural

SECRETARIA DE ESTADO E DESENVOLVIMENTO RURAL E PROGRAMA SC RURAL – FUNDO DE INVESTIMENTOS SUSTENTÁVEIS – FIS

A - Linha de apoio financeiro.....CÓDIGO

B - Tipo de empreendimento.....CÓDIGO

C – Proponente (s)
Nome(s).....CÓDIGO

Conta número.....Agência.....Domicílio Bancário.....
CPF/CGC. _ _ _ ._ _ _ . _ _ _ / _ _

Região.....CÓDIGO

Município.....CÓDIGO

Comunidade(s).....CÓDIGO

Nome do Projeto Estruturante (quando não for apoio especial).....

Corredor ecológico.....CÓDIGO

Enquadramento de beneficiário.....CÓDIGO

D - Orçamento de aplicação

Liberação: ÚNICA ☐ PARCELADA ☐

DESCRIÇÃO	VALOR (R$)		ÉPOCA LIBERAÇÃO
	TOTAL	APOIO	
TOTAL			

E - Justificativa

.....

.....

Adequações ambientais recomendadas:

.....

.....

.....

Declaro que as informações, cuja solicitação de apoio acima descrita, são verídicas.

DATA ...../...../.....

_____ _____-

_____

PROPONENTE (S) RESPONSÁVEL TÉCNICO

VISTO

INSTÂNCIA	VISTO/ASSINATURA
Secretaria Executiva Regional	...../...../.....
Secretaria Executiva Estadual	...../...../.....

ANEXOS 1. Termo de compromisso individual e/ou grupal ☐

2. Declaração de outras fontes de financiamento ☐

3. Comprovantes de aplicação ☐

4. Projeto ☐

5. Outros (descrever) ☐

ANEXO 20 – Tabela de Priorização de Projetos Estruturantes

PRIORIZAÇÃO DE PROJETOS ESTRUTURANTES

CRITÉRIOS	NOTAS					Valor/ Peso	Total Grupo	TOTAL Mun.	Índice	
	0	2,5	5	7,5	10					
Nível de prioridade dos municípios: (Número)	Município(s) nível 3		Município(s) nível 2		Município(s) nível 1	2,0				
	0		0		1			**1**	**2,00**	**2,00**
Nº de microbacias trabalhadas envolvidas	Nenhuma	1 a 2	3 a 4	5 a 6	7 ou mais	0,5				
							4,0		**0,00**	
Nº de comunidades envolvidas	1	2 a 4	5 a 7	8 a 10	Mais de 10	0,5				
									0,00	
Jovens Rurais (16 a 29 anos) ou mulheres com participação DIRETA no grupo	0%	Até 20%	20,1 a 40%	40,1 a 60%	> 60%	1				
									0,00	
Consistência do grupo proponente (percepção de visita técnica) ***	Grupo Desorganizado	Grupo Convencido	Grupo já com alguma organização	Grupo Organizado e Preparado	Grupo Organizado, Preparado e Capacitado	1,5				
									0,00	
Grau de articulação com o mercado	Inexistente, mas com mercado p/produtos	Possibilidade de Aliança	Aliança formada para projeto, acordo formal	Aliança já existente,sem acordo escrito mas estável	Aliança já existente e forte, confiável, acordo escrito	1,0	4,5			**0,00**
									0,00	
Número de empreendimentos envolvidos no projeto	1	2	3	4	5 ou mais	1,0				
									0,00	
Número de famílias atendidas	Até 10	10 a 30	31 a 60	61 a 100	Mais de 100	1,0				

									0,00	
Nível de incorporação de tecnologias ambientais (*)	Nenhuma	1 T.A.	2 T.A.	3 T.A.	Mais de 3 T.A.	0,5	1,5			**0,00**
									0,00	
Saneamento Ambiental(**) das propriedades envolvidas no projeto	0%	1 a 25%	26 a 50%	51 a 75%	76 a 100%	1,0				
									0,00	
					Total	**10,0**	**10,0**		**2,00**	**2,00**

(*) Tecnologias ambientais: aproveita água da chuva; usa energia alternativa; faz reciclagem de lixo; Pastoreio rotativo; produção orgânica/agroecológica**;**

(**)Saneamento ambiental (melhorias já existentes): Não polui o ambiente com dejetos humanos e de animais.

(***) Consistência organizativa dos grupos proponentes (experiência na atividade, tempo de formação, existência de regulamentos e diretoria, etc.).

.

ANEXO 21 - Lista Negativa de Verificação - Atividades não apoiadas.

Protocolo SC RURAL n°: MI 0001/11

DADOS DO PROPONENTE

Nome da Instituição:		
Endereço:		Cep:
Município:	CNPJ:	IE:
Comunidade(s):		
Telefone:	E-mail:	
Nome do Presidente:		

DADOS GERAIS

Título do Projeto:		
Responsável pelo Projeto:		
E-mail:	Telefone:	Celular:

Lista Negativa de Verificação:

1. As atividades e/ou obras são capazes de gerar impactos ambientais considerados significativos pela legislação ambiental nacional (que requerem EIA/RIMA)?

Não ( ) Sim ( )

Obs.: Obras de recuperação de estradas, consideradas de utilidade pública, mesmo requerendo EIA/RIMA serão apoiadas pelo Programa mediante atendimento dos procedimentos e normas estabelecidos pela SIE

2. Há previsão de aquisição de agrotóxicos e outras substâncias proibidas pela legislação nacional ou cujo uso não seja registrado para a aplicação pretendida, bem como os enquadrados nas Classes I e II, segundo a classificação nacional, e nas Classes Ia e Ib, segundo a classificação da OMS?

Não ( ) Sim ( )

3. Haverá a aquisição e uso de agrotóxicos em desacordo com receituário agronômico ou sem que tenha sido previamente assegurada a qualificação dos aplicadores e disponibilizados os equipamentos de proteção apropriados?

Não ( ) Sim ( )

4. As atividades implicarão na intervenção ou supressão de vegetação da Mata Atlântica primária ou secundária, nos estágios médio ou avançado de regeneração?

Não ( ) Sim ( )

Obs.: Situações de exceção para casos específicos previstos em lei e devidamente autorizados pelo órgão competente, incluindo as atividades de uso sustentável desenvolvidas pelas comunidades indígenas, segundo seus costumes e práticas tradicionais;

5. As atividades implicarão na supressão de vegetação secundária de Mata Atlântica para fins de

exploração de madeira ou lenha ou para uso alternativo do solo sem autorização do órgão competente? Não ( ) Sim ( ) Obs.: Situações de exceção para atividades de uso sustentável desenvolvidas pelas comunidades indígenas, segundo seus costumes e práticas tradicionais;
6. Há previsão de atividades ou obras que impliquem intervenções ou supressão de vegetação em áreas de preservação permanente, assim definidas pelo Código Florestal? Não ( ) Sim ( ) Obs.: Situações de exceção para os casos de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto e desde que devidamente autorizadas pelo órgão competente, incluindo as atividades de uso sustentável desenvolvidas pelas comunidades indígenas, segundo seus costumes e práticas tradicionais;
7. Haverá atividades em Unidades de Conservação de Proteção Integral? Não ( ) Sim ( ) Obs.: Situações de exceção para os casos de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto e desde que devidamente autorizadas pelo órgão competente, incluindo as atividades de uso sustentável desenvolvidas pelas comunidades indígenas, segundo seus costumes e práticas tradicionais;
8. Serão realizadas atividades em áreas de proteção de mananciais legalmente estabelecidas, sem que haja a devida autorização pelo órgão de meio ambiente competente? Não ( ) Sim ( )
10. Serão realizadas atividades em áreas localizadas em Zonas de Amortecimento de Unidades de Conservação de Proteção Integral que representem ameaças à biota da área protegida, incluindo o uso de agrotóxicos? Não ( ) Sim ( )
11. Haverá a introdução e disseminação de espécies exóticas de interesse econômico consideradas invasoras em Zonas de Amortecimento de UC de Proteção Integral? Não ( ) Sim ( )
12. Haverá a utilização ou beneficiamento de produtos derivados de animais da fauna nativa provenientes de caça ou de criadouros não autorizados pelos órgãos competentes? Não ( ) Sim ( ) Obs.: Atividades de uso sustentável desenvolvidas pelas comunidades indígenas, segundo seus costumes e práticas tradicionais
12. Haverá a introdução e disseminação de Organismos Geneticamente Modificados – OGM nas

terras indígenas e nas Unidades de Conservação? Não ( ) Sim ( ) Obs.: Nas Áreas de Proteção Ambiental - APA, Zonas de Amortecimentos das demais categorias de UC e demais áreas, o plantio estará sujeito as normas e procedimentos legais definidos pela Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CNTBio;
12. Haverá alguma atividade do sistema de produção de fumo? Não ( ) Sim ( )
13. Comentários:

OBS: 1) O proponente (sob orientação do tec. local) responde as perguntas em azul.

2) Se na avaliação, todas as respostas forem NEGATIVAS, a conclusão da análise será pela indicação preliminar da viabilidade ambiental da proposta.

3) Poderão ser indicadas as propostas com respostas positivas às perguntas quando se aplicar as observações contidas abaixo das mesmas.

_____

Presidente ou Representante da Organização dos Produtores

_____

Técnico Municipal

ANEXO 22 - Lista de Verificação Ambiental – LVA

INFORMAÇÕES GERAIS		
Nome da Instituição:		
Endereço:		Cep:
Município:	CNPJ:	IE:
Comunidade(s):		
Telefone:	E-mail:	
Nome do Presidente:		
Título do Projeto:		
Responsável pelo Projeto:		
E-mail:	Telefone:	Celular:

CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE IMPLANTAÇÃO
1 A área onde será implantado o empreendimento/atividade localiza-se em Zona de Amortecimento de Unidade de Conservação do tipo Proteção Integral? (Caso não haja especificação, considerar raio de 10 km da UC). Não ( ) Sim ( ) Nome da UC:_____ Em caso afirmativo, deve-se assegurar que a atividade não causará impactos adversos à biota da área protegida, e há necessidade de tramitação e aprovação junto ao órgão ambiental competente
2 A área onde será implantado o empreendimento/atividade está localizada em Unidade de Conservação de Uso Sustentável? Não ( ) Sim ( ) Nome da UC: _____ Em caso afirmativo, verificar se há regulamentação da UC (se necessário, solicitar informações à FATMA). Verificar se a atividade é compatível com o regulamento da UC.
3 A área onde será implantado o empreendimento/atividade está localizada em Área de Proteção de Manancial de abastecimento público? Não ( ) Sim ( ) Em caso afirmativo, verificar procedimento necessário junto ao órgão ambiental competente.
4 A área onde será implantado o empreendimento/atividade é considerada de Preservação Permanente? Não ( ) Sim ( ) Se sim: parcial ( ) total ( ) Em caso afirmativo, há necessidade de autorização da FATMA. A autorização para intervenções em APP somente pode ser concedida para atividades de utilidade pública, interesse social ou de baixo impacto e mediante compensação.
5 A área onde será implantado o empreendimento/atividade está inserida em terra indígena constituída? Não ( ) Sim ( ) Nome da área: _____ Obs.:Só é possível implementar projetos para povos indígenas mediante entendimento com a Funai.

6 A área onde será implantado o empreendimento/atividade tem alguma interferência com patrimônio histórico (bens tombados ou em fase de tombamento), arqueológico, ou pode afetar cavidades naturais subterrâneas?

Não ( ) Sim ( ) nome: _____

Em caso afirmativo, obter manifestação do órgão competente (Iphan ou FCC).

7 – Existem ecossistemas aquáticos na área de influência da atividade (nascentes, lagos, represas, rios, córregos, etc.)?

Não ( ) Sim ( ) Especificar: _____

Em caso afirmativo, qual é a situação do mesmo?

Conservado ( ) Medianamente conservado ( ) Degradado ( )

Tipo de degradação:

CARACTERIZAÇÃO DO USO DOS SOLOS

8 Qual o uso do solo atual da área onde será implantado o empreendimento/atividade?

( ) Pastagem ( ) Cultura anual ( ) Cultura perene ( ) Floresta plantada ( ) Piscicultura

( ) Extrativismo ( ) Área abandonada, pousio ou capoeira ( ) Área peri-urbana ( ) Vegetação nativa

Outros: _____

9 A atividade/empreendimento é compativelcom a indicação do Zoneamento Agro-climático?

Não ( ) Sim ( )

12 O empreendimento/ atividade contribuirá para a melhora das condições químicas, físicas e biológicas dos solos cultiváveis?

Não ( ) Sim ( )

Se sim, descrever: _____

13 O empreendimento/ atividade proposta poderá gerar degradação química, física e/ou biológica nos solos cultiváveis?

Não ( ) Sim ( )

Se sim, descrever: _____

CARACTERIZAÇÃO DA VEGETAÇÃO

14 Há vegetação nativa no local de implantação do empreendimento/atividade ou na área de entorno?

Não ( ) Sim ( )

Se sim, descrever: _____

15 Existem espécies da flora nativa ameaçadas de extinção na área de na área de entorno do

empreendimento/atividade?

Não ( ) Sim ( )

Se sim, especificar: _____

16 O empreendimento/atividade prevê a intervenção e/ou supressão (corte por qualquer meio) de vegetação nativa?

Não ( ) Sim ( )

A vegetação a ser suprimida está em APP? Não ( ) Sim ( )

A supressão de vegetação deve ser autorizada pela FATMA.

Se houver necessidade de supressão de vegetação em APP, veja questão **4**

17 Há necessidade de fazer corte de árvores de espécies exóticas?

Não ( ) Sim ( )

Se sim, informar se as árvores estão em APP Não ( ) Sim ( )

O corte de árvores exóticas só depende de autorização caso as árvores estejam em APP. Neste caso, o corte deve ser autorizado pela FATMA.

18 O projeto prevê uso, coleta ou apanha de qualquer produto ou subproduto florestal?

Não ( ) Sim ( )

Se sim, especificar:

_____

Em caso afirmativo, há a necessidade de autorização da FATMA.

19 O projeto prevê introduzir espécies exóticas (terrestres e aquáticas) de interesse econômico que apresentam potencial de transformar-se em espécies invasoras?

Não ( ) Sim ( )

Se sim, especificar as espécies e indicar métodos de manejo. _____

FAUNA NATIVA

20 Existem espécies animais da fauna nativa ameaçadas de extinção na área de implantação do empreendimento/atividade?

Não ( ) Sim ( )

Se sim, especificar: _____

21 O projeto prevê uso, coleta ou apanha de qualquer produto ou subproduto da fauna nativa?

Não ( ) Sim ( )

Se sim, especificar: _____

Obs.: Situações de exceção para casos específicos previstos em lei e devidamente autorizados pelo órgão competente, incluindo as atividades de uso sustentável desenvolvidas pelas comunidades indígenas, segundo seus costumes e práticas tradicionais

RECURSOS HÍDRICOS

22 O empreendimento/atividade prevê a utilização de água proveniente de curso d'água para qual finalidade? Captação ( ) Derivações ( ) Interceptação ( )

outra, especificar:_____

23 Existem outros usos da água do mesmo manancial na área de entorno do empreendimento/atividade ou a jusante? (irrigação, uso industrial, dessedentação de animais, etc.)

Não ( ) Sim ( )

Se sim, qual? _____

24 Existem informações sobre a qualidade físico química e biológica da água?

Não ( ) Sim ( )

Se sim, descrever. _____

25 O empreendimento/atividade afetará a qualidade da água?

Sim, positivamente ( )

Sim, negativamente ( )

Não ( )

Se sim, de forma direta ou indireta? _____

26 O empreendimento/atividade possui cadastro de usuário de água?

Não ( ) Sim ( )

28 O empreendimento/atividade prevê captação de água de superfície ou de poço profundo com mais de $5m^3$ ao dia?

Não ( ) Sim ( )

Em caso afirmativo, há a necessidade de outorga de direito de uso de recursos hídricos pela SDS.

29 O empreendimento/atividade prevê a executar intervenções para travessia de qualquer curso d'água?

Não ( ) Sim ( )

Em caso afirmativo, há a necessidade da obtenção de outorga de intervenção da SDS.

Se houver intervenções em APP há a necessidade de autorização da FATMA.

30 O empreendimento/atividade prevê a construção de barragem, derivações ou interceptação em curso d'água para qualquer finalidade?

Não ( ) Sim ( )

Em caso afirmativo, há a necessidade da obtenção de outorga da SDS.

Se houver intervenções em APP há a necessidade de autorização da FATMA.

31 O empreendimento/atividade prevê lançamento de efluentes em cursos d'água?

Não ( ) Sim ( )

Em caso afirmativo, há a necessidade da obtenção de outorga da SDS e licença da FATMA.

POLUIÇÃO E RESÍDUOS

32 O empreendimento/atividade prevê executar algum tipo de serviço que envolva manuseio, venda, carga, descarga ou partição de material com características poluentes?

Não ( ) Sim ( )

Em caso afirmativo, há a necessidade da obtenção de licença da FATMA.
33 O empreendimento/atividade prevê a geração resíduos sólidos, efluentes líquidos ou gases, resultantes de algum processo ou beneficiamento ou industrialização de qualquer matéria-prima? Não ( ) Sim ( ) Em caso afirmativo, há a necessidade da obtenção de licença da FATMA.
35 O empreendimento/atividade vai gerar ruídos em níveis elevados? Não ( ) Sim ( ) Em caso afirmativo, há a necessidade de verificar os limites a serem observados junto à FATMA.
AGROTÓXICOS (O SC Rural não apóia a compra de agrotóxicos[1]. As seguintes perguntas se referem ao uso de agrotóxico em culturas que não tem plano de manejo de pragas. Entretanto, esse uso não terá apoio do SC Rural).
Os beneficiários envolvidos do empreendimento/atividade receberam informações suficientes sobre pragas e doenças existentes na área de intervenção? ( ) Não Sim ( )
39 O projeto utilizará agrotóxicos? Não ( ) Sim ( ) Em caso afirmativo, há a necessidade da obtenção de orientação específica da Epagri
40 No caso de ser necessário o uso de agrotóxicos, há local adequado para o armazenamento dos produtos, resíduos e embalagens vazias? Não ( ) Sim ( ) Em caso negativo, não deve ser indicado o uso de agrotóxicos.
41 No caso de ser necessário o uso de agrotóxicos, há local adequado para o recolhimento de embalagens vazias? Não ( ) Sim ( ) Em caso negativo, não deve ser indicado o uso de agrotóxicos.
42 No caso de ser necessário o uso de agrotóxicos, todos os envolvidos (técnicos, aplicadores, produtores) estão devidamente conscientizados e capacitados? Não ( ) Sim ( ) Em caso negativo, não deve ser indicado o uso de agrotóxicos.
43 No caso de ser necessário o uso de agrotóxicos, os aplicadores dispõem dos equipamentos de proteção individual (EPI) recomendados e estão capacitados para usá-los? Não ( ) Sim ( ) Em caso negativo, não deve ser indicado o uso de agrotóxicos.

[1] Ver Lista de Atividades não apoiadas pelo SC Rural no documento "Avaliação Ambiental do SC Rural", disponível no site www.microbacias.sc.gov.br

SITUAÇÃO LEGAL DA PROPRIEDADE ONDE SERÁ IMPLANTADO/A O EMPREENDIMENTO/ATIVIDADE
44 A propriedade tem Área de Preservação Permanente - APP?: Não ( ) Sim ( ) Em caso afirmativo: **i)** qual a situação da vegetação da APP? Totalmente vegetada ( ) Parcialmente vegetada ( ) Sem vegetação ( ) **ii)** que tipo de vegetação cobre a área de APP? Nativa ( ) Exótica ( ) Frutíferas ( ) Pastagens ( ) Todas as alternativas anteriores ( ) **iii)** tem a intenção de recompor/recuperar a vegetação da APP? Não ( ) Sim ( ) **iv)** gostaria de ter algum apoio do SC Rural? Não ( ) Sim ( ) Especifique:_____
45 A propriedade tem área de Reserva Legal – RL?: Não ( ) Sim ( ) Em caso afirmativo: **i)** qual a situação da vegetação da RL? Totalmente vegetada ( ) Parcialmente vegetada ( ) Sem vegetação ( ) **ii)** que tipo de vegetação cobre a área de RL? Nativa ( ) Exótica ( ) Frutíferas ( ) Pastagens ( ) Todas as alternativas anteriores ( ) **iii)** tem a intenção de recompor/recuperar a vegetação da RL? Não ( ) Sim ( ) **iv)** a RL está averbada? Não ( ) Sim ( ) **v)** tem intenção de averbar a RL? Não ( ) Sim ( ) **vi)** gostaria de ter algum apoio do SC Rural? Não ( ) Sim ( ) Especifique:_____
46 Poderá haver o deslocamento de atividades produtivas para áreas legalmente protegidas (APP) em decorrência da implantação do empreendimento/atividade? Não ( ) Sim ( ) Se sim, indicar as medidas preventivas a serem adotadas.
47 A implantação do empreendimento/atividade terá influência na adequação das propriedades envolvidas à legislação ambiental (APP e RL)? Sim, Favorecerá a adequação ( ) Dificultará a adequação ( ) Não ( )
48 Outras observações importantes (verificar se a atividade vai consumir utilizar ou interferir em algum tipo de recurso ambiental não abrangido por esta lista de verificação. Em caso afirmativo,

relacione estes recursos ambientais)

49 Anexar fotos da área onde será implantado o projeto e do seu entorno
Número de fotos: ( )

AVALIAÇÃO AMBIENTAL (p/ preenchimento pelo Comitê Técnico Regional)

a) Enquadramento definitivo na Categoria de impacto ambiental

Considerando as informações constantes das respostas dadas aos quesitos desta lista de verificação indique para cada um dos fatores listados abaixo a ocorrência de impactos potenciais, seu caráter (Positivo-P, Negativo-N, Indefinido-I), magnitude (Baixa-1, Média-2, Alta-3), importância (Não significativa-1, Moderada-2, Significativa-3), e duração (Curto prazo-1, Médio prazo-2, Longo prazo-3):

Poluição do ar e mudanças climáticas	Caráter ( )	Magnitude ( )	Importância ( )	Duração ( )
Erosão e assoreamento	Caráter ( )	Magnitude ( )	Importância ( )	Duração ( )
Contaminação do solo	Caráter ( )	Magnitude ( )	Importância ( )	Duração ( )
Turbidez da água	Caráter ( )	Magnitude ( )	Importância ( )	Duração ( )
Contaminação da água	Caráter ( )	Magnitude ( )	Importância ( )	Duração ( )
Redução da vazão a jusante	Caráter ( )	Magnitude ( )	Importância ( )	Duração ( )
Redução de habitat	Caráter ( )	Magnitude ( )	Importância ( )	Duração ( )
Redução do banco de sementes e mudas	Caráter ( )	Magnitude ( )	Importância ( )	Duração ( )
Disseminação de espécies exóticas	Caráter ( )	Magnitude ( )	Importância ( )	Duração ( )

Após a identificação dos impactos ambientais potenciais, categorizar as atividades, no contexto da Avaliação Ambiental, segundo as categorias

Categoria I - Impacto positivo: esta categoria abrange todas as atividades capazes de gerar impactos

positivos.

Categoria II - Impacto ambiental baixo ou não significativo: esta categoria abrange as atividades capazes de gerar impactos ambientais negativos baixo e/ou não significativos assim caracterizados quando um ou mais dos atributos avaliados atingirem a pontuação máxima de 1. Em geral, atividades enquadradas nesta não requerem autorizações ou licenças ambientais, mas, se for o caso, devem ser categorizadas como III ou IV conforme definições abaixo.

(As atividades enquadradas nas categorias I e II não constam na listagem de Atividades Potencialmente Causadoras de Degradação Ambiental, segundo Resolução CONSEMA n. 01/2006, logo, não são passíveis de licenciamento ambiental.

Categoria III - impacto ambiental moderado e requer autorizações: esta categoria abrange as atividades capazes de gerar impactos ambientais negativos assim caracterizados quando um ou mais dos atributos avaliados atingirem a pontuação 2.

Categoria IV - impacto ambiental moderado e requer Licença Ambiental: esta categoria abrange as atividades capazes de gerar impactos ambientais negativos assim caracterizados quando um ou mais dos atributos avaliados atingirem a pontuação 3.

(As categorias III e IV constam na listagem de Atividades Potencialmente Causadoras de Degradação Ambiental, conforme Resolução CONSEMA n. 01/2006 e são passíveis de Licenciamento Ambiental e requerem o preenchimento do Formulário de Caracterização do Empreendimento Integrado (FCEI) junto a FATMA. Com este formulário, a FATMA definirá quais os procedimentos necessários, instrumentos legais, técnicos e etapas a serem cumpridos para o processo de licenciamento ambiental da atividade.)

De acordo com esta Avaliação, indique a Categoria de Impacto da Atividade: ( )

Obs. Se o projeto avaliado contemplar atividades enquadradas em mais de uma categoria, deve prevalecer a de maior restrição.

A Categoria de Impacto Ambiental obtida por esta avaliação é a mesma categoria esperada?

Sim ( ) Não ( )

Obs: Se a Categoria de Impacto Ambiental obtida nesta avaliação for menos restritiva que a indicada na Avaliação Ambiental Preliminar, deverão ser seguidas as orientações constantes da Avaliação Ambiental Preliminar para a Categoria original, a menos que haja autorização expressa da Unidade de Gerenciamento do Projeto para a adoção das recomendações para a Categoria indicada nesta avaliação.

b) **<u>Medidas de maximização e de controle indicadas (preventivas e/ou mitigadoras</u>**

No PGA estão descritas as recomendações e medidas de maximização dos impactos positivos para as atividades da categoria I e as medidas de controle para as atividades da categoria II, III e IV.

Relacione abaixo as medidas de controle indicadas para este projeto (preventivas e/ou mitigadoras)

ATIVIDADE	IMPACTO (Positivo ou Negativo)	MEDIDA PREVENTIVA OU MITIGADORA

RESPONSÁVEIS e RECOMENDAÇÕES
Responsável pelo preenchimento (beneficiário apoiado pelo técnico local) Nome: Data: Assinatura:
Responsável pela revisão e Avaliação Ambiental (Comitê Técnico Regional) Nome: Data: Assinatura:
Observações e recomendações:

ANEXO 23 – Tabela de Medidas de Controle e Correspondência com Atividades.

Sub-Componente Atividade	Descrição das atividades com interface ambiental	Medidas para otimizar ou controlar os impactos ambientais
1.2 Investimentos Produtivos e de Agregação de Valor 1.2.1 Legalização de Sistemas de Produção (Ambiental, Sanitária, Fundiária)	Adequação do destino de dejetos humanos	**Na implantação:** cuidado na realocação do solo retirado na construção dos canais e/ou fossas. O sistema deverá estar adequado quando ao tipo de solo, distanciamento das fontes de água e do lençol freático. **Antes da operação:** garantia que o sistema esteja impermeabilizado, esta avaliação deverá ser realizada pelo extensionista local **Manutenção:** observar que o período de limpeza do tanque séptico siga a tempo estabelecido para aquele sistema. Dar manutenção ao sistema sempre que o mesmo apresentar sinais de mau funcionamento.
	Melhoria de sistemas individuais ou comunitários de abastecimento de água proveniente de fonte superficial ou subterrânea (proteção de fonte + cisterna com desinfecção; cisterna com desinfecção)	**Na implantação:** Não eleger fontes com proximidades e/ou a jusante de lavouras e pomares. Nas elegíveis, demarcar a área segundo a legislação ambiental vigente e quando a fonte estiver em área de pastagem a mesma deve ser isolada para evitar a entrada de animais. A limpeza do local para instalação do sistema de captação deve ser feito manualmente, sem o uso de maquinas. A recuperação da vegetação deve ser com espécies nativas segundo legislação ambiental vigente. Para a captação e derivação de água será necessário o cadastramento como usuário de água e a respectiva outorga de uso. Capacitar agricultores e técnicos na implantação do sistema e no manejo de recursos naturais. Capacitar agricultores e técnicos na implantação do sistema e no manejo de recursos naturais. **Manutenção:** O sistema deve ser vistoriado regulamente para verificar a condição ambiental do sistema e do local. O controle de invasoras na área protegida deve ser manual. Desinfecção de captação e monitoramento da qualidade da água.
	Alocação e triagem de material reciclável	**Na implantação:** cuidado na realocação do solo retirado na construção ou adequação do local. **Operação:** Os materiais recicláveis devem estar em local protegido das chuvas a fim de evitar o acumulo de água e proliferação de insetos e outros animais. Os materiais devem ser coletados limpos e secos e devem ser mantidos enfadados. Os operadores devem usar equipamentos de proteção individual (EPI) em todo o processo. **Manutenção:** Aqueles materiais que sobrarem da operação de reciclagem devem ser encaminhados para um ponto de coleta municipal.
	Apoio a restauração/recuperação e proteção das Áreas de Preservação Permanente e implantação da área de Reserva Legal	**Na implantação:** Após identificada as aéreas que devem compor a reserva legal encaminhar documentação necessária ao órgão ambiental competente (FATMA). O plano de recuperação ambiental deve ser elaborado a partir da possibilidade de manejo da área, através de sistemas agroflorestais. **Manutenção:** Capacitação de agricultores em manejo de recursos naturais; acompanhamento técnico da implantação e utilização de sistemas mais adequados a cada situação. Utilizar espécies nativas de ocorrência regional em alta diversidade. Obter sementes coletadas de forma adequada de matrizes previamente selecionadas. Manter alta variabilidade genética.
	Adequação e tratamento de dejetos animais	**Na implantação:** A instalação do sistema devera obedecer as exigências do órgão ambiental. Para a adequação observar o TAC da Suinocultura.

Tabela de Medidas de Controle e Correspondência com Atividades do SC Rural. (continuação)

Sub-Componente Atividade	Descrição das atividades com interface ambiental	Medidas para otimizar ou controlar os impactos ambientais
1.2 Investimentos Produtivos e de Agregação de Valor 1.2.2 Agroindustrialização	Empreendimento de processamento e beneficiamento de produtos hortifrutigranjeiros	Projeto técnico específico, capacitação de agricultores quanto a técnicas de processamento e beneficiamento
	Empreendimento de beneficiamento, moagem, torrefação e fabricação de produtos alimentares de origem vegetal	**Na implantação:** Atender as exigências do órgão ambiental e sanitário competentes. O projeto devera contemplar a forma de tratamento e destino dos resíduos líquidos e sólidos gerados pela atividade. Não construir a agroindústria nos extremos do terreno, próximo a rodovias, em baixadas passiveis de inundação. **Operação:** Reduzir o máximo possível os resíduos da atividade para minimizar o impacto do tratamento do efluente. Quando houver sobras de resíduos encaminhar para um ponto de coleta municipal. Cuidado no acondicionamento do adubo produzido para ser armazenado. **Manutenção:** manter em perfeito funcionamento o sistema de tratamento de efluentes implantado.
	Empreendimentos de refinação e preparação de óleos vegetais	Projeto técnico especifico, capacitação de operadores; regularização; capacitação de agricultores quanto ao uso sustentável de matérias primas, instalação de sistema de saneamento básico
	Empreendimento de fabricação e engarrafamento de sucos e vinho	**Na implantação:** Atender as exigências da legislação ambiental e sanitária vigentes. Para captação e derivação de água e lançamento de efluente será necessário o cadastramento, na SDS, como usuário de água e respectiva outorga. Escolher local adequado priorizando a menor movimentação de terra e a não interferência em áreas cobertas com vegetação secundária. Não construir a agroindústria nos extremos do terreno, próximo a rodovias, em baixadas passiveis de inundação. Antever a quantidade de resíduos líquidos e sólidos que podem ser gerados e a forma de reutilização ou disposição adequada. Implantar sistemas adequados de tratamento de efluentes e, sempre que possível, adotar sistemas de reuso da água. Adquirir equipamentos que consomem pouca água ou energia. Dotar os operadores de EPIs adequados com a atividade. **Operação:** Utilizar os resíduos sólidos para compostagem buscando a redução do volume de resíduos gerados pela atividade; **Manutenção:** manter em perfeito funcionamento o sistema de tratamento de efluentes implantado.
	Empreendimento de processamento e beneficiamento de produtos de origem animal (leite, carne, mel, pescado e outros)	**Na implantação:** Atender as exigências da legislação ambiental e sanitária vigentes. Para captação e derivação de água e lançamento de efluente será necessário o cadastramento, na SDS, como usuário de água e respectiva outorga. O projeto devera contemplar a forma de tratamento e destino dos resíduos sólidos gerados pela atividade (pele, ossos e vísceras). Não construir a agroindústria nos extremos do terreno, próximo a rodovias, em baixadas passiveis de inundação. **Operação:** Reduzir o maximo possível os resíduos (proteínas e gorduras) da atividade para reduzir o impacto do tratamento do efluente, transformando em outros produtos comestíveis (bebidas lácteas, morcelas, natas, manteigas, outros). **Manutenção:** manter em perfeito funcionamento o sistema de tratamento de efluentes implantado.

Tabela de Medidas de Controle e Correspondência com Atividades do SC Rural. (continuação)

Sub-	Descrição	Medidas para otimizar ou controlar os impactos

Componente Atividade	das atividades com interface ambiental	ambientais
1.2 Investimentos Produtivos e de Agregação de Valor 1.2.3 Melhoria e diversificação dos sistemas de produção (animal e vegetal)	Reciclagem de resíduos de culturas e da produção animal, em especial para produção de adubos (esterco de frango, biocomposto)	**Na implantação:** Atender as exigências do órgão ambiental e sanitário competentes. O projeto devera contemplar a forma de tratamento e destino dos resíduos líquidos e sólidos gerados pela atividade. Não construir a agroindústria nos extremos do terreno, próximo a rodovias, em baixadas passiveis de inundação. **Operação:** Reduzir o maximo possível os resíduos da atividade para minimizar o impacto do tratamento do efluente. Quando houver sobras de resíduos encaminhar para um ponto de coleta municipal. Cuidado no acondicionamento do adubo produzido para ser armazenado. **Manutenção:** manter em perfeito funcionamento o sistema de tratamento de efluentes implantado.
	Unidade de prestação de serviços no meio rural (oficinas, captura de frangos, etc).	**Na implantação:** cuidado na realocação do solo retirado na construção da unidade. A unidade deverá estar adequada quando ao tipo de serviço e a construção ou adequação do local. Deverão ser consideradas as exigências específicas do órgão ambiental e do Programa SC Rural para cada unidade a ser construída. **Manutenção:** Capacitação dos agricultores e técnicos para o desenvolvimento de cada atividade.
	Cisternas e abastecedouros para fins de produção agrícola e pecuária	**Na implantação:** cuidado na realocação do solo retirado na construção e/ou instalação. Para a construção do açude e necessário encaminhar documentação para o órgão ambiental competente para solicitar a aprovação. **Manutenção:** observar as especificações exigidas pelo órgão ambiental para a manutenção de cisternas.
	Implantação de estrutura de armazenamento, beneficiamento e secagem de grãos	**Na implantação:** cuidado na realocação do solo retirado na construção ou adequação do local. **Operação:** O armazenamento dos grãos, bem como os resíduos gerados na atividade deve ser alocado em local protegido a fim de evitar proliferação de insetos e outros animais (roedores). Reutilizar e/ou encaminhar os resíduos geradas pela atividade para aproveitamento como outros produtos (adubo, farinhas para alimentação animal, outros). **Manutenção:** Aqueles resíduos que não podem ser reutilizados devem ser encaminhados para um ponto de coleta municipal.
	Implantação e melhoria do manejo de pastagens.	**Implantação/Operação:** Atentar para as exigências da atividade no órgão ambiental competente. Dar tratamento de conservação de solos nestas áreas evitando a formação de “linhas de convergência” formadas pelo caminhamento natural do gado. Evitar colocar cochos e bebedouros na parte baixa do terreno. Evitar espécies com alto potencial de se tornar invasora.
	Implantação sistemas agroflorestais (SAF)	**Implantação/Operação:** Atender os parâmetros de licenciamento da extração de espécies nativas junto a FATMA visando a sustentabilidade dos estoques naturais. A escolha das espécies deverá considerar as condições ambientais da área. Evitar espécies com alto potencial de se tornar invasora. O manejo do solo deve ser entendido sob o ponto de vista sistêmico, evitando as perdas para erosão e lixiviação.

Tabela de Medidas de Controle e Correspondência com Atividades do SC Rural. (continuação)

Sub-Componente	Descrição das atividades com	Medidas para otimizar ou controlar os impactos ambientais

Atividade	interface ambiental	
1.2 Investimentos Produtivos e de Agregação de Valor 1.2.3 Melhoria e diversificação dos sistemas de produção (animal e vegetal)	Apoio na certificação de florestas de produção econômica já existentes na agricultura familiar	**Implantação/Operação:** Atender todas as leis vigentes para atividade. Deverá ser encaminhada ao órgão ambiental competente toda a documentação necessária para autorização ou licenciamento ambiental da atividade.
	Projetos de irrigação	**Na implantação:** Atender as exigências da legislação ambiental vigente. Para captação e derivação de água será necessário o cadastramento, na SDS, como usuário de água e respectiva outorga. Prever a instalação de um sistema de reuso da água. O projeto deverá empregar técnicas de irrigação adequadas e equipamentos projetados para cada cultura específica e manejá-los corretamente a fim de evitar desperdícios na atividade. Para melhorar a eficiência no uso da água e minimizar o impacto ambiental, recomenda-se que os projetos considerem o momento correto da aplicação da lamina d'água requerida por cada cultura. **Manutenção:** manter em perfeito funcionamento o sistema de irrigação implantado, evitando os possíveis vazamentos e perdas no sistema de captação e derivação.
	Produção de plantas medicinais e ornamentais	Licenciamento da extração de espécies nativas junto a FATMA/IBAMA, capacitação de agricultores quanto ao uso sustentável de matérias primas, instalação de sistemas de saneamento adaptado quando necessário.
	Transição para sistemas agroecológicos	Capacitação dos agricultores em manejo de recursos naturais; capacitação em manejo integrado de pragas (MIP)
	Produção e distribuição de sementes crioulas	Capacitação dos agricultores em manejo de recursos naturais
	Práticas de manejo e conservação do solo	**Na implantação/operação:** os projetos deverão apresentar um plano de manejo e conservação dos solos para as atividades apoiadas pelo Programa SC Rural.
	Implantação de viveiros de produção de mudas (nativas e frutíferas)	**Na implantação/operação:** Atender todas as exigências do órgão ambiental competente para a atividade. Para captação e derivação de água será necessário o cadastramento, na SDS, como usuário de água e sua respectiva outorga. Para a Certificação Fitossanitária e cadastramento dos viveiros de mudas deverá ser encaminhada documentação pertinente ao órgão competente (CIDASC). Cuidado na realocação do solo retirado na construção do viveiro. Para a produção de mudas nativas, atentar para a seleção de matrizes produtoras em vários locais, garantindo alta variabilidade genética. Evitar sobrecarga das sementes das matrizes selecionadas. Registrar origem das sementes e esforço de coleta em diário apropriado. Não despejar sobra de água de irrigação na rede natural de drenagem, pois estas águas contêm nutrientes que podem causar eutrofização.
	Implantação de fruticultura	Projetos técnicos; capacitação de agricultores em manejo dos recursos naturais e MIP
	Apoio a produção de olerícolas em ambiente controlado	Na implantação/operação: Planejamento de instalação e operação do viveiro, treinamento e capacitação de trabalhadores, destinação e descarte correto de embalagens de agrotóxicos. Para captação e derivação de água será necessário o cadastramento, na SDS, como usuário de água e sua respectiva outorga.
	Apoio a produção de olerícolas	**Na implantação/operação:** Capacitação dos agricultores em manejo dos recursos naturais e MIP.Para captação e derivação de água será necessário o cadastramento, na SDS, como usuário de água e sua respectiva outorga.

Tabela de Medidas de Controle e Correspondência com Atividades do SC Rural. (continuação)

Sub-Componente	Descrição das	Medidas para otimizar ou controlar os impactos ambientais

Atividade	atividades com interface ambiental	
1.2 Investimentos Produtivos e de Agregação de Valor 1.2.5 Apoio a Empreendimentos Não-Agrícolas	Produção de Artesanato proveniente de sistemas agroflorestais (vime, lã, junco, palha, fibra de bananeira, outros)	**Na implantação:** O extrativismo e/ou cultivo de junco, vime e cipó imbe, entre outros deverão estar regularizados junto ao órgão ambiental competente. Adequar às instalações as demais exigências do Programa SC Rural. **Manutenção:** Capacitação dos agricultores e técnicos para o uso e produção sustentável de matérias-primas, instalação de sistema de saneamento adequado para atividade, regularização da oferta de matérias prima em caso de uso de espécies nativas sujeitas a licenciamento.
	Confecção de artefatos de couro	**Na implantação:** No caso do artesanato exigir curtimento, secagem e/ou salga do couro e pele será necessário, antes da implantação,enviar a documentação necessária ao órgão ambiental competente. Alem destas exigências do órgão ambiental os projetos deverão cumprir as exigências do Programa SC Rural. A captação e derivação de água e lançamento do efluente serão necessárias o cadastramento como usuário de água e respectiva outorga. **Manutenção:** Capacitação dos agricultores e técnicos para o uso e produção sustentável de matérias-primas, instalação de sistema de saneamento adequado para atividade.
	Empreendimento de Turismo Rural Sustentável	**Na implantação:** Todos os empreendimentos de turismo rural sustentável deverão encaminhar documentação necessária para o órgão ambiental competente. O plano de turismo rural sustentável deverá considerar a capacidade de suporte do meio, as rotas ou atividades turísticas já existentes na região e valorizar os insumos e mão-de-obra locais. Adequar às instalações as demais exigências do Programa SC Rural. **Manutenção:** requer permanente melhoria da infra-estrutura turística, bem como periódica capacitação da mão-de-obra.
2.1 Gestão Ambiental 2.1.1 Gestão de Recursos Hídricos	Implantação de redes de monitoramento hídrico	**Na implantação:** Atender as exigências da legislação ambiental e sanitária vigentes. Para captação e derivação de água e lançamento de efluente será necessário o cadastramento, na SDS, como usuário de água e respectiva outorga. Escolher local adequado priorizando a menor movimentação de terra e a não interferência em áreas cobertas com vegetação secundária. Não construir a agroindústria nos extremos do terreno, próximo a rodovias, em baixadas passiveis de inundação. Antever a quantidade de resíduos que podem ser gerados e a forma de reutilização ou disposição adequada. Implantar sistemas adequados de tratamento de efluentes e, sempre que possível, adotar sistemas de reuso da água. Adquirir equipamentos que consomem pouca água ou energia. Dotar os operadores de EPIs adequados com a atividade. **Operação:** Utilizar os resíduos de vegetais para compostagem buscando a redução do volume de resíduos gerados pela atividade; **Manutenção:** manter em perfeito funcionamento o sistema de tratamento de efluentes implantado.

Tabela de Medidas de Controle e Correspondência com Atividades do SC Rural. (continuação)

Sub-Componente Atividade	Descrição das atividade com interface ambiental	Medidas para otimizar ou controlar os impactos ambientais
2.1 Gestão Ambiental 2.1.2 Gestão de Ecossistemas (corredores)	Apoio a comercialização de créditos de conservação na área dos corredores	Capacitação dos agricultores e técnicos em manejo dos recursos naturais e informação das políticas ambientais para a atividade e apoio aos agricultores no processo de negociação
	Implementação de sistemas de integração ecológico-econômicos (SINs)	**Na implantação:** Atender as exigências da legislação ambiental e sanitária vigentes. Para captação e derivação de água e lançamento de efluente será necessário o cadastramento, na SDS, como usuário de água e respectiva outorga. Escolher local adequado priorizando a menor movimentação de terra e a não interferência em áreas cobertas com vegetação secundária. Não construir a agroindústria nos extremos do terreno, próximo a rodovias, em baixadas passiveis de inundação. Antever a quantidade de resíduos que podem ser gerados e a forma de reutilização ou disposição adequada. Implantar sistemas adequados de tratamento de efluentes e, sempre que possível, adotar sistemas de reuso da água. Adquirir equipamentos que consomem pouca água ou energia. Dotar os operadores de EPIs adequados com a atividade. **Operação:** Utilizar os resíduos vegetais para compostagem buscando a redução do volume de resíduos gerados pela atividade; **Manutenção:** manter em perfeito funcionamento o sistema de tratamento de efluentes implantado.
2.2 Infra-estrutura 2.2.1 Estradas Rurais Terciárias	Adequação e Reabilitação de Estradas Rurais Terciárias	**Na implantação/manutenção:** Todos os projetos deverão conter orientações para a implantação de sistemas adequados de tratamento das águas pluviais, com estruturas de contenção e dissipação de energia evitando processos erosivos. Todos os pontos críticos das estradas deverão receber atenção especial, com vista a eliminar a origem de acumulação de água ou aparecimento de erosões, evitando o arraste do solo e assoreamento e poluição difusa dos mananciais. Todas as intervenções em APP deverão ser previamente licenciadas. Após as obras as APP deverão ser recuperadas com plantio de espécies nativas nas bordas da estrada. Os projetos deverão contemplar as recomendações do documento de Gestão Ambiental do DEINFRA, conforme citado no ANEXO 2.

ANEXO 24 – Relatório de fiscalização

Estado de Santa Catarina
Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca
Programa Santa Catarina Rural – SC Rural

RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO *

Acordo de Subvenção nº.....

1- IDENTIFICAÇÃO DO BENEFICIADO

1.1	Nome do Proponente do Projeto Estruturante	
1.2	Unidade fiscalizada/produtor	
1.3	CPF/CNPJ	
1.4	Região	
1.5	Município	
1.6	Protocolo(s) proposta(s) com respectivo(s) objetivo(s)	
1.7	Valor recebido até a data da fiscalização	

2 - APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

A)-Apoio

A.1	Totalmente aplicado	☐
A.2	Parcialmente aplicado	☐
A.3	Não aplicado	☐

B)-Contrapartida

B.1	Totalmente aplicado	☐
B.2	Parcialmente aplicado	☐
B.3	Não aplicado	☐

3- A PROPOSTA FOI EXECUTADA EM CONFORMIDADE COM O PREVISTO NO PROJETO ?

3.1	Proposta Nº	
SIM: ☐	NÃO: ☐	PARCIALMENTE: ☐
Se não ou parcialmente,comentar:		

3.2	Proposta Nº		
	SIM: ☐	NÃO: ☐	PARCIALMENTE: ☐
Se não ou parcialmente,comentar:			
3.3	Proposta Nº		
	SIM: ☐	NÃO: ☐	PARCIALMENTE: ☐
Se não ou parcialmente,comentar:			
3.4	Proposta Nº		
	SIM: ☐	NÃO: ☐	PARCIALMENTE: ☐

Se não ou parcialmente,comentar:

_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____

**A fiscalização deverá ser realizada em até 60 dias após a liberação dos recursos de cada proposta.*

Comentários(*se necessário*)**:**

_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____

4- VERIFICAÇÃO TÉCNICA

4.1)- O(S) OBJETO(S) CONTEMPLADO(S) COM APOIO E O(S) PREVISTO(S) NA CONTRAPARTIDA FORAM LOCALIZADOS?

( ) SIM ( ) NÃO ( ) PARCIALMENTE

Comentários(*se necessário*)**:**

_____
_____
_____
_____
_____

4.2)- O OBJETO ESTÁ ATENDENDO AO PÚBLICO BENEFICIÁRIO PREVISTO NO PROJETO ESTRUTURANTE APROVADO PELA SEE? *(preencher quando a proposta for de uso coletivo)*

( ) SIM ( ) NÃO ( ) PARCIALMENTE

Comentários*(se necessário)***:**

_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____

4.3)-QUAL O ESTADO DE CONSERVAÇÃO DOS ÍTENS APOIADOS E DOS PREVISTOS COMO CONTRAPARTIDA?

INUTILIZADO ( ) PÉSSIMO ( ) RUIM ( )

REGULAR ( ) BOM ( ) NOVO ( )

Comentários*(se necessário):*

_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____

4.4)-COMENTÁRIOS/JUSTIFICATIVAS DO PRODUTOR *(se necessário):*

4.5)-COMENTÁRIOS GERAIS DA EQUIPE DE FISCALIZAÇÃO*(se necessário-individual/grupal)**:***

4.6)-RECOMENDAÇÕES*(se necessário)*:

_____
_____
_____

Nome	
Assinatura	Instituição:
Nome	
Assinatura	Instituição:
Nome	
Assinatura	Instituição:
Nome	
Assinatura	Instituição:

ANEXO FOTOGRÁFICO
(opcional)

ANEXO 25 – Estratégia com Populações Indígenas

Programa Santa Catarina Rural/

ETNODESENVOLVIMENTO PARA AS POPULAÇÕES INDÍGENAS

(Bernardete Panceri, Geraldo Buogo e Rose Mary Gerber)

Florianópolis, outubro de 2009.

Sumário

	Página
2. Introdução	3
3. Populações Indígenas	4
4. Estrutura Legal	9
5. Estrutura Institucional	10
6. Expectativas das Populações Indígenas	12
7. Participação dos Indígenas no	16
8. Princípios Metodológicos	18
9. Monitoramento e Avaliação	19
10. Considerações Finais	20
11. Referências Bibliográficas	21
12. Tabela	22

1. Introdução

O Projeto Prapem/Microbacias 2 proporcionou a elaboração e execução, pela primeira vez, de uma estratégia específica com as populações indígenas de Santa Catarina como política pública da Agricultura. Esta experiência vivenciada trouxe aprendizados importantes, tanto por parte das instituições como por parte da população indígena do estado. A estratégia para populações indígenas aqui, apresentada para o Programa Santa Catarina Rural/, se volta para a continuidade de ações em melhoria das condições de uso e manejo de recursos ambientais e da redução da pobreza, na perspectiva da conservação e gestão ambiental, aliado à busca pela melhoria de renda. Foram incorporadas as sugestões e críticas da população indígena levantadas no Seminário Estadual de Consulta aos Povos Indígenas de 08 de maio de 2008.

A metodologia preconiza a participação em que os encaminhamentos propostos são processos em construção com as populações envolvidas, tendo a flexibilidade como pressuposto básico, sendo as ações previstas em três dimensões: social, econômica e ambiental.

O Programa SC Rural, a exemplo de projetos que objetivam contribuir com o desenvolvimento sustentável das pequenas comunidades é uma das formas de relações interétnicas atuais que chegam às terras indígenas. Porém, para além do conceito de desenvolvimento sustentável, o Programa embasa sua atuação no conceito de etnodesenvolvimento. Neste sentido, pinçamos Rocha (2008)[2], que em estudo realizado para avaliar a metodologia utilizada pelo Microbacias 2, cita Stavenhagen (1984), propositor do termo. Segundo este autor etnodesenvolvimento é

> o desenvolvimento que mantém o diferencial sociocultural de uma sociedade, ou seja, sua etnicidade. Nessa acepção, desenvolvimento tem pouco ou nada a ver com indicadores de 'progresso' no sentido usual do termo: [...] Na definição de Stavenhagen, 'o etnodesenvolvimento significa que uma etnia, autóctone, tribal ou outra, detém o controle sobre suas próprias terras, seus recursos, sua organização social e sua cultura, e é livre para negociar com o Estado o estabelecimento de relações segundo seus interesses'. Ainda para este autor, os princípios básicos para o "*etno*desenvolvimento" seriam: objetivar a satisfação de necessidades básicas do maior número de pessoas em vez de priorizar o crescimento econômico; embutir-se de visão endógena, ou seja, dar resposta prioritária à resolução dos problemas e necessidades locais; valorizar e utilizar conhecimento e tradição locais na busca da solução dos problemas; preocupar-se em manter relação equilibrada com o meio ambiente; visar a auto-sustentação e a independência de recursos técnicos e de pessoal e proceder a uma ação integral de base, [com] atividades mais participativas (Stavenhagen 1984:57 *apud* Grünewald, 2003).

Ainda segundo Rocha (2008)[3], O etnodesenvolvimento é uma perspectiva intimamente ligada à administração de políticas públicas nas áreas indígenas. Portanto, há que se considerar os aspectos econômico, cultural, social e político. Grünewald coloca que 'de maneira mais ampla, este termo remete a um processo que visa à manutenção/transformação de uma sociedade indígena (etnia) ligada a determinada

[2] Rocha, Cinthia Creatini da. Estudo de avaliação da metodologia utilizada pelo Prapem/Microbacias 2 junto às populações indígenas de Santa Catarina. Florianópolis: Microbacias 2, 2008.
[3] Idem.

configuração produtiva autônoma (o que não quer dizer que independente de relações globais) e livre da imposição de sua determinação por parte do órgão indigenista ou de outros setores do indigenismo bem intencionados, mas muitas vezes impositivos de linhas de ação'. Assim, capacitação técnica e teórica das populações indígenas para lidar com a inevitável relação globalizada com o *mundo dos branco* são fundamentais para o estabelecimento da *crítica* a partir da própria sociedade indígena, sem condução do processo por agentes indigenistas exteriores, que devem se portar apenas como interlocutores aliados.

Alie-se a isso, o fato de que as populações consideradas diferenciadas, entre as quais as indígenas, têm suas especificidades, conforme observado e constatado durante a vivência do Microbacias 2. O etnodesenvolvimento pressupõe que as propostas considerem as peculiaridades de cada terra ou aldeia agregado às sugestões inovadoras para o desenvolvimento sustentado, conforme nos indicaram os indígenas, e para a busca de resolução de problemas. Nesta linha, a proposta aqui enfatiza o respeito à autodeterminação e as prioridades definidas por estas populações, às quais cabe o direcionamento e autonomia como atores centrais de seus processos de desenvolvimento.

Finalmente, a continuidade de um diálogo horizontal baseado no respeito mútuo é diretriz primeira desta proposta que objetiva, neste processo de continuidade, considerar os valores socioculturais e as formas tradicionais de organização bem como a representação efetiva e legitima de suas posições e demandas, respeitadas e acolhidas nas diversas instâncias do Projeto.

3. Populações Indígenas

A população indígena do Brasil conta atualmente com 563 mil índios, distribuídos em 220 etnias que fala cerca de 180 línguas, perfazendo aproximadamente 0,25% da população do País. As terras, já reconhecidas, correspondem a 13% do território brasileiro ou 110.397.105 ha. Destes, em torno de 43 mil habitam a região Sul e 8.751 vivem em Santa Catarina, onde subsistem remanescentes dos povos indígenas Xokleng, Kaingang e Guarani. Os povos da etnia Guarani se dividem em dois subgrupos: Mbyá e Ñandeva (ou Chiripá). Ambos falam a língua Guarani e pertencem à família lingüística Tupi-Guarani e ao tronco lingüístico Tupi. Os Kaingang e os Xokleng pertencem ao ramo meridional da família lingüística Macro-Jê. Uma característica em comum entre estas três etnias é a de que todas se definiam tradicionalmente como povos da floresta e têm sua cultura e organização social e econômica, fortemente vinculadas aos produtos da floresta subtropical Atlântica.

Historicamente, a relação das populações indígenas com a sociedade envolvente foi tensa e baseada em desconhecimento sobre as possíveis distintas formas de ver, viver e se inserir no planeta. Desta forma, há necessidade, segundo o Professor Silvio Coelho dos Santos (2004) de criar mecanismos de convivência mais adequados do que há hoje em estados pluriétnicos. No Brasil e em Santa Catarina, precisamos ter várias soluções para trabalhar com a diversidade, haja vista que, ao falar de grupos indígenas, temos que pensar que são povos espalhados por territórios. É preciso entender as diferentes situações, ter conhecimento de cada caso para poder trabalhar nestes distintos contextos.

No caso catarinense, o Microbacias 2, ao perceber esta realidade, optou por manter associações separadas para indígenas e não indígenas frente ao fato de verificar que

não havia condições para trabalhar conjuntamente devido ao forte preconceito dos segundos em relação aos primeiros.

Em relação às formas de viver das populações indígenas de Santa Catarina, continuam sobrevivendo em uma situação fundiária variável, com terras que estão regularizadas, sendo revisadas ou com possibilidade de vir a ser identificadas. Suas atividades econômicas incluem extrativismo, agricultura de subsistência com alguns itens orientados para o mercado, além de venda do artesanato, trabalho agrícola temporário, cargos no funcionalismo público com funções dentro das aldeias, como agentes de saúde, professores, merendeiras. Esse quadro advém de um processo histórico de exclusão social compartilhado com populações rurais que enfrentam um alto nível de pobreza e, em alguns casos, significativa degradação dos recursos naturais.

No que concerne à luta política destas populações, a Constituição Federal de 1988 deu um respaldo à mesma, incluindo o direito a sua autodeterminação quando no seu artigo 231 diz: "São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens". Ou seja, rompe com a tutela e a idéia de que são cidadãos incapazes de assumirem um projeto de vida conforme suas especificidades culturais. Neste sentido, Guarani, Kaingang e Xokleng se reconhecem como pertencentes a grupos diferentes, mas que constituem as populações indígenas de Santa Catarina. Querem preservar o direito de ser indígena, continuar a falar suas línguas, a pensar o mundo a partir de sua cultura e de sua cosmovisão, utilizando os saberes e fazeres[4] dos quais são tradicionalmente depositários.

Povo Kaingang[5]

Os Kaingang, do tronco lingüístico macro-jê, ocupavam há séculos toda a região central e oeste dos estados de São Paulo e, principalmente, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. As referências históricas surgem no século XVI na faixa litorânea entre Angra dos Reis e Cananéia. Atualmente há uma grande concentração de Terras Indígenas Kaingang nas regiões oeste catarinense, norte e noroeste do Rio Grande do Sul e Sudoeste do Paraná.

O faccionalismo e seus desdobramentos (cisões, migrações, guerras) – fenômeno comum nas sociedades tribais – sempre existiu entre os Kaingang. Zelam pela instituição da ordem, em que sempre deve ter uma articulação institucional interna, como política, religiosa, etc. É uma sociedade de metades, dividida em dois tipos: riscados e pintados, kamé e kairu.

A cultura Kaingang como todas as culturas, mudou em decorrência dos processos históricos. As diferentes transformações sofridas pelo avanço da modernidade provocaram a simultaneidade de realidades culturais que passaram a se desenvolver paralelamente. Por um lado, estas mudanças se deram através do usufruto dos benefícios das inovações tecnológicas, bem como pela convivência com novos valores e, por outro lado, partiram do interior da sociedade indígena (Almeida, apud Rocha, 2008). Mas, diante de tudo isso, na perspectiva Kaingang, eles mantiveram parte de seus costumes tradicionais que, somados aos novos padrões introduzidos e/ou inventados

[4] De Certeau, Michael. A invenção do cotidiano.

[5] As informações referentes aos povos indígenas foram retiradas do estudo contratado pelo Microbacias 2, feito por Cinthia Creatini da Rocha, 2008, da Estratégia para Populações Indígenas, 2002, de palestras proferidas por Ricardo Cid Fernandes, Flavio Wiik e Maria Dorothea Post Darella (2004).

após o contato, constituem a cultura dos Kaingang contemporâneos (Tommasino, apud Rocha, 2008).

A partir de 1980 teve início um processo efetivo de retomada de terras indígenas na região Oeste de Santa Catarina. A terra indígena Kaingang reconhecida pelo Estado até 1986, era a T.I. Xapecó que foi demarcada em 1902. Possui 15.623 hectares e abriga cerca de 5.000 indígenas. Em torno de 20% dessa população fala a língua indígena e se identifica com aspectos da cultura tradicional. Há, neste contexto, uma forte interação política e econômica com as comunidades locais, sendo que as lideranças se inserem em processos partidários de Ipuaçu e de Entre Rios.

A Terra Indígena Chimbangue I, com 988, 66 hectares, abriga uma população de, aproximadamente, 80 indivíduos; Chimbangue II tem 975 hectares e cerca de 400 habitantes. As duas são áreas contíguas, sendo que de seus habitantes, poucos falam a língua indígena e a maioria tem um modo de vida pouco influenciado por valores da cultura tradicional. Sua inserção no contexto local é marcada por conflitos com as comunidades vizinhas advindos das tensões inerentes ao processo de retomada de terra.

A Terra Indígena Toldo Pinhal, com 880, 07 hectares, abriga uma população de cerca de 140 indígenas. Como nas outras duas áreas, a língua indígena é pouco falada. A Terra Indígena Toldo Imbu está identificada, tem uma área de 1.965 hectares e uma população de 135 habitantes.

A Aldeia Condá tem uma área de 2.300,23 hectares com 420 habitantes, divididos em duas localidades: Gramadinho e Praia Bonita. Apresentam uma característica particularmente diferente, pois, ao longo das décadas, acompanharam o crescimento da cidade de Chapecó, convivendo constantemente com a cidade, mas continuando a considerá-la como seu território tradicional e, principalmente, mantendo crenças e práticas estreitamente relacionadas à tradição indígena. Ao mesmo tempo não eram considerados pela cidade, como e não existissem. Diferentemente das outras comunidades, não costumam trabalhar como diaristas para os agricultores da vizinhança e o cultivo da terra também é pouco praticado entre eles, constituindo o artesanato, feito com taquara e outras fibras vegetais, a base da atividade produtiva da comunidade. Sua percepção ambiental destaca o envenenamento dos rios e a redução do número de animais para caça, o que é fonte de preocupação e de insatisfação.

Povo Xokleng

A resistência deste povo é voltada à sobrevivência a partir da manutenção da sua identidade. São hábeis, inteligentes e articuladores, sabem que não dá mais para manter certas atitudes frente ao quadro atual. A resistência está em constante modificação, havendo estratégias de auto-gestão hoje, como a confecção de artesanato e a produção de mel de abelhas como formas de manter a identidade.

Para melhor se compreender este povo, há que se considerar o sistema de parentesco e os sistemas de trabalho, além do faccionalismo político que assegura duas coisas: uma, que determinado grupo não esteja no poder por muito tempo, e outra, que ninguém pode ter muito mais que o outro. É uma idéia de constante trânsito e uma dinâmica própria daquela sociedade de minar a perpetuação de determinada oligarquia no poder. Tem sempre uma oposição ao grupo que está no poder.

Antes do contato sistemático com os não indígenas, os Xokleng eram nômades, vivendo da caça e da coleta do pinhão, não tinham acampamentos fixos e, portanto, não cultivavam a terra. Contatados desde a década de 1910, a maioria dos Xokleng de Santa Catarina (1.557 de acordo com a FUNAI, 2009) vive na Terra Indígena LãKlanõ que conta

com 37.108 hectares e está situada no Alto Vale do Itajaí, principalmente nos municípios de José Boiteux e Vitor Meireles. Tem que se levar em conta atualmente as áreas de domínio coletivo (caça e pesca) e as de domínio familiar (roça). Internamente, na Terra Indígena LãKlanõ há diferenças entre os próprios grupos que a constitui, além de uma mistura, pois ali vivem, além do povo Xokleng, Guarani, Kaingang e Xokleng.

Existe outro pequeno grupo de remanescentes dos Xokleng que vive em de Rio dos Pardos, composto por cerca de 24 pessoas na área da Terra Indígena Rio dos Pardos, no Planalto Norte, município de Matos Costa. Foi identificada em 1992 e demarcada em 1998, com 758 hectares. Ainda existem famílias Xokleng que vivem nas periferias das cidades de Blumenau, Joinville e Itajaí.

Em relação à organização social, econômica e política dos Xokleng da Terra Indígena LãKlanõ sofreu maior transformação a partir dos anos 1970 com a construção da Barragem Norte que objetivava conter as enchentes nas cidades industriais do Baixo Vale do Itajaí, como Blumenau. O lago de contenção formado inundou cerca de 900 hectares das terras mais planas e agricultáveis da área e os Xokleng tiveram que se mudar para as partes altas onde a mata era virgem e de onde não sabiam tirar o sustento. Intensificou-se com isto a exploração da madeira, a área foi loteada entre famílias nucleares em "frentes" de exploração delimitadas, a agricultura foi abandonada, a caça tornou-se rara e iniciou-se um longo processo, ainda não concluído, de luta pela indenização das áreas inundadas.

Em decorrência da extração da madeira e da divisão da terra em “frentes”, a maior parte dos domicílios abriga famílias nucleares, mas eles estão tão próximos uns dos outros que formam micro-aldeias, denominadas pelos nomes das famílias extensas que as constituem. Estas famílias extensas constituem a base de sustentação política das lideranças democraticamente eleitas (um cacique e um vice-cacique) de cada uma das sete aldeias que existem na área. Em termos de organização política, há também um cacique-presidente, que representa e dá a unidade aos Xokleng perante as instituições com as quais estabelecem relações políticas.

A língua xokleng, como um símbolo político muito forte ligado à idéia de fonte de poder e da construção de uma identidade étnica positiva, tornou-se o idioma que os índios gostam de falar em público. Apesar das imposições e receios dos líderes da Assembléia de Deus, os mitos Xokleng continuam a ser contados e recontados, foram escritos em cartilhas e transmitidos para as crianças. Ademais, cresce continuamente o número de índios que adota do termo "Laklanõ" – "gente do sol" ou "gente ligeira" – como sua autodenominação e denominação do seu território, tanto é que, para o Microbacias 2 a Terra foi denominada pelos Xokeng, e sempre tratada como Terra Indígena LãKlanõ, ao invés de Duque de Caxias ou Ibirama.

Povo Guarani

O povo Guarani pertence à família Tupi-Guarani do tronco lingüístico Tupi. Na América do Sul existem, atualmente, quatro grupos com dezenas de povoamentos que abrangem Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, dos quais três estão presentes no Brasil: os Kayova, os Chiripá (ou Ñandeva) e os Mbya. Forma a maior população indígena do Brasil, correspondendo a cerca de 35.000 indivíduos. Enquanto os Kayova estão concentrados em Mato Grosso do Sul, os Ñandeva e os Mbya se localizam nas regiões Centro-oeste, Sudeste e Sul.

No Litoral Sul, as comunidades Mbya, que em todo o país somam cerca de 2.500 pessoas (7% da população Guarani) são maioria. Não há fronteira, não há delimitação. E aí entra o movimento, o deslocamento deste povo, seja por morte, casamento, mas

também o movimento dentro da cultura. Se locomovem com idas e vindas num território que reconhecem como deles, em que o oceano está à frente representando a *terra sem males*. Segundo eles, continuam sendo Guarani porque não revelam tudo para todos. Há silêncios, meias verdades, dissimulações no trabalho baseado na ética, tenacidade, paciência e cumplicidade entre as aldeias.

Em Santa Catarina, estão presentes desde a região litorânea até o extremo-oeste. Atualmente, há seis aldeias regularizadas na região litorânea: Aldeia Yynn Moroti Wherá, mais conhecida como M'Biguaçu, com uma área de 59 hectares e população de 134 habitantes; Aldeia Itanhe, com 216 hectares e 100 habitantes e Aldeia Kury'i, com 500 hectares e 60 habitantes, localizadas no município de Biguaçu. Aldeia Tekoá Marangatu, localizada no município de Imaruí, com 80 hectares e cerca 120 habitantes. Em Morro dos Cavalos, com 1.988 hectares e população com cerca de 115 habitantes. Em Canelinha, a Aldeia Tava'i tem 195 hectares e conta com cerca de 15 habitantes. Além destas áreas, há outras ocupações guaranis que estão buscando o reconhecimento e a legalização de suas áreas.

O povo Guarani denomina tekoa a terra onde vive, que deve compreender três espaços fundamentais para a sua sobrevivência: aldeia, plantações e floresta. A terra é fundamental para os Guarani, pois, segundo o pesquisador Melià apud Litaiff, 2000, "a ecologia Guarani não se restringe à natureza, nem se define por seu valor exclusivamente produtivo. O tekoa significa e produz, ao mesmo tempo, relações econômicas, relações sociais e organização político-religiosa, essenciais para a vida Guarani." A tekoa é o lugar onde se dão as condições para se desenvolver o teko , ou seja, a cultura, o modo de ser, o sistema, a lei, o comportamento, o hábito, o costume guarani.

A língua expressa o modo de um povo ver o mundo. A oralidade, a palavra, é o foco de comunicação em que a percepção é para o ouvido, para a fala, pois se tem que dar conta do mundo oralmente. Outro aspecto é o sonho, que é uma via da palavra oral importante para os Guarani, pois demonstra a força da experiência pessoal e grupal. Assim, após mais de 500 anos de contato intenso e arrasador com a sociedade não indígena, seguem falando a língua materna, preservando e desenvolvendo seus rituais religiosos e tradicionais.

No que diz respeito à agricultura, há uma complexidade inerente à mesma que hoje pode se denominar agroecossistema Guarani, item fundamental para este Povo. Os tempos são outros e há dificuldades imensas no sistema Guarani, sistema entendido como a maneira de ver, sentir e viver o mundo, os costumes, uma multiplicidade na unidade. Tem-se que considerar uma diversidade como solos, altitude, características ambientais, mobilidade, sementes verdadeiras passadas de geração em geração, que não são passíveis de comercialização, mas preconizam uma grande organização social, política, econômica, de reciprocidade e intercâmbio de sementes. Agricultura tem a ver com estado de espírito, saúde, transição de conhecimento, aprimoramento, sentimento, alegria. O milho tem uma importância fundamental para os Guarani, pois é considerada a planta que melhor absorve a luz solar. O amarelo, a cor do sol: filhos do sol. Portanto, há uma estreita relação entre agricultura e o modo de ser no mundo e a dieta alimentar é importante para se ter leveza.

A água é um elemento fundamental na cosmovisão Guarani, assim como o ar e o fogo, que aquece, reúne, esteriliza. Quanto ao tempo, há a utilização do calendário local, do calendário lunar, em que a divisão do tempo se define por ano: ano novo e ano velho. A existência é um elo entre passado e futuro. O Leste, o Oceano Atlântico esta à frente, ou seja, a imortalidade, a transcendência humana. Por isso, as casas cerimoniais são construídas para o leste: para alcançar a *terra sem males*.

3. Estrutura Legal

A Constituição Federal de 1988 marca uma ruptura com as políticas indigenistas anteriores de cunho marcadamente integracionista ao abolir os princípios da "tutela oficial" e da "integração à sociedade nacional" e ao reconhecer o direito das populações indígenas à conservação da diversidade de suas formas de organização social, línguas, costumes, crenças e tradições. Fornece uma base sólida para o reconhecimento pelo Estado-nação do direito de usufruto permanente e exclusivo pelas populações indígenas brasileiras dos recursos naturais (com exceção dos direitos sobre o subsolo) existentes em seus territórios.

O decreto nº 1.141/94 atribui a FUNAI, em coordenação com o Ministério do Meio Ambiente, a execução de programas de diagnóstico ambiental, recuperação de áreas degradadas, controle ambiental das atividades modificadoras do meio ambiente, educação ambiental envolvendo as comunidades indígenas e seus vizinhos; identificação e difusão de tecnologias adequadas ao manejo sustentado dos recursos naturais. Contudo, a FUNAI vem apresentando sérias limitações para cumprir suas atribuições como, por exemplo, um reduzido quadro de pessoal.

O Estatuto do Índio (1973), em processo de revisão, incorpora a definição das populações indígenas como relativamente incapazes para certos atos e para o exercício de seus direitos que estava contida no Código Civil Brasileiro (Lei 3.071/16). Também fornece diretrizes sobre o uso dos recursos naturais das terras indígenas, que, entretanto, nem sempre são seguidas. Tem havido um considerável debate, no Brasil, em relação à aprovação de um novo Estatuto dos Índios. Contudo, não foi ainda aprovado, continua a ser debatido e inclui propostas como o fim do estado de tutela e novas diretrizes sobre a utilização de recursos naturais.

4. Arranjos Institucionais

A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Rural (SAR), responsável pela coordenação do Programa Santa Catarina Rural/, conta com uma Secretaria Executiva Estadual (SEE), responsável pela implementação e acompanhamento do programa. A Epagri (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina) vinculada a SAR, entidade governamental com maiores responsabilidades em relação à execução do SC Rural no que se refere à extensão rural e assistência técnica, capacitação, educação ambiental rural, pesquisa, geração de renda e redução da pobreza voltada à competitividade da agricultura familiar. A Cidasc (Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina) assume a responsabilidade na fiscalização sanitária e defesa vegetal dos produtos da agricultura familiar, entidade governamental também ligada a SAR. Já a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (SDS) coordena as ações de Gestão Ambiental do Programa contando com a FATMA (Fundação do Meio Ambiente) responsável pela implantação dos corredores ecológicos e com o Batalhão da Polícia Militar Ambiental pela execução da fiscalização e ações em educação ambiental. A Secretaria de Turismo terá uma atribuição de integrar ações específicas de turismo rural e a Secretaria de Transporte e Obras com uma contribuição na parte de estradas vicinais rurais.

Na atuação junto às Populações Indígenas, a experiência da Epagri resulta da vivência durante o Microbacias 2 em que trabalhou em campo com estas populações. A continuidade do processo iniciado com o Microbacias 2, que prevê a flexibilidade como característica central na implementação do Projeto, é essencial para que as ações sejam bem sucedidas. Alie-se a isso, o estabelecimento de parcerias efetivas de colaboração

com indígenas, instituições governamentais e não-governamentais com atuação junto a estas populações, bem como a integração interinstitucional entre as diversas executoras do projeto. As ações no campo, junto às populações indígenas, serão executas pelas equipes de extensionistas da Epagri, onde a instituição se compromete em ampliar as equipes de trabalho nos municípios que atendem as populações indígenas. Dependendo da área e número de famílias será alocado um ou dois profissionais que serão qualificados para realizar o trabalho com estas populações. Serão em torno de onze profissionais distribuídos nos municípios para atender as 11 Terras Indígenas legalmente constituídas, sendo que destes, seis serão alocados no primeiro ano e cinco serão alocados no segundo ano de execução do projeto. As parcerias institucionais com Prefeituras Municipais, Universidades, ONGs, Banco do Brasil, entre outras, se constitui numa ferramenta fundamental para a implementação das ações propostas nos Planos das Terras Indígenas.

Diante disso, dentro da SEE– cujo organograma está descrito no anexo de Administração do programa - terá, um profissional específico para coordenar, supervisionar e monitorar as atividades em campo com as populações indígenas, de forma integrada com a Epagri, responsável pela ATER, e demais instituições parceiras. Poderá contar com uma equipe interdisciplinar para acompanhar as ações em campo, uma vez que a SEE é responsável pela integração e dinamização das instituições e das ações bem como do acompanhamento e avaliação em todas as fases de execução do projeto.

No que diz respeito ao nível federal, as instituições com maiores responsabilidades para o estabelecimento e a execução das políticas para povos indígenas são a FUNAI (Fundação Nacional do Índio/Ministério da Justiça) e a FUNASA (Fundação Nacional de Saúde/Ministério da Saúde). A FUNAI atua principalmente na gestão dos recursos ambientais, desenvolvimento de atividades produtivas e assistência técnica. A expectativa do Projeto quanto à parceria com a FUNAI é de que esta assistirá na coordenação das atividades propostas para as áreas indígenas como um agente facilitador da integração entre o trabalho que já vem sendo realizado por diferentes organizações e a proposta do Projeto, evitando a duplicidade de esforços.

A FUNASA, responsável pelos aspectos relativos à saúde, tem uma rede de agentes locais de saúde, constituindo uma base de processos participativos de tomada de decisão e de exercício de controle social sobre políticas públicas sobre a qual se poderá consolidar a estratégia participativa de ação proposta no Projeto. A expectativa de parceria com a FUNASA passa pela integração das ações a serem identificadas através dos processos de diagnóstico das realidades locais e de planejamento de ações por meio de consulta às populações indígenas.

Como entidade de ensino, pesquisa e extensão, há a atuação da Universidade Federal de Santa Catarina e do Museu Universitário Federal, que desenvolvem pesquisas junto a estas populações e têm conhecimento sobre cada povo. Existem também universidades estaduais que estão desenvolvendo atividades junto a estas populações. Há, desta forma, a expectativa de parceria com estes no sentido de assessorar e prestar consultorias em questões relacionadas às populações indígenas de Santa Catarina, em especial no que diz respeito ao processo de formação continuada dos técnicos, como nas pesquisas a serem viabilizadas a partir da demanda dos povos indígenas.

Em nível estadual, as instituições mais ligadas a ações junto às populações indígenas estão, o Núcleo de Educação Indígena da Secretaria de Estado de Educação e Desportos (SED) e o Conselho Estadual dos Povos Indígenas (CEPIN/SC), com sede na Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania. O trabalho que vem sendo feito através do Núcleo de Educação Indígena da Secretaria de Estado de Educação e Desportos ocorre em parceria com a FUNAI através da qual o Estado mantém 32 escolas indígenas e um

curso especial de formação de professores para atuarem nas mesmas. A experiência com o Microbacias 2 de produção de material didático específico para a educação indígena é um potencial que merece ter continuidade.

O Conselho Estadual dos Povos Indígenas (CEPIN/SC) – criado pela Lei 11.266, de 16 de dezembro de 1999. É composto por vinte e quatro membros, sendo seis do Governo (Secretarias da Justiça, do Desenvolvimento Rural e da Agricultura, da Educação e Esportes, do Desenvolvimento Social e Família, do desenvolvimento Urbano e Meio ambiente e da Saúde), seis de Organizações Não Governamentais e doze representantes indígenas (quatro de cada povo). Tem como objetivos desenvolver, supervisionar e assistir a elaboração e implementação de políticas e ações indigenistas em nível estadual.

No âmbito não governamental um amplo conjunto de entidades desenvolvem trabalhos de pesquisa e assistência junto às populações indígenas de Santa Catarina, destacando-se, o CIMI (Conselho Indigenista Missionário/afiliado à Igreja Católica), o COMIN (Conselho Missão Indígena/afiliado à Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil) e a CAPI (Comissão de Apoio aos Povos Indígenas/organizada por um grupo de professores universitários vinculados ao Museu Universitário da UFSC), cuja parceria passa por ações conjuntas nas áreas social e ambiental.

Todas estas instituições e entidades referidas são possíveis parceiras de trabalho e têm contribuições para se alcançar a interinstitucionalidade e interdisciplinaridade a qual o Projeto se propõe. As expectativas relacionadas a essas parcerias são a assessoria e orientação técnica e científica especializada para melhor lidar com as populações indígenas, a realização de pesquisas e estudos, o desenvolvimento de instrumentos específicos, bem como a alocação de recursos em ações propostas nos planos das Terras Indígenas e que não são cobertos pelos recursos do projeto. A finalização destes arranjos institucionais em relação a cada um dos povos, depende da continuidade do diálogo das agências executoras do Projeto com as instituições parceiras. Sem esquecer que as populações indígenas avaliaram no decorrer do Microbacias 2 que o exercício de parcerias precisa avançar muito no que diz respeito a compatibilizar agendas e recursos visando não ter duplicidade de ações por um lado ou áreas sem atendimento, por outro.

5. Participação Indígena no Projeto

A) Participação durante a fase de preparação do novo projeto. Além de diálogo contínuo com os povos indígenas de Santa Catarina durante o projeto anterior (Microbacias 2; ver a parte sobre lições aprendidas), foi feito consultas prévias e informadas com representantes das comunidades indígenas sobre o novo projeto, em maio de 2008. Participarem deste evento, representantes de todos os grupos étnico do estado, 39 representantes indígenas entre Xokleng, Kaingang e Guarani (sendo 31 homens e 8 mulheres), 23 técnicos de EPAGRI e um de FUNAI. As consultas feitas junto às diferentes comunidades indígenas indicaram um alto nível de satisfação com o projeto anteriore uma receptividade para continuar sendo uma das populações beneficiados no novo programa. Algumas recomendações sobre alguns tópicos foram aponaadas para serem consolidadas no Programa SC Rural. É importante enfatizar que as recomendações foram incorporadas nas diversas linhas de ação como ATER, Capacitação, Educação Ambiental, Pesquisa e Inovações, bem como no Fundo de Investimentos Sustentáveis.

B) Expectativas Indígenas Baseadas Nas Consultas Realizadas Durante Preparação. Além das preocupações básicas já citadas antes e durante o Microbacias 2

(incluindo questões fundiárias, condições de subsistência, obtenção de renda, deficiência de assistência técnica na área da produção agrícola, administração rural e gestão, recuperação ou preservação ambiental de suas terras, condições de habitação, bem como mecanismos de representação dos interesses de sua etnia, participação social e política dos grupos). As consultas em maio de 2008, destacaram recomendações específicas para melhorar a estratégia indígena no SC Rural, arroladas a seguir. Também foi enfatizada que apesar do progresso realizado nos últimos anos na regularização das terras indígenas em Santa Catarina (ver tabela 1), algumas terras indígenas estão afetadas por uma indefinição no que diz respeito à posse e ao uso das terras, o que traz insegurança em relação a ações junto a algumas comunidades. Um debate com as instituições que atuam com estas populações para direcionar uma ação efetiva, comprometida e co-gestionada é urgente e necessária; portanto, depende de FUNAI e esta fora de controle do projeto.

B.1 Melhoria das Parcerias. Um dos tópicos que as populações indígenas avalia que precisa avançar mais no novo projeto refere-se às **parcerias**, como já indicado anteriormente. Embora tenham ocorrido experiências positivas envolvendo diversos instituições e projetos em Microbacias 2, este é um exercício que ainda precisa melhorar, pois é necessário que as instituições planejem e discutam as ações em conjunto visando não sobrepor atividades. O grande desafio é conseguir realizar esta ação devido às diferenças que permeiam as distintas instituições em suas ações, calendários e liberação de recursos que, nem sempre se coadunam com os calendários das terras indígenas. Desta forma, sugeriram que o Projeto firme parcerias oficialmente como, por exemplo, junto às secretarias municipais de agricultura visando agilizar os cronogramas estabelecidos nas terras indígenas, em especial os de plantio e cultivo para não ocorrer atrasos que venham a prejudicar a disponibilidade de alimentos nas distintas terras.

B.2 Mais Atenção á segurança alimentar. A **segurança alimentar** é outro item levantado por todas as terras indígenas, independente de tamanho ou situação. Continua sendo a mais urgente demanda, pois implica em ter alimento em quantidade e qualidade para suprir suas necessidades nutricionais. Tal ação exigirá um tempo para que os técnicos da área, extensionistas e pesquisadores que estão envolvidos, ou venham a se envolver, no trabalho possam buscar e dar respostas mais adequadas às realidades em que estas populações se encontram. “Nós queremos que os agrônomos nos ajudem a descobrir como produzir alimentos nestas terras!” Se o Projeto pretende falar em geração de renda e preservação ambiental, precisa primeiramente minimizar esta demanda considerando que, em função do processo histórico de contato, hoje a maioria das terras indígenas apresenta condições ambientais e espaciais precárias que inviabilizam o desenvolvimento auto-sustentável das comunidades.

B.3 Fortalecimento da assistência técnica. A **assistência técnica** junto às terras indígenas é outra forte demanda. Estes povos, ao receber assistência técnica e extensão rural via Projeto Microbacias 2, avaliaram como uma ação interessante que contribuiu para encontrar meios visando o que denominam de sua *auto-sustentação*. Assim, é preciso planejar e definir como se dará o atendimento a estas populações diferenciadas, fazendo uma ação de contratação de profissionais, com perfil adequado[6] e

[6] Segundo os indígenas, o perfil adequado de um técnico que vá atuar com eles implica em: iniciativa (respeitando a hierarquia e organização), comprometimento,“viver” o modo de ser indígena, presença constante na comunidade, habilidade para envolver lideranças, respeitar o tempo, o ritmo das populações indígenas, ser bom ouvinte: “não precisamos de gente que fale muito nem que diga o que devemos fazer”, ser disponível, dedicação exclusiva, aceitação “sincera” dos costumes indígenas, ser coerente nas “repetições necessárias” e nas ações, ser categórico nas afirmações: sim é sim, não é não, empatia com o modo de ser e agir do indígena, temperamento estável (autodomínio), formação em ciências agrárias, mas com sensibilidade para

programar um calendário relativo ao processo de capacitação continuada junto aos mesmos. Embora as situações sejam especificas e devam ser atendidas de acordo com as peculiaridades de cada terra indígena, este é um tópico que exige uma ação: a) da Epagri, como empresa oficial de ATER de Santa Catarina, no sentido de viabilizar equipes junto aos municípios que tem populações indígenas, em especial em Chapecó, Ente Rios, Ipuaçu e José Boiteux, que possuem as maiores populações; b) das Associações das Terras Indígenas, no sentido de exercitar a co-gestão, ao selecionar e exigir dos facilitadores o trabalho para o qual foram contratados. É necessário definir atividades, papéis e responsabilidades entre técnicos e indígenas.

B.4 Conceitos de Auto-gestão e Co-gestão. Outro tópico que exige mais empenho nas ações diz respeito ao que se denomina de **auto-gestão**. No que concerne aos indígenas, percebemos que eles têm uma forte auto-gestão interna no que diz respeito às suas formas organizativas e nos dão lições de respeito à hierarquia interna. No entanto, quando é necessário negociar, reivindicar e discutir propostas com projetos ou instituições externas, alguns ainda se intimidam e demandam apoio dos técnicos como intermediários para elaborar e negociar nestas esferas. Entendemos que este tópico exige um tempo bem maior para que desenvolvam formas de negociação e parcerias frente à sociedade abrangente. Além disso, outro conceito que vem sendo usado é o de **co-gestão** que implica em ter bem claras as responsabilidades de técnicos e de populações trabalhadas; que há diferentes papéis, porém que o comprometimento precisa ser assumido em conjunto, com cada um cumprindo o que lhe diz respeito. Co-gestão sugere: gestão compartilhada, compromissada, dividida, em que todos têm sua importância e seu papel no processo que se quer participativo e de respeito às diferenças.

B.5 Apoiar Material Didático. Viabilizar a publicação de **material didático** produzido pelos indígenas é outro anseio. Eles vêm demandando apoio neste aspecto, haja vista que possuem materiais que desejam produzir, ou que confeccionaram, mas não tiveram qualquer apoio para impressão ou divulgação. Este é um tópico interessante e positivo, pois tais materiais são utilizados, tanto pelos indígenas, como pela população do entorno, nos trabalhos educativos, de forma mais ampla, ou de educação ambiental, de valorização e discussão sobre as diferentes culturas. Neste aspecto, há interesse também de algumas aldeias em produzirem CD, o que, além de divulgar a cultura indígena, viria a contribuir com a renda local.

C) Lições Aprendidas de Microbacias 2 sobre Participação dos povos Indígenas

Durante os trabalhos do projeto Microbacias 2 ao longo de 7 anos (2002 até 2009) foi mantido um diálogo contínuo com os indígenas visando avaliar as ações em andamento (ver Estrategia Para as Populações Indigenas, Florianopolis, janeiro de 2002), bem como coletar informações, percepções e sugestões para readequar o processo em curso. Para a avaliação final da estrategia indigenas de Microbacias 2 foi feito uma avaliação visando o desempenho do Microbacias 2 (passado) e perspectivas para ações futuras que venham a ocorrer junto a estas populações. Desta forma, cinco foram as questões levantadas: 1) O que o Projeto Microbacias 2 trouxe de bom e de positivo para as famílias de sua terra indígena? 2) Quais os principais problemas sentidos para a execução do

---

trabalhar com a cultura indígena; firmeza nas atitudes (ex: regras Microbacias 2), entender e conviver com os conflitos inter-aldeias e entre as terras indígenas e o entorno.

Projeto Microbacias 2 na sua terra indígena? 3) Qual a avaliação que a terra indígena, faz sobre: a) o trabalho do facilitador; b) o apoio da Epagri, e c) o apoio dos demais parceiros; 4) Se o projeto Microbacias 2 começasse hoje, o que deveria ser feito diferente? Como a terra indígena considera que deveria ser encaminhado o Projeto junto aos povos indígenas? 5) Qual deve ser a responsabilidade da terra indígena na execução de um novo projeto? Os resultados das avaliações estao resumindo como leções aprendidas a seguir.

C.1 Subprojetos Indígenas e o Fundo de Inversões Rurais: Em geral, a possibilidade que o Microbacias 2 viabilizou aos povos indígenas ter acesso a recursos do fundo de inversões para atender algumas demandas indígenas por meio de subprojetos foi avaliado como altamente positivo. A questão renda é um tema central, tanto no que diz respeito à segurança alimentar, com alimentação de subsistência "para todos", conforme priorizado nos planos das terras indígenas, quanto no que se refere à produção de matéria-prima e formas de comercialização de produtos, como mel e artesanato, entre outros, e meios de legalizar seus empreendimentos. Foi observado que quando se trabalha com povos indígenas é importante simplificar a burocracia, os procedimentos e a forma dos povos acessarem recursos e ações do projeto.

C.2 Capacitação. As comunidades indígenas avaliaram que foi positivo o acesso que tiveram a diferentes informações, seja em nível pessoal ou em relação às atividades que realizam nas terras indígenas, bem como a questões sobre as quais nunca tinham ouvido falar. A partir das ponderações que fizeram, se indica que seria importante a dar continuidade aos processos de capacitação e formação em duas frentes: a) para os indígenas, tanto no que venha a contribuir com a melhoria da qualidade de vida interna das aldeias, com cursos nas áreas de alimentação, produtos de limpeza, manejo de florestas, entre outros, quanto ao que se volta para a orientação dos trâmites exigidos atualmente em relação à sociedade envolvente. Viabilizar também oportunidades de conhecer outras experiências, promovendo excursões, cursos, reuniões, entre outras possibilidades; b) para os técnicos, com o objetivo de dar continuidade ao processo iniciado no Microbacias 2 visando fornecer-lhes subsídios para melhor atuar com estas populações que tem cosmovisões, ritmos e objetivos diferenciados.

C.3 Educação Ambiental. A possibilidade de recuperar e preservar o ambiente, aliado à produção de alimentos é avaliado como extremamente positivo pelos indígenas. Assim, este é um trabalho que deverá ter continuidade via ações de educação ambiental nas escolas, bem como práticas nas aldeias como reposição da mata ciliar, recuperação de áreas degradadas e preservação das existentes, entre outras muitas possibilidades. Alie-se a estas, o incentivo à valorização cultural e das especificidades destas populações por meio de eventos e encontros entre as aldeias e, especificamente entre seus anciões, e da criação, publicação e distribuição de material produzido pelos povos indígenas.

C.4 Pesquisa. Os indígenas apontam muitas demandas para os profissionais da área agronômica, pois entendem que estes têm condições de contribuir com os mesmos na busca de solução para seus problemas, principalmente no que diz respeito à produção de alimentos visando o que denominam de auto-sustentação interna. Por outro lado, pesquisas de cunho sócio-antropológico são interessantes e necessárias com o intuito de contribuir com o processo de capacitação dos técnicos como também para orientar as ações dos projetos em campo. Em relação a pesquisas ligadas a questões ambientais, é essencial que se pense sobre questões ligadas à erosão, qualidade e disponibilidade da água, reposição da mata ciliar, entre outros tópicos, hoje demandados pelos indígenas.

6. Participação dos Indígenas no Programa SC Rural

A Proposta de Etnodesenvolvimetno para Populações Indígenas do SC Rural foi desenvolvida com o objetivo específico de promoção efetiva da participação destas populações no Projeto. Essa proposta identifica o modo como o Projeto pode responder a algumas preocupações das populações indígenas catarinenses e foi elaborada a partir das consultas feitas aos representantes e lideranças indígenas de Santa Catarina.

Quanto ao atendimento, as populações indígenas serão atendidas por facilitadores selecionados segundo as normas do Projeto com a participação das comunidades a serem atendidas, garantindo o perfil adequado indicado por estas populações. Esses facilitadores serão qualificados para lidar com as especificidades das populações indígenas e utilizarão métodos participativos de trabalho em todas as fases de implementação do Projeto.

O Componente “Inversões Rurais” prevê ações em, meio ambiente, melhoria de renda em que os indígenas poderão demandar, por exemplo, melhoria na produção de alimento para consumo interno e para venda, matéria prima para seus artesanatos, pequenos empreendimentos ligados à produção de mel, artesanatos entre outros, que seguirão as mesmas regras do Fundo de Investimentos Sustentáveis. O Componente “Gestão Ambiental”, por sua vez, abrange ações voltadas para a formação de corredores ecológicos e gestão integrada de bacias hidrográficas, coordenado pela SDM/FATMA. Finalmente, o Componente “Administração, Monitoramento e Avaliação do Projeto”, prevê a administração do Projeto, monitoramento, avaliação e gestão participativa e tem como premissa a participação dos indígenas nas ações propostas, monitoramento das diferentes etapas e avaliação da execução das ações, verificando como estão sendo aplicados os recursos, se dentro do previsto e quais os encaminhamentos necessários.

As populações indígenas serão beneficiadas pelo Projeto, que considera suas terras como territórios sócio-culturais reconhecidos como Terras Indígenas, na medida em que as suas áreas estiverem sem conflitos fundiários visando garantir a segurança de indígenas, agricultores, técnicos e instituições envolvidas no trabalho.

O Projeto preconiza a continuidade das ações iniciadas com o Microbacias 2 baseadas em um processo de participação interativa dos diversos atores sociais envolvidos nos processos de planejamento, gestão, execução, monitoramento e avaliação das ações por meio dos fóruns pertinentes aos diferentes níveis de decisão. Pressupõe uma relação de respeito às diferenças culturais considerando que existem distintas cosmovisões que, por sua vez, implicam em significações para a vida, o meio ambiente, os recursos financeiros atribuindo peculiaridades no cotidiano indígena distintas do cotidiano não indígena.

Cada comunidade indígena tem sua própria forma de organização devendo, desta forma, o Projeto seguir seus princípios básicos. Porém, priorizar as organizações locais já existentes, respeitando as estruturas políticas indígenas, sua representatividade, legalização das entidades e outras dimensões que ocorrerão com o decorrer do processo, minimizando assim o número de intermediários entre estas populações e as fontes dos recursos a serem investidos.

Há que se considerar também a diversidade entre cada grupo indígena. E, dentro destes, entre as aldeias mesmo que, em principio, façam parte de um povo, o que implica em diferentes mecanismos, metodologias e formas de trabalho, os quais deverão ser discutidos com eles. Desta forma, o que se descreve neste documento são princípios básicos que irão guiar a implementação do Projeto com respeito às populações indígenas, porém tendo o diálogo como pressuposto central no desenrolar das ações.

6.1 Ação Integrada das diferentes Linhas do Programa SC Rural

Na descrição das linhas de ação que serão desenvolvidas pelo novo programa, algumas contemplam as demandas das populações indígenas e que foram demandadas nas consultas realizadas. As ações em ATER, Educação Ambiental, Capacitação, apoio a Material Didático, Pesquisa e Inovações serão desenvolvidas pelos extensionistas que atuam nas terras indígenas, e estão descritas em cada uma dessas linhas de ação, que serão desenvolvidas de forma integrada e respeitando as especificidades de cada etnia. Assim, as populações indígenas terão possibilidades de desenvolver ações em educação ambiental nas aldeias e nas escolas, desenvolver materiais didáticos próprios, participar de eventos de capacitação em gestão ambiental, processos produtivos nas diversas áreas como horticultura, produção de mel, pequenos animais, pomares, grãos, artesanato, participar de processos como feiras de venda de produtos. Na linha de pesquisa e inovações terão acesso a implantação de unidades de observação em produção de alimentos, artesanatos e estudos participativos nas áreas sociais e antropológicas. Nas atividades preconizadas pela ATER as famílias indígenas fazem parte do público e, portanto, estão incluídas nas diversas ações.

6.2 Acesso dos Indígenas ao Fundo de Investimentos Sustentáveis

Cada Terra Indígena (TI) trabalhada terá um Plano de Desenvolvimento que incluirá todas as demandas das famílias pertencentes a esta (TI). Este plano estabelecerá as prioridades nas diferentes áreas: ambiental, social, e econômica. Estas prioridades serão organizadas em projetos coletivos, que seguirão as normas estabelecidas pelo fundo, garantindo o respeito às especificidades da cultura e de necessidades específicas de cada Povo, buscando a sustentabilidade das ações propostas.

Nível da Microbacia

O público-meta (agricultores familiares periféricos e em transição 1 e 2 e as populações indígenas) e demais beneficiários do Projeto, organizados em Associações, elaborarão seus planos com apoio dos técnicos. Este Plano de Desenvolvimento resulta da discussão sobre problemas e potencialidades a partir de um diagnóstico consensual e da priorização das ações, considerando as dimensões social, ambiental e econômica. Com base nas diretrizes ali estabelecidas, serão elaboradas as propostas grupais e comunitárias que, intensamente discutidas, deverão ser aprovadas pela Associação de Desenvolvimento da Terra Indígena.

A metodologia utilizada prevê a oralidade como ponto forte, respeitando este principio central para as populações indígenas. O Cacique, como autoridade política da aldeia, é o coordenador dos trabalhos, ou indicará alguém para sê-lo. Sempre que necessário caberá aos técnicos anotarem as questões levantadas com o intuito de compor uma memória das reuniões bem como resultar no Plano daquela aldeia. Isso para garantir aos participantes exporem todas as idéias, questões, dúvidas, coordenados pelo seu Cacique, sendo que o técnico é um apoio de esclarecimento de dúvidas ou questões. Ou seja, eles são os atores centrais, os protagonistas, nós, os coadjuvantes.

As terras indígenas terão seus planos elaborados separadamente visando salvaguardar suas peculiaridades e demandas inerentes a cada terra. Assim, o plano individualizado por “Terra” dará os indicativos de como se desenvolverão as ações naquela aldeia ou terra especificamente, respeitando sua autonomia e identidade.

Como já dito, o processo sempre deverá: i) respeitar a estrutura organizacional já existente, ii) adequar as metodologias de trabalho participativas às particularidades de cada aldeia ou povo, iii) disponibilizar facilitadores capacitados para trabalhar com as populações indígenas e iv) se guiar por um Plano de Desenvolvimento específico para cada comunidade indígena a ser trabalhada.

A Associação de Desenvolvimento da Terra Indígena é co-responsável na gestão, execução, no monitoramento, na avaliação e na fiscalização das ações implementadas e pelo gerenciamento dos recursos necessários para contratação do serviço de assistência. Para tanto, o Projeto realizará um programa amplo e contínuo de capacitação dos membros dessa Associação para que assumam a gestão do seu Plano, sendo a metodologia adaptada às particularidades de cada povo ou aldeia.

Quanto aos recursos do Projeto deverão ser repassados às associações indígenas os referentes ao pagamento da assistência técnica. Os destinados ao pagamento de propostas, serão feitos diretamente ao fornecedor, salvo questões especificas, respeitando as sugestões dos indígenas feitas durante o Microbacias 2. Será facilitado o acesso dos beneficiários em aspectos que podem ser financiados pelo mesmo como também orientar quando houver casos de financiamento em outras instituições como programas e fundos municipais, Pronaf, programas federais, organizações não governamentais, cooperativas, agroindústrias e outros.

Outros Níveis de Participação

Em relação às populações indígenas tem que se considerar que existem duas situações distintas possíveis: a) estão inseridas em um espaço geográfico definido, ou b) estão em um espaço disperso, como é o caso do povo Guarani, que se encontra em pequenas aldeias no decorrer do litoral catarinense, o que vem mais uma vez reafirmar a necessidade de flexibilização na metodologia de trabalho proposta.

Dadas às características que conferem grande flexibilidade à implementação do Projeto, questões particulares e/ou não previstas poderão ser adaptadas durante a sua execução, em função das características sociocultural e organizacional de cada povo.

7. Princípios Metodológicos

A flexibilidade é preconizada como uma característica fundamental neste Projeto, sendo que não se pode, de antemão, determinar passos, momentos, técnicas, sem a construção e a participação interativa dos atores sociais envolvidos nos diferentes e inúmeros momentos de desenvolvimento das ações propostas. Muito será acrescentado, modificado e construído no decorrer do trabalho em conjunto com os indígenas e com as instituições que historicamente vem trabalhando com estas populações.

Porém, como princípios metodológicos, em todo o processo estão considerados: a percepção local/interinstitucional, o resgate da memória local, a mobilização comunitária através das organizações tradicionais existentes para a discussão de objetivos comuns, pensar globalmente e agir localmente considerando-se a diversidade cultural, definição de um referencial teórico que permita melhor compreender as especificidades de cada povo indígena e, mesmo dentro de cada povo, de cada aldeia que lhe compõe.

Alie-se a estes, primar pela memória do trabalho em que, desde o inicio, os técnicos deverão estar atentos ao registro escrito dos inúmeros passos e momentos que serão vivenciados, considerando que, se a experiência não for escrita, futuramente não será lembrada e contada, muito menos servirá de subsídios, avaliações ou novas propostas.

Outra questão é a memória visual em que, dada a autorização dos povos indígenas, é interessante criar um banco de imagens do trabalho sempre resguardando a cada aldeia, cópias das imagens. Assim, tanto o Projeto quanto os indígenas terão bancos de imagens que poderão servir para cada qual, desde que resguardada a privacidade e direito de imagem destes povos.

8. Monitoramento e Avaliação

O Plano de Desenvolvimento da Terra Indígena e as propostas que o compõem serão monitorados e avaliados através de um processo participativo que abranja os beneficiários e técnicos envolvidos no processo. Haverá acompanhamento da utilização dos recursos humanos, financeiros e materiais necessários à obtenção dos resultados esperados. Para tanto, as pessoas ou organizações responsáveis pela execução de qualquer ação no Projeto serão capacitadas nas áreas envolvidas no processo de monitoramento.

Através de monitoramento contínuo o Facilitador, assessorado pelo Animador Municipal, deverá produzir um relatório de avaliação trimestral da implementação do Projeto nas comunidades indígenas, os quais serão encaminhados à Secretaria Executiva Estadual para análise e compilação pelo profissional específico para as questões indígenas.

No terceiro ano do Projeto deve ocorrer uma Avaliação de Meio Termo, a partir de uma avaliação independente (perito) das ações com as populações indígenas.

O monitoramento e a avaliação, nos diversos níveis do Projeto, prevêem os seguintes aspectos:

- Desempenho do Projeto: avaliação das estruturas e processos criados, verificando se são adequados e suficientes para atingir as metas e os prazos planejados pelas comunidades indígenas, apresentando sugestões de mudanças e adaptações para maior eficiência das ações. Com base nos relatórios dos animadores e das instâncias administrativas do Projeto será avaliada a efetividade das ações propostas e implementadas.
- Financeiro: acompanhamento da movimentação dos recursos do Projeto, de sua disponibilidade e utilização, respeitadas as suas normas, e de outras fontes de recursos que venham a ser utilizadas em contrapartida do Fundo de Inversões (Pronaf, Bancos e outros).
- Participação dos beneficiários: monitoramento contínuo da participação dos indígenas, propondo alterações sempre que necessário.
- Atuação dos técnicos das instituições executoras: verificando a atuação destes junto às comunidades indígenas e sua capacidade de ação interinstitucional através de relatórios periódicos.

Cabe lembrar, a avaliação e o monitoramento do projeto no que se refere ao trabalho com as populações indígenas deve levar em conta as suas especificidades, principalmente no que se refere à dificuldade, em geral, de administrar recursos financeiros, projetos técnicos e empreendimentos de geração de renda relacionados com o mercado. Para tanto, ênfase deverá ser dada à capacitação no que diz respeito a estes tópicos visando contribuir para o que se denomina co-gestão e, por conseguinte, atualização prática e teoria dos indígenas para melhor se relacionar e conviver com a sociedade envolvente.

9. Considerações Finais

A experiência que vivenciamos no percurso 2002/2009 mostrou que o diálogo, o respeito e a vivência em campo são essenciais para se buscar consensos entre as populações atendidas e os técnicos envolvidos. Porém, isso não é garantia de sucesso. Os erros são inevitáveis, os acertos são resultados das buscas e das próprias vivências errôneas. Autogestão e co-gestão são exercícios que estão postos para serem melhorados, com cada ator social envolvido comprometendo-se com o que lhe cabe.

As parcerias precisam avançar a partir do que está posto no papel e do que é discutido nas reuniões, pois embora as agendas sejam distintas, os recursos existem. Falta conciliá-los. É essencial integrar estas agendas e cada instituição exercitar a não paternidade dos projetos considerando-se que o objetivo central deve ser o beneficio das populações indígenas do Estado.

Uma das demandas centrais dos povos indígenas é a produção de alimentos e a busca pelo que denominam de *auto-sustentação*. Desta forma, eles esperam que os profissionais da área agronômica contribuam com alternativas para produzirem alimento nas terras das quais atualmente dispõem. Há muito ainda a ser feito. As áreas que poderão servir para produção de alimentos são muito pequenas e as demandas destas populações são grandes. Não se trata de ensinar-lhes a cuidar da Terra. As lições sobre formas de solidariedade e cuidados com a Terra, eles é quem tem a nos dar. Veja-se como exemplo catarinense a destruição da Mata Atlântica feita por mãos não indígenas. Trata-se sim de buscar saídas para produzir alimentos “nestas terras tão secas”, nestes solos que necessitam de cuidados para sua conservação e melhoria da fertilidade.

É preciso agregar ao trabalho dos técnicos da área agronômica o diferencial do trabalho da área social, haja vista que é necessário muito mais do que descobrir como plantar “nestas terras secas”. É preciso incluir ações que instiguem a auto-estima destas populações, que discutam formas alternativas de produção alimentar, de viabilização de materiais próprios de cada aldeia, de disponibilidade de água. Enfim, que considere as peculiaridades de cada qual. Dispõem desta formação as áreas sócio-culturais. Portanto, a formação de equipes interdisciplinares é essencial. Aqui entra, além do trabalho das extensionistas sociais, a inclusão de antropólogos indigenistas que tenham vivência de campo, mesmo que em forma de consultorias de curto prazo.

Finalmente, há que se ter claro que é premissa básica, no trabalho com estas populações, ter paciência, pois a pressa tira-nos a capacidade de perceber o que eles estão dizendo, indicando, falando. Unir diferentes temporalidades é um desafio, mas não podemos perder o foco do exercício que foi feito até o momento: são eles que definiram suas prioridades. Eles foram ouvidos. Segundo alguns, “pela primeira vez vieram nos perguntar o que queremos e não trazer algo pronto”. Isso fez o que deu certo, dar certo no Projeto Microbacias 2. Na visão do técnico parecia tão pouco, na deles, era exatamente o que queriam. Este é um pressuposto a ser continuado no SC Rural..

10. Referências Bibliográficas

COMISSÃO DE APOIO AOS POVOS INDÍGENAS. **Sugestões para a definição de prioridades nas políticas públicas para os povos indígenas de Santa Catarina, a serem consideradas pelo Conselho Estadual dos Povos Indígenas**. Florianópolis, 2000.

DARELLA, Maria Dorothea Post. **Sementes verdadeiras: a agricultura na cosmovisão guarani.** Palestra ministrada em capacitação para os técnicos do Microbacias 2, 2004.

DE CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

FERNANDES, Ricardo Cid; ALMEIDA, Ledson Kurts de. **Diagnóstico antropológico:** componente indígena no contexto da UHE Foz de Chapecó. Florianópolis, 2001. 36p.

FERNANDEZ, Ricardo Cid. **Territorialidade e Sociabilidade Kaingang**. Palestra ministrada em capacitação para os técnicos do Microbacias 2, 2004.

GERBER, Rose Mary e BUOGO, Geraldo. Anexo 15: **Estratégia para Populações Indígenas, Microbacias 2**, 2002.

LITAIFF, Aldo; KARAI, Augusto. ¨**Sem Tekoa não há Teko¨, ¨sem terra não há cultura¨:** estudo e desenvolvimento auto-sustentável de comunidades indígenas mbya-guarani do litoral do Estado de Santa Catarina. Florianópolis : UFSC, 2000. 15p.

MARINI, Antônio I.; BRIGHENTI, Clóvis A.; SILVA, Irani Cunha da; et al. **Plano de acesso das comunidades indígenas de Santa Catarina ao projeto microbacias 2**. (Proposta preliminar). FNI, CIM, UFSC, FURB.

ROCHA, Cinthia Creatini da. **Estudo de avaliação da metodologia utilizada pelo Prapem/Microbacias 2 junto às populações indígenas de Santa Catarina**. Florianópolis: Microbacias 2, 2008.

SANTA CATARINA. Lei nº 11.266, de 16 de dezembro de 1999. Dispõe sobre o Conselho Estadual dos Povos Indígenas e estabelecer outras providências. **Diário Oficial de Santa Catarina**, Governo do Estado, Florianópolis, 16 dez. 1999. v. 66, n.16.313, p.2-3, 1999.

SANTOS, Silvio Coelho dos. **Autonomia e Etnodesenvolvimento**. Palestra ministrada em capacitação para os técnicos do Microbacias 2, 2004.

SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E CIDADANIA. **Conselho Estadual dos Povos Indígenas - CEPIN/SC**. (Proposta da secretaria para o regimento interno)

WIIK, Flavio Braune. Texto sobre esta etnia e disponível em: www.socioambiental.org/epi/xokleng.

_____. **Organização Social e Cultura Xokleng**. Palestra ministrada em capacitação para os técnicos do Microbacias 2, 2004.

Tabela 1 - Terras Indígenas em Santa Catarina – situação atualizada em maio de 2009.

TERRA INDÍGENA	GRUPO	SITUAÇÃO	MUNICÍPIOS ABRANGIDOS	ÁREA EM HECTARES	POPULAÇÃO
Aldeia Amâncio	Guarani M'bya	Não identificada	Biguaçu	a definir	22
Aldeia Cambirela	Guarani Nãndeva	Não identificada	Palhoça	a definir	8
Aldeia Itanhãe / Morro da Palha	Guarani M'bya	Regularizada	Biguaçu	216	100
Aldeia Kury'i	Guarani M'bya	Regularizada	Biguaçu	500	60
Aldeia Maciambu	Guarani M'bya	Não identificada	Palhoça	04	37
Aldeia Reta	Guarani M'bya	Não identificada	São Francisco do Sul	a definir	37
Aldeia Tava'i/Rio da Dona	Guarani M'bya	Regularizada	Canelinha	195	14
Aldeia Feliz	Guarani M'bya	Regularizada	Major Gercino	140	60
Aldeia Yia-Kan - Porã-Garuva	Guarani M'bya	Não identificada	Garuva	a definir	63
Cachoeira dos Inácios - Tekoá Marangatu	Guarani M'bya	Registrada	Imaruí	80	117
M'Biguaçu/Yyn Moroti Whera	Guarani M'bya e Nãndeva	Registrada	Biguaçu	59	134
Morro Alto	Guarani M'bya	Delimitada	São Francisco do Sul	893	93
Morro dos Cavalos	Guarani M'bya	Portaria Declaratória M.J.	Palhoça	1.988	113
Pindoty/Gleba Conquista	Guarani M'bya	Delimitada	Barra do Sul	1.016	36
Pindoty/Gleba Pindoty	Guarani M'bya	Delimitada	Araquari	2.278	99
Piraí	Guarani M'bya	Delimitada	Araquari	3.017	64
Tarumã	Guarani M'bya	Delimitada	Araquari	2.172	16
Rio dos Pardos	Xokleng	Regularizada	Porto União	758	24
La Klanõ/Ibirama	Xokleng	Parte em demarcação	Dr. Pedrinho, Itaiópolis, José Boiteux e Vitor Meireles	37.108	1.557
Toldo Pinhal	Kaingang	Homologada	Seara	880,07	139
Aldeia Condá	Kaingang	Identificada	Chapecó	2.300,23	420
Chimbangue I *	Kaingang	Homologada	Chapecó	988,66	78
Chimbangue II *	Kaingang	Homologada	Chapecó	975,00	377
T.I. Xapecó	Kaingang	Homologada	Entre Rios e Ipuaçu	15.633,95	4.828
Araçai **	Guarani	Identificada	Cunha Porã e Saudades	2.728,63	120
Toldo Imbu	Kaingang	Identificada	Abelardo Luz	1.965	135
Palmas ***	Kaingang	Demarcada	Abelardo Luz	1.900	60
Total				**77.655,54**	**8.751**

Fonte: Funai

* As Terras Indígenas Chimbangue I e Chimbangue II são contíguas

** As famílias que compõem a comunidade de Araçai residem na Terra Indígena Chimbangue

*** A Terra Indígena Palmas possui área total de 3.770 hectares, sendo que parte fica no Estado de Santa Catarina e parte no Estado do Paraná.

ANEXO 26 - Levantamento Sócio-Econômico da População Afetada - Reassentamento

Rodovia:_____

_

Trecho: _____

1. DADOS DE CONTROLE

Data da Pesquisa:___/___/_____Número do Imóvel: ☐☐ Lote ☐☐☐ número

1.1. Localização do Imóvel:

Rua/rodovia:

_____Nº/Km:_____

____

Bairro:_____

____

Município:_____

_____

Situação: ☐ urbano ☐ rural

1.2. Identificação do entrevistado:

Nome do

entrevistado:_____

Nome do Chefe da

Família:_____

2. CARACTERÍSTICAS DO LOTE/TERRENO

(as perguntas do item 2 deverão ser respondidas por pessoas habilitadas a fazê-lo e capazes de responder a todas as perguntas)

Área e Titulação

Área Total do

lote/terreno:_____

Condição de Ocupação do Lote/terreno:

☐ Próprio ☐ Alugado ☐ Cedido ☐ Ocupado

Outra:

(especificar)_____

_

2.2. Título de Propriedade

☐ Escritura registrada
☐ Documento de posse
☐ Requerimento de usocapião
☐ Termo de Cessão
☐ Termo de Doação
☐ Nenhum documento

Outro:

(especificar)_____

__

2.3. Número de Residências no Lote/Terreno

Total de residências:_____

Ocupadas:_____ ☐
Desocupadas:_____ ☐

2.4. Número e Tipo de Edificações no Lote/Terreno

Total de edificações:_____

☐ Construção em madeira ☐ Construção em alvenaria ☐ Construção mista

Discriminar edificações por tipo de construção:_____

3. CONDIÇÃO DA OCUPAÇÃO

3.1. Condição de utilização do Lote/Terreno

☐ Exclusivamente residencial
☐ Exclusivamente industrial
☐ Exclusivamente comercial
☐ Agropecuário
☐ Residencial e Industrial
☐ Residencial e Comercial
☐ Outro (especificar):

3.2. Utilização das Terras e Pessoas Ocupadas

Utilização das Terras		Pessoal Ocupado	
Tipo de Utilização	Área (ha)	Categoria de pessoal ocupado	Número de ocupados
Lavoura temporária		Membros da família	
Lavoura permanente		Empregados permanentes	
Pastagem plantada		Empregados temporários	
Pastagem natural		Parceiros/meeiros	
Reflorestamento		Outros	
Mata natural			
Terra em descanso			
Outras			

3.3. Rebanhos existentes

Rebanho	Número de cabeças
Vacas leiteiras	
Bezerros	
Touros	
Gado de Corte	
Ovinos	
Aves em geral	
Outros	
Animais de trabalho	
Bois	
Cavalos e éguas	
Muares	
Outros	

3.4. Benfeitorias, Máquinas e Equipamentos

Benfeitorias		Máquinas, Implementos e Equipamentos		
Tipo de Benfeitoria	Número	Tipo de máquinas	Número	
Curral coberto		Trator/microtrator		
Curral descoberto		Arado		
Silo		Grade		
Paiol		Semeadeira		
Galpão		Adubadeira		
Aviário		Picadeira		
Outros		Outros		

3.5. Ramo de Atividade Comercial ou Industrial

Principais produtos industriais (especificar):_____
_____

- **Atividade Comercial**

☐ Bar
☐ Mercearia
☐ Quitanda
☐ Açougue
☐ Farmácia
☐ Barraca
☐ Barbearia/Instituto
☐ Outro (especificar)_____

- **Faturamento Médio Mensal (R$)**:

☐ menos de 250
☐ de 250 a 500
☐ de 500 a 1.000
☐ de 1.000 a 2.000
☐ de 2.000 a 5.000
☐ de 5.000 a 10.000
☐ mais de 10.000
☐ não informou

Número de pessoas ocupadas:_____

Categoria dos empregados: mão de obra familiar:_____, contratados:_____

4. CARACTERÍSTICAS DO DOMICÍLIO
(as questões deverão ser respondidas por pessoa habilitada e residente no domicílio, capaz de responder todas as perguntas)

4.1. Condição do entrevistado

☐ Titular da família principal
☐ Cônjuge da família principal
☐ Titular da família secundária
☐ Cônjuge da família secundária
☐ Outro (especificar):_____

4.2. Área Construída e número de pavimentos do domicílio

Área (m^2):_____

Número de pavimentos:_____

4.3. Tipo do domicílio

☐ casa isolada ☐ conjunto residencial ☐ aglomerado sub-normal

☐ aglomerado rural ☐ condomínio ☐ Outro (especificar):

4.4. Descrição do Imóvel:

- Material de Construção

☐ Madeira ☐ Alvenaria Mista ☐

- Cobertura:

☐ Laje de concreto ☐ Telha de cerâmica ☐ Telha de amianto
☐ Zinco ☐ Madeira ☐ Plástico
☐ Material aproveitado ☐ Outro (especificar):_____

4.5 Número de cômodos e material de construção empregado:

Cômodos	Número	Tipos de materiais utilizados			
		piso	porta/janela	revestimento	forro
Sala					
Quartos					
Cozinha					
Banheiro					

Despensa					
Área de Serviço					
Garagem					
Varanda					
Outros					

Exemplo de tipo de material: cimento, alvenaria, madeira, cerâmica, lajota, chão batido, material aproveitado etc

4.6. Estado de Conservação do imóvel (na opinião do entrevistado)

☐ Muito bom ☐ Bom ☐ Regular ☐ Ruim ☐ Precário

4.7. Disponibilidade de iluminação no domicílio

☐ Luz elétrica ☐ Gerador ☐ Lampião ☐ Lamparina ☐ Outro

4.8. Abastecimento de água na residência

☐ Rede pública ☐ Poço ☐ Rio ☐ Nascente ☐ Outro

4.9. Disponibilidade de canalização interna

☐ Com canalização interna ☐ Sem canalização interna

4.10. Tipo de instalação sanitária

☐ Interno ☐ Externo ☐ Contíguo ☐ Não tem ☐ Outro

4.11. Disposição do esgoto da residência

☐ Rede ☐ Fossa séptica ☐ Fossa negra ☐ Rio/córrego ☐ Outro

4.12. Eletrodomésticos, equipamentos, utensílios domésticos-

Especificação	Quantidade
Rádio	
Vídeo	
Televisão preto e branco	
Televisão em cores	
Geladeira	
Freezer	
Telefone	
Chuveiro elétrico	
Ferro elétrico	
Aspirador de pó	
Máquina de lavar roupa	

Secadora de roupa	
Máquina de lavar louça	
Liquidificador	
Aquecedor elétrico	
Antena parabólica	
Gerador de energia	
Outros: (tipo e quantidade)	

4.13. Instalações e equipamentos existentes próximos ao domicílio

Instalações e equipamentos	Distância
Escola	
Posto de Saúde	
Posto Policial	
Telefone público	
Igreja/Templo	
Instalação esportiva	
Associações Comunitárias	
Outras	

CARACTERIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS E MORADORES

5.1. Tempo de residência no domicílio

Número de anos:_____

Local de moradia anterior

Cidade:_____Estado:_____

Procedência

Local de nascimento do titular da família:_____

Local de nascimento do cônjuge do titular_____

Local de nascimento do chefe de família secundário_____

Local de nascimento do cônjuge do segundo titular_____

Caracterização dos membros da família:

Nome			
Posição na família			
Parentesco			
Sexo			
Idade			
Estado Civil			

Nível escolar atingido			
Analfabeto			
Série que cursa			
Local de estudo			
Ocupação Principal			
Outras ocupações			
Aposentado			
Renda da atividade principal			
Renda da venda de produção própria			
Renda da aposentadoria / pensão			
Outras rendas			

Meios de Transporte Utilizados

- ☐ Veículo próprio Modelo:_____ Ano_____
- ☐ Ônibus
- ☐ Ônibus Escolar
- ☐ Veículo do empregador

6. ESTIMATIVAS E PERSPECTIVAS DA FAMÍLIA

6.1. Valores estimados pelo proprietário (R$)

Valor total da propriedade:_____

Valor da área atingida da propriedade:_____

Valor da produção renunciada na área afetada _____

6.2 Expectativas quanto ao futuro

- ☐ Interesse em permanecer no local
- ☐ Interesse em permanecer no bairro/
- ☐ Interesse em permanecer no município
- ☐ Interesse de ir para a área urbana
- ☐ Interesse em retornar ao local de origem
- ☐ Outro (especificar):_____

6.3. Expectativa quanto à mudança de atividade

☐ Interesse em permanecer com a mesma atividade

☐ Interesse em mudar de atividade

☐ Outro tipo de atividade (especificar)_____

6.4. Viabilidade do remanescente da propriedade

☐ Há área remanescente suficiente para a relocação da moradia e benfeitorias

☐ Há área para a manutenção dos moldes de produção vigentes

☐ Não há área suficiente para a relocação e produção

☐ As condições topográficas da área são adversas para a relocação

☐ Outras considerações:_____

6.5. Opinião do afetado

- A nova situação gerará dificuldades para a manutenção da propriedade?

Quais ?:_____

- A melhoria das condições de acesso gerará valorização do imóvel? Quais são as razões? _____

- As melhorias de acesso poderão provocar alterações nos usos das propriedades? Quais? _____

6.5. Economia de Subsistência

Plantação Existente para Consumo próprio e comercialização		
Tipo	Quantidade produzida	**Quantidade Comercializada**
Verdura		
Legumes		
Frutas		
Feijão		
Arroz		
Milho		
Outras		
Criação existente para consumo próprio e comercialização		
Peixes		
Aves		

Ovos		
Bovinos		
Porcos		
Outros		

6.6. Despesas mensais aproximadas realizadas pela família (em R$)

Itens	Despesas Mensais (R$)
Alimentação	
Habitação	
Roupas e Vestuário	
Higiene Doméstica	
Educação	
Saúde (incluindo farmácia)	
Lazer	
Cultura	
Transporte	
Insumos Agropecuários	
Contratação de trabalhos na propriedade	
Manutenção da propriedade	
Outros	

6.7. Vínculos com vizinhança e comunidade local

☐ Parentesco ☐ Amizade ☐ Associações comunitárias

☐ Outros:_____

6.8. Membros da família pertencentes a associações

Nome	Associação Moradores	Sindicatos	Igrejas	Conselhos comunitários	Outros

6.9. Dados Gerais (a ser respondida pelo entrevistador)

Entrevista realizada na primeira visita:	☐ sim	não ☐
Adulto ausente:	☐ sim	não ☐
Recusa:	☐ sim	não ☐
Domicílio fechado com uso permanente:	☐ sim	não ☐
Domicílio fechado de uso ocasional:	☐ sim	não ☐
Domicílio abandonado:	☐ sim	não ☐

Croquis da propriedade com todas as edificações existentes, sua posição no terreno, numeração com a indicação do uso. O desenho deverá ter a rodovia como referência a rodovia e ser realizado em conjunto com o entrevistado.

ANEXO 27 – Convênio de Cooperação entre a SIE e Prefeitura Municipal

Convênio que entre si celebram o ***Estado de Santa Catarina****, através da* ***Secretaria de Estado da Infra-Estrutura - SIE****, adiante denominada simplesmente* ***SIE****, e o* ***MUNICÍPIO*** *de ....., adiante denominado de* ***CONVENENTE****; cujo objeto é o de firmar pacto entre as partes conveniadas com o propósito maior de estabelecimento das condições de implementação de parceria visando a execução de "****Reabilitação de Estrada Rural Terciária****" integrante da Malha Viária Municipal, no âmbito das ações e metas do* ***PROGRAMA SANTA CATARINA RURAL****, Componente: "****Promoção da Competitividade Rural****", Sub-componente: "****Infraestrutura****", Atividade: "****Estradas Rurais Terciárias****", ações estas integrantes de* ***Acordo de Empréstimo Internacional*** *firmado entre o* ***Estado de Santa Catarina*** *e o* ***Banco internacional para a Reconstrução e o desenvolvimento – BIRD*** *(Banco Mundial).*

O Estado de Santa Catarina, através da **SECRETARIA DE ESTADO DA INFRA-ESTRUTURA**, inscrita no **CNPJ** sob o nº. 82.951.344/0001-40, sita à Rua Tenente Silveira, 162, 2º andar, Florianópolis/SC, doravante denominada "**EXECUTORA"**, neste ato representada por seu Titular, Senhor....., Secretário de Estado da Infra-Estrutura, brasileiro, residente e domiciliado à Rua ....., no Município de ....., portador do CPF nº ....., CI nº ....., emitida pela .....; e o **MUNICÍPIO DE .....,** inscrito no **CNPJ** sob o nº....., doravante denominado "**CONVENENTE**", representado por seu Prefeito Municipal, Senhor ....., brasileiro, Estado Civil ....., residente e domiciliado à Rua ....., na Cidade de ....., portador do CPF nº....., CI nº....., emitida pela ....., resolvem celebrar o presente Termo de Convênio, visando a **Execução de Serviços e Obras de Reabilitação de Estrada Rural** integrante da malha viária do CONVENIADO. Tudo conforme e de acordo com as cláusulas e condições adiante especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Convênio tem por objeto a participação financeira do Estado de Santa Catarina, por intermédio de **Recursos de Contrapartida Local** que foram alocados para atender aos compromissos assumidos perante o Agente Financiador do **PROGRAMA SANTA CATARINA RURAL**, o **BIRD**, especificamente no que se refere à **Execução de Serviços e Obras de Reabilitação da Estrada Rural SIGLA .....**, localizada na **Microbacia** ....., integrando o sistema viário do **MUNICÍPIO DE** ....., ligando as localidades de ..... a ....., com a **Extensão** de ..... Quilômetros.

CLÁUSULA SEGUNDA - VALOR E DOTAÇAO

O valor do presente Convênio é de R$ .....
.....).

CLÁUSULA TERCEIRA – PADRAO, NORMATIZAÇAO TÉCNICA E FORMA DE EXECUÇAO DOS SERVIÇOS

Todos os serviços de reabilitação da estrada rural objeto do presente convênio conforme nominada na CLÁUSULA PRIMEIRA deverão ser realizados em perfeita conformidade e padrão técnico constante da Documentação Técnica de Suporte desenvolvida pela SIE/UGP para este específico fim, ou seja: (i) ***Manual Técnico de Reabilitação de Estradas Rurais***, (ii) ***Especificações Técnicas de Serviço***, (iii) ***Compêndio de Desenhos-Tipo,*** e, (iv) ***Diretrizes e Normas de Procedimentos de Gestão Ambiental para o Sistema Viário Rural***.

CLÁUSULA QUARTA – LIBERAÇAO DOS RECURSOS

Os recursos previstos no presente Convênio serão repassados pela **SIE** à **CONVENENTE**, na forma de **PARCELAS MENSAIS**, a serem liberadas após a publicação deste Termo de Convênio, em extrato, no Diário Oficial do Estado - **D.O.E./SC;** de acordo com o **ANEXO ..... CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO DE PARCELAS** em anexo.

Parágrafo Único: Os recursos da SIE serão repassados mediante a emissão de ordem bancária em nome do CONVENENTE para crédito em conta individualizada e vinculada em agência do Banco do Estado de Santa Catarina S.A - BESC, na praça de sua Sede, movimentada em cheques nominais e individualizada por credor ou por ordem bancária, para pagamento de despesas previstas no Convênio e respectivo Plano de Trabalho.

CLÁUSULA QUINTA – OBRIGAÇOES DAS PARTES

I – **Compete à SIE** (Secretaria de Estado da Infraestrutura):

a) Efetuar a transferência dos recursos financeiros previstos para a execução deste Convênio, obedecendo aos desembolsos previstos no **CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO DE PARCELAS** em anexo, após a publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Estado – DOE/SC;

b) Designar Engenheiro integrante do seu quadro de pessoal e integrante da Equipe Técnica da **UNIDADE DE GERENCIAMENTO DE PROGRAMAS – UGP,** para vistoriar as obras e/ou serviços conveniados, conforme disciplina a "**CLÁUSULA TERCEIRA**" deste Termo de Convênio, para expedir o competente Laudo de Vistoria, que será parte integrante da Prestação de Contas a ser apresentada pelo Município;

c) Ao final de conclusão dos serviços e obras de reabilitação objeto do presente convênio, se tudo em consonância às condições pactuadas, a SIE expedirá os seguintes documentos: O 1º, o **Termo de Certificação das Obras – ANEXO III**, e

o 2º, o **Termo de Certificação Ambiental - ANEXO IV)**. A liberação da última parcela do convênio estará condicionada à apresentação à SIE/UGP de ambos os documentos anteriores;

d) Executar o controle sobre a execução do Convênio; e;

e) Examinar a Prestação de Contas dos recursos repassados.

II – **Compete ao CONVENENTE** (Município):

a) Não utilizar os recursos recebidos da SIE em finalidade diversa da estabelecida neste Convênio, notadamente para liquidação de despesas havidas antes de sua assinatura; bem como para outras entidades de Direito Público ou Privado;

b) Executar o objeto do presente Convênio em consonância às orientações da SIE/UGP, através da Modalidade ..... (**Via Direta – *Force Account*)** ou (**Via Contratada**), modalidade esta que deverá atender aos Procedimentos de Licitação, quando for o caso, às Normas praticadas no âmbito do Programa SANTA CATARINA RURAL e aprovadas pelo BIRD, além do que, em consonância com as normas legais constantes na Lei n° 8.666/93 e suas alterações;

c) Executar as atividades inerentes a este Convênio, com rigorosa obediência ao Plano de Trabalho apresentado à **SIE** pelo **CONVENENTE**, exercendo estrito controle sobre a execução dos prazos e os custos previstos, além de responder pelas conseqüências da sua inexecução total ou parcial;

d) Assumir a responsabilidade técnica pela implementação do objeto do presente Convênio, com apresentação da **ART** (**Anotação de Responsabilidade Técnica**) expedida pelo CREA/SC, do **Engenheiro Civil** responsável, além da apresentação da **ART da Empresa responsável pela execução da obra**, se for o caso da implementação da Modalidade de execução **Via Contratada**;

e) Instalar **Placa Indicativa da Obra**, em local destacado e visível, conforme modelo a ser acordado com a SIE;

f) Responsabilizar-se por todos os encargos de natureza trabalhista e previdenciária, referente ao pessoal destinado à implementação do objeto do presente Convênio;

g) Proceder à contabilização regular dos recursos recebidos à conta do presente Convênio, observado o disposto na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e disposições complementares;

h) Restituir à **SIE** o saldo de recursos não aplicados, inclusive os rendimentos da aplicação financeira, através da Conta nº 924.001-5, Agência nº 068-0, do Banco do Estado de Santa Catarina – BESC-S/A;

i) Realização, por seus próprios meios, ou, via contratada, os Levantamentos Topográficos necessários ao desenvolvimento dos Projetos de Engenharia de Reabilitação. Durante a realização de tais serviços, as Prefeituras estarão permanentemente assistidas pela equipe técnica da **SIE/UGP**. Conclusos tais

levantamentos, as Prefeituras Municipais os repassarão à SIE/UGP, a qual estará encarregada da elaboração dos referidos projetos;

j) Obrigatória aplicabilidade das Políticas de Salvaguarda do Banco Mundial, Manual de Operações – OP 4.12 – Instrumentos de Reassentamento Involuntário, quando houver, ficando sob encargo do município todos os custos decorrentes de sua implementação;

k) Execução da Manutenção de Rotina das estradas reabilitadas no âmbito do MB3, atividade que será monitorada pela SIE com o propósito de aquilatar o nível de eficiência e eficácia dos procedimentos técnicos empregados pela conveniada;

l) A obtenção do pertinente Licenciamento Ambiental de Jazidas de Materiais de sua propriedade que porventura venham a ser utilizadas como fonte de extração de materiais para as obras de reabilitação no âmbito do MB3. Da mesma forma, para os casos de jazidas indicadas em projeto cuja propriedade seja privada, caberá ao município promover articulações junto ao proprietário de modo à obtenção do pertinente licenciamento;

m) A recuperação dos passivos ambientais gerados por força da exploração de jazidas de materiais de sua propriedade, as quais porventura tenham originado extrações destinadas para atender às demandas de reabilitação de estradas rurais pactuadas no presente Convênio. Em ocorrendo tais casos, concomitante ao término das obras, a prefeitura municipal deverá apresentar Projeto de Recuperação Ambiental para ser apreciado pela SIE. A Certificação de Conclusão das Obras de Reabilitação somente será concedida ao município ao final da execução do referido projeto, cuja implantação deverá ser supervisionada pelos especialistas ambientais da SIE/UGP.

CLÁUSULA SEXTA – DESPESAS ELEGÍVEIS

Na hipótese de a **CONVENENTE** executar as obras pela "**Via Contratada**", ou seja, por intermédio de contratação de empresa de engenharia atuando no mercado, os **Valores Financeiros Totais** que serão conveniados serão àqueles resultantes do **Projeto de Engenharia** elaborado pela SIE/UGP.

Por outro lado, caso a modalidade de execução das obras seja "**Via Direta**" (*Force Account*), a SIE repassará ao CONVENENTE somente àquelas **despesas consideradas elegíveis sob a ótica do agente financiador do Programa**, o Banco Mundial, despesas estas que serão calculadas com base no orçamento total resultante do projeto de engenharia elaborado pela SIE/UGP.

Demais despesas correlatas e que escapam a esta classificação correrão à conta de seu próprio desembolso, não podendo ser financiadas com recursos financeiros de contra partida externa.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A **CONVENENTE** (leia-se: O Município), deverá prestar contas dos recursos recebidos, em conformidade com a legislação vigente no prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar do recebimento da primeira parcela, de acordo com os Art. 23 a 25 do Decreto 307 de 04 de junho de 2003 e alterações posteriores; e elaborada de acordo com as normas de contabilidade e auditoria expedidas pela Auditoria Geral da Secretaria de Estado da Fazenda e pelo Tribunal de Contas do Estado, o Decreto citado poderá ser acessado através do site: www.sef.sc.gov.br, ir em Institucional (Decretos).

CLÁUSULA OITAVA – TERMOS ADITIVOS

Qualquer alteração no presente Convênio será feita através de Termos Aditivos a serem firmados entre as partes, inclusive a prorrogação do prazo, mediante justificativa, observadas as disposições constantes do artigo 57 e 116, da Lei Federal nº. 8.666/93, bem como as do Capítulo 5º do Decreto Estadual nº. 307/2003. Devendo o Município solicitar, através de ofício endereçado ao Senhor Secretário de Estado da Infra-Estrutura, com um prazo de antecedência não inferior a 20 (vinte) dias.

Quando tratar-se de Aditivo de Valor, deverá ser apresentado a esta Diretoria um novo Plano de Trabalho, contendo as adequações de serviços e preços (em acordo com a Lei Federal nº. 8.666/93). As obras somente poderão ser iniciadas, após a publicação no Diário Oficial do Estado. Os tais aditivos independem de prévia autorização da Câmara de Vereadores, os Termos Aditivos que vierem a serem celebrados.

CLÁUSULA NONA – DO PRAZO

O prazo previsto para execução deste Convênio é de .....(..... dias consecutivos) contados a partir da data de sua publicação, em extrato, no Diário Oficial do Estado, e poderá ser prorrogado mediante Termo Aditivo conforme disciplina a Cláusula Sétima.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO E DENÚNCIA

A SIEE e o **CONVENENTE** poderão a qualquer tempo denunciar o presente Convênio, se não for cumprida qualquer uma de suas Cláusulas ou por mútuo acordo.

Parágrafo Primeiro: considerar-se-á rescindido o presente Convênio no caso de utilização dos recursos em desacordo com o Convênio e respectivo Plano de Trabalho.

Parágrafo Segundo: considerar-se-á rescindido o presente Convênio na falta de apresentação da Prestação de Contas nos prazos estabelecidos.

Parágrafo Terceiro: na hipótese de rescisão, os recursos já adiantados pela **SIE** à conta do presente Convênio, serão devolvidos de acordo com o Art. 22 e seus Parágrafos, do Decreto 307/03.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

Para dirimir questões decorrentes da execução do presente Convênio, fica eleito o Foro da Comarca de Florianópolis, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - VALIDADE

O presente Convênio somente surtirá seus efeitos jurídicos e legais após:

1. Apresentação pelo **MUNICÍPIO** de Lei aprovada pela Câmara, ou constante no orçamento para o exercício, autorizando a celebração do Convênio;

2. Sua aprovação pelo Sr. Governador do Estado;

3. Entregar à **SIE** as Declarações constantes dos Anexos III e IV do Decreto 307 de 04 de junho de 2003 e alterações posteriores;

4. A devida publicação do Convênio no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina.

E por estarem assim acordes com os termos pactuados entre as partes envolvidas no presente Convênio, assinam em três vias de igual teor, os representantes das partes convenentes, juntamente com as duas testemunhas abaixo identificadas.

Florianópolis, ... de .....de .....

.....
.....
Secretário de Estado da Infra-Estrutura

Prefeito Municipal de .....

1 - TESTEMUNHA
Nome:
CI:
Ass:

2 - TESTEMUNHA
Nome:
CI:
Ass:

ANEXO 28 – Check-list Ambiental para Reabilitação de Estradas Rurais Terciárias

Enumera-se adiante nos próximos itens a lista de controle ambiental que será preliminarmente aplicada em subsídio ao desenvolvimento dos projetos de engenharia para reabilitação de estradas rurais no âmbito das ações do Programa SC RURAL. Leia atentamente as questões antes de responder no espaço indicado. Este checklist será parte integrante da documentação do projeto de engenharia, devendo ser anexada como um apêndice ao documento de licitação das estradas rurais a serem melhoradas/reabilitadas/construídas.

Nome do Município: _____

Nome da microbacia: _____

Identificação da Estrada: _____

Extensão total/trecho: _____Km

A. Condições Climáticas

Temperatura	Máxima:	Mínima:
Umidade	Máxima:	Mínima:
Precipitação pluviométrica	_____mm/ano	Período mais chuvoso:

B. Localização da Estrada/Trecho

Tipo de ecossistema	Sim	Não	Informações Adicionais
Região Costeira: Mangue (ao longo da estrada)			Distância da costa:_____Km
			(____) mais de 50% (____) menos de 50%
Região Montanhosa: *(Explique a topografia da área e quantos km da estrada/trecho estão em área declivosa/montanhosa)*			Altitude:_____m
Região de Floresta: *(Explique se a estrada/trecho passa através de floresta ou ao longo de área de floresta. Qual a extensão da estrada que passa através de floresta e a distância do limite da estrada/trecho até a floresta).*			Densidade da cobertura vegetal_____ Tipo de vegetação:_____
			Status legal da floresta:
			Parque, Reserva, APP, etc.
Lagoa/lago/banhado *(Explique a distância da estrada/trecho até a borda da lagoa/lago/banhado)* *Continuação*			Tamanho:_____ Status:_____ *(protegido ou não)*
Área habitada			

Terras agrícolas			
Terras improdutivas			
Área plana			

C. Descrição do Ambiente da Estrada/Trecho

Parâmetro/Componente	Sim	Não	Explanação
A área ao longo da estrada/trecho é propensa a deslizamentos de terra?			
A área ao longo da estrada/trecho é propensa a alagamentos?			
Ao longo da estrada/trecho, numa faixa de até 500 m do limite da estrada, há alguma área de habitat natural?			(___) Não há informação secundária disponível e a comunidade local não tem conhecimento sobre o tema.
Ao longo da estrada/trecho, numa faixa de até 500 m do limite da estrada, há alguma espécie da flora ou fauna em perigo de extinção?			(___) Não há informação secundária disponível e a comunidade local não tem conhecimento sobre o assunto.
Ao longo da estrada/trecho, numa faixa de até 500 m há algum local de reprodução da fauna nativa?			(___) Não há informação secundária disponível e a comunidade local não tem conhecimento sobre o assunto.
Ao longo da estrada/trecho, numa faixa de até 500 m há alguma de migração de pássaros?			(___) Não há informação secundária disponível e a comunidade local não tem conhecimento sobre o assunto.

D. Consultas Públicas

Atividades de consulta	Sim	Não	Destaques
Foi realizada consulta pública com a população local antes de início do projeto de engenharia de reabilitação da estrada? *(indicar os temas levantados pela comunidade)*			
Alguma sugestão recebida antes do início do projeto?			
Na eventualidade de recebimento de sugestões, quais delas cabem ser incorporadas ao projeto de			

engenharia?			

E . IMPACTOS E MEDIDAS MITIGADORAS PROPOSTAS *(descreva de forma concisa os impactos potenciais e indique as medidas mitigadoras propostas de acordo com os Padrões/Procedimentos/Técnicas de Manejo Ambiental recomendadas de uso pelo Sub-Componente "ESTRADAS RURAIS TERCIÁRIAS" no âmbito de implantação das ações do Projeto SC-RURAL conforme proposto em sua documentação técnica).*

Impacto Ambiental Potencial *O projeto causará.....*	**Sim**	**Não**	**Medidas mitigadoras**
Invasão de área histórica/cultural?			
Desfiguração da paisagem devido a cortes, aterros e pedreiras?			
Invasão de nichos ecológicos preciosos (ex. áreas frágeis ou protegidas)?			
Alteração da hidrologia superficial de córregos ou rios atravessados pela estrada, resultando no aumento de sedimentos no fluxo ocasionado pelo aumento da erosão, nos locais de atividade de construção/recuperação?			
Deterioração da água superficial devido a esgotos dos locais de permanência dos trabalhadores (acampamentos) e de produtos químicos utilizados na construção?			
Condições ambientais inadequadas devido à falta de medidas sanitárias e disposição de resíduos sólidos nos acampamentos dos trabalhadores?			
Condição ambiental inadequada devido a possível transmissão de doenças dos trabalhadores para a população local?			
Deterioração da qualidade da água superficial devido à sedimentação?			
Aumento da poluição local do ar devido à britagem de rochas, trabalhos de corte e aterro e produtos químicos eventualmente utilizados?			
Barulho e vibração devido a processos de compactação e outras atividades de máquinas?			
Inconveniências devido ao deslizamento de terra e erosão?			
Deslocamento ou reassentamento involuntário de pessoas?			
Criação de ambientes temporários de proliferação de vetores de doenças (mosquitos, etc.)?			
Riscos de acidentes devido ao aumento de tráfego durante a construção/recuperação?			
Inconvenientes devido ao transporte de material de construção?			

F. Licenças Ambientais Anteriores às Obras Civis

1. Do Projeto de Reabilitação

Tipo de Licença	Sim	Não	Destaques
Licença Ambiental Prévia – LAP (*)			
Licença Ambiental de Instalação – LAI (*)			
Licença para retirada de vegetação (*)			
Licença (outorga) para uso de água (*)			

Nota:
(*) Se, Resposta "**Não**" em qualquer dos casos, fundamentar (Por Ex. "*Não se Aplica*", etc.).
(*) Se, Resposta "Sim" em qualquer dos casos, indicar dados das licenças e outras informações se existentes.

2. Das Jazidas de Materiais para Revestimento Primário

Tipo de Área de Exploração	Detentor da Concessão de exploração			Condições de Exploração (Licenciada ou Não) (1)
	Poder Municipal	Poder Estadual	Setor Privado	
Jazidas de Cascalho de origem basáltica;				
Jazida de Saibro;				
Jazida de				

(1) Em caso da existência prévia de licenciamento, indicar: (i) *entidade que expediu a licença*, (ii) *tipo de licença*, (iii) *prazo de validade*, (iv) *dados de registro*, (v) *possíveis restrições de uso*, se houver Indicação, etc.

3. De Outras Áreas ou Serviços Correlatos

Tipo de Área	Necessidade de Licenciamento (Sim ou Não)
Caixas de Empréstimo de Solos (Formação de Corpos de Aterros) (3)	(1)
Áreas destinadas a Bota-Fora (4)	(2)

(1) *Complementarmente à indicação da necessidade de licenciamento, Indicar o porquê da necessidade de importação de materiais pelo projeto*;

(2) Fundamentar os motivos da necessidade de realização de bota-fora e as medidas ambientais que serão adotadas para tratamento posterior da área (drenagem superficial das águas pluviais de escoamento, implantação de vegetação nativa, arbustiva e arbórea, para recomposição de paisagem, embelezamento cênico, etc);

(3) e (4) Em havendo necessidade de tais áreas (Empréstimos e Bota-Fora), apresentar Projeto Específico de Tratamento Ambiental Pós Uso (Anexo ao Projeto de Engenharia).

G - Necessidade de realocação ou reassentamento de pessoas estabelecidas no entorno do traçado das estradas

NOME	Condição do Afetado (proprietário, parceiro, arrendatário,etc)	Qual o nível de aceitação do ocupante da área frente ao reassentamento proposto?

(1) - *Fundamentar as razões e os motivos da realocação pretendida pelo Projeto*;
(2) - *Anexar plano de realocação ou reassentamento, assim como identificar claramente as responsabilidades*.

H – Intervenções em Áreas de Entorno da Estrada Rural SEM necessidade de Realocação ou Reassentamento de Pessoas

Estrada Rural:	Sigla:
EXTENSÃO DO TRECHO A SER REABILITADO (km):	

NOME DO BENEFICIÁRIO	**CONDIÇÃO DO PRODUTOR (proprietário, parceiro, arrendatário, etc)**	**NOME DA PROPRIEDADE**	**TIPO DE INTERVENÇÃO**

I – Registro Fotográfico de Aspectos e Pontos Relevantes ao Projeto

Legenda: Foto 01 caracterizar a foto	Legenda: Foto 02 caracterizar a foto
Legenda: Foto 03 ,caracterizar a foto	Legenda: Foto 04 caracterizar a foto
Legenda: Foto 05 caracterizar a foto	Legenda: Foto 06 caracterizar a foto

APRESENTADO POR:

Nome a assinatura:_____

Posto:_____Data:_____

REVISADO POR:

Nome e assinatura:_____

Posto:_____Data:_____

Notas do revisor se houver:

ANEXO 29 – Cadastro da Capacidade Técnica, Administrativa e Operativa Municipal para a gestão da malha viária

CADASTRO DA CAPACIDADE TÉCNICA, ADMINISTRATIVA E OPERATIVA MUNICIPAL
Área de Gestão: Sistema Viário Municipal

Município:			
Setor responsável pelo Sistema Viário Municipal			
Setor:	**Contato:**		
Endereço:			
Informações sobre o Sistema Viário Municipal			
Tipo de Estrada	**Extensão (km)**		
	Urbana	**Rural**	**Acesso** [7]
Não Pavimentada			
Em Leito Natural/Rev. Primário [8]			
Abertura Pioneira [9]			
Pavimentada			
Lajota ou similar			
Paralelepípedo			
Pedra Irregular			
Asfáltico			

Pessoal Técnico/Operacional para Serviços e Obras no Sistema Viário Municipal		
Função	**Tempo Médio de Experiência na Área**	**Quantidade**
Engenheiro Civil		
Engenheiro Mecânico		
Engenheiro Agrimensor		
Auxiliar de Engenheiro		
Topógrafo		
Encarregado Geral		
Servente/Operário		
Operador de Pá Carregadeira		
Operador de Motoniveladora		
Operador de Retroescavadeira		
Operador de Trator de Esteira		
Motorista		
Outros (listar)		

Veículos/Equipamentos					
Tipo	**Quantidade**	**Situação**			**Ano de Fabricação**
		Boa	**Regular**	**Precária** [10]	
Caminhão Basculante					
Caminhão Carroceria					
Caminhão Pipa					
Pá Carregadeira Frontal					
Motoniveladora Articulada					
Motoniveladora Não Articulada					
Retroescavadeira					
Rolo Compactador Liso Vibratório					
Rolo Compactador Pé de Carneiro					
Sapo Mecânico					
Trator de Esteira					
Outros (listar)					

[7] Indicar, caso exista, a extensão de acesso municipal à Rede Rodoviária Estadual ou Federal.
[8] Via municipais, com trânsito regular de veículos, identificadas no sistema viário municipal por siglas e/ou números.
[9] Leito carroçável ou trafegabilidade limitada.
[10] Considera-se em situação precária veículo inoperante.

ANEXO 30 - Termo de Conformidade Ambiental

TERMO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL DOS SERVIÇOS E OBRAS DE REABILITAÇAO DE ESTRADA RURAL TERCIÁRIA

Por este Instrumento de Certificação e atestado, os abaixo assinados certificam que os **Serviços e Obras de Reabilitação da Estrada Rural SIGLA MM-00**, localizada na **Microbacia** ....., integrando o sistema viário do **MUNICÍPIO** DE ....., ligando as localidades de ..... a ....., com a Extensão de ..... km, realizados pela Prefeitura Municipal no âmbito das ações do **PROGRAMA SANTA CATARINA RURAL**, atendem na integralidade ao **PROJETO AMBIENTAL**, parte integrante de PROJETO DE ENGENHARIA que foi elaborado pela INSTITUIÇAO EXECUTORA do sub-componente "**Infraestrutura"**, a **SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA DE SANTA CATARINA**, e aprovado pela Instituição Ambiental, a **Fundação de Amparo à tecnologia e o Meio Ambiente – FATMA**, responsável pela expedição da **Licença Ambiental de Instalação – LAI,** assim como foram eficazmente aplicadas as Políticas de Salvaguarda Ambiental, materializadas através do emprego de adequadas **Medidas Mitigadoras** e **Compensatórias**, como também pelos **Dispositivos de Controle Ambiental**, e, às **Normas de Reassentamento Involuntário** preconizadas na **OP 4.12** e emanadas do Agente Financiador do MB3, o **Banco Mundial.**

Sr. .....
Especialista Ambiental da SIE/UGP

Engº .....
Coordenador Geral da UGP

Sr. .....
Representante da EPAGRI

....., ..., de 2011.

ANEXO 31 - Termo de Certificação das Obras

TERMO DE CERTIFICAÇAO DE SERVIÇOS E OBRAS DE REABILITAÇAO DE ESTRADA RURAL TERCIÁRIA

Por este Instrumento de Certificação e atestado, os abaixo assinados certificam que os **Serviços e Obras de Reabilitação da Estrada Rural SIGLA MM-00**, localizada na **Microbacia** ....., integrando o sistema viário do **MUNICÍPIO** DE ....., ligando as localidades de ..... a ....., com a Extensão de ..... km, realizados pela Prefeitura Municipal no âmbito das ações do **PROGRAMA** sub-componente **Infraestrutura SANTA CATARINA RURAL**, tendo tais serviços sido concluídos na integralidade e em perfeita conformidade ao Projeto de Engenharia elaborado pela INSTITUIÇAO EXECUTORA do sub-componente "**Infraestrutura"**, **SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA DE SANTA CATARINA**, assim como às proposições do **Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural – CMDR, Associação de Desenvolvimento Municipal,** e às solicitações das **Famílias de Produtores Rurais** estabelecidas na região.

Sr.	**Sr. .....**
Prefeito Municipal	**Representante do CMDR**
Sr.	**Sr. .....**
Representante da EPAGRI	**Representante dos Produtores Rurais da Microbacia**

Sr. .....
Representante das Famílias de Produtores Rurais

....., ..., de 2011.

ANEXO 32 – Tabela de Priorização de Projetos de Escolas Rurais

CRITÉRIOS	PONTOS					Pontuação
	1	2	3	4		
Abrangência	O projeto prevê o envolvimento somente da unidade escolar	O projeto prevê o envolvimento da comunidade escolar	O projeto prevê o envolvimento da comunidade escolar, das familias, da comunidade rural e ou indígenas	O projeto prevê o envolvimento da comunidade escolar, das familias e das comunidades rurais, do municipio e do territorio		
Integracao Urbano/Rural	as atividades estão focadas apenas num espaço ou urbano ou rural	as atividades focam os espaço e urbano e rural /ou indígena oportuniza a dicusssao sobre a realidade local	as atividades oportunizam a dicusssao sobre a realidade local e a interação entre pessoas dos meios rural e urbano	O projeto prevê que em todas as suas fases haverá participação de pessoas dos meios rural e urbano.		
Interdisciplinaridade	O projeto é restrito a uma disciplina	O projeto envolve duas disciplinas	O projeto envolve tres disciplinas	O projeto envolve quatro ou mais disciplinas		
Protagonismo	as atividades são proposta pelos professores	as atividades buscam a participação das crianças e incentivam a criatividade	as atividades incentivam a criatividade e oportunizam e	as atividades Incentivam a pesquisa, obervação e aplicabilidade		
Cidadania	As atividades são realizadas grupalmente	As atividades oportunizam a reflexao sobre as diferentes culturas, etnias, genero, geracao	As atividades oportunizam a participacao de diferentes culturas, etnias.	As atividades oportunizam a participacao de diferentes , cultura, etnia, genero e geracao.		
Parcerias	O projeto não envolve parceiro algum.	O projeto envolve 1 a 2 parceiros.	O projeto envolve 2 a 3 parceiros	O projeto envolve 4 ou mais parceiros.		
					Soma	

ANEXO 33 - Modelos de Relatórios de Gastos do Programa EEPs (1 a 5)

Programa SC Rural- SWAp

Governo do Estado de Santa Catarina
Secretaria da Agricultura e da Pesca
Programa Santa Catarina Rural

SC Rural Competitiveness Project SWAp

Anexo: 4-A

Relatório de Gastos dos Programas de Gastos Elegíveis

Folha Resumo - Cálculo do Valor do Desembolso

Data:	
Empréstimo Nº.:	**7952-BR**
Categoria Nº.:	**1**
DESEMBOLSO Nº.:	
	01-XX-201X até 3X-XX-201X
Valor Máximo do Desembolso, conforme Carta de Desembolso (US$)	**USD 5.308.333,00**
Valores transferidos de desembolsos anteriores	
Valores Máximos Ajustados conforme Carta de Desembolsostransferidos	**USD 5.308.333,00**
	x
Coeficiente Regra 70% *(aplicável nos desembolsos do primeiro semestre)*	**1,00**
Valor Máximo do Desembolso **após aplicação da Regra de 70%** (US$)	**USD 5.308.333,00**
	x
Coeficiente DLIs *(aplicável nos desembolsos do segundo semestre)*	**1,00**
Valor Máximo do Desembolso **após aplicação da Regra de 70% ou DLIs**	**USD 5.308.333,00**
1. TOTAL ELEGÍVEL PARA DESEMBOLSO	**USD 5.308.333,00**
Valor Limite do Desembolso, conforme Relatório EEPs (R$)	**BRL 0,00**
	÷
Taxa de Câmbio	**BRL 2,4218**
2. VALOR LIMITE DO DESEMBOLSO, CONFORME RELATÓRIO EEPs (US$)	**USD 0,00**
3. VALOR FINAL DO DESEMBOLSO AJUSTADO (US$)[1]	**USD 0,00**

Observações:

[1] O Valor Final do Desembolso corresponde ao menor valor dentre o "Valor Máximo do Desembolso após aplicação Coeficientes Regra 70% ou DLIs" e "Valor Limite do Desembolso, conforme Relatório EEPs". Isso ocorre uma vez que o Valor Final do Desembolso é limitado a 50% das despesas realizadas nos Programas de Gastos Elegíveis.

Governo do Estado de Santa Catarina
Secretaria da Agricultura e da Pesca
Programa Santa Catarina Rural

SC Rural Competitiveness Project SWAp

Anexo: 4-B

Relatório de Gastos dos Programas de Gastos Elegíveis

Despesas por Programa

Empréstimo Nº.: 7952-BR
Categoria Nº.: 1
DESEMBOLSO Nº.:

Despesas realizadas no período de 06 meses com início em 01/XX/201X e término em 3X/XX/201X

R$

Programa de Gastos Elegíveis (EEPs)	Fonte de Recurso		Pago no Período	Pago Total Acumulado até o Período	Despesas Elegiveís pagas no período	Despesas Elegiveís Acumuladas até o Período
0100 - Estradas Rurais e 0105 - Mobilidade Urbana	0100	Recursos Ordinários				
	0261	Receitas Diversas - Fundosocial				
		SUBTOTAL (1)	-	-	-	-
0250 - Inclusão Digital	0100	Recursos Ordinários				
	0261	Receitas Diversas - Fundosocial			-	-
		SUBTOTAL (2)	-	-	-	-
0300 - Qualidade de vida no Campo e na Cidade	0100	Recursos Ordinários				
	0261	Receitas Diversas - Fundosocial				
		SUBTOTAL (3)	-	-	-	-
0310 - Agronegócio Competitivo e 0315 - Defesa Sanitária Agropecuária	0100	Recursos Ordinários				
	0261	Receitas Diversas - Fundosocial				
		SUBTOTAL (4)	-	-	-	-
0340 - Desenvolvimento Ambiental Sustentável	0100	Recursos Ordinários				
	0261	Receitas Diversas - Fundosocial				
		SUBTOTAL (5)	-	-	-	-

0350 - Gestão dos Recursos Hídricos	0122	Contra-parte da Compensação Financeira dos Recursos Hidricos				
		SUBTOTAL (6)	-	-	-	-
0640 - Turismo Rural	0262	Receitas Diversas - SEITEC				
		SUBTOTAL (7)	-	-	-	-
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	0100	Recursos Ordinários				
	0261	Receitas Diversas - Fundosocial				
		SUBTOTAL (8)	-	-	-	-
		TOTAL	-	-	-	-
Valor Limite do Desembolso [100% das despesas elegíveis]			-		-	

Governo do Estado de Santa Catarina
Secretaria da Agricultura e da Pesca
Programa Santa Catarina Rural

SC Rural Competitiveness Project SWAp

Anexo: 4C

Relatório de Gastos dos Programas de Gastos Elegíveis

Apuração da Regra de 70% intermediária - *(aplicavel nos primeiros semestres de cada exercício)*

Empréstimo Nº.: **7952-BR**
Categoria Nº.: **1**
DESEMBOLSO Nº.:

Despesas realizadas no período de 12 meses com início em 01/01/201X e término em 31/12/201X

Programa	Fonte de Recurso		Valor Previsto em R$ (1)	Pago no Período em R$ (2)
0100 - Estradas Rurais e 0105 - Mobilidade Urbana	0100	Recursos Ordinários		
	0261	Receitas Diversas - Fundosocial		
		TOTAL 1	-	-
0250 - Inclusão Digital	0100	Recursos Ordinários		
	0261	Receitas Diversas - Fundosocial		
		TOTAL 2	-	-
0300 - Qualidade de vida no Campo e na Cidade	0100	Recursos Ordinários		
	0261	Receitas Diversas - Fundosocial		
		TOTAL 3	-	-
0310 - Agronegócio Competitivo e 0315 - Defesa Sanitária Agropucuária	0100	Recursos Ordinários		
	0261	Receitas Diversas - Fundosocial		
		TOTAL 4	-	-
0340 - Desenvolvimento Ambiental Sustentável	0100	Recursos Ordinários		
	0261	Receitas Diversas - Fundosocial		
		TOTAL 5	-	-
0350 - Gestão dos Recursos Hídricos	0122	Contra-parte da Compensação Financeira dos Recursos Hidricos		
		TOTAL 6	-	-
0640 - Turismo Rural	0262	Receitas Diversas - SEITEC		
		TOTAL 7	-	-
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	0100	Recursos Ordinários		
	0261	Receitas Diversas - Fundosocial		
		TOTAL 8	-	-
Total dos 8 Programas de Gastos Elegíveis	0100	Recursos Ordinários	-	-
	0122	Contra-parte da Compensação Financeira dos Recursos Hidricos	-	-
	0261	Receitas Diversas - Fundosocial	-	-
	0262	Receitas Diversas - SEITEC	1,00	1,00
		TOTAL GERAL	1,00	1,00

Coeficiente REGRA 70% -INTERMEDIARIA	**1,00**

SC Rural Competitiveness Project SWAp

Anexo: 4-D

Relatório de Gastos dos Programas de Gastos Elegíveis

Apuração dos Indicadores *(aplicavel nos segundos semestres de cada exercício)*

DLIs correspondentes ao ano com início em 01/01/201X e término em 31/12/201X

Categoria Nº.: 1

DESEMBOLSO Nº.:

Valor Máximo do Desembolso, conforme Carta de Desembolso (US$)	**USD 5.308.333,00**
Valores transferidos de desembolsos anteriores (A)*	
Valores Máximos Ajustados conforme Carta de Desembolsostransferidos	**USD 5.308.333,00**
Número de indicadores no período	**11**
Valor por indicador no período	**USD 482.575,73**

No	Indicador	Protocolo	Baseline	[Ano x]			Valor a receber por indicador
				Meta (a)	Realizado(b)	(b) / (a)	
1	Número de alianças produtivas criadas ou apoiadas [i.e. alianças/redes e cooperativas]	Alianças/redes/cooperativas CRIADAS: Estatuto Social. Regimento Interno. Ata de fundação. Alianças/redes/cooperativas APOIADAS: Estatuto Social. Regimento Interno. Ata de fundação; Projetos aprovados e contratos de empréstimos firmados.	0	1	1	1	USD 482.575,73
2	Nº de pequenos agronegócios que cumprem os requisitos sanitários e fitossanitários.	Fórmula: Projetos aprovados e contratos de empréstimos firmados	0	1	1	1	USD 482.575,73

3	Nº de planos de melhoria dos sistemas auxiliares de produção resistentes ao clima e de turismo implementados como parte do plano de negócios, com o apoio do projeto	Fórmula: Projetos aprovados e contratos de empréstimos firmados	0	1	1	1	USD 482.575,73
4	Nº de planos de turismo rural implementados com o apoio do projeto **-DROPPED**	Fórmula: Projetos aprovados e contratos de empréstimos firmados					USD 0,00
5	Nº. de Bacias Hidrográficas com Planos Estratégicos participativos formulados -**DROPPED**	Fórmula: Projeto elaborado. Processo de licitação efetuado. Planos Estratégicos publicados. Relatório Semestral com balanço de ações de elaboração dos planos estratégicos					USD 0,00
6	Nº. de bacias hidrográficas com registro de usuários concluído - **DROPPED**	Fórmula: Relatório Semestral com balanço de ações do cadastramento					USD 0,00
5b	Diretoria de Recursos Hídricos fortalecida com no mínimo 16 servidores públicos efetivos adicionais ao quadro técnico, totalizando um mínimo de 24 até 2.105- **NEW**			1	1	1	USD 482.575,73
6b	Número de usuarios de agua cadastros nas bacias hidrográficas (indicador acumulado)- **NEW**			1	1	1	USD 482.575,73
7	Nº de hectares de matas sob "Créditos de Conservação" **-DROPPED**	Fórmula: Contratos firmados					USD 0,00
8	Nº de propriedades rurais com SIEE implementado (SIEE de pecuária – carne e leite -, grãos, silvicultura, sistema agroflorestal e turismo)	Fórmula: Relatórios com balanço de ações	0	1	1	1	USD 482.575,73
9	Nº de km de estradas rurais relacionadas aos planos de negócios recuperadas	Fórmula: Projeto elaborado. Processo de licitação elaborado. Contratação da empresa vencedora. Comprovação de obra executada. Laudo de fiscalização.	0	1	1	1	USD 482.575,73
10	Nº de projetos piloto de Inclusão Digital implementados com conexão à internet para apoiar empreendimentos conectados a redes	Fórmula: Rede de Internet instalada.Notas fiscais de compra de equipamentos. Relatórios de acompanhamento.	0	1	1	1	USD 482.575,73

11	Nº de unidades de produção e processamento da Agricultura Familiar registradas e certificadas como cumprindo os requisitos fitossanitários (**)	Fórmula: Certificado Fitossanitário emitido.	6000	1	1	1	USD 482.575,73
12	Número de propriedades rurais certificadas como livres de tuberculose e brucelose animal	Fórmula: Certificados de Propriedade Livre	0	1	1	1	USD 482.575,73
13	Número de novas equipes profissionais regulares de Assistência Técnica e Extensão Rural designadas pela EPAGRI em municípios prioritários do projeto, pela CIDASC para certificação fitossanitária e pela FATMA para implementação do SIEE	Fórmula: Técnicos contratados para apoiar a elaboração de projetos estruturantes. Contrato de Consultoria. Relatório de atividades. Projetos Estruturantes elaborados. Contrato ente Cooperativas de Profissionais e Associações de agroindústrias familiares e posteriormente concurso público e contratação efetivada.	510	1	1	1	USD 482.575,73
			Valor máximo a receber por cumprimento de DLIs (US$)				**USD 5.308.333,00**

Coeficiente Agregado dos DLIs	**1,00**

Programa SC Rural/ - SWAP

5) Relatório de Acompanhamento da Evolução Inicial vs. Autorizado (Anexo 4E do Acordo de Empr.)

Data:

Empréstimo Nº.: 7952-BR

Categoria Nº.: 1

DESEMBOLSO Nº.: -

1 - Competitividade da Agricultura Familiar e maior Acesso aos Mercado

Programa	Fonte de Recurso		Valor Previsto			Pago no Período			Variação (%) (autorizado/Inicial)		
			ano 1	ano 2	ano 3	ano 1	ano 2	ano 3	ano 1	ano 2	ano 3
0300 - Qualidade de vida no Campo e na Cidade	0100	Recursos Ordinários									
	0261	Receitas Diversas - Fundosocial									
0310 - Agronegócio Competitivo	0100	Recursos Ordinários									
	0261	Receitas Diversas - Fundosocial									
0340 - Desenvolvimento Ambiental Sustentável	0100	Recursos Ordinários									
	0261	Receitas Diversas - Fundosocial									
0640 - Turismo Rural	0262	Receitas Diversas - SEITEC									
TOTAL			-	-	-	-	-	-			

2 - Investimentos Públicos Complementares para Competitividade Rural

Programa	Fonte de Recurso		Valor Previsto			Pago no Período			Variação (%) (autorizado/Inicial)		
			ano1	ano 2	ano 3	ano1	ano 2	ano 3	ano1	ano 2	ano 3
0100 - Estradas Rurais	0100	Recursos Ordinários									
0250 - Inclusão Digital	0100	Recursos Ordinários									
0310 - Agronegócio Competitivo	0100	Recursos Ordinários									
	0261	Receitas Diversas - Fundosocial									
0340 - Desenvolvimento Ambiental Sustentável	0100	Recursos Ordinários									

0350 - Gestão dos Recursos Hídricos	0122	Contra-parte da Compensação Financeira dos Recursos Hídricos									
0640 - Turismo Rural	0262	Receitas Diversas - SEITEC									
		TOTAL	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**			

3 - Apoio ao Programa de Competitividade Rural

Programa	Fonte de Recurso		Valor Previsto			Pago no Período			Variação (%) (autorizado/Inicial)		
			ano1	ano 2	ano 3	ano1	ano 2	ano 3	ano1	ano 2	ano 3
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	0100	Recursos Ordinários									
	0261	Receitas Diversas - Fundosocial									
		TOTAL	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**			

		TOTAL POR ANO	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**			

		TOTAL ACUMULADO PROJETO	**-**			**-**					

ANEXO 34 – Modelo de Folha Resumo SS (não requer revisão prévia)

Governo do Estado de Santa Catarina
Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural
Programa de Competitividade da agricultura Familiar de Santa Catarina

Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
Empréstimo nº 18/10/2010 7952-BR
Summary Sheet - SS

Data:

Pagamentos realizados durante o período: / / a / / **Folha Resumo - SS**

Anexo: 6 A

Para despesas realizadas com:
. Empresas de Consultoria com contratos de valor igual ou maior que: US$ 100.000 equivalentes

. Consultores Individuais com contratos de valor igual ou maior que: US$ 50.000 equivalentes

Application nº
PR nº
Pág: 1 de 1

Categoria nº 2 **Para Contratos que não requerem revisão Prévia**

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13
Item Número	Nome da Empresa ou Consultor	Número do Contrato	Valor do Contrato	Número da Fatura, Nota Fiscal ou Outro Documento	Valor das Faturas, Notas Fiscais ou Outro Documento	Data do Pagamento	% Financiado pelo BIRD	Valor solicitado em R$ 9 = (6/8)	Data do Fechamento do Câmbio	Taxa do Câmbio	Valor Solicitado em US$ 12 = (9/11)	Observações e Registro Contrato
				TOTAL								

Obs.: Comprovantes de despesas em anexo.
Indicar as despesas Retroativas se for o caso - Sim ( ) ou Não ( )

A documentação comprobatória destas despesas está à disposição das missões visitantes para exame e auditoria nos órgãos executores.

Visado Por

Nome
Cargo

Certificado por

Nome
Cargo

ANEXO 35 - Modelo de Folha Resumo SS (requer revisão prévia)

Governo do Estado de Santa Catarina
Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural
Programa de Competitividade da agricultura Familiar de Santa Catarina

Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
Empréstimo nº 7952-BR
Folha Resumo - SS

Data:

Anexo: 6 B

Pagamentos realizados durante o período: / / a / / **Folha Resumo - SS**

Para despesas realizadas com:
. Empresas de Consultoria com contratos de valor igual ou maior que: US$ 100.000 equivalentes

. Consultores Individuais com contratos de valor igual ou maior que: US$ 50.000 equivalentes

Application nº
PR nº

Categoria nº 2 **Para Contratos que requerem revisão Prévia**

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14
Item Número	Nome da Empresa ou Consultor	Número do Contrato	Valor do Contrato	Data BIRD Não Objeção Contrato	Número da Fatura, Nota Fiscal ou Outro Documento	Valor das Faturas, Notas Fiscais ou Outro Documento	Data do Pagamento	% Financiado pelo BIRD	Valor solicitado em R$ 10 = (7/9)	Data do Fechamento do Câmbio	Taxa do Câmbio	Valor Solicitado em US$ 13 = (10/12)	Observações e Registro Contrato
					TOTAL								

Obs.: Comprovantes de despesas em anexo.
Indicar as despesas Retroativas se for o caso - Sim ( ) ou Não ( )

A documentação comprobatória destas despesas está à disposição das missões visitantes para exame e auditoria nos órgãos executores.

Visado Por

Nome
Cargo

Certificado por

Nome
Cargo

ANEXO 36 - Modelo de Declaração de Gastos - SOE (não requer revisão prévia)

Governo do Estado de Santa Catarina
Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural
Programa de Competitividade da agricultura Familiar de Santa Catarina

Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
Empréstimo nº 18/10/2010 7952-BR
Summary Sheet - SS

Data:

Pagamentos realizados durante o período: / / a / / **Declaração de Gastos - SOE** G

Anexo: 7 A

Para despesas realizadas com:
Empresas de Consultoria com contratos de valor inferior a: US$ 100.000 equivalentes

Consultores Individuais com contratos de valor inferior a: US$ 50.000 equivalentes

Application nº
PR nº
Pág: 1 mde 1

Categoria nº 2 **Para Contratos que não requerem revisão Prévia**

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13
Item Número	Nome da Empresa e do Consultor Individual	Número do Contrato	Valor do Contrato	Número da Fatura, Nota Fiscal ou Outro Documento	Valor das Faturas, Notas Fiscais ou Outro Documento	Data do Pagamento	% Financiado pelo BIRD	Valor solicitado em R$ 9 = (6/8)	Data do Fechamento do Câmbio	Taxa do Câmbio	Valor Solicitado em US$ 12 = (9/11)	Observações e Registro Contrato
				TOTAL								

Obs: Indicar as despesas Retroativas se for o caso - Sim ( ) ou Não ( )

A documentação comprobatória destas despesas está à disposição das missões visitantes para exame e auditoria nos órgãos executores.

Visado Por

Nome

Certificado por

Nome

Cargo Cargo

ANEXO 37 - Modelo de Declaração de Gastos - SOE (requer revisão prévia)

Governo do Estado de Santa Catarina
Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural
Programa de Competitividade da agricultura Familiar de Santa Catarina

Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
Empréstimo nº 7952-BR
Summary Sheet - SS

Data:

Pagamentos realizados durante o período: / / a / / **Declaração de Gastos - SOE** **F**

Anexo: 7 B

Para despesas realizadas com:
. Empresas de Consultoria com contratos de valor inferior a: US$ 100.000 equivalentes

. Consultores Individuais com contratos de valor inferior a: US$ 50.000 equivalentes

Application nº
PR nº
Pág: 1 de 1

Categoria nº 2 **Para Contratos que requerem revisão Prévia**

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14
Item Número	Nome da Empresa ou Consultor	Número do Contrato	Valor do Contrato	Data BIRD Não Objeção Contrato	Número da Fatura, Nota Fiscal ou Outro Documento	Valor das Faturas, Notas Fiscais ou Outro Documento	Data do Pagamento	% Financiado pelo BIRD	Valor solicitado em R$ 10 = (7/9)	Data do Fechamento do Câmbio	Taxa do Câmbio	Valor Solicitado em US$ 13 = (10/12)	Observações
					TOTAL								

Obs: Indicar as despesas Retroativas se for o caso - Sim ( ) ou Não ( )

A documentação comprobatória destas despesas está à disposição das missões visitantes para exame e auditoria nos órgãos executores.

Visado Por Certificado por

Nome
Cargo

Nome
Cargo

ANEXO 38 - Lista de Contratos Sujeitos a Revisão Prévia

Pagamentos feitos no período coberto pelo relatório a contratos sujeitos à revisão prévia pelo Banco comum aos empréstimos

Número do Contrato	*Fornecedor*	*Data do Contrato*	*Valor do Contrato*	*Data da "não-objeção" do Banco ao contrato*	*Montante pago ao fornecedor durante o período*	*Parcela do montante pago ao fornecedor durante o período coberta pelo Banco**

ANEXO 39 – Modelo de Relatório Financeiro Intermediário não auditado – IFR

Programa Santa Catarina Rural -

IFR N°?? Período: Início em __/__/____ e Término em __/__/____

Categoria 1 - Programas de Gastos Elegíveis (incluindo Subprojetos) - SWAP

Fonte	Orçamento Anual	Programação Financeira do Período	Pago no Período	% Pago/Programação Financeira do Período
0100 - Recursos Ordinários – Recursos do Tesouro – Exercício Corrente	-	-	-	
0121 – Cota-parte da Contribuição Intervenção no Domínio Econômico – CIDE – Estadual – Receita Tesouro – Exercício Corrente	-	-	-	
0122 – Conta-parte da Compensação Financeira dos Recursos Hídricos-Recursos do Tesouro - Exercício Corrente	-	-	-	
0261 - Receitas Diversas – Fundo Social - Receitas de Outras Fontes - Exercício Corrente	-	-	-	
0262 - Receitas Diversas – SEITEC - Receitas de Outras Fontes - Exercício Corrente	-	-	-	
0661 – Receitas Diversas – Fundo Social – Receitas Outras Fontes – Exercícios Anteriores	-	-	-	
TOTAL	**-**	**-**	**-**	

1 - Competitividade da Agricultura Familiar e maior Acesso aos Mercados						
Programa	**Fonte**		**Orçamento Anual**	**Programação Financeira do Período**	**Pago no Período**	**% Pago/Programação Financeira do Período**
0300 - Qualidade de vida no Campo e na Cidade	0100	Recursos Ordinários	-	-	-	
	0261	Receitas Diversas - Fundosocial	-	-	-	

0310 - Agronegócio Competitivo	0100	Recursos Ordinários	-	-	-	
	0261	Receitas Diversas - Fundosocial	-	-	-	
0340 - Desenvolvimento Ambiental Sustentável	0100	Recursos Ordinários	-	-	-	
	0261	Receitas Diversas - Fundosocial	-	-	-	
0640 - Turismo Rural	0262	Receitas Diversas - SEITEC	-	-	-	
SUBTOTAL (1)			**-**	**-**	**-**	

2 - Investimentos Públicos Complementares para Competitividade Rural						
Programa	**Fonte**		**Orçamento Anual**	**Programação Financeira do Período**	**Pago no Período**	**% Pago/Programação Financeira do Período**
0100 - Estradas Rurais	0100	Recursos Ordinários	-	-	-	
0250 - Inclusão Digital	0100	Recursos Ordinários	-	-	-	
0310 - Agronegócio Competitivo	0100	Recursos Ordinários	-	-	-	
	0261	Receitas Diversas - Fundosocial	-	-	-	
0340 - Desenvolvimento Ambiental Sustentável	0100	Recursos Ordinários	-	-	-	
0350 - Gestão dos Recursos Hídricos	0122	Contra-parte da Compensação Financeira dos Recursos Hidricos	-	-	-	
0640 - Turismo Rural	0262	Receitas Diversas - SEITEC	-	-	-	
SUBTOTAL (2)			**-**	**-**	**-**	

3 - Apoio ao Programa de Competitividade Rural						
Programa	**Fonte**		**Orçamento Anual**	**Programação Financeira do Período**	**Pago no Período**	**% Pago/Programação Financeira do Período**
0900 - Gestão Administrativa - Poder Executivo	0100	Recursos Ordinários	-	-	-	
	0261	Receitas Diversas - Fundosocial	-	-	-	
SUBTOTAL (3)			**-**	**-**	**-**	

Programa	**Fonte**	**Orçamento Anual**	**Programação Financeira do Período**	**Pago no Período**	**% Pago/Programação Financeira do Período**
SUBTOTAL CATEGORIA 1		**-**	**-**	**-**	

Categoria 2 - Serviços de consultoria para assistência técnica - SIL

Categoria 2	**Realizado no Período**	
SUBTOTAL CATEGORIA 2	**-**	

TOTAL GERAL DAS CATEGORIAS	**-**	

CONTA DESIGNADA	**Adiantamento à Conta Designada**	**Saques (PR e PA)**	**Recomposição**	**Saldo**

Nota: Os valores apresentados na coluna "realizado do período" da categoria 2 são calculados de acordo com a taxa de operação da liquidação de câmbio para os saques efetuados na conta designada.

ANEXO 40 – Formulário de Solicitação de Orçamento

PROGRAMA SC RURAL

FORMULÁRIO DE SOLICITAÇÃO DE ORÇAMENTO (MENOR PREÇO POR ÍTEM)

Data: _____/_____/_____

Validade da Cotação: _____/_____/_____

Detalhamento do Orçamento:

Especificação	Qtidade	Unidade	Valor

Obs.: Prazo para pagamento de 30 dias

Os itens devem ser descritos previamente pelo técnico, com a unidade utilizada.

Nome da Empresa:

_____

Assinatura do gerente:

_____

ANEXO 41 – Formulário Padrão de Três Orçamentos

PROGRAMA SC RURAL
FORMULÁRIO PADRÃO DE AVALIAÇÃO DE TRÊS ORÇAMENTOS

Região: _____
Município: _____
Titulo do Projeto Estruturante: _____
Proposta n° _____
Data da Solicitação: _____/_____/_____

			Análise n°.....						Nome Vencedor
Item	**Qtdade**	**Especificação**	**Empresa 1**		**Empresa 2**		**Empresa 3**		
			Valor	**Atende S/N**	**Valor**	**Atende S/N**	**Valor**	**Atende S/N**	
Prazo de entrega -									
Cond. de pagamento									
Validade da proposta									

Local e data

SEM Membro

ANEXO 42 - Modelo de Contrato de Prestação de Serviços Técnicos

(Cooperativa x prestadora de serviço)

CONTRATANTE: Cooperativa ....., pessoa jurídica de direito privado, situado à Av....., Bairro....., Cidade...../SC, inscrito no CNPJMF sob nº....., neste ato representada por seu Presidente, Fulano de Tal, qualificação completa.

CONTRATADA: Fulano de Tal (nome) ....., pessoa jurídica de direito privado, sediada à Av....., na cidade de ...../SC, inscrita no CNPJMF sob o nº ..... e no CRC sob nº ....., neste ato representada por seu representante legal o contabilista Fulano de Tal, qualificação completa.

Por este Contrato de Prestação de Serviços, as partes acima devidamente qualificadas, doravante denominadas simplesmente CONTRATANTE e CONTRATATA, na melhor forma de direito, ajustam e contratam a prestação de serviços profissionais de .....e, segundo as cláusulas e condições adiante arroladas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto do presente Contrato a prestação de serviços de ....., para a Cooperativa ....., a serem realizados por profissionais com formação e credenciamento para tal fim, cuja execução das tarefas que o compõe, segue abaixo descritas:

1.1 – Serviço 1

Descrever detalhadamente o serviço a ser realizado.

1.2 - Serviço 2

Descrever detalhadamente o segundo serviço a ser realizado (se houver).

1.3 - Serviço 3

Descrever detalhadamente o segundo serviço a ser realizado (se houver).

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços serão executados nas dependências da CONTRATADA, em obediência às seguintes condições:

MATERIAIS

2.1 – Os materiais indispensáveis para o desenvolvimento dos serviços arrolados na cláusula 1 serão fornecidos pela CONTRATADA, após a aprovação quantitativa e qualitativa do CONTRATANTE.

2.2 – Recaindo sobre a CONTRATANTE o compromisso de fornecer os materiais necessários para a realização dos serviços, deverá o contratado, fornecer num prazo não superior a 10 dias o rol de material necessário, especificando a quantidade, a (s) marca(s) e demais especificidades para que seja procedida a devida aquisição.

DO PRAZO

2.2 – Os Serviços constantes dos itens 1.1, 1.2 e 1.3, deverão ser entregues até a data _____/_____/_____, ou de acordo com as orientações da SEE/FIS.

DO CUMPRIMENTO DO PRAZO

2.3 – A CONTRATADA compromete-se a cumprir o prazo estabelecido. Sob pena de não receber a parcelas vencidas e vincendas ou devolução do recurso devidamente reajustado.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS DEVERES DA CONTRATADA

DOS SERVIÇOS À EXECUTAR

3.1 – A CONTRATADA desempenhará os serviços enumerados na cláusula 1, com todo zelo, diligência e honestidade, observada a legislação vigente, resguardando os interesses da CONTRATANTE, sem prejuízo da dignidade e independência profissional.

DA RESPONSABILIDADE

3.2 – Responsabilizar-se-á a CONTRATADA por todos os prepostos que atuarem nos serviços ora contratados, indenizando à CONTRATANTE, em caso de culpa ou dolo.

3.2.1 – A CONTRATADA assume integral responsabilidade por eventuais problemas decorrentes de imperfeição na execução ou atraso nos serviços ora contratados, excetuando-se os ocasionados por força maior ou caso fortuito, assim definidos em Lei, depois de esgotados os procedimentos de defesa administrativa.

DAS INFORMAÇÕES

3.3 – Obriga-se a CONTRATADA a fornecer a CONTRATANTE, no escritório da primeira e dentro do horário normal de expediente, todas as informações relativas ao andamento dos serviços ora contratados nos prazos estabelecidos anteriormente.

3.4 – Responsabilizar-se-á a CONTRATADA por todos os equipamentos e materiais a ela entregues pela CONTRATANTE, enquanto permanecerem sob sua guarda para a consecução dos serviços pactuados. O mau uso, perda, extravio ou inutilização, mesmo que ocorrendo por ação ou omissão de seus prepostos ou quaisquer pessoas que a eles tenham acesso.

CLÁUSULA QUARTA – DOS DEVERES DA CONTRATANTE

DAS OBRIGAÇÕES

4.1 – Obriga-se a CONTRATANTE a fornecer à CONTRATADA todos as condições que se façam necessário ao bom desempenho dos serviços ora contratados, em tempo hábil. Nenhuma responsabilidade caberá a segunda, caso os materiais e ou informações sejam fornecidos intempestivamente.

DOS HONORÁRIOS

4.2 – Para a execução dos serviços constantes na cláusula 1 a CONTRATANTE pagará a CONTRATADA os honorários profissionais correspondentes a R$ 0,00 (.....reais), através de nota fiscal de prestação de serviços, cujo pagamento deverá se dar até o dia ..... (.....) do mês do ano..... (prazo de 30 dias após execução dos serviços).

4.3 – Por ocasião do pagamento a CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE, os documentos comprobatórios de arrecadação dos imposto e taxas, Federal, Estadual e Municipal, o que não ocorrendo fica desde já autorizada a CONTRATANTE a proceder a retenção e proceder o devido recolhimento.

CLÁUSULA QUINTA – VIGÊNCIA E RESCISÃO

DA VIGÊNCIA

5.1 - A vigência deste contrato será de ..... (.....) meses, a contar da data de assinatura do mesmo. Podendo ser renovado por interesse de ambas as partes, desde que não venha a conflitar com aspectos legais do Estado e as normas do Banco Mundial. (conveniadas)

DA RESCISÃO

5.2. – A rescisão de que trata esta cláusula, só poderá ocorrer se houver inadimplência em qualquer uma de suas cláusulas, ou por superveniência de normas legais ou eventos que tornem material ou formalmente inexeqüível, ou ainda pelo mútuo consenso entre as partes.

CLÁUSULA SEXTA – DO FORO

7.1 – Fica eleito o foro de ..... – SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser, para dirimir questões oriundas da interpretação e execução do presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente em 03 (três) vias de igual teor e para um só efeito na presença de 02 (duas) testemunhas instrumentais.

Cidade, data

_____ _____

Contratada Contratante

Testemunhas

_____ _____

Nome: Nome:

CPF: CPF:

ANEXO 43 - Avaliação do Programa Santa Catarina Rural –

Problema

Historicamente, muitas políticas públicas passaram ao largo de processos de acompanhamento e avaliação; mas as informações acerca delas ficavam muito restritas aos esforços realizados e se foi cumprido o previsto. Entre os anos de 1980 e 1990, entretanto, incorpora-se a isto uma maior preocupação com a mudança de realidade provocada pelas políticas públicas e, além dos esforços realizados, tenta-se medir quais foram os seus impactos.

No setor público agrícola catarinense esta mudança fica mais nítida a partir do Projeto Microbacias 1, que foi alvo de um importante esforço de avaliação sobre alguns dos seus impactos. Este esforço foi aprimorado no Projeto Microbacias 2; comparativamente ao Microbacias 1, havendo não apenas a ampliação dos enfoques das avaliações, como também um detalhado processo de monitoramento de algumas das microbacias trabalhadas. Em relação ao previsto, tanto a avaliação quanto o monitoramento foram realizados apenas parcialmente.

Nesses dois projetos, boa parte da avaliação esteve sob a responsabilidade do que é hoje o Epagri-Cepa (Instituto Cepa, antes de junho de 2005); que contava com equipe suficiente, quantitativamente e qualitativamente, para este fim. A experiência e a credibilidade dessas avaliações foram decisivas para que a incorporação do Instituto Cepa pela Epagri não significasse, por parte do Banco Mundial, o impedimento do Epagri-Cepa concluir a avaliação do Microbacias 2.

A exemplo do que ocorreu com Microbacias 2, o Programa Santa Catarina Rural – , financiado através de contrato entre o Governo de Santa Catarina e o Banco Mundial, tem um subcomponente Gestão, Monitoramento e Avaliação do programa, que prevê o acompanhamento das ações e a verificação dos resultados e dos impactos do programa.

O objetivo da avaliação é a geração de informações e conhecimento para que os gestores possam tomar decisões que aumentem a eficácia, a qualidade e eficiência do programa.

Além disso, existe o compromisso de que as informações geradas sejam periodicamente repassadas ao Banco Mundial, o que contribuirá para não haver problema na liberação dos recursos financeiros para o programa. Para isso, constam no PAD (Project Appraisal Document), quadros com indicadores de resultados e de impacto definidos pelo Banco Mundial e planejadores do programa, que devem ser medidos pela equipe de avaliação. O SC Rural prevê o acompanhamento das ações ao longo de todo o seu desenvolvimento, e 3 avaliações de impacto: no início, meio e fim da execução.

Objetivos:

- Acompanhamento da evolução dos empreendimentos beneficiados ao longo do programa.
- Realização de diagnóstico da situação dos empreendimentos de agregação de valor antes do programa.
- Levantamento de informações da situação inicial do programa.
- Realização de avaliação de meio-termo para verificar resultados, possibilitando retificar ou ratificar as ações propostas pelo programa.
- Realização de avaliação de impacto no final do programa.

Programa Santa Catarina Rural –

Buscando uma ação mais pontual e estruturante do meio rural, o Estado de Santa Catarina contratou um novo financiamento junto ao BIRD, o Programa SC Rural/MB3, que tem o objetivo de apoiar as iniciativas para a melhoria da competitividade da agricultura familiar, e o aprimoramento, de forma sustentável, de suas políticas, instituições, fundos de incentivos governamentais e ações relacionadas ao desenvolvimento rural.

Objetivo Geral: Aumentar a competitividade das organizações dos agricultores familiares em Santa Catarina.

Objetivos específicos:

- Aumentar a produtividade e qualidade das explorações e produtos agropecuários da Agricultura Familiar;
- Aumentar a capacidade dos serviços públicos para promover a competitividade rural;
- Aumentar a efetividade do setor público para gerenciar as iniciativas para aumento da competitividade rural.

Área de abrangência

O Programa será executado em todo o meio rural de Santa Catarina, compreendendo 293 municípios. As ações estruturantes do Programa e os principais investimentos serão realizados nas áreas prioritárias, compostas pelos municípios e territórios com maior presença de agricultores familiares e com os menores índices de desenvolvimento.

Áreas Prioritárias

Visando valorizar o esforço e os resultados alcançados no Projeto Microbacias 2, principalmente o avanço no aspecto organizacional dos beneficiários, o Programa será executado tendo por base inicial as 936 microbacias hidrográficas já trabalhadas.

A área prioritária para as ações do Programa envolve 196 municípios, classificados como de prioridade 1 e 2. Nestes municípios a área total estimada a ser trabalhada é de 3,6 milhões de hectares.

A priorização dos municípios foi feita com base em critérios socioeconômicos (70% do peso) e ambientais (30% do peso).

COMPONENTES E SUBCOMPONENTES

COMPONENTES	***SUBCOMPONENTE/ ATIVIDADE***
1. Produção sustentável e empreendedorismo da agricultura familiar	1.1. Pré-Investimentos 1.2. Investimentos Produtivos e de Agregação de Valor
2. Investimentos públicos complementares para a competitividade Rural	2.1. Fortalecimento da Gestão de Recursos Hídricos 2.2. Fortalecimento da Gestão de Ecossistemas 2.3. Fortalecimento da Fiscalização e Educação Ambiental 2.4. Melhoria da Infra-estrutura Rural 2.5. Apoio a Regularização Fundiária 2.6. Fortalecimento da ATER e Defesa Sanitária 2.7. Apoio a Renda não Agrícola
3. Apoio ao programa de	3.1. Fortalecimento da Administração Central

competitividade rural	3.2. Planejamento Estratégico Setor Rural e Ambiental 3.3. Gestão, Avaliação e Monitoramento

Componente 1- Produção sustentável e empreendedorismo da agricultura familiar

Subcomponente: Pré-Investimentos

Este subcomponente apoiará as organizações dos produtores nas atividades de capacitação, fortalecimento das organizações para ampliar e melhorar o acesso a mercados, elaboração de projetos e assistência técnica e estudos diversos. As atividades apoiadas têm o objetivo de preparar as organizações e seus membros para melhor planejar e gerenciar suas atividades e empreendimentos.

Subcomponente: Investimentos Produtivos e de Agregação de Valor.

O subcomponente apoiará as atividades e investimentos para:

Melhoria e diversificação dos sistemas de produção (animal e vegetal).

Apoio para investimentos na melhoria e diversificação de sistemas de produção, estimulando a mudança para sistemas com menores impactos ambientais e maior sustentabilidade.

Agroindustrialização.

Apoiar negócios existentes e novos com o objetivo de agregar valor ao produto agropecuário (transformação, legalização, beneficiamento, classificação, padronização, comercialização e armazenamento) com o objetivo de melhorar a competitividade e a renda dos pequenos produtores.

Atendimento às exigências ambientais e sanitárias para o acesso ao mercado.

Apoio a investimentos para adequação e atendimento as normas ambientais e sanitárias, para através da legalização, ampliar e conquistar mercados com maior capacidade de compra e com melhor remuneração.

Empreendimentos Não-Agrícolas.

Apoiar iniciativas não-agrícolas existentes e novas, que poderão consolidar-se como opções de renda no meio rural. Entre as atividades não agrícolas estão previstos os investimentos em projetos de turismo rural.

Componente 2: Investimentos Públicos Complementares para Competitividade Rural

Subcomponente - Gestão Ambiental

As principais atividades a serem implementadas são:

Gestão de Recursos Hídricos

Apoio à reestruturação do arranjo político institucional para efetivar a Política Estadual de Recursos Hídricos. Inclui o fortalecimento da capacidade de integração e participação nos comitês de bacias em 16 bacias hidrográficas, a implementação de mecanismos de controle dos usos das águas e gestão nas bacias hidrográficas do Estado de Santa Catarina;

Gestão de Ecossistemas

Estruturar e implementar os Corredores Ecológicos Chapecó e Timbó, nas bacias hidrográficas do Rio Chapecó e do Rio Timbó respectivamente, com uma proposta inovadora de valorização dos ativos ambientais, contribuindo para a manutenção e aumento do estoque florestal nativo e para evitar o desmatamento.

Fiscalização Ambiental

Fortalecimento da fiscalização ambiental, principalmente nas áreas dos corredores ecológicos.

Educação Ambiental

As atividades propostas serão realizadas de forma integrada com os componentes e subcomponentes do Programa, bem como de forma interdisciplinar e interinstitucional. Esta atividade é de responsabilidade da Epagri, Fatma, SDS e Polícia Militar Ambiental.

Subcomponente - Infra-estrutura

Este subcomponente vai apoiar os esforços do Estado para melhorar a reabilitação de estradas rurais e expandir a infra-estrutura de sistemas de comunicação, atividades essenciais para aumentar a competitividade da agricultura familiar.

Estradas Rurais

Esta atividade fará investimentos no melhoramento da condição operacional em 1.300 km de estradas rurais terciárias de competência eminentemente municipal, assegurando condições de tráfego e acesso em forma permanente, independentemente das variações climáticas.

Empreendedorismo e Inclusão Digital

A execução desta atividade se dará através de duas estratégias, uma voltada para o fortalecimento do empreendedorismo e inclusão digital, através da capacitação e a outra para a criação de ambientes de acesso à internet nas comunidades rurais. O objetivo é estabelecer um novo dinamismo nas comunidades trabalhadas com reflexo direto nos negócios agrícolas, tais como o acesso a novos mercados, compra e venda de matéria prima.

Subcomponente – Defesa Sanitária Animal e Vegetal

Este subcomponente dará apoio a atividades buscando garantir qualidade e segurança exigidas para os produtos agropecuários, visando o acesso formal aos mercados.

Subcomponente - Serviços de Extensão

Deverá apoiar os esforços do Estado para reestruturar o serviço de Extensão Rural, proporcionando qualidade e quantidade suficiente para promover a competitividade sustentável da agricultura familiar.

Subcomponente Capacitação de Técnicos

O subcomponente deverá capacitar e promover intercâmbios/troca de experiências entre os profissionais envolvidos no Programa SC-Rural/.

Principais metas do Programa SC Rural
✓ 500 projetos estruturantes/planos de negócios novos e existentes apoiados; ✓ 20.000 agricultores familiares apoiados em melhoria de sistemas; ✓ 10.000 jovens trabalhados pela ATER, sendo 1.500 desenvolvendo ações de empreendedorismo socioeconômico e ambiental; ✓ 2.500 propriedades da agricultura familiar credenciadas no sistema de certificação fitossanitária; ✓ 240 unidades de processamento e pós-colheita de frutas adequadas a exigências fitossanitárias do mercado;

- ✓ 420 empreendimentos legalizados no SIE;
- ✓ 45.000 famílias rurais capacitadas;
- ✓ 800 técnicos capacitados;
- ✓ 142 jovens rurais capacitados em empreendedorismo e inclusão digital;
- ✓ 1.300 km de estradas rurais melhoradas;
- ✓ 10 projetos pilotos comunidades rurais digitais;
- ✓ Apoiar 10 projetos existentes e 20 novos de turismo rural;
- ✓ Apoiar a regularização fundiária de 3.000 propriedades rurais;
- ✓ Apoiar a elaboração de 14 planos de bacias hidrográficas;
- ✓ Estruturação de cadastro de áreas para créditos de conservação e dotação de capital semente nas áreas dos corredores ecológicos;
- ✓ 600 escolas rurais trabalhadas com ações de Educação Ambiental;

Tabela 1 – Quadro de Resultados

Objetivos de Desenvolvimento do Projeto	**Indicadores de Resultados do Projeto**	**Uso de Informações sobre os Resultados do Projeto**
Aumentar a competitividade das Organizações de Produtores da Agricultura Familiar, ao mesmo tempo em que é fornecido apoio para um melhor modelo de atividades estruturais dos serviços públicos que levem à competitividade no território do Estado de Santa Catarina.	Ao final do Projeto: • Aumento no valor total das vendas anuais para as OPAFs participantes† • Implementação coordenada de seis programas públicos para melhorar o ambiente de negócios rurais	• Acessar intervenções de acompanhamento da competitividade rural, conforme necessário. • Divulgar os resultados ao setor financeiro / instituições financeiras, para promover um maior acesso ao crédito pela Agricultura Familiar • Documentar as melhores práticas para uma possível ampliação
Resultados Intermediários	**Indicadores de Desempenho Intermediários**	**Uso do Monitoramento de Resultados Intermediários**
Fator de produtividade aumentado e mantido para as Organizações de Produtores da Agricultura Familiar participantes	• Novos arranjos de valor agregado estabelecidos e fortalecidos os existentes • Planos de negócios desenvolvidos e sob implementação pelas OPAFs com apoio do projeto • Aumento da produtividade do solo e da mão-de-obra • Sistemas de produção adaptáveis ao clima, implementados como parte dos planos de negócios • Novas agroindústrias implementadas, levando em consideração a adaptação e redução das Mudanças Climáticas	• Gerar conhecimento sobre o uso de tecnologias que aumentam a produtividade rural de forma sustentável • Acompanhar os resultados previstos e reais dos planos de negócios
Maior capacidade de bens e serviços públicos complementares para	• Planos Estratégicos Participativos realizados para as Bacias Hidrográficas selecionadas • Conclusão do registro dos usuários de água para 14 Bacias	• Divulgação de resultados para organizações de produtores da agricultura familiar para planejamento dos negócios

promover a competitividade rural	Hidrográficas • Conclusão dos estudos para a implementação dos Corredores Ecológicos selecionados para apoiar os mosaicos de uso da terra que protegem a biodiversidade • Quilômetros de estradas rurais recuperadas • Conexão à Internet para arranjos de valor agregado • Nova estratégia de extensão rural regional implementada, voltada para o mercado • Implementação de melhores Serviços de Inspeção e Defesa Agropecuária para apoiar a Agricultura Familiar	• Ajuda no planejamento integrado das futuras necessidades de investimento do setor rural.
Gestão eficaz pelo setor público de iniciativas de competitividade rural.	• Desenvolvimento de Planejamento Estratégico e implementação de Gestão Baseada em Resultados nos níveis de projeto e setorial (Rural, GRH, Meio Ambiente) • Execução com êxito de Planos Anuais de Operações • Auditorias técnicas, financeiras e de aquisição satisfatórias • Cumprimento do Manual Operativo do Projeto, inclusive das Políticas de Salvaguardas e de Combate à Corrupção	• Adaptar e revisar os Planos Anuais de Operações, conforme a consecução dos Resultados • Atualizar o Manual Operativo do Projeto

Nota: a medição dos indicadores será feita através da comparação com os valores de referência da atividade.

† O valor das vendas é ajustado de acordo com as alterações nos preços domésticos e internacionais.

° A produtividade é medida em termos do valor real da produção em relação ao trabalho e território.

Tabela 2 - Arranjos para monitoramento dos resultados

	Valores Alvo								Coleta de Dados e Elaboração de Relatório		
Indicadores de Resultados do Projeto	**Linha de Base**	**Total**	**Ano 1**	**Ano 2**	**Ano 3**	**Ano 4**	**Ano 5**	**Ano 6**	**Frequência e Relatórios**	**Instrumentos de Coleta de Dados**	**Responsabilidade pela Coleta de Dados**
Aumento no valor total das vendas anuais para as OPAFs participantes	0	30%	0	10	15	20	25	30	Anual	Levantamentos	Epagri/Cepa
Implementação coordenada de seis programas públicos para melhorar o ambiente de negócios rurais, conforme medido:											
- pela fração de recursos hídricos do estado sob planejamento e gestão descentralizados e participativos.	0	65%	7%	14%	28%	35%	49%	65%	Mensal	Relatório de Progresso do SIG do Projeto (SIMEP)	SDS
- pela fração de território do estado gerenciada de acordo com o conceito de “corredor ecológico” (coexistência da produção sustentável e preservação).	0	10%	1%	3%	5%	7%	9%	10%	Mensal	Relatório de Progresso do SIG do Projeto (SIMEP)	SEE/Fatma
- pela recuperação de 100% das estradas rurais relacionadas aos planos de negócios.	0	100%	4%	19%	38%	61%	88%	100%	Mensal	Relatório de Progresso do SIG do Projeto (SIMEP)	SIE
- pela fração de financiamento público para empreendimentos da agricultura familiar canalizada	0	60%	9%	16%	25%	36%	47%	60%	Mensal	Relatório de Progresso do SIG do Projeto (SIMEP)	SEE/Epagri

através da nova estratégia de extensão/Assistência Técnica. - **Serviços de Inspeção e Defesa Agropecuária reestruturados, gerando os seguintes resultados em apoio às PAFs:**											
(i) Número de unidades de produção de culturas e florestal registradas e certificadas **[*]**	4.000	2.500	100	400	800	1.300	2.000	2.500	Mensal	Relatório de Progresso do SIG do Projeto (SIMEP)	Cidasc
(ii) Número de unidades de processamento de frutas registradas e certificadas **[*]**	2.000	240	0	20	50	100	170	240	Mensal	Relatório de Progresso do SIG do Projeto (SIMEP)	Cidasc
(iii) Número de empreendimentos legalizados, cumprindo as normas sanitárias	440	420	20	100	250	420	420	420	Mensal	Relatório de Progresso do SIG do Projeto (SIMEP)	Cidasc
(iv) Número de propriedades rurais certificadas como livres de tuberculose e brucelose animal **[*]**	0	700	0	0	100	250	450	700	Mensal	Relatório de Progresso do SIG do Projeto (SIMEP)	Cidasc
- escolas rurais realizando ações interdisciplinares conforme a PEEA (Política Estadual de Educação Ambiental)	0	600	100	200	300	400	5000	600	Mensal	Relatório de Progresso do SIG do Projeto (SIMEP)	Epagri
Componente 1 – Competitividade da Agricultura Familiar e Maior Acesso aos Mercados											
Novos arranjos de valor agregado estabelecidos (63) ou fortalecidos (75) [isto é, alianças / redes e	55	138	37	79	102	129	138	138	Mensal	Relatório de Progresso do SIG do Projeto (SIMEP)	Epagri

cooperativas] **[*]**											
500 planos de negócios desenvolvidos, aprovados e financiados, e em implementação pelas OPAFs com apoio do projeto.	0	500	15	60	140	270	400	500	Mensal	Relatório de Progresso do SIG do Projeto	SEE, Epagri, Cidasc
Aumento da produtividade do solo e da mão-de-obra	0	20%			10%			20%	Até o final do Ano 3 e Ano 6	Revisão de Meio Termo, Avaliação final	Epagri/Cepa
Planos de melhoria dos sistemas de produção adaptáveis ao clima, implementados como parte dos planos de negócios com o apoio do projeto	0	20.000	530	1.576	4.616	7.658	14.600	20.000	Mensal	Relatório de Progresso do SIG do Projeto	SEE/Epagri
Pequenos agronegócios (200 propriedades rurais existentes, 190 novos agroprocessadores e 110 novos negócios não-agrícolas) que cumprem os requisitos dos Serviços de Inspeção e Defesa Agropecuária e levam em consideração a adaptação e redução das Mudanças Climáticas.	0	500	15	60	140	270	400	500	Mensal	Relatório de Progresso do SIG do Projeto	SEE/Epagri
Planos de turismo rural implementados com o apoio do projeto	10	30	5	12	18	24	30	30	Anual	Relatório de Progresso do SIG	SOL
Componente 2 – Investimentos Públicos Complementares para a Competitividade Rural											
Planos Estratégicos Participativos concluídos para as Bacias Hidrográficas (dentre as 23 Bacias hidrográficas do estado) **[*]**	5	14	1	3	5	8	11	14	Mensal	Relatório de Progresso do SIG do Projeto	SDS

Bacias Hidrográficas com registro de usuários concluído **[*]**	3	14	1	3	5	8	11	14	Mensal	Sistema de Informações sobre GRH (SIRHESC)	SDS
Estudos concluídos para implementação de Corredores Ecológicos selecionados em apoio aos mosaicos de uso da terra que protegem a biodiversidade	0	2		2					Mensal	Relatório de Progresso do SIG do Projeto	SDS/Fatma
Hectares de florestas sob "Créditos de Conservação" **[*]**	0	950	0	50	450	950	950	950	Anual	Relatório de Progresso do SIG do Projeto	SDS/Fatma
Propriedades rurais com SIEE implementado (SIEE para a pecuária – carne e leite -, grãos, silvicultura, sistema agroflorestal e turismo) **[*]**	0	200	0	0	30	80	140	200	Anual	Relatório de Progresso do SIG do Projeto	SDS/Fatma
km de estradas rurais recuperadas **[*]**	0	1.300	50	250	500	800	1150	1300	Mensal	Relatório de Progresso do SIG do Projeto	SEE
Conexão à Internet para 500 planos de negócios, envolvendo 138 OPAFs (redes/arranjos de valor agregado)	0	500	15	60	140	270	400	500	Mensal	Relatório de Progresso do SIG do Projeto	SEE/Epagri
Projetos piloto de inclusão digital implementados com conexão à Internet para apoiar os empreendimentos conectados às redes	0	10	2	5	10	10	10	10	Anual	Relatório de Progresso do SIG do Projeto	SAR
Nova estratégia de extensão rural regional implementada, voltada para o mercado	0	1			1				Do Ano 3 ao Ano 6	Relatório do SIG da Epagri (SEATER)	Epagri
Sistema de Serviços de	0	1		1					Do Ano 2	Revisão de	SEE/Cidasc

Inspeção e Defesa Agropecuária reestruturado para incluir apoio específico para as PAFs									ao Ano 6	Meio Termo, e avaliação posterior	
Número de novos profissionais regulares de Assistência Técnica e Extensão Rural alocados pela EPAGRI em municípios prioritários do projeto, pela CIDASC para certificação fitossanitária e pela FATMA para implementação do SIEE **[*]**	510	176	56	156	156	176	176	176	Anual	Relatórios do SIG da Epagri (SEATER), Fatma e Cidasc	Epagri
Componente 3 – Apoio ao Programa de Competitividade Rural											
Plano Estratégico do Projeto elaborado e implementado	0	1	1						Ano 1	Relatórios do projeto	SEE
Planejamento estratégico desenvolvido e Gestão Baseada em Resultados implementada no nível setorial (Rural, GRH, Meio Ambiente)	0	1		1					Do Ano 2 ao Ano 6	Revisão de Meio Termo, e avaliação posterior	SEE/SDS
Planos Anuais de Operações executados com êxito	0	6	1	2	3	4	5	6	Anual	Relatórios do projeto	SEE
Auditorias técnicas, financeiras e de aquisição satisfatórias	0	6	1	2	3	4	5	6	Anual	Relatórios do projeto	SEE
Cumprimento do Manual Operativo do Projeto, inclusive as políticas de Salvaguarda e de Combate à Corrupção	0		1	2	3	4	5	6	Anual	Relatórios do projeto	SEE

[*] Indicadores Vinculados a Desembolso.

AVALIAÇÃO DE IMPACTO

Estudo de avaliação de impacto do Programa SC Rural:

A avaliação de programas pode ser entendida como um exame sistemático da importância, operação e resultados de programas e políticas públicas, no sentido de torná-los mais efetivos. O objetivo específico é detectar, tão claramente quanto possível, se e como um dado programa está tendo efeitos sobre os indivíduos, famílias ou instituições e em que extensão tais efeitos são atribuíveis à intervenção do respectivo programa.

Os métodos nos quais a presente avaliação é baseada são uma tentativa de resolver certas restrições a fim de poder utilizar métodos mais robustos, tais como o método do desenho experimental ou outros quase-experimentais.

Um problema recorrente para identificar os resultados/impactos específicos de uma ação pública é o viés de seleção. Este viés se dá medida em que não é possível saber o que teria ocorrido aos beneficiários de uma ação pública se esta não tivesse sido implementada. Em geral, isso é resolvido comparando a situação do beneficiário com a de pessoas "idênticas", mas não contempladas com a ação. O viés de seleção é decorrente da impossibilidade de adotar este procedimento; a gravidade do problema do viés de seleção é proporcional à dificuldade de fazer a comparação entre o beneficiário e o seu "igual".

Portanto, os impactos de uma ação não podem ser avaliados pela simples observação dos resultados *ex post diretamente atribuível ao projeto*, pois existem outros fatores ou eventos correlacionados aos resultados, mas não causados pelo projeto.

Para garantir rigor metodológico, uma avaliação precisa estimar o que teria ocorrido com os beneficiários se o projeto não tivesse sido implementado. Em uma linguagem técnica, qual deveria ser a esperança matemática da variável monitorada (por exemplo, montante de vendas) no grupo submetido ao tratamento e condicionada a não-ocorrência do tratamento. Para tanto é necessário descontar, do efeito das intervenções, o efeito de outros fatores – o que é, sem dúvida, uma tarefa complexa.

A determinação desta estimativa é o ponto chave de um desenho de avaliação e pode ser obtida basicamente, através de duas categorias de metodologias: desenhos experimentais (aleatórios) e desenhos quase-experimentais (não-aleatórios). Também podem ser consideradas metodologias qualitativas e participativas que fornecem, freqüentemente, a visão dos beneficiários, ou seja, como eles avaliam subjetivamente os impactos do programa que podem contribuir para uma interpretação mais aprofundada dos resultados obtidos na análise quantitativa.

O indicador nos aparece, então, como um instrumento cuja aplicação nos mostra as tendências e desvios de uma ação sujeita a distintas influências, geradas em relação a uma unidade de medida ou valor referencial. Os indicadores permitem dispor de informações para a decisão, o controle e o grau de avanço dos objetivos, assim como para avaliar resultados.

Unidades a serem pesquisadas:

- Propriedade rural beneficiada com melhoria de sistema de produção (focado na atividade beneficiada);
- Empreendimentos de agregação de valor agropecuário e não agrícolas e redes de cooperação beneficiados já existentes antes do programa;
- Empreendimentos de agregação de valor agropecuário e não agrícolas e redes de cooperação novas beneficiados.

Indicadores:

Indicador 1

Aumento da produtividade do solo e da mão-de-obra

Unidade de pesquisa: atividades apoiadas dentro das propriedades agropecuárias para melhoria de sistema de produção.

Avaliação inicial

As informações iniciais serão obtidas a partir dos projetos de melhoria de sistemas apoiados. À medida que grupos de agricultores tenham seus projetos de melhoria de sistema de produção aprovados pelo Conselho técnico estadual, será realizado um levantamento dos dados necessários para verificação do indicador, através de amostragem que leva em consideração a cadeia produtiva e região.

Os dados levantados deverão levar em consideração o tipo de produto/cadeia beneficiada e o tipo de benefício auferido. Estes dados devem permitir o cálculo dos seguintes indicadores:

- **Produtividade (animal ou vegetal):**

No caso de produtos vegetais:

- área plantada/colhida do produto atingido pelo programa
- produção obtida
- No caso de produtos animais:
- número de animais
- produção obtida

- **Produtividade do trabalho**
  - Valor agregado na atividade/mão de obra utilizada na atividade (equivalente homem) → Va/Mo
  - Va = (VBP + estoque rebanho) – (despesas)
  - VBP = produção x preço
  - Estoque do rebanho= (valor animais nascidos + comprados) – (valor animais vendidos + vitimados+ abatidos)

Dados necessários:

- Identificação do produtor/propriedade
- Área
- Animais
- Quantidade produzida
- Quantidade vendida
- Preço médio de venda
- Clientes
- Custos de produção (variáveis)

- Mão-de-obra empregada na atividade

Avaliação intermediária

Realizada no ano 3 de execução do programa, de acordo com os critérios já descritos, será efetuada pesquisa a campo com os mesmos agricultores pertencentes aos grupos de 'melhoria de sistemas de produção', pesquisados no ano 1 e 2 do programa. Para a medição do indicador proposto levantar-se-á dados das mesmas variáveis iniciais, a fim de se comparar a evolução do indicador no período intermediário de execução do Programa.

Este levantamento deve ser ampliado, em relação ao primeiro (situação inicial). Além das variáveis levantadas na entrada do agricultor no Programa, questões mais abrangentes devem fazer parte da pesquisa nesta etapa. Aspectos como o perfil do beneficiário e sua família, sua satisfação e sua expectativa em relação ao programa, a qualidade de seu produto, a conexão ao mercado, acesso a outros programas e políticas públicas, etc., devem complementar a análise de meio termo.

Avaliação final

Realizada no ano 6 de execução do programa, de acordo com os critérios já descritos, será efetuada pesquisa a campo. Desta pesquisa fazem parte uma amostra com os mesmos agricultores pesquisados na avaliação de meio termo (ano 3) e uma amostra dos agricultores que foram beneficiados pelo Programa nos anos 3, 4 e 5. Como a medida que os grupos vão recebendo benefício em sistema de produção, são levantados dados de sua situação inicial, pode-se verificar a evolução do indicador no decorrer do tempo de execução do programa.

Indicador 2

- **Aumento no valor total das vendas anuais para as organizações (redes e/ou empreendimentos) participantes ao final de 6 anos**

Unidades de pesquisa:

- Empreendimentos de agregação de valor agropecuário e não agrícolas e redes de cooperação beneficiados já existentes antes do programa;
- Empreendimentos de agregação de valor agropecuário e não agrícolas e redes de cooperação beneficiados novos;

Avaliação inicial

- **Empreendimentos existentes**

Com o objetivo de conhecer a atual situação dos empreendimentos de agregação de valor e das organizações da agricultura familiar de SC existentes, será realizado um levantamento que inclui: agroindústrias, empreendimentos não-agrícolas e as redes, cooperativas e associações da agricultura familiar.

Neste levantamento, realizado através de pesquisa a campo, serão obtidas informações sobre estas organizações e empreendimentos. Dentre estas informações, será levantado o volume de vendas de seus produtos no ano de 2009. Esta informação servirá de linha de base para este indicador. Além deste levantamento, à medida que os empreendimentos tenham o projeto aprovado pelo Comitê técnico estadual, algumas informações serão atualizadas para que se tenha a situação imediatamente anterior a adesão ao Programa.

Dentre uma amostra de projetos distribuída regionalmente e de acordo com cadeias produtivas será feita uma amostra de agricultores que serão pesquisados a fim de obter

informações relacionadas à produção e mão-de-obra envolvida na atividade apoiada. Uma amostra composta de agricultores envolvidos nas mesmas atividades, nas regiões, que não receberam apoio do programa será pesquisada para prover as informações iniciais da amostra controle.

- **Empreendimentos novos**

As informações necessárias à linha de base para esta modalidade de apoio, serão obtidas a partir de uma amostra dos produtores rurais envolvidos nestes grupos que tenham seus projetos aprovados. Os dados levantados inicialmente devem se restringir a cadeia de produção dos produtos envolvidos no empreendimento.

Variáveis iniciais:

- Área plantada/colhida
- Quantidade produzida
- Quantidade vendida
- Número de animais
- Produção animal
- Preço médio de venda
- Clientes
- Custos
- Mão de obra

Avaliação de meio termo

- **Empreendimentos existentes**

A avaliação de meio termo para os empreendimentos existentes se utilizará dos relatórios de acompanhamento realizados para todos os empreendimentos beneficiados ao longo dos 3 primeiros anos. Além disso, deve incorporar uma pesquisa de campo com questões complementares. .

Dentre os empreendimentos existentes levantados em 2010, um grupo daqueles que não receberam apoio do Programa será sorteado para compor a amostra controle. Esta amostra será distribuída por cadeia produtiva/produto e por região de acordo com a distribuição dos empreendimentos apoiados. Para estes empreendimentos será feita uma pesquisa coletando as informações que possibilitam a comparação do aumento do volume de vendas (volume de vendas declarado nesta ocasião – volume de vendas na situação inicial) das organizações apoiadas e não apoiadas pelo projeto.

- **Empreendimentos novos**

Como a linha de base para os novos empreendimentos está baseada na situação dos produtores rurais pertencentes ao grupo apoiado, deverá realizar-se uma pesquisa de campo com os mesmos produtores pesquisados inicialmente. A idéia é verificar, entre outras variáveis, se houve avanço na comercialização de seus produtos ligados ao empreendimento apoiado, seja na quantidade, no preço obtido ou na diversificação de clientes.

Além disso, todos os novos empreendimentos devem ser acompanhados ao longo dos 3 anos de execução do projeto. Os relatórios gerados a partir deste acompanhamento devem servir de base para descrição da situação/evolução destes empreendimentos desde seu início. Se necessário, poderá ser realizado uma pesquisa de campo complementar.

Avaliação final

- **Empreendimentos existentes**

A avaliação final para os empreendimentos existentes se utilizará dos relatórios de acompanhamento realizados para os empreendimentos beneficiados ao longo do Programa, de forma a verificar a sua evolução no período.

Além disso, deve incorporar uma pesquisa de campo com questões complementares às acompanhadas. Estes resultados serão comparados aos provenientes da avaliação de meio termo de forma que possibilite medir o indicador proposto.

Para a amostra controle, deverá ser realizada uma pesquisa de campo na mesma amostra pesquisada para a avaliação de meio termo e, se necessário deve ser expandida para outros empreendimentos. Esta amostra será distribuída por cadeia produtiva/produto e por região de acordo com a distribuição dos empreendimentos apoiados de forma a possibilitar a comparação do aumento do volume de vendas (volume de vendas declarado nesta ocasião – volume de vendas na situação inicial) das organizações apoiadas e não apoiadas pelo projeto.

- **Empreendimentos novos**

Como a linha de base para os novos empreendimentos está baseada na situação dos produtores rurais pertencentes ao grupo apoiado, deverá realizar-se uma pesquisa de campo com os mesmos produtores pesquisados na avaliação de meio prazo. Além disso, deverá ser pesquisada outra amostra com produtores que constituíram empreendimento nos anos 4, e 5.

A idéia é verificar, entre outras variáveis, se houve avanço na comercialização de seus produtos ligados ao empreendimento apoiado, seja na quantidade, no preço obtido ou na diversificação de clientes.

Além disso, estes novos empreendimentos deverão ser acompanhados ao longo da execução do projeto. Os relatórios gerados a partir deste acompanhamento devem servir de base para descrição da situação/evolução destes empreendimentos desde seu início. Se necessário, poderá ser realizado uma pesquisa de campo complementar.

Indicador 3

- **Aumento de preço do produto, recebido pelo agricultor (agregação de valor).**

Unidade de pesquisa: empreendimentos de agregação de valor existentes e novos.

Avaliação inicial

Como linha de base deste indicador, na pesquisa inicial dos empreendimentos existentes será informado o preço médio por unidade de produto vendido. Este preço médio pode ser comparado ao preço praticado no mercado da região onde o empreendimento se encontra e onde ele comercializa.

Avaliação de meio termo

Através do acompanhamento sistemático de todos os empreendimentos, tem-se a evolução dos preços médios de venda por unidade de produto que deve ser comparado com o preço médio praticado antes do benefício e com os preços médios praticados onde o empreendimento se encontra e onde ele comercializa.

Avaliação final

Através do acompanhamento sistemático dos empreendimentos, tem-se a evolução dos preços médios de venda por unidade de produto que deve ser comparado com o preço médio praticado antes do benefício e com os preços médios praticados onde o empreendimento se encontra e onde ele comercializa.

- **Implementação coordenada de 6 programas públicos para promoção de negócios rurais**

  Um dos objetivos do Programa é aumentar a capacidade dos serviços públicos para promover a competitividade rural. Nesta direção o Programa apoiará a implementação coordenada de 6 ações públicas indutoras do desenvolvimento dos empreendimentos rurais:

  - 65% dos recursos hídricos endógenos gerenciados de forma planificada, com base em uma gestão descentralizada e participativa.
  - 10% do território do estado (990 mil hectares) trabalhado sob o conceito de corredor ecológico para a coexistência sustentável da produção e da preservação.
  - 100% da reabilitação de caminhos rurais realizada em coordenação com a implantação de projetos estruturantes.
  - 60 % do financiamento público a empreendimentos rurais envolvendo agricultura familiar, canalizado através da nova estratégia de ATER.
  - Serviços de inspeção sanitária de produtos de origem animal em agroindústrias familiares e de certificação fitossanitária re-estruturados para atender a AF.
  - Escolas rurais desenvolvendo ações interdisciplinares de acordo com o PEEA.

Avaliação inicial

Está previsto para 2011 a realização de diagnósticos da situação inicial de duas das ações apoiadas pelo programa:

- Diagnóstico da situação dos 16 comitês de bacias hidrográficas:

No programa estão previstos o aprimoramento da gestão dos recursos hídricos em bacias hidrográficas e o apoio a elaboração e implementação de 14 planos de bacias hidrográficas. O programa apoiará a organização institucional, gerencial, financeira e orçamentária do comitê; a melhoria da estrutura (equipe e material de trabalho); a capacitação de técnicos para a elaboração dos planos, entre outros.

Este diagnóstico será realizado no ano de 2011 e tem por objetivo levantar a situação atual, para, posteriormente, poder avaliar sua evolução.

- Diagnóstico da inspeção de produtos animais e vegetais na comercialização:

O programa prevê o fortalecimento da defesa sanitária animal e vegetal. O objetivo geral é promover ações de defesa sanitária animal e vegetal orientadas para a inclusão social e o aumento sustentável da competitividade da agricultura familiar nos sistemas de mercado, garantindo a qualidade e a excelência dos alimentos, particularmente aqueles produzidos e processados, nos pequenos empreendimentos familiares.

Para isso, as ações a serem executadas estão organizadas em três grupos:

- Atividades de Suporte: Estudo da legislação para a inserção dos produtos gerados pela agricultura familiar nos mercados e desenvolvimento e implantação de um sistema informatizado para a vigilância sanitária animal e vegetal.
- Atividade Finalística 1: Certificação fitossanitária, de qualidade e inocuidade dos produtos, subprodutos e resíduos de origem vegetal;
- Atividade Finalística 2: Inspeção de produtos de origem animal, melhoria da sanidade e reestruturação do processo de fiscalização e vigilância sanitária de Santa Catarina.

O diagnóstico deve ser realizado em 2011 e tem por objetivo elucidar a situação atual deste tipo de serviço sem o apoio do programa, para, posteriormente, verificar sua evolução com o apoio do programa.

Avaliação de meio-termo

- Comitês de bacias
- Defesa sanitária
- Corredores ecológicos (pagamento por serviços ambientais, crédito de conservação, gestão)
- Ater
- Escolas – educação ambiental

Avaliação final

- Comitês de bacias
- Defesa sanitária
- Corredores ecológicos (pagamento por serviços ambientais, crédito de conservação, gestão) – Estudo da evolução da paisagem – fotos aerofotogramétricas
- Ater
- Escolas – educação ambiental

Metodologia utilizada:

Os métodos quase-experimentais podem ser usados para empreender uma avaliação quando não é possível construir grupos de tratamento e de comparação através de procedimentos aleatórios. São utilizados controles estatísticos para identificar diferenças entre os grupos de tratamento e de comparação, e técnicas de *matching* são usadas para construir um grupo de comparação tão similar quanto possível ao grupo de tratamento. Um grupo de controle (ou de comparação) deve ser necessariamente selecionado de modo aleatório da mesma população em que se encontra o grupo de beneficiários e deve ser o mais semelhante possível ao grupo de beneficiários em todos os aspectos, exceto pelo fato de participar ou não do programa.

Programas como o SC Rural apresentam algumas dificuldades para a realização de estudos de impacto, sendo a principal delas o viés de seleção. Como os próprios grupos apresentam suas propostas de projetos estruturantes, existe desde o início uma tendência a que grupos melhor organizados tenham seus projetos aprovados. Portanto, uma simples comparação entre a evolução da qualidade de vida destes grupos com outros que não possuem nenhum projeto tenderiam a sobrevalorizar o impacto do programa.

Além disso, deve-se considerar o efeito da integração do SC Rural com outros programas e projetos, os quais podem ser responsáveis conjuntamente pela geração de efeitos sobre a qualidade de vida dos beneficiários do Programa. Dependendo da intensidade dessa

integração, deve-se considerar um desenho amostral estratificado por tipos de programa com os quais o SC Rural interage mais. Por exemplo, pode-se estratificar a amostra do estudo para incluir "quotas" de comunidades cujos projetos beneficiem-se não só do SC Rural, mas da integração com outros programas específicos.

Assim, seria possível analisar se os resultados destes projetos "integrados" são diferentes de outros projetos para os quais não haja essa interação.

Para obter-se o melhor resultado possível propõe-se utilizar, no caso de SC Rural, uma combinação de metodologias que visam corrigir problemas oriundos do viés de seleção.

O desenho amostral:

O desenho amostral proposto para avaliar o impacto do SC Rural é o quase experimental, que consiste em selecionar tanto a amostra de beneficiários (grupo "tratamento") como a amostra controle dentre os grupos que solicitaram projetos do programa, O grupo tratamento será formado pelos projetos que obtiveram financiamento para implementação dos mesmos, enquanto o grupo controle pelos projetos que teriam sido aprovados, mas não financiados. Este método é conhecido como "pipeline" ou "lista de espera".

Especificamente, o universo a ser considerado para a seleção amostral do grupo tratamento será composto de grupos de beneficiários cujos projetos estruturantes sejam aprovados e iniciem a implementação durante o ano em que o estudo será realizado. A amostra controle será selecionada dentre os solicitantes recentemente aprovados, ou pré-aprovados, mas cujos projetos não fazem parte da lista financiada (pressupondo que existe possibilidade de encontrarmos grupos com solicitações aprovadas, mas que podem ficar 1 a 2 anos sem financiamento).

Espera-se que depois de 3 anos de realizado o perfil de entrada (por ocasião da avaliação meio-termo), a grande maioria dos projetos do grupo controle se encontrem em uma das seguintes situações:

i. o projeto ainda não foi financiado ou acaba de ser financiado e está ainda em fase de implementação; ou
ii. o projeto já foi implementado, mas há poucos meses. Isso nos permitiria medir o impacto do programa comparando a evolução de beneficiários com a do controle.

Uso do segundo método: "propensity-score" na seleção dos grupos: a seleção amostral dentro desse universo de projetos pode seguir uma dentre duas opções:

i. seleção aleatória dos grupos beneficiários, estratificada por tipo de projeto e região, ou também por tipo de programa com o qual o haja "integração", seguida de um "pareamento" com os grupos controle, feito através do uso de "propensity-score" que utilize os dados dos perfis dos grupos, assim selecionando dentre as unidades controle aquelas que sejam mais similares aos grupos beneficiados previamente selecionadas ; e
ii. seleção de pares "tratamento-controle", realizando o "propensity-score" com todas os grupos tratamento e controle, usando dados dos perfis dos grupos, para selecionar os pares mais similares dentre todos, também estratificando por tipo de projeto e região, ou por tipo de programa com o qual haja integração.

O tamanho da amostra deve ser definido com base em cálculos estatísticos de modo a permitir que na análise dos dados haja possibilidade de se distinguir mudanças de aproximadamente 5% nos indicadores considerados, com 95% de confiança.

Para os projetos de "Empreendimentos de Agregação de Valor Agrícolas e Não-agrícolas" beneficiados pelo programa o levantamento de informações se dará de forma censitária, ou

seja, todos os projetos serão acompanhados. A seleção dos grupos controle se dará através de pareamento.

Para os projetos de "Melhoria de Sistemas de Produção" o estudo será baseado em dois níveis de análise: famílias agricultoras e projetos estruturantes. Toda a descrição acima sobre metodologia para a seleção amostral aplica-se diretamente ao nível de grupos candidatos a projetos estruturantes. Após a seleção dos grupos que fariam parte das amostras, seleciona-se aleatoriamente famílias, em cada projeto, que sejam indicadas como beneficiárias diretas do projeto, os quais comporiam esta base amostral. No caso da amostra controle, os agricultores a serem selecionados deveriam fazerparte da lista de famílias indicadas para serem beneficiadas pelos projetos.

Plano de amostragem: grupos de melhoria de sistemas de produção

A linha de apoio a grupos de melhoria de sistemas de produção deverá atingir 20.000 beneficiários. Em função da impossibilidade de se obter informações à cerca de todos estes beneficiários, com o objetivo de avaliar resultados e impactos destes investimentos será dimensionada uma amostra representativa destes.

Por ocasião da avaliação de meio termo, de posse das informações iniciais para os agricultores de todos os grupos que tiveram seus projetos de melhoria de sistemas de produção elaborados, será dimensionada uma amostra a ser pesquisada com o objetivo de avaliar os resultados alcançados até então (3º ano do programa) que será expandida para os beneficiados a partir do 3º ano para a avaliação final do programa.

Para cada cadeia produtiva cujo sistema de produção venha a ser trabalhado pelo programa se dimensionará uma amostra aleatória simples independente.

As variáveis cujas variâncias servirão de base para o dimensionamento destas amostras serão obtidas a partir do levantamento inicial:

- Bovinocultura de leite (n1) – produtividade l/vaca/ano
- Grãos (n2) – produtividade kg/ha das principais culturas e adotar o n maior
- Fruticultura (n3) - produtividade kg/ha das principais culturas e adotar o n maior
- Olericultura (n4) – volume de vendas/área (R$??)
- Outros (n5)

A partir da equação $n = N.t_\alpha^2.s^2/[(N.d^2) + (t_\alpha^2.s^2)]$ *(equação usual de determinação de tamanho da amostra aleatória simples), onde:*

n - tamanho da amostra (número de unidades)

N - tamanho do universo (número de unidades da população considerada);

α - nível de significância (erro máximo admitido de seleção de uma amostra tendenciosa) ;

t_α *- valor crítico para o nível de significância considerado*

s - estimativa do desvio padrão da variável X.

d - precisão (margem de erro admitida, da média da amostra em relação à média do universo), foram estabelecidos os tamanhos n *da amostra, para um nível de significância α = 5% e precisão d = 5%.*

A partir da dimensão da amostra 'n' calculada para as cadeias produtivas resultará no número de beneficiários que serão pesquisados. Estes beneficiários serão distribuídos nos grupos de melhoria de sistema de produção formados até então (a amostra será formada por 40% dos beneficiários de ¼ dos grupos). Para o controle serão tomados os agricultores

pertencentes aos grupos que ainda não receberam benefício até então. A distribuição da amostra será proporcional ao número de beneficiários nas regiões para cada cadeia.

Expansão da Amostra

A apuração da pesquisa e a subseqüente avaliação do projeto implicam na necessidade de extrapolar os valores dos parâmetros da amostra (média, total, etc.) para seus correspondentes no universo. Estas inferências estabelecidas por intervalos de confiança entorno daqueles indicadores amostrais, podem ser determinadas, para qualquer variável considerada, a partir das equações correspondentes. Assim, para a média e o total de uma variável considerada, os respectivos valores na população são dados por:

Intervalo de confiança (IC) para a média

$\bar{x} \pm t_{\alpha}.s.[(1- f)/n]^{½}$

IC para o valor total da população

- $N.\ \bar{x} \pm t_{\alpha}.N.s.[(1- f)/n]^{½}$,

onde: $\bar{x}$ = valor médio da amostra;

t_{α} = valor crítico para o nível de significância considerado;

s = desvio padrão da amostra;

N = número de unidades da população;

n = número de unidades da amostra;

f=n/N.

ESTRUTURA DA AVALIAÇÃO

Avaliação inicial:

- Diagnóstico das agroindústrias e de outras atividades de agregação de valor, agrícolas e não agrícolas e das redes de cooperação (condomínios, associações e cooperativas) da agricultura familiar, pescadores e maricultores de Santa Catarina.
- Pesquisa com beneficiários de melhoria de sistema de produção – entrantes
- Diagnóstico da situação dos 16 comitês de bacias hidrográficas
- Diagnóstico do funcionamento do serviço de inspeção da comercialização de produtos animais e vegetais

Diagnóstico dos empreendimentos de agregação de valor e redes de cooperação

Diagnóstico do perfil dos empreendimentos de agregação de valor agropecuário e de outras atividades ligadas ao setor, assim como das redes de cooperação existentes no estado em 2010. Através das informações levantadas nesta pesquisa ter-se-á a "*base line*" da situação inicial destes empreendimentos e redes antes da implantação do programa Santa Catarina Rural.

Linha de ação do Programa: Apoiar a implementação de 500 projetos estruturantes/planos de negócios/alianças produtivas, sendo 190 novos empreendimentos agroindustriais, 200 já existentes, e 110 novos empreendimentos de atividades não agrícolas;

Resultados esperados do programa para esta linha de ação

- Agroindústrias e empreendimentos familiares legalizados e estruturados para melhorar o acesso ao mercado;
- Agroindústrias apoiadas incorporando aspectos de adaptação e mitigação às mudanças climáticas;
- Aumento de 30% no volume de venda das organizações apoiadas;
- Conexão via internet implantada em 500 projetos estruturantes/planos de negócio e 30 projetos de turismo rural.

Fonte de dados: pesquisa de campo realizada em agosto/setembro de 2010 (referentes a dados de produção de 2009), onde serão levantadas informações dos empreendimentos e redes de cooperação da agricultura familiar de Santa Catarina.

Os dados serão levantados através de 3 tipos de questionários, englobando 3 categorias diferentes de empreendimentos/redes, quais sejam:

- Empreendimentos que processam produtos agropecuários (agroindústrias)
- Empreendimentos voltados a outras atividades de agregação de valor (agrícola e não agrícola)
- Redes de cooperação

Dados levantados nos empreendimentos:

- **Localização**
- **Composição** - cooperados/sócios/proprietários (individual, grupal, gênero, faixa etária).
- **Tipo de empreendimento** – (associação, empresa, cooperativa etc.).
- **Aspectos legais** – CNPJ, inspeção sanitária, registro de produto, licença ambiental, rótulo, marca) .
- **Produto -** produção, venda e preço médio por produto.
- **Matéria-prima** – produto quantidade e dificuldades.
- **Comercialização** – tipo e número de clientes, localização territorial dos clientes.
- **Gestão do empreendimento** – administração, vendas, controle administrativos, documentação, capacitação, assessoria na criação e assistência técnica.
- **Infra-estrutura do empreendimento** – tamanho da planta, situação do imóvel, equipamentos básicos, condições das estradas de acesso, acesso a internet, qualidade da energia elétrica.
- **Mão de obra** – número de pessoas trabalhando, temporários, permanentes, familiares contratados, dias de funcionamento do empreendimento
- **Investimentos** – investimentos com recursos próprios, de financiamento. E de outros recursos. Acesso a programas e políticas públicas, expectativas futuras, satisfação com o empreendimento.
- **Aspectos ambientais** – fontes de energia, fontes de captação de água, áreas de reserva legal, cadastro de usuários de água, tratamento de efluentes, reciclagem de lixo, captação de água da chuva.

De posse destas informações, a equipe fará um diagnóstico da situação dos empreendimentos de agregação de valor e redes de cooperação no estado, que servira de *base line* para a avaliação do programa Santa Catarina Rural.
Do total de empreendimentos pesquisados, parte deverá ser beneficiada pelo Programa Santa Catarina Rural. Destes, uma amostra ou sua totalidade (ainda a definir) deverá ser acompanhado sistematicamente. Ou seja, num período ainda a ser definido buscar-se-á

informações acerca destes empreendimentos de modo a acompanhar sua evolução e os reflexos das ações do Programa nesta.
Uma outra parcela deste universo não será beneficiada pelo Programa. Desta forma para a avaliação de meio termo, sortear-se-á uma amostra, que será pesquisada para que se possa fazer a comparação da evolução dos empreendimentos que foram beneficiados pelo programa e os que não foram.

Cronograma de execução

	fev	mar	abr	mai	jun	jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	fev	mar
Planejamento/confecção questionários	**x**	**x**	**x**	**x**	**x**	**x**							
Pesquisa piloto				**x**	**x**								
Capacitação						**x**							
Pesquisa a campo							**x**	**x**	**x**				
Critica dos dados									**x**	**x**	**x**		
Divulgação dos dados												**x**	
Relatório													**x**

Pesquisa com beneficiários de melhoria de sistema de produção – entrantes

Pesquisa realizada quando o grupo de produtores que receberá benefícios em melhoria de sistema de produção tiver seu projeto aprovado e encaminhado para benefício. O número de produtores pesquisados, assim como o grupo a que pertencem e a cadeia produtiva que caracteriza sua atividade, deverão ser dimensionados por métodos estatísticos que garantam sua extrapolação para o universo das principais cadeias de produção beneficiadas.

Esta pesquisa deverá ser realizada gradualmente, na proporção de que grupos de produtores forem beneficiados. As informações resultantes da pesquisa configurará no *"Base line"* para este grupo de beneficiários.

Linha de ação do Programa: Apoiar 25.000 famílias para a melhoria/diversificação dos sistemas de produção, associadas aos 500 projetos estruturantes/planos de negócios programados;

Resultados esperados da ação do Programa:

- Produtividade da terra (culturas e pastagens) e do trabalho em termos de margem bruta nas atividades apoiadas aumentada em 20 %;
- 20.000 agricultores com sistemas produtivos melhorados incorporando aspectos de adaptação e mitigação às mudanças climáticas;

Dados levantados:
Localização
Caracterização do beneficiário e sua família
Caracterização do grupo beneficiado:
Informações da atividade beneficiada
Produção e comercialização: Produção, produtividade, produção vendida, preços médios, número e distribuição territorial dos clientes
Custo de produção
Mão-de-obra utilizada na atividade

Diagnóstico da situação dos 16 comitês de bacias hidrográficas

O aprimoramento da gestão dos recursos hídricos em bacias hidrográficas é essencial para o aperfeiçoamento da gestão pública das águas catarinenses. Como a gestão dos recursos hídricos ocorrerá de forma descentralizada nas bacias hidrográficas, a participação e o fortalecimento dos comitês são fundamentais. Neste sentido ocorre a necessidade do envolvimento e da capacitação de atores sociais, usuários de água e a população da bacia, sobre o papel e o funcionamento dos comitês no gerenciamento das águas.

O plano de bacia é o instrumento adequado ao estabelecimento de propostas de ações que irão dirimir os conflitos pelo uso da água. Com a integração do sistema de informações e o cadastro de usuários, haverá a possibilidade de discutir junto aos comitês da bacias, critérios para garantir água para os atuais e futuros usos da água previsto nos planos de bacias. Com a elaboração dos planos estratégicos de forma integrada com as demais ações previstas, ocorrerá um fortalecimento dos comitês de bacias, possibilitando a participação da sociedade catarinense na construção e gestão desta política pública.

Aprimorar Sistema de Gestão de RH em bacias hidrográficas

- Melhorar a organização dos comitês (gerenciamento orçamentário e financeiro, regimento interno e câmaras técnicas)
- Realizar 12 Cursos sobre Elaboração e Gestão de Projetos Técnicos
- Realizar 48 Cursos sobre Orientação para inclusão de informações no SIRHESC
- Realizar 36 Seminários sobre Gestão de Recursos Hídricos
- Realizar 16 Seminários sobre a Implementação da Política de Recursos Hídricos e seu papel junto aos Comitês de Bacias
- Realizar 96 Cursos sobre Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos: Instrumentos de Gestão
- Realizar 12 Seminários sobre Planejamento dos Planos de Bacias: Subsídios técnicos
- Realizar 96 Campanhas para promoção e divulgação das atividades dos Comitês
- Realizar 48 Campanhas para a participação das ADM's nos Comitês de Bacias
- Realizar 6 Intercâmbios entre comitês de bacia estaduais e interestaduais

O objeto central desta ação é o comitê, onde através da capacitação, os mesmos terão subsídios para desenvolver suas atribuições, como um "guarda-chuva". As experiências adquiridas serão compartilhadas entre os comitês através do intercâmbio, sendo uma via de mão dupla na troca de conhecimento.

Todas as ações estarão alicerçadas em uma estruturação física, administrativa e de apoio, garantindo e fortalecendo o papel dos comitês no gerenciamento dos recursos hídricos. Para disseminar as ações desenvolvidas pelos comitês e promover um maior diálogo com a sociedade da bacia, ações de publicidade e promoção serão realizadas para aproximar a população da bacia e os usuários de água deste fórum de discussão sobre a gestão da água.

Dado a importância dos comitês de bacias para a gestão dos recursos hídricos e a dimensão que se espera alcançar com apoio do Programa, é importante que se acompanhe a evolução da organização, planejamento e funcionamento destes comitês no decorrer do Programa.

Para a avaliação inicial, propõe-se um levantamento da situação inicial dos 16 comitês de bacias, de forma a propiciar o acompanhamento de sua evolução no decorrer do Programa.

Diagnóstico do funcionamento do serviço de inspeção da comercialização de produtos animais e vegetais

Essa atividade será executada pela Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina – CIDASC, em parceria com a Epagri e associações de produtores.

O objetivo geral é promover ações de defesa sanitária animal e vegetal orientadas para a inclusão social e o aumento sustentável da competitividade da agricultura familiar nos sistemas de mercado, garantindo a qualidade e a excelência dos alimentos, particularmente aqueles produzidos e processados, nos pequenos empreendimentos familiares.

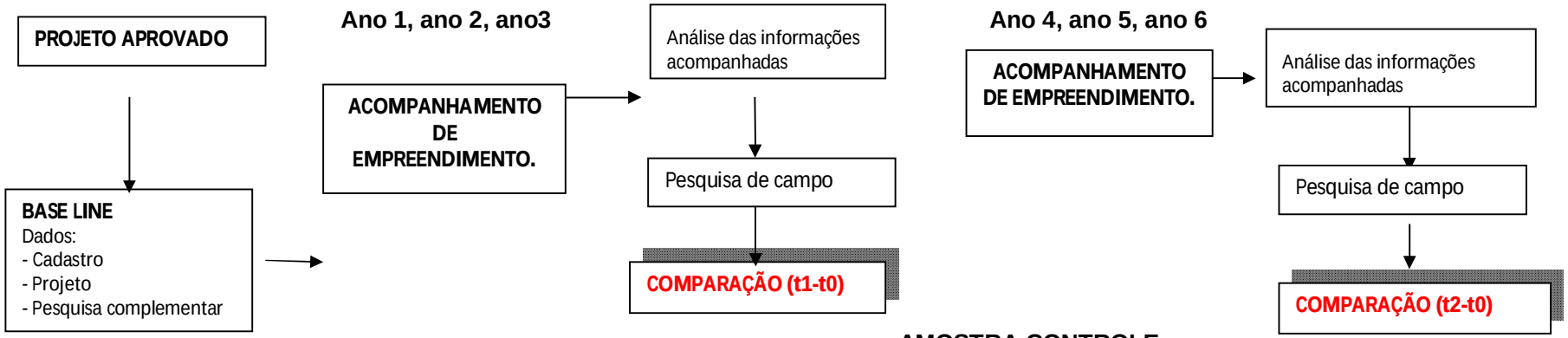
Para isso, as ações a serem executadas estão organizadas em três grupos:

- Atividades de Suporte: Estudo da legislação para a inserção dos produtos gerados pela agricultura familiar nos mercados e desenvolvimento e implantação de um sistema informatizado para a vigilância sanitária animal e vegetal.
- Atividade Finalística 1: Defesa Sanitária Vegetal, qualidade e inocuidade dos produtos, subprodutos e resíduos de origem vegetal;
- Atividade Finalística 2: Inspeção de produtos de origem animal, melhoria da sanidade e reestruturação do processo de fiscalização e vigilância sanitária de Santa Catarina;

Para a avaliação inicial, propõe-se um levantamento da situação inicial deste tipo de serviço no estado, de forma a propiciar o acompanhamento de sua evolução no decorrer do Programa.

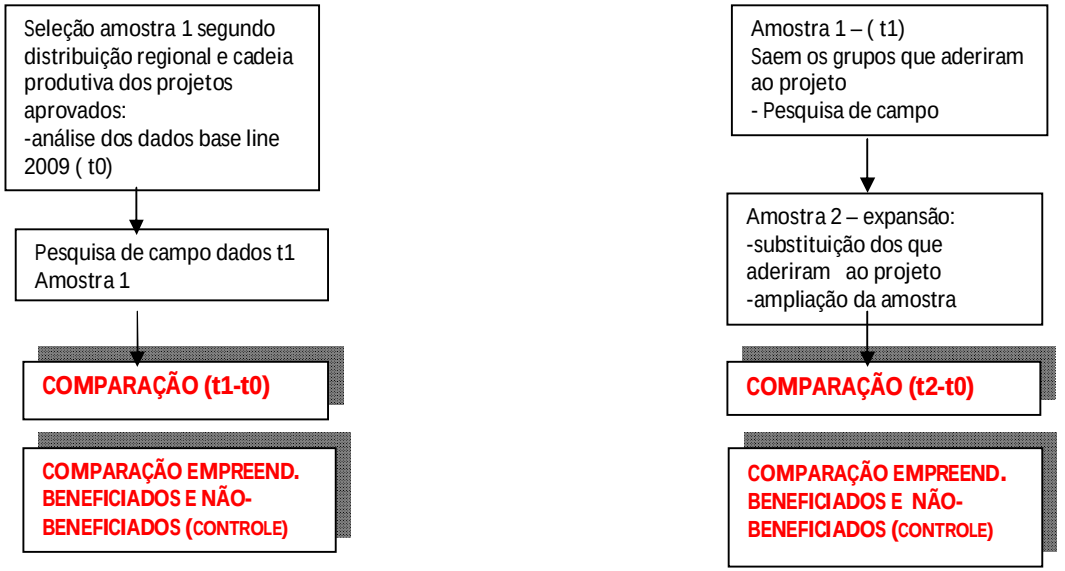
AVALIAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS EXISTENTES

TEMPO 0 **TEMPO 1** **TEMPO 2**

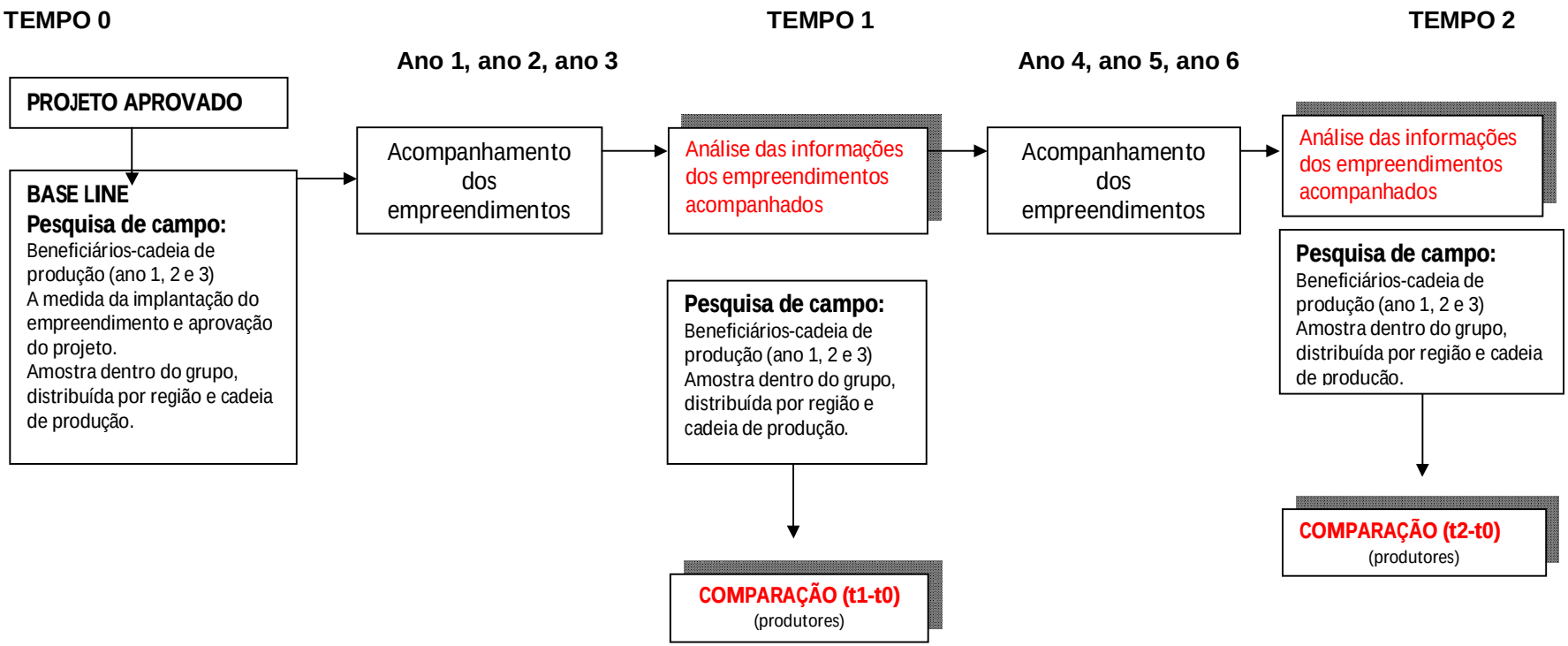


AMOSTRA CONTROLE

AMOSTRA CONTROLE


Seleção amostra 1 segundo distribuição regional e cadeia produtiva dos projetos aprovados:
-análise dos dados base line 2009 (t0)
Pesquisa de campo dados t1 Amostra 1
COMPARAÇÃO (t1-t0)
COMPARAÇÃO EMPREEND. BENEFICIADOS E NÃO-BENEFICIADOS (CONTROLE)
Amostra 1 – (t1)
Saem os grupos que aderiram ao projeto
- Pesquisa de campo
Amostra 2 – expansão:
-substituição dos que aderiram ao projeto
-ampliação da amostra
COMPARAÇÃO (t2-t0)
COMPARAÇÃO EMPREEND. BENEFICIADOS E NÃO-BENEFICIADOS (CONTROLE)

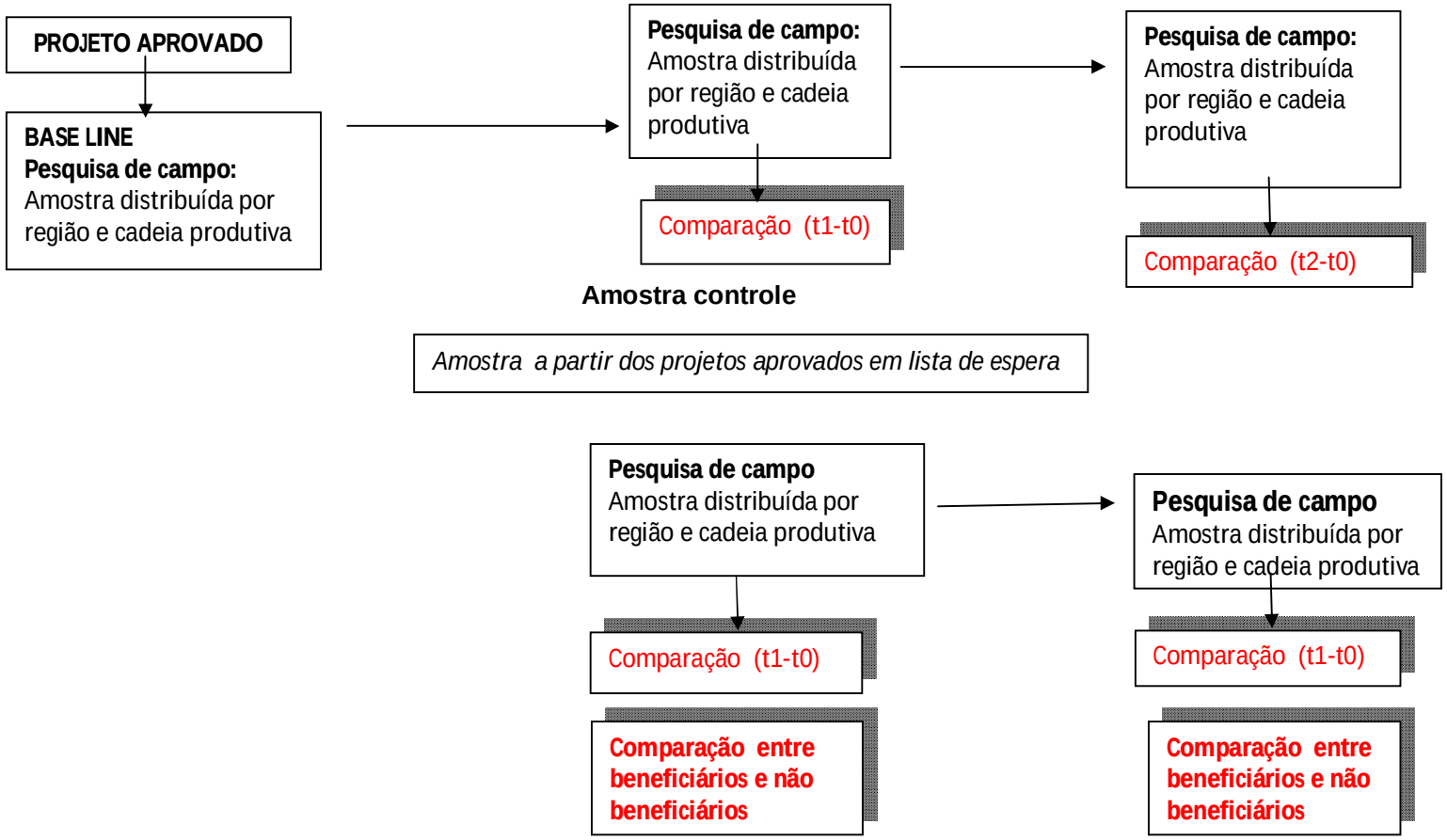
AVALIAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS NOVOS


TEMPO 0
TEMPO 1
TEMPO 2
Ano 1, ano 2, ano 3
Ano 4, ano 5, ano 6
PROJETO APROVADO
BASE LINE
Pesquisa de campo:
Beneficiários-cadeia de produção (ano 1, 2 e 3)
A medida da implantação do empreendimento e aprovação do projeto.
Amostra dentro do grupo, distribuída por região e cadeia de produção.
Acompanhamento dos empreendimentos
Análise das informações dos empreendimentos acompanhados
Pesquisa de campo:
Beneficiários-cadeia de produção (ano 1, 2 e 3)
Amostra dentro do grupo, distribuída por região e cadeia de produção.
COMPARAÇÃO (t1-t0)
(produtores)
Acompanhamento dos empreendimentos
Análise das informações dos empreendimentos acompanhados
Pesquisa de campo:
Beneficiários-cadeia de produção (ano 1, 2 e 3)
Amostra dentro do grupo, distribuída por região e cadeia de produção.
COMPARAÇÃO (t2-t0)
(produtores)

AVALIAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS DE MELHORIA DE SISTEMA DE PRODUÇÃO

Tempo 0 **Tempo 1** **Tempo 2**

AMOSTRA DE BENEFICIÁRIOS


PROJETO APROVADO
BASE LINE
Pesquisa de campo:
Amostra distribuída por região e cadeia produtiva
Pesquisa de campo:
Amostra distribuída por região e cadeia produtiva
Comparação (t1-t0)
Pesquisa de campo:
Amostra distribuída por região e cadeia produtiva
Comparação (t2-t0)
Amostra controle
Amostra a partir dos projetos aprovados em lista de espera
Pesquisa de campo
Amostra distribuída por região e cadeia produtiva
Comparação (t1-t0)
Comparação entre beneficiários e não beneficiários
Pesquisa de campo
Amostra distribuída por região e cadeia produtiva
Comparação (t1-t0)
Comparação entre beneficiários e não beneficiários

ANEXO 44 - Quadro Resumo de Metas por componentes e subcomponentes

Metas por componentes e subcomponentes
- Componente de Produção Sustentável e Empreeendorismo da Agricultura Familiar **- Subcomponente 1.1 - Pré-investimentos:** - Apoiar a formação de 63 novas redes de cooperação/alianças e o fortalecimento de 75 existentes, num total de 138 organizações de agricultores familiares; - Capacitar 45.000 famílias rurais, 1.500 jovens em liderança e empreendedorismo, 650 famílias indígenas, 1.480 técnicos e 3.500 lideranças; - Apoiar a elaboração de projetos estruturantes/planos de negócios através da contratação de serviços técnicos; - Apoiar a implantação de 550 Unidades de Referência Técnica, com recursos do Fundo de Investimentos; - Implantar 90 Unidades de Validação de Tecnologias;
- Subcomponente 1.2 - Investimentos Produtivos e de Agregação de Valor - Apoiar 15.000 famílias em práticas de manejo de recursos naturais; - Apoiar a implantação de 75.000 hectares com práticas de manejo em sistemas silvopastoril; - Apoiar a reabilitação e proteção de 2.500 hectares de matas ciliares e reserva legal; - Apoiar 3.500 famílias no manejo de dejetos animais; - Apoiar a comercialização de 950 hectares como créditos de conservação e recuperação nos Corredores Ecológicos da Bacia do Rio Chapecó e do Rio Timbó. - Apoiar a criação e implantação de 190 novos empreendimentos agroindustriais - Apoiar melhorias de 200 empreendimentos já existentes; - Apoiar 20.000 famílias para a melhoria/diversificação dos sistemas de produção associado aos 500 projetos estruturantes/planos de negócios; - Apoiar a criação e implantação de 110 novos empreendimentos não-agrícolas; - Apoiar a implantação de conexão via internet em 500 projetos estruturantes/planos de negócios, envolvendo as 138 redes de cooperação/alianças produtivas previstas.
- Componente de Fortalecimento de Atividades Estruturantes da Competitividade Rural **- Gestão Ambiental** - Realizar Levantamento aerofotogramétrico do Estado de Santa Catarina; - Reformular e atualizar Sistema de Informações de Recursos Hídricos - SIRHESC; - Implementar Cadastro de Usuários em 14 bacias hidrográficas; - Realizar Mapeamento Hidrogeológico; - Implantar Sistema estadual de monitoramento e alerta hidrometeorológico; - Aprimorar Sistema de Gestão de RH em bacias hidrográficas; - Elaborar 14 planos de bacias hidrográficas; - Implantar as Unidades de Gestão dos Corredores Ecológicos da bacia do Rio Chapecó e da bacia do Rio Timbó; - 200 propriedades da agricultura familiar incluídas no Sistema de Integração Ecológico Econômico – SIEE;

- Implantar o Cadastro de Áreas de Estoque Incremental Florestal – CADEF;

- Organizar 500 grupos temáticos de Ed. Ambiental com jovens rurais e indígenas;

- Melhorar a condição operacional de 1.300 quilômetros de estradas rurais terciárias;

- Estruturar, desenvolver e qualificar 10 projetos de turismo rural existentes e 20 novos;

- Credenciar 2.500 unidades de produção familiar no sistema de certificação fitossanitária vegetal;

- Apoiar a legalização junto ao Serviço de Inspeção Estadual de 420 empreendimentos agroindustriais familiares de produtos animais;

- Disponibilizar assistência técnica e extensão rural para 90.000 famílias rurais, 10.000 jovens rurais e 1.920 famílias de indígenas;

ANEXO 45 – Marco de Reassentamento Involuntário

Governo do Estado de Santa Catarina.
Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca
Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento

PROGRAMA SANTA CATARINA RURAL

Marco de Reassentamento Involuntário

Florianópolis, Dezembro 2009

Introdução

Este documento[1] apresenta a Política de Reassentamento Involuntário a ser adotada pelo Programa Santa Catarina Rural / Microbacias 3 – PROGRAMA SC RURAL/MB3, em execução pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Agricultura e do Desenvolvimento Rural.

A metodologia para o tratamento de deslocamentos físicos involuntários de população, em função de processos de desapropriação, decorrentes de projetos rodoviários se pauta em diretrizes estabelecidas nas políticas operativas do Banco Interamericano de Desenvolvimento, expressas na OP-710 "Reassentamento Involuntário", datada de maio de 1998 e na Política de Reassentamento Involuntário do Banco Mundial – OP 4.12 e em experiências de projetos de mesma natureza.

Essa política, voltada ao atendimento de segmentos vulneráveis da população afetada pela implantação de empreendimentos, define os aspectos considerados relevantes para a aprovação de projetos pelo Banco, embora não prescinda da observância de normas nacionais e estaduais relacionadas a este fim.

É importante considerar que, além da atividade de melhoria do sistema viário rural, nenhum outro Componente, Subcomponente da estrutura do Programa Santa Catarina Rural/Microbacias 3, apoiado com recursos do Banco Mundial terá necessidade de estabelecer processo de desapropriação, compra de terras e reassentamento populacional.

Objetivos

Os objetivos deste Marco Conceitual da Política de Reassentamento Involuntário do PROGRAMA SC RURAL, para o tratamento das questões que envolvem o deslocamento de população, em função de processos de desapropriação, em razão da implantação de obras se traduzem na formulação de diretrizes, metodologia e procedimentos nas etapas de elaboração, execução, monitoramento e avaliação do Projeto que visam:

- definir a postura do órgão em situações dessa natureza;
- estabelecer procedimentos homogêneos para o tratamento dessas questões, por parte do órgão e de empresas contratadas para a elaboração de projetos e execução de obras;

- garantir um tratamento eqüitativo para o atendimento desses segmentos sociais;
- minimizar alterações prejudiciais no modo vida das famílias afetadas; e
- agilizar a aprovação de projetos e obras que envolvam o deslocamento de população, em função de processos de desapropriação, por parte de entidades multilaterais de empréstimo.
- Constituir uma espécie de manual de procedimentos, referência para a elaboração futura de Planos Específicos de Desapropriação e Reassentamento, no âmbito do desenvolvimento dos projetos executivos das diversas intervenções que compõem o Programa.
- Tornar públicas as orientações e diretrizes, tanto para as equipes de elaboração dos projetos executivos (empresas contratadas), como para a população atingida e para os responsáveis pela implementação, monitoramento e avaliação das ações (Prefeituras Municipais, Unidade de Gestão do Projeto - UGP, Epagri, Cidasc, Secretaria de Infra-estrutura e demais parceiros).

(1)Documento baseado na IS – MA – 20 – PROCEDIMENTOS PARA REASSENTAMENTO INVOLUNTÁRIO DE POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA, do DEINFRA-SC.

Diretrizes Gerais

As diretrizes gerais para o tratamento de contingentes populacionais afetados por projetos e obras se traduzem em dois princípios fundamentais:

- evitar ou reduzir ao máximo a necessidade de deslocamento de população, em função de processos de desapropriação.

O atendimento a este princípio deve ser assegurado na etapa de planejamento do empreendimento, por meio da análise de alternativas de projeto e da identificação de soluções viáveis, no âmbito técnico e econômico, que possam evitar ou minimizar o número de pessoas afetadas.

Na avaliação das vantagens e desvantagens das alternativas de projeto deverá ser considerada a estimativa dos custos de desapropriação e indenização de benfeitorias, desconsiderando o valor da depreciação, como também os custos prováveis de recomposição dos modos de vida de segmentos vulneráveis da população a ser afetada, cotejando-se as alternativas propostas, inclusive, com a hipótese de não implantação do empreendimento.

- no caso de ser imperativo o deslocamento de famílias, em função do processo de desapropriação, deverá ser assegurado um tratamento eqüitativo para o atendimento dos segmentos sociais afetados.

Quando existem famílias afetadas que têm poder aquisitivo suficiente para a auto-recomposição de suas condições de vida, poderá ser adotada a solução da desapropriação e indenização das benfeitorias, desconsiderando o valor da depreciação, em conformidade com os dispositivos constitucionais e legislação específica que rege a matéria.

Quando são afetadas famílias de baixa renda, consideradas como segmentos vulneráveis da população, com dificuldades para a recomposição de suas condições de vida, o atendimento a este princípio é corroborado na elaboração de Plano de Reassentamento que garanta a desapropriação e indenização das benfeitorias, desconsiderando o valor da depreciação, em conformidade com os dispositivos constitucionais e legislação específica que rege a matéria e condições de vida e acesso a bens e serviços, no mínimo

equivalentes aos disponíveis na situação anterior; assim como a manutenção das relações sócio-culturais.

O Plano de Reassentamento a ser elaborado deverá:

- garantir a participação das comunidades afetadas na tomada de decisão sobre o reassentamento e compensações;
- representar uma oportunidade para o desenvolvimento das comunidades afetadas;
- considerar os sistemas de propriedade informais existentes e buscar formas de compensação eqüitativas e justas;
- estabelecer os critérios para indenização, reabilitação econômica, substituição de moradia ou terras e outros benefícios, na etapa inicial de planejamento do projeto, de maneira de evitar a especulação e demais mecanismos sociais em busca de benefícios das compensações;
- as terras a serem desapropriadas deverão ser avaliadas seguindo a metodologia de valor comparativo de venda e o valor da estrutura seguirá o estabelecido nas normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas, NBR-14653.
- evitar as compensações monetárias, sempre que possível, dando preferência a alternativas de solução que efetivamente promovam melhorias das condições de vida da população;
- propiciar oportunidades econômicas para as populações deslocadas involuntariamente, em função de processos de desapropriação;
- estabelecer mecanismos independentes de mediação e arbitragem; e
- incluir no custo do projeto, todos os custos de compensação (desconsiderando o valor da depreciação) e reassentamento.

Procedimentos Operacionais

Os procedimentos para o tratamento da remoção compulsória de população na implantação de projetos viários abrangem uma seqüência de ações, das quais se destacam: a elaboração dos cadastros físico e sócio-econômico, a elaboração dos estudos básicos, a formulação de soluções específicas a serem propostas e, o acompanhamento e avaliação do andamento do programa, dentre outras.

A elaboração dos cadastros físico e sócio-econômico das propriedades e população afetada objetiva definir o universo de famílias sujeito ao deslocamento involuntário.

A data de realização do cadastramento corresponde à data marco da *habilitação* do número de famílias que contarão com medidas dirigidas à reposição das perdas decorrentes da implantação das obras, destacando-se, a partir da análise dos resultados do cadastro sócio-econômico, a identificação do contingente populacional de baixa renda, elegível a um tratamento distinto, dirigido à recomposição ou melhorias de suas condições de vida, em virtude da situação de vulnerabilidade sócio-econômica que apresentam.

Serviços Preliminares

Os trabalhos de campo iniciais para o dimensionamento do universo de famílias afetadas e alvo de remoção são efetivados com apoio do levantamento topográfico. Consistem os primeiros contatos e entendimentos com a população envolvida, que resultam nas seguintes ações:

- arrolamento das edificações afetadas e identificação do número de famílias

O arrolamento compreende a numeração das propriedades e domicílios, a elaboração de croquis da mesma, com a indicação das construções e benfeitorias e da área afetada, como também das famílias residentes nos imóveis.

Esta tarefa visa identificar e fixar o número de imóveis e famílias afetadas, congelando o atendimento proposto às mesmas e evitando, desta forma, mecanismos atuantes de intensificação dos processos de ocupação, tanto de novas construções, como do acréscimo de famílias por domicílio, por parte população que pode usar deste artifício para auferir recursos financeiros.

- cadastramento dos imóveis e famílias afetados

O cadastramento constitui o levantamento que objetiva definir as condições dos imóveis e a caracterização da situação sócio-econômica da população afetada, de forma a subsidiar o planejamento das ações voltadas à desapropriação ou ao reassentamento de famílias.

Os serviços relativos ao cadastramento são descritos a seguir, considerando-se a elaboração do cadastro físico e cadastro sócio-econômico.

Elaboração do Cadastro Físico

O cadastro físico das propriedades corresponde ao Cadastro de Desapropriação e compreende o inventário das áreas e edificações afetadas, com o intuito de dimensionar os custos de desapropriação, como também subsidiar a definição das alternativas de reposição das perdas ou melhorias das condições de vida dos segmentos vulneráveis da população que será removida. O cadastro físico compreende:

- o levantamento de todas as propriedades afetadas pela faixa de domínio da rodovia, com a localização e o arrolamento das mesmas, compreendendo a identificação numérica dos imóveis (moradias e benfeitorias) a serem removidos, o nome do proprietário e a identificação das famílias que ocupam e/ou residem na propriedade;
- a definição da data de habilitação do universo de famílias afetadas, de forma a evitar que o número total de pessoas e propriedades aumente durante o desenvolvimento do projeto;
- a descrição de todas as propriedades afetadas no que respeita a sua área total e área afetada, topografia, uso da propriedade (agrícola, residencial, comercial o misto), tipologia de ocupação e padrões das construções, zoneamento aprovado para o local, se houver;
- a descrição das edificações e benfeitorias existentes na propriedade, compreendendo área, cômodos, detalhes dos materiais empregados, dimensões e estado de conservação dos imóveis;
- o registro fotográfico das fachadas e outros detalhes importantes para subsidiar a definição dos valores de mercado da propriedade; e
- a identificação de cada propriedade no respectivo Registro de Imóveis e cadastro municipal, com a finalidade de identificar os valores de impostos pagos pelo proprietário e comparar os dados existentes na ficha cadastral do imóvel.

Elaboração do Cadastro Sócio-econômico

O cadastro sócio-econômico poderá ser desenvolvido concomitantemente ou imediatamente após a conclusão do cadastro físico e objetiva a quantificação e caracterização do universo de famílias afetadas pelo projeto (proprietário residente, não residente, famílias agregadas, inquilinos e demais categorias de ocupantes), mediante a aplicação de pesquisa socioeconômica a cada família afetada.

De modo geral, o cadastro sócio-econômico se traduz em um levantamento censitário da população afetada, cuja data limite fixa a habilitação e a elegibilidade das famílias para o Plano de Reassentamento. Entretanto, quando se prevê um horizonte de tempo maior para a aprovação do projeto, pode ser mais apropriado adiar o censo para época próxima à implementação do mesmo. Nesta hipótese, o cadastramento deve incluir a contagem exata de todas as casas ou famílias afetadas e o levantamento sócio-econômico pode restringir-se a uma amostragem representativa de todos os grupos afetados da população, a ser extrapolado para o universo do contingente afetado de modo a orientar as estimativas dos custos de reassentamento que deverão integrar os custos do projeto.

Caso haja a possibilidade do projeto não se concretizar ou ter seu desenho substancialmente afetado, deve-se contar também com cuidado especial para evitar a geração de expectativas, sendo conveniente implementar estratégias de controle social para desestimular comportamentos oportunistas e novos assentamentos na área.

A pesquisa socioeconômica para subsidiar o Plano de Reassentamento deverá caracterizar as famílias afetadas, no mínimo, nos aspectos relacionados a seguir e constantes do questionário anexo:

- posse e propriedade do imóvel – próprio, alugado (gastos com aluguel), invadido ou cedido;
- situação dos residentes – número de famílias, número de pessoas; número de residentes, por idade e gênero;
- tempo de residência na região, tipos de enraizamento no local, famílias itinerantes;
- composição e arranjo familiar, número de famílias residentes, total de membros da família por idade, sexo e grau de parentesco;
- composição étnica (quando houver população indígena e demais grupos minoritários como quilombos e outros), filiações religiosas;
- renda do chefe e membros da família, tipo de ocupação e emprego, principais fontes de origem da renda;
- renda monetária mensal e renda de subsistência (monetária e não monetária);
- local de trabalho; modo de transporte até o trabalho; tempo de viagem casa-trabalho;
- nível de instrução (escolaridade) do chefe e membros da família, meio de transporte e distancia percorrida pelos escolares;
- serviços públicos existentes no domicílio (água potável, esgotos sanitários, luz, telefone, rua pavimentada, transportes públicos, etc.);
- acesso aos bens, serviços e equipamentos sociais (escolas, postos de saúde, postos policiais);
- portadores de deficiência e outras vulnerabilidades;
- vinculação, participação em associações comunitárias; e
- expectativas quanto a novo local de moradia.

O método a ser utilizado na pesquisa sócio-econômica pode envolver: *entrevistas informais* a partir de perguntas abertas seguindo um roteiro geral que pode ser alterado segundo a percepção do entrevistador; *entrevistas formais* com base em perguntas escritas e envolvendo respostas de múltipla escolha; *discussões em grupo* sobre questões específicas; ou o *uso de informantes chaves*, de modo a conferir informações, validar as respostas dos pesquisados e aumentar os dados coletados. É possível simplificar o método quando o pesquisador está familiarizado com as comunidades afetadas.

A informação que requer maior aferição consiste na classificação da população segundo a renda auferida pelas famílias, de modo a identificar o contingente mais vulnerável que deverá ser objeto de propostas de melhoria e recomposição das condições de vida, evitando-se a sua exclusão social no processo de implantação das obras. Os cuidados na

obtenção das informações destinam-se também a evitar situações de privilégios e injustiça social.

Elaboração dos Resultados Analíticos do Cadastramento
Os resultados analíticos do cadastramento constituem os estudos básicos que subsidiarão a avaliação:

- dos níveis de riscos do projeto decorrentes dos impactos diretos (gerados pela perda da moradia e terra cultivável, por mudanças no emprego, por alterações na renda e no acesso a recursos, pela possibilidade de exclusão social); e
- dos direitos e condições de habilitação e elegibilidade das famílias ao reassentamento ou indenização, na dependência da renda familiar ou renda per cápita;.

A partir da avaliação dos impactos e das condições de habilitação e elegibilidade das famílias, são definidos:

- número de proprietários a serem desapropriados, a descrição dos procedimentos de desapropriação e indenização com a estimativa de recursos destinados a este fim;
- o número total de famílias habilitadas ao reassentamento, seja de proprietários, famílias agregadas, ocupantes mediante cessão onerosa ou não, de invasores ou outras categorias.
- os casos nos quais a propriedade é inviabilizada e, portanto, haverá a necessidade de aquisição de novo sítio para o reassentamento da família;
- os casos em que as famílias poderão ser realocadas na mesma propriedade, quando o remanescente é suficiente para a permanência da família e dos moldes de produção vigentes; e
- as opções de reassentamento (oferta de terra, oferta de habitação, previsão de infraestrutura e serviços, assim como da recuperação econômica e social).

Equacionamento das Soluções de Reassentamento
O equacionamento das soluções previstas para o reassentamento deverão considerar:

- os locais passíveis para o reassentamento, com a explicitação dos critérios para escolha do local, localização geográfica do mesmo e distância das áreas afetadas, emprego, escolas, centros de saúde, transportes públicos, selecionando-se áreas o mais próximo possível dos sítios onde as famílias estão instaladas;
- as características da população moradora nas proximidades da área prevista para o reassentamento e identificação das fontes potenciais de conflito ou cooperação entre a população hospedeira e reassentada;
- a previsão de área ou lote mínimo a ser destinado às famílias alvo do reassentamento;
- a tipologia da habitação, segundo um projeto-tipo, com a especificação do material de construção, da infraestrutura básica a ser instalada e da infraestrutura de serviços a ser oferecida;
- a tipologia de reassentamento rural, com a definição de soluções de terra agrícola e/ou pasto, qualidade do solo, declive, acesso à água, preparação e plantio inicial da terra, estratégia de melhor uso do solo e insumos agrícolas iniciais;
- os procedimentos de construção, caso as unidades habitacionais sejam construídas por órgãos públicos, empresas construtoras, pelo próprio afetado, ou em caso de locais ou construção por etapas. Quando construídas pela

família afetada, devem ser identificados os responsáveis pela assistência técnica e financeira para a construção, pelo fornecimento de materiais etc;

- a identificação dos mecanismos de financiamento (subsídio inicial, determinação de custos privados e capacidade de pagamento, mecanismos de recuperação de custos e respectivas condições financeiras);
- os mecanismos de transferências dos registros de propriedade e títulos da terra;
- a definição do calendário de mudança, da estratégia e ajuda na transferência das famílias ao novo sítio, considerando a integração com os cronograma das obras e a coerência com os imperativos sócio-econômicos (por exemplo, ciclos agrícolas, ano escolar etc); e
- os mecanismos a serem adotados para a recuperação econômica e social, mantendo ou melhorando as condições de vida das famílias.

Com base nos estudos realizados e nas definições estabelecidas são estimados os custos da implementação do Plano de Reassentamento, que serão incorporados aos custos totais do Projeto. O Plano de Reassentamento, elaborado para orientar as ações de mitigação dos impactos gerados pela implantação das obras viárias, deverá ser incorporado também à Avaliação Ambiental a ser submetida à entidade financiadora.

O apoio a população afetada pelo processo de desapropriação se dará por meio do sistema Web da SIE, no seguinte endereço eletrônico de contato: Gabinete da Secretaria (gabs@sie.sc.gov.br). Fica assegurado assim a oportunidade de acesso as informações relacionadas com o projeto, especialmente, com relação aos direitos e responsabilidades de todos os envolvidos.

Formulação do Plano de Reassentamento

- Mecanismos Jurídicos

Tendo em vista o caráter participativo, democrático e de empoderamento de comunidades rurais da tomada de decisões de ações para a efetiva promoção de seu desenvolvimento e ainda, como não se prevê a necessidade de aquisição de grandes áreas, e muito menos à de realocar pessoas, o Governo do Estado de Santa Catarina ou os Governos Municipais inicialmente procurarão encaminhar o processo de aquisição pela via administrativa também conhecida como desapropriação amigável.

Caso esta conduta não se mostre factível, logo se adotará a via judicial, que prevê os seguintes passos: (i) Elaboração, assinatura e publicação do Decreto de Utilidade Pública para fins de Desapropriação para as áreas requeridas pelo Programa, para execução das obras; (ii) Instalação do processo judicial, individualizado para cada área e solicitação de emissão da posse do referido imóvel, seguido de depósito do valor de avaliação; (iii) Cumprimento do mandato judicial.

- Marco Legal para Desapropriações

A Constituição Federal, em seu Art. *5°,* XXIV, diz: "a Lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos nesta Constituição".

O Decreto Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, dispõe sobre desapropriações por utilidade pública. O Decreto 9.760, de 05 de setembro de 1946, que em 1998 sofreu alterações em virtude da Lei 9636, dispõe sobre os bens imóveis da União e sobre a competência do Serviço do Patrimônio da União. Este documento define também os

terrenos de marinha e seus acrescidos e fornecem critérios para a ocupação dos bens imóveis da União, sobre a forma de ocupação, aforamento, concessão de uso, etc.

O Decreto nº 87.648, de 24 de setembro de 1982 trata do Regulamenta do Tráfego Marítimo -RTM. Dá competência à Diretoria de Portos e Costas (Art. 8, III) para fiscalização também dos terrenos de marinha e seus acrescidos, controlando o uso e a ocupação do solo em todas as suas formas.

Na denominação empregada pela legislação, desapropriação se define como o procedimento através do qual o Poder Público, fundado em necessidade pública, utilidade pública ou interesse social, compulsoriamente despoja alguém de um bem certo, normalmente adquirindo-os para si, em caráter originário, mediante indenização prévia, justa e pagável em dinheiro. A indenização através de pagamentos em títulos especiais da divida pública só é possível nas hipóteses de: desapropriação efetuável em nome da política urbana - logo da competência apenas do Município (Art. 182, § 4°, III da CF); e desapropriação realizável para fins de reforma agrária (Art. 184, preenchidas as disposições dos artigos 185 e 186, todos da Constituição Federal). Ambas fora do contexto rodoviário.

Ao dispor sobre o direito de propriedade o Art. 1.228, e seus parágrafos, do Código Civil (Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002) absorveu todos os preceitos da finalidade econômica e social, previsto no dispositivo constitucional e também a responsabilidade com a preservação ambiental designando claramente também a possibilidade de desapropriação por utilidade publica ou interesse social deixando suas definições para a legislação correspondente, O que não exclui O Art. 5° do Decreto-Lei 3.365 e mesmo as definições mais modernas do código florestal modificado pela MP 2.166-67 de 2001, já discutida anteriormente, e que incluem textualmente as obras essenciais de infra-estrutura destinadas ao serviço público de transportes.

Na desapropriação por utilidade pública as hipóteses legais que autorizam o exercício do poder expropriatório, são diferentes daquelas previstas na desapropriação por interesse social. Além disso, o prazo de caducidade da declaração de utilidade publica para desapropriação realizada com fundamento em necessidade ou utilidade publica e de cinco anos e o prazo de caducidade da declaração de interesse social, com fins de desapropriação, é de dois anos.

Competentes para submeterem um bem à força expropriatória, isto é, competentes para declararem a utilidade publica ou o interesse social de um bem para fins de desapropriação, são a União, Estados, Municípios e Distrito Federal. Além disso, excepcionalmente, igual poder, tendo em vista objetivos rodoviários, recebeu o DNIT, pelo Decreto-Lei 512/69. Da mesma forma o DEINFRA recebeu como atribuição na Lei Complementar nº 244 (Art. 4 incisos XV, XVI e XVII) a delimitação de bens e propriedades a serem desapropriados, para fins de declaração de utilidade pública, visando à implantação do Plano Rodoviário do Estado; a elaboração e execução de orçamento próprio; e a aquisição ou alienação de bens pelos procedimentos adequados para efetuar sua incorporação e baixos. Logo, estas pessoas jurídicas indicadas são competentes para desapropriar.

Podem promover a desapropriação, isto é, efetivar a desapropriação, ou seja, praticar os atos concretos para efetuá-la (depois de existente urna declaração de utilidade publica expedida pelos que tem poder para submeter um bem à força expropriatória), além da União, Estados, Municípios e DF, as autarquias, os estabelecimentos de caráter público em geral ou que exerçam funções delegadas do Poder Público e os concessionários de serviço, quando autorizado por lei ou contrato. (Art. 3° do Decreto-Lei 3.365).

Como se evidencia o procedimento expropriatório divide-se em duas fases: a) fase declaratória - consubstanciada na declaração de utilidade pública e b) fase executória - correspondente às providencias concretas para efetivar a manifestação de vontade consubstanciada na declaração de utilidade pública.

A Declaração de Utilidade Pública é o ato através do qual o Poder Público manifesta sua intenção de adquirir compulsoriamente um bem determinado e o submete ao jugo de sua força expropriatória. Ela se concretiza através de um decreto, onde devem constar: a manifestação pública da vontade de submeter o bem à força expropriatória; o fundamento legal em que se embasa o poder expropriante; a destinação específica a ser dada ao bem; e a identificação do bem a ser expropriado. Dela devem resultar os seguintes efeitos: a submissão do bem à força expropriatória do Estado; a fixação do estado do bem, isto e, de suas condições, melhoramentos, benfeitorias existentes; conferir ao Poder Público o direito de penetrar no bem a fim de fazer verificações e medições, desde que as autoridades administrativas atuem com moderação e sem excesso de poder; e, por fim, dar início ao prazo de caducidade da declaração.

A simples declaração de utilidade pública não tem o poder de transferir a propriedade do titular para o Estado, garantindo-se o pleno direito ao usufruto do proprietário. Assim sendo a Administração não pode negar alvará de licença para edificação no imóvel, desde que o postulante preencha os pressupostos legais da sua expedição. Entretanto, o poder público não será obrigado a indenizar o valor da edificação realizada no imóvel depois da declaração de utilidade pública.

Mesmo a caducidade da declaração de utilidade pública, ou seja, na perda de validade dela pelo decurso de prazo sem que o Poder Público promova os atos concretos destinados a efetivá-la, não implica definitiva extinção do poder de desapropriar o bem por ela liberado, podendo mesmo a declaração ser renovada desde que decorrido um ano após a caducidade da ultima declaração (Art. 10, do Decreto-lei 3.365).

Quando o Projeto de Desapropriação identificar a possibilidade de existência de população de baixa renda instalada na faixa de domínio objeto da Declaração de Utilidade Pública ou em área adjacente que possa ser interferida pela obra, o DEINFRA ou a Prefeitura envolvida, através da empresa contratada para elaborar os estudos e projetos ou para supervisionar a execução das Obras, deve aplicar o questionário para o Levantamento Sócio-Econômico da População Afetada, de acordo este marco de normas.

- Diretrizes Específicas

As diretrizes específicas para o tratamento dos deslocamentos involuntários de população, em função de processos de desapropriação, são expressas na elaboração de um documento denominado Plano de Reassentamento, que incorpora a observância :

- do marco legal e institucional vigente, atendendo às Leis e regulamentos aplicáveis à desapropriação e ao reassentamento, assim como aos direitos legais dos afetados;
- o estabelecimento de mecanismos de consulta e participação a serem implementados com o objetivo de garantir a efetiva participação da população afetada em todas as fases do processo - execução dos levantamentos e estudos básicos, análise e definição das alternativas de compensação e reassentamento, execução do reassentamento e acompanhamento e monitoramento do processo;
- o estabelecimento dos critérios para a desapropriação ou indenização monetária, levando em conta que esta solução deverá ser prevista,

preferentemente para as famílias proprietárias, com maior renda, podendo ser aplicada em alguns casos especiais, como segue:

- quando a propriedade foi parcialmente afetada, mas as atividades econômicas que se desenvolvem na mesma poderão ter prosseguimento sem problemas;
- quando a propriedade foi afetada de maneira a não possibilitar a continuação das atividades econômicas que se desenvolvem na mesma, mas a família prefere escolher sua nova propriedade;
- quando só foram afetadas algumas benfeitorias ou edificações; e
- quando a propriedade afetada está situada em área urbana e a família afetada tem acesso ao mercado imobiliário para escolher sua nova propriedade.

- a adoção de valores de mercado para a indenização monetária, em observância aos preceitos legais e de maneira a garantir a possibilidade de aquisição de um imóvel equivalente;
- o estabelecimento de critérios para o reassentamento das famílias de baixa renda, nos casos em que:

  - a propriedade foi afetada parcialmente, mas de maneira de impedir a continuação das atividades familiares ou econômicas;
  - a família afetada não tem a propriedade formal da terra; e
  - a propriedade afetada está situada em área urbana, mas a família afetada não tem condições de renda para o acesso ao mercado imobiliário.
- A consideração de variáveis mínimas para o reassentamento de famílias, levando em conta:

  - que a localização do terreno ou propriedade para receber as famílias a serem reassentadas deverá ser o mais próxima possível da área anteriormente ocupada, de maneira a preservar os vínculos familiares preexistentes e o acesso aos equipamentos e bens e serviços utilizados;
  - que a área reservada ao reassentamento deverá contar com características equivalentes às pré-existentes, como a capacidade de uso das terras, a disponibilidade de área para a construção de moradia, benfeitorias e infraestrutura básica;
  - que o valor de mercado da área para o reassentamento deverá ser equivalente à área originalmente ocupada; e
  - que a área para o reassentamento deverá possibilitar a continuidade das atividades econômicas pré-existentes.
- A definição dos direitos das pessoas afetadas, que deverá compreender:

  - a data de habilitação e de elegibilidade, correspondendo, respectivamente, à data marco da identificação do universo populacional afetado e definição do contingente populacional a ser atendido pelo Plano de Reassentamento;
  - a data de avaliação das perdas, correspondendo à elaboração do cadastro físico das edificações e benfeitorias afetadas;
  - a definição dos beneficiários, considerando o universo de famílias afetadas e incluindo, ainda, as famílias agregadas que residem no mesmo imóvel, famílias que residem no imóvel afetado por cessão onerosa ou não, situações de irregularidade da posse etc;
  - a definição dos critérios para indenização de terras, cultivos, moradias e demais benfeitorias; e

- a definição de critérios para reassentamento de famílias em novas propriedades ou a relocação da moradia e benfeitorias na mesma propriedade, segundo critérios anteriormente descritos nos sub-itens 4.3, 4.4, 4.5, 4.6 e 4.7.

- a formulação e avaliação de alternativas de compensação que deverão compreender a descrição detalhada de todas as alternativas de compensação e reassentamento, incluindo a definição do órgão responsável por sua implementação e os procedimentos a serem seguidos, assim como os custos e cronogramas estimados de execução;
- a avaliação das alternativas, que deverá considerar o objetivo de melhorar as condições de vida da população afetada e deverá estar embasada: no marco jurídico e institucional existente; nas características socioeconômicas e culturais da população afetada; na viabilidade sócio-cultural, ambiental, técnica e econômica das alternativas; e nas políticas da entidade financiadora;
- as alternativas de compensação, que deverão incluir tanto as medidas de apoio social às famílias como a recuperação e o desenvolvimento de atividades econômicas (reabilitação social e econômica das famílias afetadas);
- a indicação de consultor capacitado para o desenvolvimento dos trabalhos dirigidos à participação da população nos estudos e análises, das possibilidades de reorganização das propriedades afetadas, do detalhamento das alternativas identificadas no processo de discussão com os afetados, da adesão das famílias às alternativas formuladas, como também do apoio social para a reabilitação social e econômica das famílias;
- os mecanismos legais e institucionais estabelecidos para a operacionalização do Plano, considerando a definição de grupo técnico responsável pela implementação do Plano, com as atribuições e capacidade de gestão do processo; a definição dos órgãos/entidades envolvidos, com as responsabilidades e atribuições para taxação, desapropriação e indenização; registro da propriedade e titulação das terras; difusão de informação e participação da comunidade; supervisão da implementação do processo; avaliação dos imóveis; construção de moradias e serviços de infra-estrutura; serviços sociais; apoio às famílias e ao desenvolvimento das atividades econômicas; traslado; acompanhamento e avaliação do Plano;
- a criação de um Comitê de Gestão do Plano, quando o reassentamento envolva número significativo de famílias em áreas contíguas, como é o caso de zonas urbanas, integrado por representantes das famílias afetadas, dos responsáveis pela implementação do Plano de Reassentamento, das Prefeituras Municipais e organizações sociais, além dos responsáveis pelo projeto;
- os custos envolvidos na implementação do Plano de Reassentamento, discriminando: valores para a aquisição de novas propriedades; valores estimados para o pagamento de indenizações; valores correspondentes à construção de unidades habitacionais; custos de mudança das famílias; custos de pessoal para a assistência social; custos do pessoal técnico para avaliação dos imóveis; custos do apoio jurídico; custos do pessoal técnico para implementação, acompanhamento e avaliação, demais custos inerentes à realização dos trabalhos previstos no desenvolvimento do Plano;
- o cronograma de implementação do Plano, que deverá ser compatível com o cronograma geral das obras, considerando-se, ainda, que as Ordens de Serviços para as obras nos segmentos onde haja famílias a serem reassentadas, somente será liberada após a remoção da população afetada;
- a definição, acompanhamento e avaliação de indicadores qualitativos e quantitativos definidos para o monitoramento das condições relacionadas com o progresso da execução do Plano, assim como do atendimento ao

cronograma estabelecido, incluindo-se a análise conclusiva e a avaliação “ex-post” da situação das famílias em período posterior à conclusão dos trabalhos previstos no Plano de Reassentamento.

Ação Social Para o Desenvolvimento do Reassentamento

As ações desenvolvidas junto às famílias têm como princípio norteador dar conhecimento à população afetada sobre o projeto de intervenção área, sobre a necessidade de remoção e da viabilização do processo de adesão da população à realocação e reassentamento.

A metodologia de trabalho pode pautar-se em reuniões individuais, no caso de zonas rurais, envolvendo os membros da família e os técnicos encarregados da implementação do reassentamento, como também na formação de grupos de famílias que, em reuniões coletivas, recebem informações sobre o projeto, com a abordagem social da necessidade da obra para a comunidade e esclarecimentos sobre as propostas de alternativa habitacional para o equacionamento da remoção das mesmas da área de intervenção.

Na seqüência dos trabalhos, busca-se a adesão das famílias, por meio de reuniões onde são expostas as características do projeto urbanístico (no caso de áreas urbanas) e do projeto arquitetônico das unidades habitacionais, com a especificação técnica de materiais, cômodos, instalações elétricas, hidráulicas e sanitárias, acabamentos e demais características do padrão e tipos de edificações propostas.

As famílias não optantes pelo reassentamento habitacional proposto e que se manifestem pela busca de auto-solução, podem ser indenizadas, em que pese ser esta uma solução desfavorável aos olhos de uma política social e das próprias entidades financeiras, posto que podem gerar a exclusão social dos indenizados ou a reprodução das mesmas situações precárias em suas condições de vida.

Embora a indenização não deva nortear as ações do plano, os critérios a serem observados para esta solução devem ser aplicados, preferencialmente, nos seguintes casos:

- população resistente em ter condição regularizada de moradia, em razão de problemas com a justiça de um ou mais familiares;
- famílias que não aceitaram sair das proximidades imediatas do sítio ocupado, por dependerem de comércio (lícito ou não), que visualizaram a oportunidade de recurso adicional para ampliarem os negócios;
- famílias que possuíam segunda moradia no próprio núcleo ou em outro local que investiram a renda adicional em melhorias na outra moradia;
- famílias que aguardavam uma oportunidade para o retorno ao local de origem; e
- famílias que optaram por solução individualizada na escolha do novo local de moradia, em razão de interesses particulares.

Monitoramento Social

Os trabalhos de monitoramento consubstanciam os objetivos de uma real inserção das famílias à nova realidade social e habitacional, como também a devolução da cidadania às mesmas, abrangendo desde as questões mais simples de convívio familiar e coletivo, até a valorização do bem adquirido e a recuperação da auto-estima dessa população.

A complexidade da execução do monitoramento técnico traduz-se no planejamento integrado das várias ações necessárias, de forma a permitir a agilização dos trabalhos, a identificação prévia de entraves específicos, ou gerais, e implementar as correções de rumos operacionais, para a efetivação da inserção das famílias à nova realidade.

Nesse sentido, o planejamento integrado insere a compatibilização de cronogramas do trabalho social com o acompanhamento das obras de provisão habitacional; o

envolvimento com os diversos órgãos da administração pública, para assegurar a instalação de infra-estrutura necessária; a disponibilidade de setores de bens e serviços básicos e o atendimento à população pelos equipamentos sociais no novo local de moradia, envolvendo, dentre eles os setores de saúde e de educação, dentre outros.

Dentre as ações não estruturais destinadas a promover a adaptação e fixação da população ao novo local, tem-se a viabilização da transferência dos escolares para as novas escolas, a inscrição das famílias nos postos de saúde próximos ao local do reassentamento, o desenvolvimento de estudos e projetos para a realização de campanhas, palestras e promoções de atividades setoriais e sociais, destinadas às famílias reassentadas.

Monitoramento "ex-post" sobre o Processo de Adaptação das Famílias

O desenvolvimento das atividades de monitoramento "ex-post" insere a avaliação do processo de adaptação das famílias às novas condições de vida, visando a orientação da condução dos trabalhos da ação social, ou a reorientação dessas ações, tendo em vista os objetivos a serem alcançados.

Para a avaliação do processo de adaptação das famílias pode ser utilizado método de levantamento informal, constando de perguntas abertas sobre um roteiro pré-estabelecido, que apresenta flexibilidade na dependência da vivência experimentada pela família, como também a utilização de instrumental de levantamento formal, com base em respostas de múltipla escolha, cujos resultados permitem a avaliação das condições vivenciadas pelas mesmas e seu grau de integração à nova realidade.

As principais questões a serem verificadas consistem em aferir o grau de aceitação da população às novas condições de vida, as questões relacionadas ao deslocamento ao trabalho; as dúvidas e insegurança; a situação de conforto e adaptação à nova moradia; as melhorias introduzidas no padrão de vida; o acesso aos serviços públicos e equipamentos sociais, dentre outras.

ANEXO 46 – Acordo de Subvenção com Organizações da Agricultura Familiar

Estado de Santa Catarina
Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca
Secretaria Estadual Programa SC Rural

IDENTIFICAÇÃO DO CONTRATO: **ACORDO DE SUBVENÇÃO – SC RURAL: Nº xx**
PROGRAMA: APOIO FINANCEIRO – PROGRAMA SANTA CATARINA RURAL

Acordo de subvenção que entre si fazem, o ESTADO DE SANTA CATARINA, representado pela SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DA PESCA, por intermédio DO FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL, CNPJ 82.951.336/0013-38, criado pela Lei número 8.676 de 17 de junho de 1992, regulamentada pelos Decretos números 4.162 de 30 de dezembro de 1993, 155 de 24 de maio de 1995 e 3.305 de 30 de outubro de 2001 E NA QUALIDADE DE PROPONENTE DO **PROJETO ESTRUTURANTE Nº xxxxxx**, APROVADO PELO PROGRAMA SC RURAL EM xxxxxxx a **ASSOCIAÇÃO/COOPERATIVA xxxxxxxxxxxx**, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº xxxxxxxxxxxxx, com endereço na Rua xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, Centro, Município xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, neste ato representada por xxxxxxxxxxxxxxxx, brasileiro, inscrito no CPF xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, com mesmo endereço, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O presente Acordo de Subvenção tem por finalidade estabelecer as condições para o repasse de subvenção com recursos do Fundo de Desenvolvimento Rural – FDR que serão utilizados para os investimentos previstos no Projeto Estruturante nº xxxxx, tudo sob a gerência do Fundo de Investimentos Sustentáveis – FIS do **Programa SC Rural**.

Além das condições estabelecidas neste instrumento, deverão ser observados os regramentos estabelecidos no Manual Operativo do **Programa Santa Catarina Rural**, bem como o Manual do Fundo de Investimentos Sustentáveis, vigente na data de assinatura deste instrumento.

PARÁGRAFO PRIMEIRO
Constitui parte integrante e complementar deste instrumento o Projeto Estruturante nº xxxxx, que será utilizado como **Plano de Aplicação dos Recursos da Subvenção**.

CLÁUSULA SEGUNDA

Compete ao Fundo de Desenvolvimento Rural – FDR, sob a coordenação e supervisão da Gerência de Investimentos Sustentáveis:

1. Realizar os pagamentos das Propostas de Apoio lançadas no SIMEP e aprovadas pela Gerência de Investimentos Sustentáveis do **Programa SC Rural**;
2. Disponibilizar, através das Gerências de Investimentos Sustentáveis e Gerência de Projetos Especiais do **Programa SC Rural**, os Manuais e demais documentos reguladores do **Programa SC Rural**;
3. Disponibilizar os padrões e modelo(s) de placa(s) e/ou adesivo(s) referentes à identificação visual do **Programa SC Rural**, para a utilização nas propriedades, bens e/ou empreendimentos que forem apoiados com recursos da subvenção prevista neste Acordo.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA BENEFICIÁRIA

Compete à beneficiária:

1. Coordenar, apoiar e/ou executar os investimentos previstos no Projeto Estruturante aprovado pelas instâncias do **Programa SC Rural**, dando a este seu fiel cumprimento;
2. Fiscalizar a correta aplicação dos recursos previstos no Projeto Estruturante para apoio aos investimentos de seus ASSOCIADOS/COOPERADOS.
3. Observar e atender as normas contidas no Manual Operativo do **Programa SC Rural**, Manual do Fundo de Investimentos Sustentáveis e Notas Técnicas emitidas pela Secretaria Executiva Estadual do **Programa SC Rural**, ao tempo que também deverá fiscalizar a observância dessas normas por seus ASSOCIADOS/COOPERADOS.
4. Indicar formalmente 01 (um) de seus diretores para compor o grupo que executará a fiscalização prevista no item 4.2.3.5 do Manual Operativo.
5. Comunicar a Secretaria Executiva Regional – SER, quanto a eventuais irregularidades e/ou dificuldades, que por ventura vierem a ocorrer durante o cumprimento do projeto.
6. Acompanhar e manter atualizadas as informações de seus ASSOCIADOS que tiverem previsão de apoio no Projeto Estruturante, quanto à regularidade fiscal e adimplemento junto ao FDR por eventual apoio em outros programas, condições estas indispensáveis para liberação dos recursos previstos neste instrumento.
7. Providenciar, às suas custas, podendo incluir as despesas como contrapartida, a confecção e instalação dos materiais para a identificação visual do **Programa SC Rural** nas propriedades, bens e/ou empreendimentos apoiados com recursos da subvenção prevista neste contrato, utilizando sempre os padrões e modelos fornecidos pelo FDR através da Gerência de Investimentos Sustentáveis.

CLÁUSULA QUARTA - DOS RECURSOS E LIBERAÇÃO

Nos termos do presente Acordo, o FDR disponibilizará para a execução dos investimentos previstos no **Projeto Estruturante nº xxx, a importância de R$**

xxxxxxx (valor por extenso), na forma de subvenção, que será gerenciada pelo Fundo de Investimentos Sustentáveis do **Programa SC Rural**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os recursos de que trata esta Cláusula serão liberados sempre que solicitados pela Gerência de Investimentos Sustentáveis, de acordo com o fluxo previsto nas normativas do **Programa SC Rural** 4.2.3.5.

PARAGRAFO SEGUNDO: Executado o **Plano de Aplicação dos Recursos da Subvenção**, na hipótese de eventual sobra de recurso, a quantia será disponibilizada novamente ao FDR para ser aplicada em outras subvenções previstas para o Programa de Apoio do SC Rural.

CLÁUSULA QUINTA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS/FISCALIZAÇÃO
A prestação de contas das subvenções pagas com os recursos repassados pelo FDR, bem como a fiscalização da aplicação dos recursos, no âmbito do **Programa SC Rural** deverá obedecer criteriosamente o estabelecido no item 4.2.3.5 do Manual Operativo do Programa, bem como outras normativas que vierem.

C**LÁUSULA SEXTA - DAS EXIGÊNCIAS LEGAIS**
Todas as orientações e normas contidas no Manual Operativo do SC Rural, Manual do Fundo de Investimentos Sustentáveis, e suas alterações, são parte integrante deste instrumento contratual, cabendo aos beneficiários cumpri-las na sua totalidade, sob pena de tornarem-se inadimplente com este contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO E DA VIGÊNCIA
O presente instrumento contratual terá validade a partir da publicação do extrato no Diário Oficial do Estado, e os investimentos previstos no Projeto Estruturante deverão ser executados no prazo de até xxxxxx dias, conforme consta do cronograma do Projeto.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Findo o prazo acima estabelecido, o mesmo poderá ser prorrogado se necessário for, mediante solicitação prévia de no mínimo 30 (trinta) dias encaminhada à Secretaria Executiva Regional – SER, devidamente justificada, que remeterá a mesma para análise e decisão da Secretaria Executiva Estadual – SEE do **Programa SC Rural**.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES
Constatado o não cumprimento de quaisquer umas das cláusulas e condições do presente instrumento contratual, o beneficiário em situação irregular será notificado a promover a correção das pendências, que se não sanadas, levarão a aplicação das sanções possíveis, que podem ser: (i) advertência; (ii) devolução dos recursos com juros; e (iii) multa ou suspensão de acesso a outros recursos e benefícios do Governo do Estado de Santa Catarina.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO
O presente instrumento contratual poderá ser rescindido por descumprimento de alguma de suas cláusulas ou por acordo mútuo das partes.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PRÁTICAS DE FRAUDE E CORRUPÇÃO

Os beneficiários declaram-se cientes e compromissados com os padrões de éticas durante todo o período do presente acordo, dando especial atendimento as cláusulas de combate a fraude e corrupção previstas em termo de compromisso integrante da proposta de apoio.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Florianópolis-SC, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir todas e quaisquer dúvidas que se originarem da execução do presente instrumento.

E, por estarem de acordo, as partes assinam o presente Contrato de Subvenção em 3 (três) vias, de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo nominadas.

Florianópolis, xxxx de xxxx de 20xx.

Pelo FDR:

_____
Nome: xxxxxxxx
Cargo: Gerente FDR
CPF: xxxxxxxxx

Pelo Beneficiário:

_____
Nome: xxxxxxx
Cargo: Representante
CPF: xxxxxxxx

T E S T E M U N H A S:

_____	_____
Nome	Nome:
CPF:	CPF:
END.:	END.:
CIDADE:	CIDADE:

Anexo 1- Plano de Aplicação dos Recursos da Subvenção – Projeto Estruturante nº xxxx

ANEXO 47 – Laudo de Vistoria de Propriedade – PSA

Laudo de Vistoria – Capital Semente

1 IDENTIFICAÇÃO DA PROPRIEDADE

Produtor: Município:
Corredor Ecológico: Microbacia:
Comunidade: Coordenada da propriedade:

Laudo para Remuneração por: ( ) Estoque Florestal Incremetal
( ) Recuperação

Tipo de Laudo : ( ) Vistoria Inicial
( ) Monitoramento Anual

1.1 ÁREA DE ESTOQUE FLORESTAL INCREMENTAL

Terra	**em ha**
Área total da propriedade	
Módulo fiscal do município	
Nº de módulos fiscais do estabelecimento	
Área de lavouras	
Área de pastagem	
Área alagada (açudes, lagoas)	
Área reflorestada	
Área de mata em estágio inicial de regeneração	
Área com matas secundárias, média, avançada	
Áreas com matas primárias	
Áreas de preservação (APPs)	
Área de reserva legal	
Áreas para recuperação	
Área de Estoque Florestal Incremental	

1.2 ASPECTOS AMBIENTAIS E SOCIOECONÔMICOS

Produtos da sócio biodiversidade explorados	Unidade	Quantidade	Produção	Preço	Renda Bruta
Coleta de pinhão					
Erva mate					
Plantas bioativas					
Goiaba Serrana					
Ornamentais: bromélias/ orquídeas/ xaxim/					

palmeira/ açucena					
Artesanato (uso de matéria prima local)					
Bambu					
Butiá					

Informações ambientais e Práticas conservacionistas existentes.

Córrego/rio na propriedade Inserir nome do rio	Situação Mata ciliar boa/ regular/ ruim	Grau de poluição: Livre/ médio/intenso	Fontes de poluição observadas	Uso da água: dessedentação humana/ animal/ irrigação/Nenhuma	
Situação do Saneamento	Onde é captada: Córrego/ fonte/ poço comum/ artesiano	Percepção quanto a qualidade da água: (Boa)Potável/ (razoável)não potável Potabilidade é com base em presença de coliformes/análise			
Água para o consumo					
Situação do Saneamento	Destino				
Águas servidas da habitação					
Águas servidas pelo uso em criações/ processamento de produtos vegetais					

1. 3 PROPRIEDADE PARTICIPANTE DO SIEE
( ) NÃO
SE SIM,

	Área	Tipo	Característica principal
Sistema de Integração Econômico - SAF			
Sistema de Integração			

Econômico Pecuária Leiteira			
Sistema de Integração Econômico - Produção de Grãos PD			
Sistema de Integração Econômico-Ecológico Florestal			
Sistema de Integração Econômico-Ecológico para o Turismo			
Sistema de Integração Econômico-Ecológico para pecuária de corte			

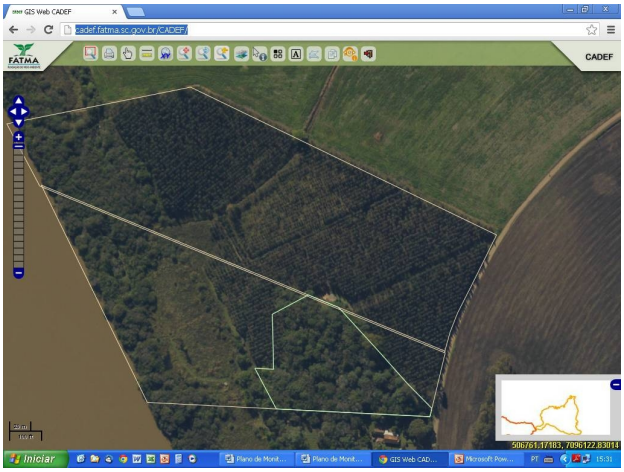
Sistemas de integração econômico-ecológico existentes.

Laudo de monitoramento anual: No item 1 deverão ser conferidas as informações do laudo de vistoria inicial, e inserida as atualizações se houverem.

2 SITUAÇÃO ATUAL DO ESTOQUE FLORESTAL INCREMENTAL (DIAGNÓSTICO)

2.1 MAPA DO GEORREFERENCIAMENTO DA ÁREA REMUNERADA

Laudo de vistoria Inicial:
Inserir o Mapa do Fragmento Florestal ou da Área em Recuperação no CADEF (http://cadef.fatma.sc.gov.br/CADEF/) , informar o tamanho da área de demais informações. Inserir a imagem do mapa aqui, pressionar a tecla “print Screen” do teclado, quando estiver no CADEF e colar a imagem do mapa no laudo.
Exemplo mapa no CADEF:



Laudo de monitoramento anual: No laudo de monitoramento anual copiar a mesma imagem do laudo inicial, caso o sistema CADEF tenha sido alimentado com nova imagem, inserir a imagem atualizada.
Deverão ser inseridas informações sobre a verificação dos pontos de coordenadas geográficas dos limites dos fragmentos.

2.2 IDENTIFICAÇÃO DO ESTÁGIO SUCESSIONAL

Laudo de vistoria inicial:

Inserir o Estágio sucessional. A identificação do estágio sucessional será realizada de acordo com a resolução CONAMA n° 392/2007, considerando a estratificação, a predominância de espécies arbóreas, presença de cipós, epífitas, serrapilheira, diâmetro da altura do peito (DAP) das espécies lenhosas e espécies indicadoras.

Para a floresta ombrófila mista serão consideradas indicadoras de estágio secundário avançado as seguintes espécies: *Araucaria angustifolia* (araucária), *Podocarpus lambertii* (pinheiro-bravo), *Mimosa scabrella* (bracatinga), *Ocotea* spp., *Nectandra* spp., *Eugenia* spp., *Myrcia* spp., *Calyptranthes* spp., *Myrceugenia* spp., *Gomidesia* spp., *Myrciaria* spp, *Psidium* spp. (guabirobas e goiabeiras), *Miconia* spp. (pixirica), *Tibouchina* spp. (quaresmeiras), *Solanum pseudoquina* (peloteiro), *Vernonanthura* spp., *Piptocarpha* spp., *Eremanthus* spp., *Gochnatia* spp. (candeias, vassourão), *Prunus myrtifolia* (pessegueiro bravo), *Clethra scabra* (carvalho), *Ilex* spp. (congonha), *Alchornea* spp. *Inga* spp. (ingás), *Weinmania paulinifolia*, *Lamanonia ternata* (cedrilho), *Drymis brasiliensis* (casca d'anta), *Myrsine* spp. (capororoca), *Tabebuia alba* (ipê-branco), *Symplocus* spp., *Daphnopsis* spp. (embira), *Meliosma* spp. (pau-macuco), *Laplacea* spp., *Sebastiania commersoniana* (sarandi leiteiro), *Cabralea canjerana* (canjerana), *Cyathea* spp., *Alsophila* spp., *Sphaeropteris gardneri* (samambaiaçus), *Dicksonia sellowiana* (xaxim), *Piper gaudichaudianum* (jaborandi), *Strychnos brasiliensis* (salta-martinho).

Também será registrado neste item observações gerais específicas de cada área quanto a qualidade do fragmento florestal.

Caso o fragmento seja formado por diferentes estágios sussecionais informar o tamanho dos Fragmentos:

Estágio Sucessional	Inicial	Médio	Avançado	Primária
Tamanho (ha)				

Laudo de monitoramento anual: Inserir informações sobre o estágio sucessional e a qualidade dos fragmentos, sua evolução em relação ao ano anterior, e se houve qualquer alteração no fragmento florestal.

2.3 IDENTIFICAÇÃO DE ELEMENTOS DE PROTEÇÃO DA ÁREA

Laudo de vistoria inicial:

Neste item deverão ser inseridas todas as informações sobre elementos de proteção da área:

Na vistoria serão verificadas as condições de proteção da área, principalmente a procedimento que evitem a entrada de gado e outros animais. Também serão verificado o grau de proteção quanto à presença humana e questões referentes à extração vegetal e caça.

Questões relacionadas à proteção dos cursos d'água e nascentes no interior da propriedade também serão consideradas, como por exemplo, a qualidade das matas ciliares e o lançamento de efluentes domésticos ou agropecuários. Largura dos Rios. Laudo de monitoramento anual: verificação dos elementos de proteção da área, que devem ser os mesmos ou superiores aos relatados na vistoria inicial, assim como demais observações

2.4 REGISTRO FOTOGRÁFICO

Inserir as fotos de no mínimo 6 pontos:

Em cada área serão selecionados no mínimo 06 (seis) pontos considerados pertinentes pelo técnico responsável pela vistoria, que fará o registro fotográfico permitindo uma melhor comparação em relação às visitas anteriores.

2.5 DIAGNÓSTICO DA FAUNA E FLORA

Laudo de vistoria Inicial:
Durante a vistoria será realizado um diagnóstico rápido da fauna e flora. Para a vegetação da área será identificado o estágio sucessional e qualidade do fragmento conforme descrito no item b. Também serão registradas as principais espécies vegetais que ocorrem no local. Para a fauna, o diagnóstico será baseado em dados secundários da literatura e entrevistas com os próprios agricultores para identificação de animais que freqüentam a área. Os dados secundários serão provenientes de estudos realizados próximo a área, como por exemplo, relatórios de estudos ambientais de processos de licenciamentos que estão disponíveis na FATMA. Em algumas propriedades selecionadas, por amostragem, também serão realizados monitoramento da mastofauna com dados primários com a instalação de armadilhas fotográficas.

Fauna
Inserir todos os dados da Fauna neste item. Caso tenha dados secundários de áreas próximas deverão ser inseridas informações mais detalhadas. Inserir comentários gerais sobre a fauna no fragmento e na região Inserir uma tabela para cada táxon: Anfíbios, Répteis, Aves ou Mamíferos.

(Anfíbios, Répteis, Aves ou Mamíferos)		
Espécie[1]	Nome popular	Método[2]

Inserir uma tabela com base na entrevista

Espécie[1]	Nome popular	Data de última ocorrência	Quantidade Estimada	Freqüência da ocorrência	Observações quanto a ocorrência ao longo do tempo	Observações Gerais

[1] – A espécie teve ser incluída pelo técnico com base no nome popular da entrevista e na ocorrência da região, no caso de dúvida quanto a espécie pode ser colocado nas observações gerais as possíveis espécies

Flora
Inserir todos os dados da vegetação neste item. Caso tenha dados secundários de áreas próximas deverão ser inseridas informações mais detalhadas.
Inserir comentários gerais sobre o fragmento em questão e da vegetação na região.

Inserir uma tabela com as principais espécies encontradas:

Espécie	Nome popular

Laudo de monitoramento anual: Para o monitoramento da fauna serão realizadas novas entrevistas com os próprios agricultores para identificação de animais que freqüentam a área, subsidiariamente serão verificados se ocorreram novos estudos em áreas próximas aos fragmentos. Em algumas propriedades selecionadas, por amostragem, também serão realizados monitoramento da mastofauna com dados primários com a instalação de armadilhas fotográficas, portanto deverão ser inseridas aqui as fotos e demais informações desta técnica de amostragem. Para a Flora será procedida a vistoria descrita no item 2.2.

3. RECOMENDAÇÕES PARA A CONSERVAÇÃO

Ao final da vistoria o técnico poderá sugerir algumas ações para a conservação do fragmento florestal em acordo com o proprietário, como por exemplo, a construção de cerca para evitar a presença de animais. Este item é opcional.

RESPONSÁVEL TÉCNICO

NOME:
ASSINATURA _____
LOCAL E DATA:

CIENTE DO PROPRIETÁRIO:
_____